



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA

VALFRIDO DA SILVA NUNES

**ANÁLISE DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO: OS USOS DO
MEMORANDO NAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS DO INSTITUTO FEDERAL DE
PERNAMBUCO/CAMPUS RECIFE NOS SÉCULOS XX E XXI**

Maceió
2017

VALFRIDO DA SILVA NUNES

**ANÁLISE DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO: OS USOS DO
MEMORANDO NAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS DO INSTITUTO FEDERAL DE
PERNAMBUCO/CAMPUS RECIFE NOS SÉCULOS XX E XXI**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de concentração: Linguística

Linha de pesquisa: Estudos Textuais – Oralidade, Leitura e Escritura

Orientadora: Profa. Dra. Maria Inez Matoso Silveira

Maceió
2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Janaina Xisto de Barros Lima

N972a Nunes, Valfrido da Silva.

Análise de gênero no mundo do trabalho : os usos do memorando nas práticas profissionais do Instituto Federal de Pernambuco/Campus Recife nos séculos XX e XXI / Valfrido da Silva Nunes. –2017.
304 f. : il.

Orientadora: Maria Inez Matoso Silveira.

Tese (doutorado em Letras e Linguística : Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Maceió, 2017.

Bibliografia: f. 276-285.

Apêndices: f. 286-302.

Anexos: f. 303-304.

1. Linguística aplicada. 2. Memorando – Gênero textual. 3. Burocratês – Linguagem burocrática. I. Título.

CDU: 81'42 (813.4)



UFAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA



PPGLL

TERMO DE APROVAÇÃO

VALFRIDO DA SILVA NUNES

Título do trabalho: "ANÁLISE DO GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO: OS USOS DO MEMORANDO NAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE NOS SÉCULOS XX E XXI"

TESE aprovada como requisito para obtenção do grau de DOUTOR em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Maria Inez Matoso Silveira

Prof. Dra. Maria Inez Matoso Silveira (PPGLL/Ufal)

Examinadores:

Benedito Gomes Bezerra

Prof. Dr. Benedito Gomes Bezerra (UPE - Unicap)

Francisco Alves Filho

Prof. Dr. Francisco Alves Filho (UFPI)

Lúcia de Fátima Santos

Prof. Dra. Lúcia de Fátima Santos (PPGLL/Ufal)

Rita de Cássia Souto

Prof. Dra. Rita de Cássia Souto Siqueira Lima (PPGLL/Ufal)

Maceió, 13 de novembro de 2017.

A **Vítor Ravi** e a **Ryan Levi**, meus filhos, cujos questionamentos típicos da infância lembram o fazer científico, que se move por perguntas em busca de respostas, numa relação dialógica.

AGRADECIMENTOS

A **Deus** por ser a Luz que ilumina o meu caminho e o único Ser que me compreende totalmente, no sentido mais pleno do termo, pois só Ele é capaz de me conhecer em toda minha inteireza. Aqui, manifesto o meu repúdio à supremacia da ciência em detrimento do sagrado e, do mesmo modo, rechaço o fanatismo, o fundamentalismo e o extremismo religiosos em todas as suas dimensões.

À Senhora **Maria Soares Nunes** (*in memoriam*), minha avó paterna, por ter sido o exemplo de vida que foi e pelo desejo que tinha de saber ler, oportunidade que lhe foi negada por toda a vida, em virtude das circunstâncias sócio-históricas, econômicas, políticas e culturais do contexto onde viveu. Sou-lhe grato pela oportunidade que me deu de ler para ela longos textos bíblicos antes de dormir, dos quais ela muito gostava. Fui agraciado ainda com os comentários lúcidos que fazia, após a minha leitura, num gesto comprovador de que letramento não se confunde com alfabetização. Não tenho dúvidas, vó, de que você merece um bom lugar.

Aos meus pais, **Valmi Soares Nunes** e **Olinda Regina da Silva Nunes** (ou simplesmente Linda, como a chamam), que mesmo tendo pouca escolaridade, sempre viram nos estudos o horizonte de um futuro melhor. Sou muito grato a eles por toda a força que sempre me deram, por acreditarem no meu sonho de fazer mestrado e doutorado e pelo gesto simples de compreender que estudar requer silêncio, disciplina e concentração. Navego por águas profundas, longínquas e turbulentas, mas nunca me esqueço de que vocês são o meu porto seguro.

À minha esposa, **Aracelle Cristina Barros de Araújo Nunes**, porque “aquilo que Deus une o homem não separa” (Ela sabe a origem dessa frase). A despeito das adversidades da vida, devo-lhe ainda a compreensão das minhas “presenças ausentes” e das minhas “ausências presentes”, além da prontidão para dividir comigo a tarefa de educar duas crianças pequenas simultaneamente à escrita desta tese, o que não é fácil. Minha profunda gratidão e afeto.

Aos meus filhos, **Vítor Ravi Barros Nunes** e **Ryan Levi Barros Nunes**, os quais inúmeras vezes me fizeram parar o que eu estava fazendo para colocá-los no colo, assistir a desenhos animados, fazer a tarefinha de casa ou contar uma historinha antes de dormir. A eles devo pelo menos três coisas: (i) o maior exercício de paciência da minha vida até então; (ii) grande parte da energia que me move; e

(iii) a convicção de que a vida deve ser levada com singeleza. Pois é, vocês tornam o meu mundo um pouco menos opaco.

À minha irmã **Lígia da Silva Nunes** que, mesmo não sendo da minha área de pesquisa – pois é bióloga de formação e atuação – sempre acreditou no meu potencial e deu muita importância à minha trajetória acadêmica, além de não se cansar de repetir: “Você é o meu orgulho!”.

À minha irmã **Lídia da Silva Nunes** que, apesar de não ter galgado o caminho que eu escolhi, nutre profunda admiração e respeito por aquilo que eu faço acadêmica e profissionalmente.

Ao meu irmão **Valdemir da Silva Nunes** (Misinho ou Mi, para mim) que, apesar de ser engenheiro, compreende muito bem o que eu faço na área das Humanidades e torce sempre pelo meu sucesso pessoal, profissional e acadêmico. Não é de estranhar que já batemos papo até mesmo sobre Saussure e Bakhtin!

À Profa. Dra. **Maria Inez Matoso Silveira**, por tudo o que representa para mim, não só como uma orientadora “salomônica” – para usar um termo de Serrano ([2009] 2011, p. 59) –, mas também pelo ser humano que é. Sem dúvida, foi por meio dela que enveredei pelo caminho dos gêneros. Como testemunho da minha gratidão, recorro a esta metáfora de Eco ([1977] 2014, p. 15-16), que diz: “os medievais, com seu exagerado respeito pela autoridade dos autores antigos, diziam que os modernos, embora ao seu lado fossem ‘anões’, apoiando-se naqueles tornavam-se ‘anões em ombros de gigantes’, e, desse modo, viam mais além”. À parte as interpretações veneradoras e hiperbólicas dessa citação, obrigado, Inez, por ter sido o meu ponto de apoio desde o mestrado, o que me honra.

À Profa. Dra. **Lúcia de Fátima Santos**, pelo vínculo acadêmico e amistoso que temos; por ser uma pesquisadora que é, antes de tudo, professora, e que defende o papel docente como um lugar político por excelência. Sem dúvida, um exemplo a ser seguido. Posso afirmar de viva voz que somos uma parceria que deu certo. Minha expressa gratidão também pela leitura cuidadosa do texto desta tese e pelas observações pertinentes, desde a qualificação.

À Profa. Dra. **Rita de Cássia Souto Maior Siqueira Lima**, pela fineza, educação e elegância – até mesmo no falar –, qualidades que lhe são peculiares. Agradeço sobretudo pela prontidão e pela aceitação do convite para examinar esta tese, colaborando significativamente para a sua melhoria, tanto na qualificação quanto na defesa.

Ao Prof. Dr. **Benedito Gomes Bezerra**, de quem me orgulho por ter sido seu aluno na Universidade de Pernambuco/*Campus* Garanhuns. Orgulho-me, ainda, por ele ser uma referência nos estudos de gêneros no Brasil hoje. Sou-lhe grato também pela parceria acadêmica, desde o mestrado, e por ter se prontificado para participar desta banca, a despeito da sua agenda cheia. Obrigado, Benedito, você sabe que é importante para mim.

Ao Prof. Dr. **Francisco Alves Filho**, com quem tive o primeiro contato durante o IX SIGET, em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Externo meu profundo agradecimento pela gentileza com que me atendeu, respondendo meus emails e minhas mensagens do Whatsapp, bem como me fornecendo material de apoio para estudo. Agradeço ainda pela aceitação do convite, pela leitura cuidadosa do texto desta tese e pelas pertinentes contribuições à sua versão final.

Ao IFPE/*Campus* Recife, especialmente a algumas das pessoas que compunham a gestão à época da pesquisa, por permitirem o meu acesso ao Arquivo Geral daquele *Campus* e, ao mesmo tempo, facilitarem a minha vida durante a minha estada por lá.

Ao IFPE/*Campus* Garanhuns, principalmente à gestão e aos meus pares, por concordarem, em sua maioria, com o meu afastamento total das atividades desenvolvidas naquele *Campus* para cursar Doutorado em Linguística no PPGLL/FALE/UFAL, pois sem esse apoio o meu percurso jamais teria sido o mesmo.

Aos docentes do PPGLL/FALE/UFAL com os quais tive a oportunidade e o privilégio de dialogar, cursando disciplinas, a minha gratidão por terem sido meus interlocutores experientes, desde o mestrado, o que contribuiu e contribui significativamente para a minha formação intelectual como professor e pesquisador da área da linguagem. Devo muito a Inez Matoso, Rita Zozzoli, Maria Francisca, Belmira Magalhães, Núbia Bakker, Denilda Moura, Lúcia de Fátima, Luiz Fernando, Stela Lameiras e muitos outros.

Às amigas que construí no PPGLL/FALE/UFAL, ao longo de pelo menos oito anos circulando por terras alagoanas – cujos nomes não citarei para não incorrer na injustiça de esquecer alguém –, meu muito obrigado. Tenho uma dívida também com os meus amigos de graduação, especialização, colegas de trabalho, alunos e pessoas com as quais convivo cotidianamente, por acreditarem no meu potencial e por me incentivarem a continuar estudando.

Verba volant, scripta manent.
(Provérbio latino)

RESUMO

Esta tese resulta de uma investigação que estudou práticas discursivas no mundo do trabalho, por meio dos usos autênticos do memorando – gênero da correspondência oficial e empresarial –, no Instituto Federal de Pernambuco/*Campus* Recife, no período compreendido entre 1973-2014. A pesquisa objetivou investigar o memorando em duas frentes inter-relacionadas, em que se procurou lançar um olhar tanto para a dimensão contextual quanto para a dimensão textual do gênero em tela. Quanto à primeira dimensão, procurou-se observar aspectos relativos à situação de produção, circulação e recepção do memorando na instituição *locus* da pesquisa; quanto à segunda, atentou-se para aspectos linguístico-discursivos do gênero pesquisado, principalmente o burocratês. Do ponto de vista teórico, esta tese filia-se centralmente aos estudos de gêneros, por meio da articulação de categorias advindas de diferentes aportes: (i) a perspectiva dialógica, conforme Bakhtin e Volochinov ([1929a] 2009) e Bakhtin ([1953] 2003); (ii) a concepção dos Estudos Retóricos de Gêneros, segundo Miller ([1984] 2009a) e Bazerman ([2004] 2009a); (iii) a abordagem de gêneros do Inglês para Fins Específicos, com base em Swales (1990; 2004) e Bhatia (1993; 2004) e; (iv) o paradigma das Tradições Discursivas, consoante Kabatek (2005a; 2012), dentre outros. A respeito do enfoque metodológico, trata-se de uma investigação de natureza predominantemente qualitativa, respaldada por dados quantitativos, cuja técnica de abordagem fundamenta-se na análise documental, configurando-se como um estudo indutivo e descritivo-interpretativo (CHIZZOTI, 2014; TRIVIÑOS, 2015; LÜDKE; ANDRÉ, 2015). A pesquisa foi operacionalizada por meio da análise de um *corpus* constituído por 60 (sessenta) memorandos, coletados no Arquivo Geral do Instituto Federal de Pernambuco/*Campus* Recife. Compõe o *corpus*, também, um conjunto de documentos (processo administrativo) que circulou nessa mesma instituição federal de educação, o qual é designado, nesta tese, como um sistema de gêneros burocráticos. Os procedimentos de análise partem do contexto para o texto do memorando, numa relação dialógica. Os resultados revelaram que o memorando é um gênero complexo no que tange ao seu funcionamento discursivo, pois, embora tenda à estabilidade, apresenta uma considerável heterogeneidade, impulsionada pela diversidade das práticas profissionais que o engendram no seio institucional. A pesquisa ora relatada enseja uma visão crítica sobre a complexa e multifacetada linguagem humana, funcionando como um convite ao debate, especificamente no que tange ao desvelamento dos sentidos da comunicação oficial e empresarial.

Palavras-chave: Memorando. Esfera administrativa. Sistema de gêneros burocráticos. Metagêneros. Burocratês.

ABSTRACT

This thesis results from an investigation that studied discursive practices in the world of work through the authentic uses of the memorandum – genre from official and business correspondence –, in the Pernambuco Federal Institute of Education, Science, and Technology/Campus Recife, Brazil, between 1973 and 2014. The research aimed at to investigate the memorandum on two interrelated fronts, in which it was sought to look at both the contextual dimension and the textual dimension of the genre in focus. As for the first dimension, it was sought to observe aspects related to the production, circulation and reception situation of the memorandum in the research locus institution; as for the second, we looked at linguistic-discursive aspects of the genre researched, mainly bureaucratic language. From a theoretical point of view, this thesis is centrally related to genre studies, through the articulation of categories coming from different contributions: (i) the dialogical perspective, according to Bakhtin and Volochínov ([1929a] 2009) and Bakhtin ([1953] 2003); (ii) the conception of Rhetoric Studies of Genres, according to Miller ([1984] 2009a) and Bazerman ([2004] 2009a); (iii) the approach to English for Specific Purposes, based on Swales (1990; 2004) and Bhatia (1993; 2004); (iv) the paradigm of Discursive Traditions, according to Kabatek (2005a, 2012), among others. With regard to the methodological approach, it is an investigation of a predominantly qualitative nature, supported by quantitative data, whose technique of approach is based on the documentary analysis, being configured as an inductive and descriptive-interpretive study (CHIZZOTI, 2014; TRIVIÑOS, 2015; LÜDKE; ANDRÉ, 2015). The research was operationalized through the analysis of a corpus constituted by 60 (sixty) memorandums, collected in the General Archive of the Federal Institute of Pernambuco/Campus Recife. The corpus is also constituted by a set of documents (administrative process) that circulated in this same federal institution of education, which is denominated, in this thesis, as a system of bureaucratic genres. The analysis procedures start from the context to the text of the memorandum, in a dialogical relation. The results reveal that the memorandum is a complex genre in terms of its discursive functioning, because, although it tends to stability, it presents to considerable heterogeneity, driven by the diversity of professional practices that engender it within the institutional framework. The research reported here provides a critical view of the complex and multifaceted human language, functioning as an invitation to the discussion, specifically regarding the unveiling of the meanings of official and business communication.

Keywords: Memorandum. Administrative sphere. System of bureaucratic genres. Meta-genres. Bureaucratic language.

RESUMEN

Esta tesis resulta de una investigación que estudió prácticas discursivas en el mundo del trabajo, a través de los usos auténticos del memorando – género de la correspondencia oficial y empresarial –, en el Instituto Federal de Pernambuco/Campus Recife, Brasil, en el período comprendido entre 1973-2014. La investigación objetivó investigar el memorando en dos frentes interrelacionados, en que se intentó echar una mirada tanto a la dimensión contextual, como a la dimensión textual del género en foco. En cuanto a la primera dimensión, se buscó observar aspectos relativos a la situación de producción, circulación y recepción del memorando en la institución de la investigación; en cuanto a la segunda, se atentó para aspectos lingüístico-discursivos del género investigado, principalmente el lenguaje burocrático. Desde el punto de vista teórico, esta tesis se filia centralmente a los estudios de géneros, por medio de la articulación de categorías provenientes de diferentes aportes: (i) la perspectiva dialógica, según Bakhtin y Volochínov ([1929a] 2009) y Bakhtin (1953) 2003); (ii) la concepción de los Estudios Retóricos de Géneros, según Miller ([1984] 2009a) y Bazerman ([2004] 2009a); (iii) el enfoque de los géneros de Inglés para Fines Específicos, basados en Swales (1990; 2004) y Bhatia (1993; 2004); (iv) el paradigma de las Tradiciones Discursivas, según Kabatek (2005a, 2012), entre otros. En cuanto al enfoque metodológico, se trata de una investigación de naturaleza predominantemente cualitativa, respaldada por datos cuantitativos, cuya técnica de abordaje se fundamenta en el análisis documental, se configurando como un estudio inductivo y descriptivo-interpretativo (CHIZZOTI, 2014; TRIVIÑOS, 2015; LÜDKE; ANDRÉ, 2015). La investigación fue operacionalizada por medio del análisis de un corpus constituido por 60 (sesenta) memorandos, recogidos en el Archivo General del Instituto Federal de Pernambuco/Campus Recife. El corpus también está compuesto por un conjunto de documentos (proceso administrativo) que circuló en esa misma institución federal de educación, el cual es designado, en esta tesis, como un sistema de géneros burocráticos. Los procedimientos de análisis parten del contexto para el texto del memorando, en una relación dialógica. Los resultados revelaron que el memorando es un género complejo en lo que se refiere a su funcionamiento discursivo, pues, aunque tiende a la estabilidad, presenta una considerable heterogeneidad, impulsada por la diversidad de las prácticas profesionales que lo engendran en el ámbito institucional. La investigación ora relatada plantea una visión crítica sobre el complejo y multifacético lenguaje humano, funcionando como una invitación al debate, específicamente en lo que se refiere al desvelamiento de los sentidos de la comunicación oficial y empresarial.

Palabras-clabe: Memorándum. Esfera administrativa. Sistema de géneros burocráticos. Meta-géneros. Lenguaje burocrático.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Os três gêneros retóricos na Antiga Retórica.....	37
Figura 02 – Os três gêneros literários na Antiguidade Clássica.....	38
Figura 03 – Algumas perspectivas teóricas para o estudo dos gêneros.....	58
Figura 04 – Metáforas sobre gêneros.....	88
Figura 05 – A complexidade dos gêneros no mundo do discurso escrito.....	89
Figura 06 – Níveis de sobreposição de representações discursivas.....	90
Figura 07 – Tradições discursivas – os filtros concomitantes na produção do enunciado.....	96
Figura 08 – Parte de memorando produzido à época da ETFPE [MEMO 08].....	106
Figura 09 – Parte de memorando produzido à época do CEFET/PE [MEMO 43]...	107
Figura 10 – Parte de memorando produzido à época do IFPE [MEMO 60].....	109
Figura 11 – Fotografia da primeira sede oficial do IFPE/ <i>Campus</i> Recife.....	110
Figura 12 – Fotografia da sede atual do IFPE/ <i>Campus</i> Recife.....	111
Figura 13 – Cronologia de denominações do IFPE ao longo do tempo.....	112
Figura 14 – Modelo CARS para a introdução de artigos de pesquisa.....	119
Figura 15 – Memorando coletado em empresa privada (2015).....	128
Figura 16 – Memorando típico do serviço público [MEMO 04].....	130
Figura 17 – Exemplar de memorando externo [MEMO 35].....	131
Figura 18 – Exemplar de memorando manuscrito [MEMO 22].....	133
Figura 19 – Inter-relação entre o suporte e outros aspectos constitutivos do memorando.....	136
Figura 20 – Memorando: um tipo específico de carta [MEMO 09].....	141
Figura 21 – Surgimento e institucionalização do memorando.....	146
Figura 22 – O memorando como um objeto sócio-histórico e cultural [MEMO 03]..	148
Figura 23 – O memorando como elemento de um sistema de gêneros burocráticos.....	151
Figura 24 – Fragmento do memorando que formalizou o início do processo administrativo [MEMO 55].....	152
Figura 25 – Parte da capa do processo que compõe o sistema de gêneros burocráticos.....	153
Figura 26 – Despacho da Diretoria de Ensino ao Protocolo Geral do IFPE/ <i>Campus</i> Recife.....	154

Figura 27 – Tomada de ciência do professor do IFPE/ <i>Campus</i> Recife.....	155
Figura 28 – Declaração apresentada pelo professor do IFPE/ <i>Campus</i> Garanhuns.....	156
Figura 29 – Parte da portaria que autorizou a remoção dos servidores interessados.....	157
Figura 30 – Fluxo de ações orais e escritas constitutivas de um processo administrativo.....	161
Figura 31 – Órgãos que participam de um sistema de atividades administrativas..	164
Figura 32 – Fluxo dos gêneros nos sistemas de atividades administrativas.....	165
Figura 33 – Conceito de memorando segundo Beltrão ([1941] 1948).....	172
Figura 34 – Modelo-padrão de memorando da década de 1940.....	173
Figura 35 – Memorando mais antigo do <i>corpus</i> da pesquisa [MEMO 01].....	174
Figura 36 – Conceito de memorando – Manual de Redação da Presidência da República.....	175
Figura 37 – Modelo de memorando do Manual de Redação da Presidência da República.....	176
Figura 38 – Características do memorando – Manual de Padronização de Documentos do IFPE.....	178
Figura 39 – Modelo de memorando do Manual de Padronização de Documentos do IFPE.....	179
Figura 40 – Recorrência dos propósitos comunicativos no gênero memorando.....	182
Figura 41 – Tipologia dos memorandos com base em seus propósitos comunicativos.....	189
Figura 42 – Exemplar de memorando de solicitação [MEMO 10].....	190
Figura 43 – Organização retórica de memorando de solicitação [MEMO 10].....	191
Figura 44 – Recorrência dos movimentos retóricos nos memorandos de solicitação.....	193
Figura 45 – Memorando de solicitação com propósito comunicativo indireto [MEMO 36].....	195
Figura 46 – Memorando de solicitação formalmente breve [MEMO 52].....	196
Figura 47 – Memorando de solicitação predominantemente argumentativo [MEMO 55].....	197
Figura 48 – Exemplar de memorando de informação e esclarecimento [MEMO 34].....	201

Figura 49 – Organização retórica – memorando de informação/esclarecimento [MEMO 34].....	202
Figura 50 – Recorrência dos movimentos retóricos nos memorandos de informação e esclarecimento.....	203
Figura 51 – Exemplar de memorando de encaminhamento [MEMO 13].....	207
Figura 52 – Organização retórica de memorando de encaminhamento [MEMO 13].....	208
Figura 53 – Recorrência dos movimentos retóricos nos memorandos de encaminhamento.....	210
Figura 54 – Memorando em que se encaminha minuta de ofício [MEMO 48].....	211
Figura 55 – Exemplar de memorando de convocação [MEMO 44].....	213
Figura 56 – Organização retórica de memorando de convocação [MEMO 44].....	214
Figura 57 – Recorrência dos movimentos retóricos nos memorandos de convocação.....	215
Figura 58 – Exemplar de memorando-convite [MEMO 21].....	216
Figura 59 – Organização retórica de memorando-convite [MEMO 21].....	217
Figura 60 – Recorrência dos movimentos retóricos nos memorandos-convite.....	218
Figura 61 – Exemplar de memorando de autorização [MEMO 15].....	219
Figura 62 – Organização retórica de memorando de autorização [MEMO 15].....	220
Figura 63 – Recorrência dos movimentos retóricos nos memorandos de autorização.....	221
Figura 64 – Exemplar de memorando de advertência [MEMO 04].....	222
Figura 65 – Recorrências de vocativos nos exemplares de memorando analisados.....	227
Figura 66 – Recorrências de pronomes de tratamento nos memorandos analisados.....	228
Figura 67 – Recorrências de fórmulas de despedida nos memorandos analisados.....	234
Figura 68 – Exemplos de termos rebuscados e/ou específicos no gênero memorando.....	235
Figura 69 – Expressões e termos abstratos/genéricos no memorando.....	237
Figura 70 – Processos de nominalização nos memorandos que compõem o <i>corpus</i> da pesquisa.....	241
Figura 71 – O uso de siglas em um exemplar de memorando [MEMO 59].....	242

Figura 72 – Recorrências de nominalização por siglonimização no <i>corpus</i> de 60 memorandos.....	243
Figura 73 – Recorrências de nominalização por conversão de verbo em substantivo, considerando-se o universo de 30 exemplares.....	246
Figura 74 – Recorrências de nominalização por redução de oração subordinada adjetiva, considerando-se o universo de 24 exemplares.....	247
Figura 75 – Modos de (im)personalização verbal no memorando.....	249
Figura 76 – Síntese da pronominalização no gênero memorando.....	253
Figura 77 – Recorrência de pronomes pessoais no memorando, considerando-se o universo de 60 exemplares.....	254
Figura 78 – Recorrência de pronomes possessivos e demonstrativos no memorando, considerando-se o universo de 60 exemplares.....	257
Figura 79 – Formas de apassivação no memorando, considerando-se o universo de 60 exemplares.....	258
Figura 80 – Recorrência de apassivações no memorando, considerando-se o universo de 22 exemplares.....	262
Figura 81 – Recorrências de expressões com sentido de conformatividade no memorando, considerando-se o universo de 15 exemplares.....	264

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
ACG	Análise Crítica de Gêneros
ADD	Análise Dialógica do Discurso
ASSETEFEPE	Associação dos Servidores da Escola Técnica Federal do Estado de Pernambuco
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CARS	<i>Create a Research Space</i> (Criar um Espaço de Pesquisa)
CD	Colégio de Dirigentes
CEFET(s)	Centro(s) Federal(is) de Educação Tecnológica
CEFET/PE	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
CGEO	Coordenação de Geografia
CGPE	Coordenação de Gestão de Pessoas
COGITE	Colóquio sobre Gêneros e Textos
CONSUP	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPUB	Coordenação de Publicação e Registro
CSOL	Coordenadoria de Serviço Social
DAD	Diretoria de Administração
DASS	Departamento de Meio Ambiente, Saúde e Segurança
DD	Digníssimo
DEN	Diretoria de Ensino
DGCG	Direção Geral do <i>Campus</i> Garanhuns
DGPE	Diretoria de Gestão de Pessoas
DIAM	Divisão de Administração e Manutenção
DIAP	Divisão de Administração de Pessoas
DP	Departamento de Pessoal

EAA/PE	Escola de Aprendizizes Artífices de Pernambuco
ERG	Estudos Retóricos de Gêneros
ESP	<i>English for Specific Purposes</i> (Inglês para Fins Específicos)
ETFPE	Escola Técnica Federal de Pernambuco
ETR	Escola Técnica do Recife
FALE	Faculdade de Letras
GD	Gabinete da Direção
GR	Gabinete do/a Reitor/a
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
IFs	Institutos Federais
ISD	Interacionismo Sociodiscursivo
ISO	<i>International Organization for Standardization</i> (Organização Internacional de Normalização)
LI/PE	Liceu Industrial de Pernambuco
LSF	Linguística Sistêmico-Funcional
LSP	<i>Language for Specific Purposes</i> (Língua para Fins Específicos)
LT	Linguística Textual
M1, M2, M3...	Movimento retórico 1, movimento retórico 2, movimento retórico 3...
MD	Mui Digno
MEC	Ministério da Educação
MEMO	Memorando
MOU	<i>Memorandum of Understanding</i> (Memorando de Entendimento)
MPD	Manual de Padronização de Documentos
MRPR	Manual de Redação da Presidência da República
NLP	Núcleo de Língua Portuguesa
OCEM	Orientações Curriculares para o Ensino Médio
P1	Professor do Instituto Federal de Pernambuco/ <i>Campus Recife</i>

P2	Professor do Instituto Federal de Pernambuco/ <i>Campus</i> Garanhuns
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PG	Protocolo Geral
PPGLL	Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIASS	Subsistema Integrado de Saúde e Atenção ao Servidor
SIGET	Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais
SINALGE	Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SRP	Sistema de Registro de Preços
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TD	Tradições Discursivas
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

SUMÁRIO

1	VIMOS POR MEIO DESTA: A PROPÓSITO DE INTRODUÇÃO	21
2	TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS DE GÊNEROS	31
2.1	As origens do conceito de gênero	31
2.1.1	A Retórica.....	33
2.1.2	A Literatura.....	38
2.2	A virada bakhtiniana no estudo dos gêneros	40
2.2.1	O dialogismo.....	41
2.2.2	As esferas da comunicação humana.....	43
2.2.3	Gêneros como enunciados sócio-históricos e dialógicos.....	45
2.3	Concepções de gênero na contemporaneidade	49
2.3.1	A pluralidade de “escolas” teóricas.....	50
2.3.2	A particularidade brasileira.....	62
3	PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA O ESTUDO DOS GÊNEROS	67
3.1	A concepção dos Estudos Retóricos de Gêneros (ERG)	67
3.1.1	Gênero como ação social tipificada.....	68
3.1.2	Sistemas de gêneros.....	73
3.1.3	Metagêneros.....	77
3.2	A abordagem do Inglês para Fins Específicos (ESP)	80
3.2.1	Gênero como evento comunicativo.....	83
3.2.2	A noção de propósito comunicativo.....	90
3.3	O paradigma das Tradições Discursivas (TD)	93
3.3.1	Fundamentos do conceito de tradição discursiva.....	94
3.3.2	Tradição discursiva e gênero.....	99
4	APORTE METODOLÓGICO DA PESQUISA	103
4.1	O contexto da pesquisa	103
4.2	A natureza da investigação	113
4.3	O método de coleta dos dados	114

4.4	O percurso metodológico da pesquisa	118
4.4.1	Metodologias que subsidiaram a pesquisa.....	118
4.4.2	Construção das categorias de análise.....	121
5	ANÁLISE DA DIMENSÃO CONTEXTUAL DO MEMORANDO	124
5.1	A circulação do memorando na esfera administrativa	124
5.2	O memorando como um enunciado sócio-histórico e dialógico	139
5.3	O memorando dentro de um sistema de gêneros	150
5.4	Os metagêneros que regulam o memorando	167
5.4.1	Os verbetes de dicionários.....	168
5.4.2	Os manuais de redação oficial.....	172
5.5	Os propósitos comunicativos recorrentes no memorando	180
6	ANÁLISE DA DIMENSÃO TEXTUAL DO MEMORANDO	187
6.1	Organização retórica do memorando	187
6.1.1	Memorando de solicitação.....	189
6.1.2	Memorando de informação e esclarecimento.....	200
6.1.3	Memorando de encaminhamento.....	206
6.1.4	Outros tipos de memorandos menos recorrentes no <i>corpus</i>	212
6.2	Aspectos linguístico-discursivos do memorando	223
6.2.1	Burocratês: singularidades de um registro linguístico.....	223
6.2.2	As marcas da formalidade como tradições discursivas.....	226
6.2.3	As marcas da impessoalidade como tradições discursivas.....	239
7	SEM MAIS PARA O MOMENTO: À GUIA DE CONCLUSÃO	265
	REFERÊNCIAS	276
	APÊNDICES	286
	APÊNDICE I – Memorandos utilizados na pesquisa (1973-1988).....	287
	APÊNDICE II – Memorandos utilizados na pesquisa (1989-1998).....	288
	APÊNDICE III – Memorandos utilizados na pesquisa (1999-2014).....	289
	APÊNDICE IV – Diversidade de <i>moves</i> no memorando de solicitação.....	290

APÊNDICE V – Diversidade de <i>moves</i> no memorando de informação esclarecimento.....	294
APÊNDICE VI – Diversidade de <i>moves</i> no memorando de encaminhamento.....	297
APÊNDICE VII – Diversidade de <i>moves</i> no memorando de convocação.....	299
APÊNDICE VIII – Diversidade de <i>moves</i> no memorando-convite.....	301
APÊNDICE IX – Diversidade de <i>moves</i> no memorando de autorização.....	302
ANEXO	303
ANEXO I – Autorização da pesquisa.....	304

1 VIMOS POR MEIO DESTA: A PROPÓSITO DE INTRODUÇÃO

O estudo da linguagem humana por meio de gêneros¹ já pode ser considerado uma prática de pesquisa consolidada nos meios acadêmicos, seja no plano mundial, seja em contexto brasileiro, haja vista a farta literatura produzida nesse campo de pesquisa, principalmente a partir dos anos oitenta do século XX (BAKHTIN, [1953] 2003; MILLER, [1984] 2009a; SWALES, 1990; BHATIA, 1993; MEURER; MOTTA-ROTH, 2002; SWALES, 2004; BHATIA, 2004; KABATEK, 2005a; 2012; SILVEIRA, 2005; MARCUSCHI, 2003; 2007; 2008; 2010; 2011; BAWARSHI; REIFF [2010] 2013; NUNES, 2012; ALVES FILHO; SOUSA; ALVES, 2013; BAZERMAN, 2015a; 2015b; NUNES; SILVEIRA, 2015; 2016; BEZERA, 2017, *inter alia*). Eventos científicos, grupos de pesquisa e produções acadêmicas de diversas naturezas têm se avolumado significativamente nesse ramo do saber, contribuindo para aclarar um pouco mais os modos como se age socialmente e se interage discursivamente por meio de gêneros, dentro da complexa teia das relações humanas que dão sentido à vida em sociedade. A propósito disso, Marcuschi (2011, p. 25) já advertia que as teorias de gêneros não servem tanto para a identificação dos construtos genéricos em si, mas “para a percepção de como o funcionamento da língua é dinâmico e, embora sempre manifesto em textos, nunca deixa de se renovar nesse processo”.

Do ponto de vista pedagógico, há um consenso de que os gêneros são uma ferramenta útil, de alguma maneira, no ensino e na aprendizagem de línguas – quer materna, quer adicional – nos diversos níveis e modalidades da educação formal. Os documentos oficiais que parametrizam, orientam ou baseiam o ensino de línguas no Brasil são produções de cunho técnico-pedagógico que tentam incorporar os avanços da Linguística, inclusive no que diz respeito aos gêneros. O que ainda não se sabe é de que modo os gêneros podem realmente contribuir para uma prática

¹ No Brasil, costuma-se cindir os conceitos de “gênero textual” e “gênero discursivo”, como se fossem categorias distintas (cf. Rojo, 2005); outras vezes, usa-se a expressão “gênero textual/discursivo”, numa tentativa de contemplar ambos os conceitos, porém se admitindo a existência da dicotomia. Na literatura linguística anglófona, emprega-se somente “gênero”; entretanto, na abordagem bakhtiniana, prefere-se “gênero discursivo”; o Interacionismo Sociodiscursivo, por sua vez, varia entre “gênero textual” e “gênero discursivo”. Nesta tese, ambos os conceitos são vistos com mais semelhanças que diferenças; por essa razão, adota-se apenas o termo “gênero”, sem adjetivação e, portanto, sem quaisquer conotações dicotômicas, conforme defende Bezerra (2017).

transformadora da realidade social ou o que está faltando para que um ensino por meio de gêneros dê resultados efetivos, pois o cenário atual não parece tão promissor. Os equívocos em matéria de gêneros não são raros, pois, como disse Bezerra (2015, p. 63), “a inserção da categoria de gênero como norteadora do ensino de língua não se fez sem problemas para a compreensão e apropriação de estudantes de graduação e pós-graduação e docentes da educação básica”. Indo além, dir-se-ia que tal “inserção” ainda “não se faz sem problemas”. Mas, vale ponderar que os estudos de gêneros têm propiciado o conhecimento dos aspectos funcionais de gêneros significativos de várias esferas da atividade humana como, por exemplo, os da esfera acadêmica e os da esfera laboral.

Posto isso, convém esclarecer que o foco desta tese volta-se para a descrição e a análise de um gênero específico do mundo do trabalho: o memorando. Convém destacar que a pesquisa que originou esta tese surgiu das inquietações deste pesquisador como estudioso de gêneros² e professor de língua portuguesa no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), a partir dos gêneros produzidos em suas funções pedagógico-administrativas, quando muitas vezes foi instado a produzir memorandos. Numa dessas ocasiões, travou-se uma discussão informal entre seus pares sobre quem poderia produzir esse gênero, pois enquanto uns defendiam uma autoria institucional, outros o viam quase como uma espécie de comunicação pessoal. Some-se a isso o fato de o IFPE – instituição onde este pesquisador atua profissionalmente – ser uma instituição de ensino básico, técnico e tecnológico; por essa razão, as disciplinas que se ocupam de estudar a língua portuguesa contemplam, em geral, gêneros do mundo do trabalho e da comunicação oficial e empresarial. Em linhas gerais, as ementas dessas disciplinas tratam tais gêneros de maneira bastante formatada, tomando como referência os manuais de redação oficial produzidos por profissionais que, em sua maioria, pouco conhecem a Linguística e os seus avanços para os estudos da linguagem, tais como jornalistas, administradores, bacharéis em direito ou até mesmo professores de português com visão restrita à gramática normativa (BRASIL, [1991] 2002; BRASIL, [entre 2011 e 2015]).

De fato, há de se convir que a academia brasileira parece não ter se interessado muito pelos gêneros que circulam no mundo do trabalho, das atividades

² Tal interesse por essa temática surgiu desde o mestrado, quando este pesquisador investigou um gênero típico da esfera jornalística: a carta do leitor (cf. NUNES, 2012).

produtivas, sejam elas na administração estatal ou na empresarial; por essa razão, a bibliografia sobre o tema ainda é rarefeita. Recentemente, tem-se acompanhado uma avalanche de estudos sobre gêneros, principalmente do meio cibernético e das redes sociais digitais, potencializada pelo advento do computador e da internet; isso tem alterado as rotinas das pessoas e, por conseguinte, as suas práticas languageiras. Todavia, a presente proposta volta-se para um gênero do mundo do trabalho, larga e tradicionalmente usado na comunicação escrita impressa, isto é, o memorando. É aqui que se pretende trazer uma contribuição, em certo sentido, inédita.

A opção pelas teorias de gêneros como fundamento teórico da presente pesquisa tem a ver com o fato de elas já virem sendo estudadas desde o mestrado. Naquele momento, este pesquisador teve contato pela primeira vez com os estudos de Swales (1990) e Bhatia (1993), bem como passou a ler alguns textos de Miller ([1984] 2009a) e Bazerman ([2004] 2009a). Foi praticamente naquele mesmo período que ele se aproximou da perspectiva filosófica do chamado Círculo de Bakhtin ([1953] 2003), especialmente do seu seminal ensaio *Os gêneros do discurso*³. Não se pode deixar de admitir também que houve uma forte influência do trabalho de Silveira (2005) sobre o *ofício* – gênero típico da esfera administrativa estatal e empresarial. Essa foi uma das primeiras leituras realizadas quando se descobriu a fecunda área dos gêneros. Como o *ofício* já havia sido amplamente discutido e analisado pela autora, verificou-se que o mesmo não ocorria com o memorando, muito embora ambos possam ser considerados como pertencentes a uma possível *constelação de gêneros* epistolares⁴.

Como a vasta literatura existente sobre o assunto é hegemonicamente prescritiva, fundamentada numa concepção idealizada da língua e dos gêneros, resolveu-se empreender uma pesquisa que visasse a estudar o memorando dentro de práticas profissionais autênticas. Assim, escolhidos um *locus*, um *corpus* e um *chronos*, delimitou-se a questão de pesquisa da seguinte forma: *partindo do pressuposto de que o memorando é um gênero pertencente à esfera administrativa,*

³ A motivação inicial veio da disciplina *Tópicos Avançados em Linguística III: Teoria e Análise de Gêneros Textuais*, ministrada no primeiro semestre de 2009 pela Profa. Dra. Maria Inez Matoso Silveira, no PPGLL/FALE/UFAL, quando este pesquisador ainda era aluno especial desse Programa.

⁴ A noção de *constelação* está sendo tomada aqui na acepção de Bhatia (2004) como um agrupamento de gêneros relacionados, de algum modo, pelos propósitos comunicativos que compartilham, enquanto se distanciam por outros fatores, tais como o contexto de uso, a relação entre os interlocutores, as restrições do auditório, dentre outros.

de que maneira esse construto genérico funcionou discursivamente no âmbito do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – Campus Recife, no período compreendido entre 1973-2014, considerando-se aspectos contextuais e textuais de sua construção?

Sendo assim, a presente tese resulta de uma investigação que teve como objetivo central descrever e analisar os modos como o memorando organiza práticas profissionais no contexto institucional do IFPE/*Campus Recife*, no período supramencionado, considerando-se aspectos sociais e linguístico-discursivos desse construto genérico. Em termos específicos, estudou-se o memorando a partir desse duplo enfoque, percorrendo-se um caminho que vai do macronível ao micronível do texto, uma vez que não se pretendia dar destaque somente aos aspectos sociais, nem se concentrar apenas nos aspectos linguísticos. O propósito é estabelecer um diálogo entre essas duas dimensões do gênero, denominadas *contextual* e *textual*, respectivamente. Esse olhar bifocal tenta se aproximar, de alguma maneira, de uma abordagem que toma o gênero de forma mais complexa e um tanto mais completa, com o cuidado de não se incorrer em uma análise meramente formalista. Recorrendo-se a uma metáfora de Bhatia (2012, p. 19), dir-se-ia que se olhou para o memorando em busca da “totalidade do elefante”, ao invés de “tocá-lo” apenas de um ponto de vista parcial “como os seis homens cegos”⁵.

O primeiro objetivo específico da pesquisa – que se volta para a dimensão contextual do gênero em questão – visou a analisar as condições de produção, circulação e recepção do memorando. Dizendo de outra maneira, investigaram-se algumas particularidades da esfera administrativa estatal; a circulação intrainstitucional do gênero; a sua evolução sócio-histórica e ideológica; o funcionamento do memorando dentro de um sistema de gêneros burocráticos; os metagêneros que normatizam a produção do memorando; e os propósitos comunicativos prototípicos a partir das situações retóricas recorrentes. O segundo objetivo específico – que se refere à dimensão textual do gênero em tela – focalizou

⁵ Segundo a tradição popular hindu, viviam na Índia antiga seis homens cegos de nascença. Certo dia, eles decidiram visitar um palácio na vizinhança. Quando chegaram lá, havia um elefante em pé no pátio. O primeiro homem cego tocou um lado do elefante e disse: “Um elefante é uma grande montanha que se mexe”. O segundo cego tocou sua tromba e disse: “Um elefante é uma enorme serpente que se enrola”. O terceiro cego tocou sua presa e disse: “Um elefante é uma espada pontiaguda”. O quarto homem cego tocou-lhe a perna e disse: “Um elefante é uma árvore”. O quinto cego tocou a orelha e disse: “Um elefante é um abano”. O sexto homem cego tocou-lhe a cauda e disse: “Um elefante é uma corda”. Devido ao fato de cada cego ter tocado apenas uma parte do elefante, nenhum deles podia concordar a respeito de como um elefante era de fato.

a organização retórica do memorando, especialmente de alguns dos seus tipos mais recorrentes, bem como as categorias linguístico-discursivas mais marcantes nesse gênero, especialmente a linguagem burocrática, da qual os traços da formalidade e de uma pretensa impessoalidade são constitutivos.

Delimitado o problema de pesquisa e traçados os objetivos que se pretendia alcançar, buscou-se o que já havia sido escrito sobre o memorando e verificou-se que a literatura sobre o assunto se ramifica em pelo menos duas perspectivas diferentes. Em primeiro lugar, a maioria esmagadora do que se encontra publicado diz respeito à literatura normativa sobre esse construto genérico, incluindo verbetes de dicionários consagrados pelo uso (FERREIRA, 1986; CALDAS AULETE; VALENTE, 2008; COSTA, 2009), manuais de redação oficial e empresarial (BRASIL, [1991] 2002; BRASIL, [entre 2011 e 2015]; CRUZ, 2006; VICTORIA, 1968; BELTRÃO, [1941] 1948) e textos, imagens e vídeos disponíveis na *web*, configurando, em geral, uma perspectiva prescritivista, iluminada por uma visão conservadora e estanque da língua. Em segundo lugar, uma parte muito pequena das publicações concerne à literatura científica sobre o tema, sejam textos específicos sobre o memorando – preponderantemente oriundos de pesquisas desenvolvidas no exterior –, sejam pesquisas realizadas sobre outros gêneros típicos da esfera administrativa, tais como o *ofício* e o *requerimento*, conforme se verá adiante; à tal perspectiva, subjaz uma concepção de língua como prática sociointeracional e dialógica, pautada pela dinamicidade das interações discursivas e por uma visão crítica das relações de poder socialmente estabelecidas por meio do discurso.

Com base nessas considerações, defende-se que a ausência de estudos especializados sobre o memorando – até onde se pesquisou, dentro da ciência da linguagem no contexto da pesquisa científica brasileira – já justifica, por si só, a presente investigação. Para não dizer que inexistem, de forma absoluta, pesquisas linguísticas que tomam esse construto genérico como objeto de estudo no Brasil, identificou-se um artigo que, de alguma maneira, usa esse gênero como pano de fundo (NASCIMENTO; GONÇALVES, 2011). Entretanto, trata-se de um pequeno estudo que foca o fenômeno da modalização como estratégia semântico-argumentativa no gênero em tela, sem fazer uma abordagem descritiva e analítica do memorando dentro das práticas discursivas e profissionais que o engendram.

No cenário da pesquisa científica internacional, disponível em língua inglesa, os trabalhos desenvolvidos por Yates e Orlikowski (1992; 2002) e Orlikowski e Yates (1994) nos Estados Unidos da América são, possivelmente, o que há de mais conhecido sobre o memorando comercial. As autoras desenvolveram uma série de estudos que investigaram a evolução histórico-ideológica desse gênero (YATES; ORLIKOWSKI, 1992); cunharam a noção de “repertório de gêneros” (*genre repertoire*), a partir da pesquisa sobre “gêneros da comunicação organizacional” (*genres of organizational communication*) – incluso aqui o memorando – (ORLIKOWSKI; YATES, 1994); e discutiram o memorando dentro de sistemas de gêneros no âmbito empresarial norte-americano (YATES; ORLIKOWSKI, 2002). A pesquisa de Zucchermaglio e Talamo (2003) no contexto empresarial italiano, por sua vez, também investigou o desenvolvimento de uma comunidade virtual de práticas, por meio do uso do *e-mail* e do que elas chamam de gêneros comunicativos (dentre eles o memorando). Apesar dos estudos referidos, sustenta-se que a pesquisa relatada nesta tese amplia os estudos já realizados, trazendo duas singularidades: (i) supre uma demanda existente na literatura científica sobre gêneros no mundo do trabalho em língua portuguesa – especialmente sobre o memorando – e; (ii) aborda essa entidade genérica na esfera administrativa estatal, diferentemente do escopo e dos *loci* das pesquisas norte-americana e italiana citadas.

É conveniente frisar que outros gêneros típicos da esfera administrativa já foram estudados em contexto brasileiro, a exemplo do já mencionado trabalho de Silveira (2005)⁶ sobre o ofício; da pesquisa de Souza (2013) sobre o requerimento; e da investigação de Souza (2008) sobre a interface entre alguns gêneros do mundo empresarial e a sua abordagem na perspectiva do ensino instrumental de língua materna. Convém ressaltar que os achados dessas investigações confirmam, de algum modo, que os gêneros da chamada redação oficial – muitas vezes subestimados no senso comum como fáceis e simples de se produzir, porque seguem modelos prontos, ou como gêneros formulaicos e estandardizados, em que não tem muito o que se pesquisar – são diversificados e passíveis de análises como

⁶ Esta data refere-se ao ano de publicação do livro no qual a tese foi transformada, quando publicado pela Editora da Universidade Federal de Alagoas (cf. SILVEIRA, 2005). No entanto, a tese da autora – originalmente intitulada *Estudo sócio-retórico do ofício – gênero textual da correspondência oficial e empresarial* – foi defendida no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco em 2002.

quaisquer outros. Ademais, são construtos genéricos que se mostram complexos, no que tange ao seu funcionamento discursivo, dizendo algo importante sobre os modos como se age ou se deixa de agir conjunta e discursivamente, e como as forças mantenedoras das estruturas de poder naturalizam-se e tornam-se duradouras.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma investigação de natureza predominantemente qualitativa, respaldada por dados quantitativos, cuja técnica de abordagem fundamenta-se na análise documental, configurando-se como um estudo indutivo e descritivo-interpretativo (CHIZZOTI, 2014; TRIVIÑOS, 2015; LÜDKE; ANDRÉ, 2015). A pesquisa foi operacionalizada por meio da análise de um *corpus* constituído por 60 (sessenta) memorandos, coletados no Arquivo Geral do Instituto Federal de Pernambuco/*Campus* Recife. O *corpus* ainda é constituído por um conjunto de documentos (isto é, um processo administrativo) que circulou nessa mesma instituição federal de educação, o qual é designado, nesta tese, como parte de um sistema de gêneros burocráticos.

No que concerne aos pressupostos teóricos, esta tese fundamenta-se principalmente nos estudos de gêneros, a partir de categorias advindas de diferentes teorias que, em maior ou menor proporção, dialogam entre si, quais sejam: (i) a perspectiva dialógica do chamado Círculo de Bakhtin (VOLOSHINOV, 1926; BAKHTIN; VOLOCHINOV, [1929a] 2009; BAKHTIN, [1929b] 2013; [1934-1935] 2014a; [1953] 2003); (ii) os Estudos Retóricos de Gêneros (BAZERMAN, 2015a; 2015b; [2004] 2009a; [2000] 2009b; [1988] 2006; 1994; BAZERMAN; PRIOR, [2005], 2007; BAZERMAN; MILLER, 2011; MILLER, 2015; [1984] 2009a; [1994] 2009b; GILTROW, 2002; YATES; ORLIKOWSKI, 1992; 2002; ORLIKOWSKI; YATES, 1994); (iii) a abordagem de gêneros do Inglês para Fins Específicos (ASKEHAVE; SWALES, [2001] 2009; SWALES, 1990; 2009a, [1992] 2009b; 2004; 2012; BHATIA; 2015b; 2012; 2004; [1997] 2009; 1993) e (iv) o paradigma das Tradições Discursivas (KABATEK, 2012; 2005a; 2005b; ZAVAM, 2009; LONGHIN, 2014).

O presente trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos⁷. Os dois primeiros são de cunho teórico, o terceiro descreve os procedimentos metodológicos da pesquisa e os dois últimos são de análise dos dados. Sendo assim, no primeiro capítulo – intitulado *Trajetória dos estudos de gêneros* –, traça-se um breve

⁷ Cumpre esclarecer que a *Introdução* e a *Conclusão* não estão sendo contadas, nesta tese, como capítulos.

panorama da noção de gênero desde a Antiguidade Clássica aos dias atuais. Nele, discutem-se as origens do conceito de gênero no âmbito da Antiga Retórica e da Literatura, pois se defende que essa categoria tem seu gérmen lançado, em alguma medida, já naquela época, muito embora o foco ainda fosse assaz classificatório, centrado na forma, e privilegiasse domínios intelectuais do uso da palavra. Mas é com Bakhtin e seu Círculo que há uma guinada importante, quando os gêneros (“do discurso”)⁸ são tomados como enunciados sócio-históricos, situados na fronteira entre a estabilidade e a instabilidade, articulados às esferas da comunicação humana, à luz de uma concepção dialógica de língua(gem). O capítulo encerra-se traçando uma breve cartografia das várias correntes dos estudos de gêneros na contemporaneidade, e destacando, inclusive, a particularidade das pesquisas brasileiras nesse campo de investigação científica.

No segundo capítulo – *Perspectivas teóricas para o estudo dos gêneros* – põem-se em cena, de forma mais específica, categorias que iluminaram as análises empreendidas, situando cada uma delas dentro da abordagem teórica correspondente. Assim sendo, como a concepção filosófica bakhtiniana – que também serve de suporte teórico à pesquisa – já foi tratada no capítulo primeiro, trazem-se à discussão as demais teorias de gêneros que embasaram a investigação. Dos Estudos Retóricos de Gêneros (ERG), recorreu-se à noção de gênero como ação social, preconizada por Miller ([1984] 2009a); na tentativa de se olhar para os gêneros de forma inter-relacionada, utilizou-se a ideia de sistema de gêneros, conforme postula Bazerman ([2004] 2009a); considerando a natureza do objeto de pesquisa, julgou-se válida uma discussão sobre os metagêneros, na perspectiva de Giltrow (2002). Mas é em Swales (1990; 2004) e Bhatia (1993; 2004) – dois autores vinculados aos estudos de gêneros do Inglês para Fins Específicos (ESP) – que os construtos genéricos são vistos como eventos comunicativos prototípicos e recorrentes, a serviço de propósitos comunicativos sociodiscursivamente constituídos. Por fim, se estabelece uma ponte com o paradigma das Tradições Discursivas (TD), discutindo os fundamentos desse conceito e a sua relação com os gêneros, especialmente o memorando.

No terceiro capítulo – *Aporte metodológico da pesquisa* – descreve-se o contexto da investigação, ou seja, o IFPE/Campus Recife. Para tanto, traça-se um

⁸ Convém destacar que, na teoria bakhtiniana, os gêneros são referidos como “gêneros discursivos” ou “gêneros do discurso”.

sucinto histórico da instituição ao longo dos seus mais de cem anos de existência, no intuito de contribuir para uma melhor compreensão do objeto de estudo – o memorando – e da esfera discursiva onde ele circula – a administração estatal. Explica-se, também, a natureza predominantemente qualitativa da pesquisa, bem como o método de coleta dos dados utilizado: a análise documental (CHIZZOTI, 2014; TRIVIÑOS, 2015; LÜDKE; ANDRÉ, 2015). Ademais, põe-se em discussão o percurso metodológico da presente investigação, destacando-se os subsídios metodológicos que, em alguma medida, embasaram a pesquisa, e, por fim, explicando-se como se deu o processo de construção das categorias de análise.

No quarto capítulo – *Análise da dimensão contextual do memorando* – abordam-se principalmente alguns aspectos que subjazem ao entorno desse tipo de correspondência oficial. Assim, discorre-se sobre particularidades da esfera administrativa estatal e sua relação com o IFPE/*Campus* Recife, bem como se destaca a natureza intrainstitucional do memorando, constatada a partir dos dados do *corpus*. Descreve-se a evolução histórico-ideológica do memorando como um enunciado sócio-histórico e dialógico e a sua relação com os dados da pesquisa. Considerando que os gêneros não circulam socialmente de forma isolada, postula-se a existência de um sistema de gêneros burocráticos, a partir de um processo administrativo que circulou no IFPE (Reitoria, *Campi* Recife e Garanhuns), entre 2010 e 2011, cujo objetivo fora tratar da permuta entre dois docentes de áreas afins nos *Campi* supracitados; em outros termos, tratou-se de uma ação discursiva que levou a uma ação social. O capítulo faz ainda uma crítica aos principais metagêneros que regulam o memorando, especialmente aos verbetes de dicionários e aos manuais de redação oficial e empresarial, finalizando com a análise dos propósitos comunicativos prototípicos e recorrentes no gênero em questão.

No quinto capítulo – *Análise da dimensão textual do memorando* – discute-se como se configura a estrutura esquemática do gênero em tela e abordam-se algumas particularidades linguístico-discursivas desse tipo de correspondência oficial. Em relação à estrutura esquemática, mostra-se de que maneira o memorando organiza-se retoricamente, a partir da noção de movimento retórico (*move*), constatando que memorandos de solicitação, informação e encaminhamento são os mais prototípicos, muito embora outros tipos também estejam presentes no *corpus*. Quanto aos aspectos linguístico-discursivos, adentra-se o chamado registro burocrático – também referido na literatura linguística como

linguagem burocrática ou *burocratês*⁹ – cujas marcas fundamentais são a formalidade e uma pretensa impessoalidade. Para discutir esses aspectos, ancora-se ainda na noção de tradição discursiva, sob a perspectiva kabatekiana.

Dito isso, espera-se que a presente tese possa contribuir para ampliar a visão crítica sobre as formas como se interage socialmente, por meio do discurso escrito, em contextos profissionais, especificamente por meio de um gênero prototípico da esfera administrativa estatal – o memorando. É evidente que não se pretende com este trabalho querer mudar as estruturas de poder já consolidadas, o que acarretaria em lida utopia. O retorno social da pesquisa já será alcançado se esta tese conseguir desnudar sentidos silenciados na literatura normativa sobre o gênero em tela, e se fizer uma provocação para novas investigações. Longe de uma visão de escrita como dom ou como símbolo de superioridade – mas compreendendo-a como processo interativo –, defende-se que o memorando é um exemplo autêntico de como ações relevantes a serem desenvolvidas administrativamente dentro de uma instituição carecem de validação escrita, visto que, em dadas circunstâncias, a palavra oral por si só pode não ser suficiente nem oficialmente válida. É com esse espírito que o poder de síntese da epígrafe desta tese parece fazer sentido: *Verba volant, scripta manent*¹⁰.

⁹ Neste tese, toma-se esta categoria na concepção de Mendonça (1985) e Silveira (2008), que defendem o *burocratês* como uma variedade linguística típica das comunicações oficiais, na contramão da concepção prescritivista que o vê como obsoleto ou até mesmo desnecessário (BRASIL, [1991] 2002).

¹⁰ Em tradução livre, equivale, em português, a “palavras faladas voam, mas permanecem quando escritas”.

2 TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS DE GÊNEROS

A linguagem humana tem sido objeto de atenção e de investigação por parte de muitos estudiosos, alocados nos mais distintos ramos do saber, ao longo dos tempos. Há milênios, ela sempre inquietou e encantou gramáticos, filósofos, filólogos, escritores, poetas e – mais recentemente – antropólogos, neurocientistas, linguistas, pedagogos, professores de línguas (seja materna, seja adicional) e inúmeros outros profissionais engajados, em alguma medida, com o estudo da língua ou com o seu ensino. Nesse sentido, vale observar que o estudo da linguagem por meio de gêneros – interesse primeiro desta tese – não é algo tão recente assim; todavia, há de se convir também que, a partir dos anos oitenta do século XX, tem havido um considerável interesse por esse objeto de estudo.

É com base nisso que o presente capítulo pretende lançar um olhar, ainda que panorâmico e limitado, sobre a trajetória dos estudos de gêneros, a fim de que possa fundamentar o lugar a partir do qual este pesquisador se posiciona nesta tese. Retoricamente, o presente capítulo está organizado em três seções principais: a primeira apresenta as origens do conceito de gênero, respaldada pelos estudos retóricos e literários da antiguidade greco-romana, tal como se difundiu no Ocidente; a segunda discute a contribuição seminal do chamado Círculo de Bakhtin, iniciada no primeiro quartel do século XX, para a compreensão dos gêneros; por fim, a terceira seção põe em relevo uma discussão sobre a análise de gêneros na contemporaneidade, considerando a pluralidade de escolas teóricas e a sua repercussão no contexto acadêmico brasileiro.

2.1. As origens do conceito de gênero

Pretender demarcar a origem dos gêneros¹¹ é demasiadamente presunçoso, uma vez que, para se empreender uma tarefa dessa natureza, ter-se-ia que buscar a origem da própria linguagem humana. De fato, o que se pode inferir é que onde há

¹¹ Do ponto de vista etimológico, a palavra “gênero”, que vem do latim *genus*, traz consigo a ideia de “espécie”, “classe”; porém, o seu cognato latino *gender*, pode significar “gerar” (BAWARSHI; REIFF, [2010] 2013, p. 16). Assim, entende-se que, desde sua origem, a noção de gênero já aponta para um princípio classificatório, mas não se esgota aí. Cabe reiterar que, para além da classificação, os gêneros organizam e geram espécies de texto em sua intrincada relação com as ações sociais.

uso efetivo da língua(gem) – seja nas suas formas orais mais rudimentares – certamente há gênero; logo, como frisa Marcuschi (2011, p. 18), gênero é um construto “tão antigo quanto a linguagem, já que vem essencialmente envolto em linguagem”. Nesse sentido, cabe lembrar que os gêneros constituem as práticas discursivas e são constituídos por essas mesmas práticas, de forma contínua. Perguntando-se sobre a origem dos gêneros, Todorov (1981, p. 48) responde que eles “vêm simplesmente de outros gêneros. Um novo gênero é sempre a transformação de um ou de vários gêneros antigos: por inversão, por deslocamento, por combinação”. Embora hodiernamente nem todo gênero provenha necessariamente de um gênero antigo – pode até originar-se de outro gênero moderno, devido à dinamicidade e à transitoriedade desencadeadas pela tecnologia –, entende-se que não há, de fato, como se chegar ao primeiro gênero que deu origem a todos os outros; qualquer tentativa nesse sentido seria pura ficção.

Mas, quanto às origens do conceito de gênero – ou ao menos às reflexões mais antigas de que se tem conhecimento sobre esse assunto –, compactua-se, nesta tese, com aquelas que remontam à antiguidade clássica europeia, visto que o Ocidente foi bastante influenciado pela cultura greco-romana. É nesse contexto que a Antiga Retórica e a Literatura desempenham papel preponderante, conforme se mostrará adiante. Com efeito, são esses dois campos do saber que dão certa sistematicidade à ideia de gênero, embora o primeiro esteja muito ligado ao discurso oral público e o segundo aos gêneros literários tradicionais, de forma um tanto limitada.

Essas considerações iniciais reforçam a afirmação de Marcuschi (2008, p. 147) de que “o estudo dos gêneros não é novo, mas está na moda”. Em que pese o fato de a “moda” ser passageira, há de se convir que os estudos de gêneros têm ganhado considerável atenção, nas últimas décadas, por parte de estudiosos de várias regiões do mundo. Portanto, como disse o professor Christopher Candlin, em prefácio a Bhatia (1993, p. ix), trata-se, claramente, de “um conceito que encontrou o seu tempo”¹².

¹² No original: “(...) a concept that has found its time” (BHATIA, 1993, p. ix).

2.1.1. A Retórica

Nascida no campo jurídico, a Antiga Retórica surgiu na Sicília, quando – uma vez desmoronada a tirania – “se tratou de permitir aos proprietários espoliados que defendessem sua causa, a fim de recuperar seus bens” (MEYER, [2004] 2007a, p. 19). Objeto de controvérsias, de apreciação e de refutação, a Retórica ganha sistematicidade a partir dos estudos de Aristóteles, que atribui a ela um papel positivo, contrariamente à visão de Platão, que a via como atividade manipulatória. O ponto de vista adotado nesta tese toma a Retórica como uma teoria precursora dos estudos discursivos e se coaduna com a visão de Mosca (2007, p. 14), quando ela afirma que Aristóteles foi “o teorizador do discurso persuasivo e, por extensão, do discurso em geral, uma vez que não se pode falar em grau zero de retórica em nenhum tipo de manifestação discursiva”.

É verdade que a autora supramencionada amplia a visão aristotélica, circunscrita ao discurso oral, passando a considerar toda e qualquer manifestação discursiva como sendo retórica por excelência, perspectiva que ganha reforço a partir dos estudos da Nova Retórica, empreendidos por Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005), no campo da Filosofia do Direito. No dizer de Meyer ([2004] 2007a, p. 32), “a retórica não é outra coisa a não ser epidíctica, quando Perelman, em 1958, a revoluciona, identificando-a à argumentação, recolocando esta última na ordem do dia”. Assim, há mais de dois milênios, alvorecia uma disciplina cujas preocupações já se direcionavam para o discurso oral e para a situação de interlocução em que ele acontecia, ao mesmo tempo em que fazia uma classificação do discurso, embora restritiva, ao categorizar três gêneros retóricos: judiciário, deliberativo e epidíctico.

Segundo Meyer ([2004] 2007a), da Antiguidade Clássica à Idade Moderna, a Retórica viveu momentos de prestígio e, posteriormente, sofreu um declínio gradativo. Na Idade Média, foi enormemente divulgada, pois ocupava lugar central na educação; todavia, já na Era Moderna, a Retórica artificializou-se, visto que se concentrou principalmente nas figuras retóricas, o que deixou em sua história as marcas equivocadas de uma disciplina de cunho puramente ornamental e falacioso. Essa visão é até mesmo ratificada pelo senso comum ainda hoje, pois não raro ouve-se dizer pejorativamente: “Isso não é verdade, isso é pura retórica!”. Pode-se dizer que a derrocada da Retórica deve-se ao Positivismo, que a rejeitava em nome

da chamada verdade científica. Foi assim que, pelo menos durante três séculos, esse ramo do saber sofreu um grande abalo. Uma prova cabal do desprestígio sofrido pela Retórica diz respeito ao seu banimento dos currículos escolares, sendo substituída por outras disciplinas ligadas às ciências humanas. Hoje, por exemplo, presume-se que não existem escolas brasileiras de educação básica que contemplem essa disciplina em seus currículos.

Entretanto, é somente no século XX que a Retórica refloresce, uma vez que, quando um modelo dominante de pensamento entra em crise, novas formas de pensar e de ver o mundo surgem ou ressurgem. Assim, o redesdobramento da retórica em termos de discurso, oposta à visão cartesiana, se instala como um campo do saber que lança luzes para que se compreendam melhor os modos como se interage socialmente por meio da argumentação e da persuasão. A Nova Retórica perelmaniana, desse modo, dilatou a extensão do campo de atuação da antiga retórica, passando aquela a compreender toda manifestação discursiva que visa à adesão do ouvinte (seja oral, seja escrita). Nesse sentido, a Nova Retórica assenta-se sobre o domínio da fluidez e do movimento dos discursos, contestando a atomização e a sistematização atemporal difundidas pelo pensamento cartesiano (MEYER, [2004] 2007a).

Com suas categorias próprias, a Retórica assenta-se em componentes ou pilares: o *éthos*, o *páthos* e o *lógos*. Essa categorização triádica, vista de forma inter-relacionada, conforme defende Meyer ([2004] 2007a), aponta para aspectos pragmáticos da situação interacional, articulando aquele que fala (*éthos*) às reações daquele com quem se fala (*páthos*), os quais negociam sentidos por meio do discurso (*lógos*). Conceitualmente, o *éthos* diz respeito à imagem que o orador (ou retór) projeta e constrói de si no discurso. Isso inclui o seu caráter, a sua personalidade, os seus traços de comportamento e até mesmo a sua escolha de vida, o que o torna exemplar aos olhos do auditório. O *páthos*, por sua vez, corresponde à sensibilidade e à emoção do outro com quem se interage. Noutras palavras, o *páthos* concerne às reações do auditório (plateia), às suas paixões, às suas opiniões e aos seus valores, assegurando a “dimensão retórica da interlocução” (MEYER, [2004] 2007a, p. 39). Quanto ao *lógos*, pode-se afirmar que ele é o próprio discurso, pois cumpre a função de poder expressar, por meio da linguagem, tudo aquilo que está em questão.

No dizer de Meyer ([2004] 2007a, p. 25), *éthos*, *páthos* e *lógos* “devem ser postos em pé de igualdade”, se não se quiser “cair em uma concepção que exclua as dimensões constitutivas da relação retórica”. Essa afirmação é reveladora da contribuição que a Retórica deu e continua dando aos estudos da linguagem, ao postular categorias que já consideravam uma prática linguageira contextualizada, erigida sobre uma base de alguma forma dialógica (a relação retor-auditório e vice-versa). Ao mesmo tempo, esse tripé da Retórica aponta para as externalidades do texto (*lógos*), quando leva em consideração as ações e as reações dos atores sociais (*éthos/páthos*), que coconstroem a situação de interlocução (*contexto retórico*).

A imbricação dos três pilares retóricos dá-se dentro do *contexto retórico*, entendido como “o conjunto de fatores temporais, históricos, culturais, sociais etc., que exercem influência no ato de produção e de recepção dos discursos” (FERREIRA, 2010, p. 31). Essa inter-relação torna-se relevante na medida em que uma abordagem centrada apenas no *páthos* pode sugerir que a Retórica não passa de manipulação. Por sua vez, uma perspectiva que contemple somente o *lógos* exclui os participantes da interação; por fim, uma concepção de retórica focada tão somente no *éthos* conduz à primazia do sujeito e da sua moral.

Isso implica compreender que, na prática retórica, há muito mais imbricação do que separação desses componentes, pois, como afirma Meyer ([1993] 2007b, p. 33), “*pathos, logos e ethos* coincidem”, e nem sempre se consegue “deslindá-los com precisão”. Em suma, a questão dos “três tipos de argumentos” (*éthos/páthos/lógos*) – para usar a terminologia de Reboul ([1991] 2004, p. 47) – torna-se particularmente importante porque os gêneros retóricos são definidos em termos de finalidades e auditórios, conforme se verá adiante.

Partindo do exposto acima, torna-se inegável reconhecer que a discussão sobre o uso da linguagem por meio de gêneros não é recente, pois a Antiga Retórica, ao se estabelecer no mundo greco-latino de forma prestigiada – compondo o que se chamava *trivium* (gramática, dialética e retórica) –, já tipificava os discursos em três categorias genéricas (judiciário, deliberativo e epidítico), de acordo com os seus propósitos e interlocutores. Retoricamente falando, tais gêneros se constituem na inter-relação entre o *éthos*, o *páthos* e o *lógos*, dentro de um contexto retórico específico. A par dessas considerações, cabe perguntar por que a Antiga Retórica, sobretudo com Aristóteles, escolheu apenas três gêneros como domínio de sua

reflexão. Na verdade, tinha-se a consciência de que o persuasivo também ocorre em outros gêneros, mas naquela ocasião pautava-se pela função política que os caracterizava. No dizer do Osakabe (1999, p. 159), “somente esses três gêneros poderiam ser tomados em consideração pelos retóricos, pois são esses três atos que são de fato utilizados nos momentos decisivos da vida do Estado”.

Assim sendo, entende-se por *gênero judiciário* (ou *forense*) aquele que é produzido no âmbito da corte de justiça, cuja finalidade é defender ou acusar, e que tem como interlocutores os próprios juízes. Do ponto de vista da temporalidade, o judiciário atém-se ao passado, visto que cumpre esclarecer, qualificar e julgar fatos já ocorridos. Os valores que servem de norma ao discurso judiciário são o justo e o injusto, posto que se trata de um julgamento no tribunal. Como dispõe de leis e dirige-se a um auditório especializado, tal gênero utiliza preferencialmente raciocínios silogísticos (entimemas), dedutivos, com a finalidade de esclarecer a causa dos atos (FERREIRA, 2010).

O *gênero deliberativo* (ou *político*), de outro modo, cujo *páthos* é a assembleia, tem como propósito aconselhar ou desaconselhar todas as questões referentes à cidade: paz ou guerra, defesa, impostos, orçamento, importações, legislação e assim por diante. Quanto à temporalidade, o deliberativo, opostamente ao judiciário, refere-se ao futuro, uma vez que inspira decisões e projetos. No bojo desse gênero retórico estão valores que levam em consideração o útil e o nocivo à cidade, no contexto greco-romano. Do ponto de vista retórico, o tipo de argumento predominante no gênero deliberativo é a argumentação pelo exemplo (indução), recurso que permite conjecturar o futuro a partir de fatos passados. Ademais, diferentemente do gênero judiciário que emerge no contexto do tribunal e, por isso, torna-se mais elitizado, o deliberativo dirige-se a um público mais móvel e menos culto (FERREIRA, 2010).

O *gênero epidítico* (ou *demonstrativo*), por sua vez, tem como objetivo louvar ou censurar algo ou alguém. Enquanto os gêneros *judiciário* e *deliberativo* constituíam-se em “verdadeiros combates em que os dois adversários procuravam (...) ganhar a adesão de uma auditório que decidia o desfecho de um processo ou de uma ação por empreender” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, [1958] 2005, p. 53), o epidítico tinha como auditório espectadores que assistiam a discursos laudatórios, tais como orações fúnebres, elogios, trechos solenes e outros. Noutras palavras, esse gênero retórico censura ou louva um homem, mortos em guerra, uma

cidade, seres lendários, dentre outros. Refere-se ao tempo presente e tem como tipo de argumento principal a amplificação (figura de estilo que consiste em exagerar o que se diz). Embora visto pelos antigos muitas vezes como um gênero mais próximo à literatura que à argumentação, o gênero epidítico é tratado por Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005, p. 54) como “parte central da arte de persuadir”. A figura abaixo resume os três gêneros retóricos, conforme postulava a Antiga Retórica.

Fig. 1 – Os três gêneros retóricos na Antiga Retórica

	<i>Auditório</i>	<i>Tempo</i>	<i>Ato</i>	<i>Valores</i>	<i>Argumento</i>
Judiciário	Juízes	Passado	Defender Acusar	Justo Injusto	Entimema (dedutivo)
Deliberativo	Assembleia	Futuro	Aconselhar Desaconselhar	Útil Nocivo	Exemplo (indutivo)
Epidítico	Espectador	Presente	Louvar Censurar	Nobre Vil	Amplificação

Fonte: Reboul ([1991] 2004, p. 47).

De fato, concordando com Reboul ([1991] 2004, p. 152), dir-se-ia que a escolha de um gênero “não é apenas a escolha de um estilo e de uma argumentação. É necessariamente uma escolha ideológica, que acarreta certa visão do mundo e do homem”. Assim sendo, o uso dos três gêneros retóricos na antiguidade greco-romana cumpria diferentes funções e, ao mesmo tempo, respondia a situações retóricas distintas. A crítica que se faz a essa categorização triádica (judiciário, deliberativo e epidítico) diz respeito à sua natureza classificatória rígida e limitadora, além do olhar exclusivo para a fala pública. Conforme as teorias têm evidenciado, a compreensão dos gêneros torna-se muito mais complexa; além disso, falar apenas em gêneros orais públicos seria assaz restritivo, visto que as sociedades modernas, principalmente urbanas, tem se tornado cada vez mais multiletradas¹³. De qualquer maneira, é justo reconhecer a Antiga Retórica como uma teoria precursora *lato sensu* dos estudos de gêneros, ao lado da Literatura, conforme se discutirá na seção seguinte.

¹³ Cumpre esclarecer que o conceito de *multiletramentos* “aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedades, principalmente urbanas, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica” (ROJO, 2012, p. 13).

2.1.2. A Literatura

Desde a Antiguidade greco-romana, um dos primeiros campos do conhecimento humano a falar em gêneros (assim como a Retórica) foi a Literatura. Não é à toa que nos livros didáticos mais antigos – quando ainda nem se discutia gêneros tal como se conhece hoje, pois a prática de redação fechava-se na tríade narração/descrição/dissertação – já havia menção aos gêneros da literatura, embora restritos a três: épico, lírico e dramático. Com efeito, nos primórdios do Classicismo, prevalecia uma visão estratificada e hierarquizada dos gêneros literários, a qual os considerava mais ou menos imutáveis. Assim, “os gêneros eram entendidos como fórmulas e formas fixas, sustentadas por doutrinas expressas em regras diante das quais só restava aos escritores um caminho: aceitá-las e praticá-las” (MOISÉS, 1975, p. 33). Portanto, a relativa liberdade do escritor/poeta era, de alguma maneira, amiúde tolhida em nome do padrão formal.

Segundo Moisés (1975, p. 31), os primeiros estudos acerca dos gêneros literários, embora não fossem assim rotulados à época, remontam à *República* (livro III) de Platão, quando o filósofo grego propusera uma divisão tripartite da Literatura: (i) a tragédia e a comédia, ou seja, o teatro; (ii) o ditirambo, isto é, a poesia lírica e (iii) a poesia épica. Esquemáticamente falando, tem-se o que se apresenta na figura abaixo.

Fig. 2 – Os três gêneros literários na Antiguidade Clássica

Éthos	Lógos	Páthos
Gênero lírico	Gênero épico	Gênero teatral
(“eu”)	(“ele”)	(“tu”)
Poesia	Epopéia	Tragédia

Fonte: Meyer ([2004] 2007a, p. 113).

A figura acima mostra a inter-relação entre os pilares retóricos (*éthos*, *lógos* e *páthos*) e os gêneros literários na perspectiva platônica. Chama atenção o fato de haver uma aproximação entre a Retórica e a Literatura. O gênero lírico, centrado na emotividade, está para o *éthos*, assim como o gênero teatral, voltado para o auditório, está para o *páthos*; o gênero épico, por sua vez, pela maior racionalidade e busca da objetividade, afina-se com o *lógos*. Essas macrocategorias apriorísticas revelam os gêneros de forma padronizada, uma vez que “universalizam o caráter

ideológico dos gêneros, em vez de os conceberem emergindo de exigências sócio-historicamente situadas e respondendo a elas” (BAWARSHI; REIFF, [2010] 2013, p. 32).

Todavia, a historiografia literária registra que a percepção dos gêneros literários varia de acordo com os diversos contextos sócio-históricos e político-ideológicos vigentes em cada época, chegando até mesmo a terem a sua validade contestada e a sua existência questionada, tal como a tendência modernista brasileira, consolidada a partir da Semana de Arte Moderna de 1922. Com efeito, a escola romântica já inaugurara o movimento de negação dos gêneros ou de rejeição a eles. Afeiçoado à criatividade do sujeito, o Romantismo aproxima-se daquilo que Bakhtin e Volochinov ([1929a] 2009) chamam de *subjetivismo idealista/individualista*, visto que “à ordem clássica sucede a liberdade, ao absolutismo, o relativismo e o liberalismo” (MOISÉS, 1975, p. 34). Possivelmente teve-se aí uma guinada importante para que os escritores/poetas pudessem se libertar das regras dogmáticas impostas pelas perspectivas clássicas e neoclássicas; ao mesmo tempo, passa a vigorar uma abertura maior para que se possa pensar os gêneros literários em termos de dinamicidade e inovação.

Contemporaneamente, a questão dos gêneros continua a ser uma problemática interessante no campo literário. Entretanto, o entendimento que se tem hoje nessa área do saber humano traz à discussão o mesmo objeto – o gênero literário – sob uma perspectiva renovada. Dito de outra maneira, “a cultura contemporânea exacerbou a democratização dos valores e dessacralizou, ou pôs em suspeição, o peso de hierarquias e taxonomias” (HOLANDA, 2015, p. 217). A liquidez da modernidade, os avanços tecnológicos e as possibilidades de interação antes vistas como impossíveis potencializaram a imbricação dos gêneros, a quebra das fronteiras genéricas e a emergência de gêneros cada vez mais inter-relacionados. De fato, a recente democratização cultural, que trouxe o alargamento dos cânones, e a liberação das peias classificatórias, fortaleceu a resistência à classificação dos gêneros, pelo enquadramento dogmático que trazia (HOLANDA, 2015, p. 223).

2.2. A virada bakhtiniana no estudo dos gêneros

Nos últimos tempos, com a relativa popularização do termo gênero para se referir à categorização de textos e discursos, especialmente no âmbito da pesquisa e do ensino de línguas, tem-se assistido a um aumento considerável de menções ao filósofo russo Mikhail Bakhtin e seu Círculo¹⁴, uma vez que em seu legado está o revigoramento do próprio conceito de gênero. É certo que Bakhtin não foi o primeiro estudioso a se debruçar sobre os gêneros, mas é certo também que o seu olhar para esse construto lançou luzes para que ele – o gênero – pudesse ser visto de forma mais complexa. Noutras palavras, Bakhtin pode ser considerado, de fato, um divisor de águas no estudo da linguagem por meio de gêneros.

A despeito de existirem muitas e diversas perspectivas teóricas para o estudo dos gêneros hoje, há de se convir que, em maior ou menor proporção, elas dialogam com as ideias do chamado Círculo de Bakhtin, razão pela qual se reitera a contribuição substancial do Círculo, embora se constate que nem todas as teorias de gêneros tenham surgido a partir de Bakhtin. Na perspectiva do Inglês para Fins Específicos (*English for Specific Purposes* – ESP) ou escola britânica, por exemplo, o clássico livro de Swales (1990) não faz menção a Bakhtin; do mesmo modo, e filiado à mesma perspectiva teórica de Swales, Bhatia (1993) também não menciona Bakhtin. Contudo, posteriormente, ambos os estudiosos passam a dialogar com o filósofo russo, tal como ocorre com Swales (2004)¹⁵ e Bhatia (2004)¹⁶.

Nesse sentido, é justo reconhecer que, não obstante a sua obra tenha chegado tardiamente ao Ocidente, Bakhtin e seu Círculo já falavam em gêneros desde as primeiras décadas do século XX, o que corrobora o entendimento de que, efetivamente, os estudos bakhtinianos constituem um marco no estudo da linguagem por meio de gêneros. Ademais, como afirma Marcuschi (2008, p. 152),

¹⁴ O problema da autoria nas obras de Mikhail Bakhtin é questionável. Considerando o conturbado mundo soviético à sua época, as obras do pensador russo ora aparecem assinadas por ele, ora por seus pares, especialmente Valentin Voloshinov e Pavel Medvedev. Nesta tese, não se entra no mérito dessa questão; portanto, denomina-se toda a produção como sendo do suposto Círculo de Bakhtin, citando as obras conforme aparecem os nomes dos autores catalogados nelas.

¹⁵ Bakhtin, M. M. 1968. *Rabelais and his world*. Cambridge, MA: MIT Press

Bakhtin, M. M. 1981. *The dialogic imagination: Four essays by M. M. Bakhtin*. (Ed. M. Holquist). Austin: University of Texas Press.

Bakhtin, M. M. 1986. The problem of speech genres. In C. Emerson & M. Holquist (Eds.), *Speech genres and other late essays*. Austin: The University of Texas Press. 60-102.

¹⁶ Bakhtin, M. M. (1986) *Speech Genres and Other Late Essays*. Austin: University of Texas Press.

“como Bakhtin é um autor que apenas fornece subsídios teóricos de ordem macroanalítica e categorias mais amplas, pode ser assimilado por todos nós de forma bastante proveitosa”. Salienta-se, entretanto, que seria um equívoco tomar as noções de gênero propostas por cada uma dessas teorias como semanticamente equivalentes.

Em relação ao surgimento das teorias de gêneros, pouco importa se Bakhtin foi lido *a priori* ou *a posteriori*; importa que, de uma forma ou de outra, o filósofo russo é referenciado em praticamente todas as abordagens teóricas que discutem gêneros na atualidade. Assim sendo, esta seção está retoricamente organizada em três subseções que discutem, respectivamente, algumas categorias basilares da teoria bakhtiniana: (i) a concepção dialógica da língua/linguagem; (ii) as noções de esferas da comunicação discursiva e (iii) os gêneros como enunciados sócio-históricos e dialógicos. Desse modo, compreendem-se tais categorias como realidades imbricadas, conforme defendem Nunes e Silveira (2015), cujas ideias são retomadas aqui.

2.2.1. O dialogismo

Primeiramente, é sensato afirmar que a concepção de língua(gem) postulada pelo Círculo é um dos fortes argumentos que sustentam a coerência de suas obras. Elas não se contradizem; ao contrário, seja o próprio Bakhtin, seja Volochinov, seja Medvedev que assinem as produções do Círculo, a crítica ao formalismo e a defesa de uma abordagem sócio-histórica da arte, da linguística, da literatura e da psicologia estão sempre presentes de forma problematizadora.

De fato, Bakhtin e Volochinov ([1929a] 2009) discordam do que chamaram de *objetivismo abstrato* e *subjetivismo idealista/individualista*. Para eles, enquanto esta última corrente toma a língua como criação individual, aquela primeira tendência a vê como um sistema de formas abstratas. No primeiro caso, há uma onipotência do indivíduo e, no segundo, um poder absoluto da língua como tesouro depositado na mente dos falantes. Os autores ainda afirmam que, no plano literário, o objetivismo abstrato relaciona-se com o Realismo (princípios da objetividade, racionalidade e universalidade), enquanto o subjetivismo idealista alinha-se ao Romantismo (princípios da subjetividade, expressividade e do egocentrismo). Indo além, dir-se-ia,

ainda, que o Parnasianismo está para o objetivismo abstrato, assim como o Simbolismo está para o subjetivismo idealista/individualista.

A posição dos autores é a de negar essa dupla orientação do pensamento filosófico-linguístico¹⁷, vistas como ficção, propondo uma terceira concepção de língua(agem), centrada na interação discursiva. Essa guinada da língua-sistema para a língua-discurso é retomada em outra obra de Bakhtin ([1929b] 2013) que, reconhecendo as limitações da linguística formalista de sua época, propõe o que ele chama de *translinguística* ou *metalinguística*, antecipando o que hoje se conhece como estudos do discurso. No dizer do autor, deve-se tomar a língua do ponto de vista ideológico “como uma concepção de mundo, e até como uma opinião concreta que garante um *maximum* de compreensão mútua, em todas as esferas da vida ideológica” (BAKHTIN, [1934-1935] 2014a, p. 81).

Para o filósofo soviético, é primordial pensar a língua “como fenômeno integral concreto”, como língua viva, articulada às práticas sociais, o que instaura o seu princípio dialógico, pois “é precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da *vida* da linguagem” (BAKHTIN, [1929b] 2013, p. 209, itálico no original). Nesse sentido, não se trata de uma língua inerte, como um “arco-íris imóvel”, mas de uma língua que não só *reflete* como também *refrata* a realidade, dada a natureza ideológica dos signos que a compõem (BAKHTIN; VOLOCHINOV, [1929a] 2009).

Do ponto de vista bakhtiniano, o sistema linguístico existe, porém não é autônomo nem onipotente. Estudá-lo de forma isolada seria lidar com uma “língua-morta-estrangeira”, daí a necessidade de se tomar a língua em funcionamento, por meio dos gêneros, nas várias esferas da vida, pois só aí é possível apreender-se a sua dimensão axiológica. Essa posição é corroborada por Bakhtin ([1934-1935] 2014a, p. 82), quando, apropriando-se mais uma vez de termos da Física, afirma que “ao lado das forças centrípetas caminha o trabalho contínuo das forças centrífugas da língua, ao lado da centralização verbo-ideológica e da união caminham ininterruptos os processos de descentralização e desunificação”. Considerando que essas forças não são dicotômicas, posto que se cruzam no momento da enunciação, entende-se que o sistema linguístico idealizado é uma

¹⁷ Entre as correntes linguísticas atuais, pode-se dizer que o gerativismo chomskyano enquadra-se na perspectiva do *objetivismo abstrato*, ao passo que o interacionismo simbólico encaixa-se na perspectiva do *subjetivismo idealista*.

força centrípeta, à medida que as suas variações constituir-se-iam em forças centrífugas. Nesse sentido, há de se concordar que os gêneros são construtos que ilustram esse jogo de forças de que fala Bakhtin, visto que se equilibram entre as forças de conservação e as de inovação.

Em suma, há de se convir que, para o Círculo de Bakhtin, “a língua constitui um *processo de evolução ininterrupto*, que se realiza através da *interação verbal social dos locutores*” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, [1929a] 2009, p. 131-132, itálico no original), em cujo âmago subjaz o dialogismo, que dá vida à língua, uma vez que “a orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo o discurso” (BAKHTIN, [1934-1935] 2014a, p. 88). A perspectiva dialógica do Círculo toma a noção de diálogo numa concepção ampla, como uma forma de diálogo social, independentemente da natureza da materialidade discursiva (se oral ou escrita); daí dizer-se que até mesmo o silêncio é constitutivo desse diálogo, visto ser também uma resposta ativa do sujeito. Em suma, todo dizer é uma réplica dialógica que tece discursivamente a teia das relações humanas.

Pode-se dizer que uma das críticas mais explícitas de Bakhtin e seu Círculo ao formalismo em linguística foi ao *objetivismo abstrato* saussuriano, uma vez que a obra do mestre genebrino gozava de reconhecido prestígio nos meios acadêmicos à época¹⁸. Em oposição a essa perspectiva formal, a visão interacional bakhtiniana toma a língua(gem) como prática dialógica e defende a alternância dos sujeitos do discurso. Nesse sentido, a língua viva não pode ser tomada apenas numa perspectiva frasal ou da palavra isolada, mas somente por meio de enunciados concretos que respondam a necessidades comunicativas específicas dentro das múltiplas esferas discursivas que organizam a vida social.

2.2.2. As esferas da comunicação humana

“Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (BAKHTIN, [1953] 2003, p. 261). É assim que se inicia o seminal ensaio,

¹⁸ Não se está afirmando que a obra de Saussure (2006) não goza de prestígio atualmente. Entretanto, houve uma considerável guinada do sistema para o discurso, a partir da segunda metade do século XX, o que explica o surgimento de inúmeras teorias que olham não especificamente para a forma, mas, sobretudo, para os usos sociais da linguagem humana. A propósito, ressalte-se que o mérito da obra saussuriana é reconhecido mundialmente, a despeito das críticas que tem recebido, caso se considere que ao linguista suíço atribui-se o título de “Pai da Linguística Moderna”, a partir da publicação póstuma do *Cours de Linguistique Générale*, organizado por dois de seus discípulos – Charles Bally e Albert Sechehaye – com a colaboração de Albert Riedlinger.

assinado pelo filósofo russo, intitulado *Os gêneros do discurso*, o qual se constitui como o esboço prévio de uma obra não realizada, já que, nos planos de Bakhtin, havia a intenção de escrever um livro especificamente sobre esse assunto¹⁹. De qualquer maneira, convém ressaltar que, na citação que inicia esta seção, Bakhtin faz uma associação exitosa entre as práticas languageiras e os campos da atividade humana. Dito de outra forma, os gêneros mantêm uma relação intrínseca com as diferentes instâncias da vida social, quais sejam: administrativa, cotidiana, militar, religiosa, política, acadêmica, publicitária, jornalística, literária, dentre muitas outras.

Assim sendo, convém ressaltar que a vida social organiza-se em múltiplas esferas, com seus repertórios próprios de gêneros, muito embora as fronteiras entre essas esferas sejam um tanto tênues, já que não são dicotômicas, ao mesmo tempo em que os interlocutores no processo de interação discursiva não se prendem tão somente a uma esfera específica. A bem dizer, os sujeitos transitam dialogicamente entre essas instâncias heterogêneas da vida social. Os múltiplos papéis sociais ocupados por um único sujeito ilustram essa movência entre as esferas: pai/mãe (esfera cotidiana), trabalhador/a (esfera profissional), paciente (esfera da saúde), fiel (esfera religiosa), eleitor/a (esfera política), aluno/a (esfera escolar/acadêmica), turista (esfera do lazer), consumidor/a (esfera comercial), dentre muitos outros.

Essa noção de esfera da comunicação humana proposta pelo Círculo revigora o próprio conceito de gênero, pois é a partir desse olhar que os gêneros passam a ser vistos em sua relação intrínseca com as atividades sociais mediadas pela linguagem. Em outros termos, gêneros só existem porque existem necessidades comunicativas específicas, socialmente tipificadas, dada à sua natureza recorrente. É fundamental notar também como os gêneros estão interconectados, formando redes na esfera em que circulam, refletindo, mais uma vez, a interconexão entre as necessidades comunicativas.

Além disso, a esfera discursiva também funciona como um critério definidor dos gêneros, pois não se pode dizer que o resumo acadêmico (esfera acadêmica/científica) seja o mesmo que o resumo de novela (esfera do lazer/entretenimento), embora ambos tenham como propósito central condensar as ideias centrais mínimas do texto-base. Em cada caso, as condições de interação são diferentes, o que contribui para a constituição de gêneros diferentes, visto que a

¹⁹ Esta informação consta do adendo *Os gêneros do discurso* (cf. BAKHTIN, 2003, p. 447).

relação entre as esferas comunicativas e os gêneros dá-se também pela dimensão cronotópica destes, pois, efetivamente, os gêneros são localizados no tempo (sua historicidade) e no espaço (seu campo predominante de existência).

Como afirmam Bakhtin e Volochinov ([1929a] 2009, p. 33), “cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira”. A propósito, o gênero memorando, tal como os dados da presente pesquisa revelaram, mantém uma relação intrínseca com a *esfera administrativa estatal*, onde ele circula (cf. seção 5.1, p. 124-138). Há de se considerar, também, outros fatores que asseguram a prototipicidade desse construto genérico e a sua identificação pelos sujeitos que o produzem/leem. As condições de produção do gênero são fundamentais para identificá-lo como tal; aliás, é a circulação intrainstitucional que contribui para diferenciar o memorando do ofício, cujo fluxo de circulação é por excelência interinstitucional, conforme comprovou Silveira (2005).

2.2.3. Gêneros como enunciados sócio-históricos e dialógicos

A noção de gêneros popularizou-se no Brasil principalmente a partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) pelo Ministério da Educação, na segunda metade da década de noventa do século XX. No entanto, há de se convir que essa popularização trouxe, pelo menos, duas implicações: (i) o conceito tornou-se relativamente conhecido – para além do âmbito acadêmico –, o que é, de alguma forma, positivo; (ii) o conceito passou a circular sem a devida fundamentação teórica e sem a formação reflexiva dos professores, o que é, em certo sentido, perigoso. No primeiro caso, há uma simplificação de um conceito complexo; no segundo caso, há uma injustiça com a própria teoria, a partir de interpretações muitas vezes equivocadas do que de fato sejam os gêneros. Convém sublinhar, também, que os estudos de gêneros no Brasil não se iniciaram a partir dos PCN, uma vez que os referidos parâmetros já são resultado das discussões que circulavam na academia brasileira à época da construção do documento. Por essa razão, afirmou-se no início deste parágrafo que os PCN contribuíram para a popularização do termo; do mesmo modo, os eventos acadêmicos, os periódicos científicos e, gradativamente, o livro didático de língua portuguesa, também são responsáveis por divulgar a noção de gênero.

Nessa direção, cumpre ressaltar a complexidade da noção de gênero – enquanto enunciado sócio-histórico e dialógico – abordada em mais de uma obra do Círculo, mais profundamente em Bakhtin ([1953] 2003; [1934-1935] 2014a)²⁰. Nesse sentido, reitera-se a necessidade de se admitir e até mesmo de se conhecer as múltiplas tendências que existem hoje dentro dos diferentes campos do saber, uma vez que, mesmo tendo traços comuns, cada uma dessas tendências mantém suas especificidades. Não é sem razão que na literatura sobre gêneros encontram-se terminologias – muitas vezes abrangentes – como “abordagem sociorretórica”, “abordagem sociosemiótica”, “abordagem sociodiscursiva” e assim por diante. A despeito disso, todas essas tendências têm um viés social e, em maior ou menor proporção, reconhecem e legitimam a guinada dada pelo Círculo de Bakhtin, quando se trata de discutir gêneros.

É com o filósofo soviético que a ideia de gêneros é ressignificada, quando ele os reconhece em sua relação com as múltiplas esferas da atividade humana, ultrapassando a díade Retórica-Literatura (aliás, dois domínios que requerem um uso bastante singular e intelectual da palavra) e, inclusive, lançando um olhar para os gêneros do cotidiano. É a partir dos estudos do Círculo, também, que os gêneros deixam de ser apenas um princípio de classificação apartado da vida social e ganham mais força pela sua maleabilidade do que pela sua padronização.

A virada proporcionada pelo Círculo de Bakhtin ([1953] 2003) é sintetizada no conhecido conceito de gêneros como *tipos relativamente estáveis de enunciados*. A natureza concisa desse conceito nem sempre é explorada em sua inteireza, pois o que ainda se vê, principalmente no ensino de línguas, é uma preocupação central com o padrão formal dos gêneros, destoando da natureza complexa desse construto. Concordando com Marcuschi (2011, p. 18, [itálico no original]), pode-se afirmar que, “ao contrário do que ocorreu, parece que para Bakhtin era mais importante frisar o *relativamente* do que o *estável*”. Com efeito, dentro desse conceito, pelos menos três categorias merecem aqui ser explicadas: (i) a noção de tipo; (ii) a estabilidade relativa e (iii) a ideia de enunciado.

Em primeiro lugar, urge enfatizar que a ideia de *tipo* proposta por Bakhtin aponta para um princípio classificatório, mas não se esgota apenas nisso. Sob esse

²⁰ Bakhtin e seu Círculo já discutiam gêneros, numa perspectiva não formalista, desde as suas primeiras obras, tal como atestam os textos assinados por Voloshinov (1926) e Bakhtin e Volochinov ([1929a] 2009).

ponto de vista, os gêneros são vistos como acontecimentos prototípicos, rotinizados, o que permite compreendê-los como eventos tipificados. Entretanto, essa tipificação é de natureza social, pois os gêneros emergem de necessidades comunicativas ligadas às inúmeras atividades humanas nas múltiplas instâncias da vida em sociedade. É conveniente, ainda, não confundir a noção bakhtiniana de *tipo de enunciado* com a noção de *tipos textuais*, categoria esta da Linguística Textual²¹.

Em segundo lugar, a ideia de *estabilidade relativa* dos gêneros, proposta por Bakhtin, é tributária da visão de língua(gem) do Círculo, a qual se situa no entrecruzamento das “forças centrípetas” com as “forças centrífugas” (BAKHTIN, [1934-1935] 2014a, p. 82). Dizendo de outra maneira, gêneros são convencionados e, simultaneamente, podem apresentar variações. Nessa concepção, a noção de *continuum* tipológico dos gêneros parece fazer sentido (MARCUSCHI, 2008); por um lado, têm-se gêneros cujas prototipicidades são mais previsíveis, dada à sua natureza mais padronizada; por outro lado, existem gêneros que se caracterizam mais pela sua instabilidade e imprevisibilidade. Falar em *continuum* supõe eliminar quaisquer conotações dicotômicas entre padronização e variação. Tomando o exemplo da Literatura, percebe-se que ao lado do poema romântico e modernista (de verso livre e branco), do poema concretista e do poema dadaísta – que se tornaram mais livres ainda –, tem-se a existência do soneto, que atravessou os tempos com toda sua vivacidade e rigoroso padrão formal.

Em terceiro lugar, o conceito de *enunciado* proposto pelo Círculo de Bakhtin merece uma atenção especial, uma vez que não deve ser confundido com a ideia de enunciado em outras correntes teóricas, as quais o abordam num plano predominantemente linguístico, chegando até mesmo a usá-lo como sinônimo de frase. Para Bakhtin ([1934-1935] 2014a, p. 86), “o enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios ideológicos existentes”. Mais que isso, o enunciado não pode ser apartado do diálogo social, pois ele “surge desse diálogo como seu prolongamento, como sua réplica, e não sabe de que lado ele se aproxima desse objeto” (BAKHTIN, [1934-1935] 2014a, p. 86). Para o Círculo, portanto, o enunciado

²¹ A propósito, é oportuno esclarecer que as *tipologias textuais* “são unidades textuais complexas, compostas de um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados: as macroproposições” (ADAM, [2008] 2011, p. 205). Em geral, “abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*” (MARCUSCHI, 2008, p. 154-155).

é histórico, social, ideológico e dialógico, o que leva a concluir que ele deve ser visto como acontecimento, como evento único e irrepetível, ou seja, como discurso engendrado numa situação social de interação, cujas características primordiais são a alternância dos sujeitos do discurso, a expressividade e a conclusividade. Em suma, sob a ótica bakhtiniana, os gêneros são enunciados socialmente tipificados, isto é, são tipos de discurso social.

Tomando os gêneros como tipos de enunciados, Bakhtin ([1953] 2003) já dizia que existem gêneros primários e gêneros secundários; enquanto os primeiros são os gêneros mais simples, os segundos são os mais elaborados. Contudo, essa classificação proposta pelo filósofo russo não é dicotômica, mas dialógica. Dito de outra maneira, os gêneros secundários (o memorando, por exemplo) aglutinam, reelaboram e intercalam os primários (anotações, minutas, conversas, telefonemas). Outro aspecto postulado por Bakhtin ([1953] 2003) concerne aos elementos constitutivos dos gêneros, quais sejam: a construção composicional, o conteúdo temático e o estilo. Com efeito, a construção composicional diz respeito à forma do gênero, embora esta não deva ser desvinculada da sua função social; na verdade, trata-se de uma composição que assegure a prototipicidade do gênero e a sua aceitação na esfera em que circula. O conteúdo temático refere-se não só ao tópico tratado, mas também à finalidade que o gênero se presta a desempenhar, já que todo dizer se faz por algum propósito, motivado pela intenção discursiva do sujeito e pela situação de interação. O estilo relaciona-se com os aspectos de ordem linguístico-discursiva, sejam gramaticais, sejam lexicais. Todavia, convém ressaltar que esses três elementos – a forma composicional, o conteúdo temático e o estilo – estão indissoluvelmente imbricados no todo do enunciado, por isso devem ser analisados de forma integrada.

Com efeito, há de se ressaltar que a perspectiva filosófica de Bakhtin e seu Círculo configura-se como uma dentre as várias abordagens teórico-metodológicas que têm os gêneros como objeto de estudo. Para esta tese, recorreu-se a categorias teórico-analíticas provenientes de algumas correntes dos estudos de gêneros (a própria perspectiva bakhtiniana, os Estudos Retóricos de Gêneros, a abordagem do Inglês para Fins Específicos e o paradigma das Tradições Discursivas). É por essa razão que o memorando é abordado como um enunciado sócio-histórico e dialógico, dentro da esfera administrativa estatal (cf. seção 5.2, p. 139-149).

2.3. Concepções de gênero na contemporaneidade

Uma primeira afirmação que se pode fazer diz respeito à natureza complexa do próprio conceito de gênero, pois conceituá-lo (se um conceito satisfaz) supõe, no mínimo, uma filiação a uma determinada perspectiva teórico-metodológica. A necessidade de especificação do conceito de gênero realmente se impõe, pois como disse Christopher Candlin, valendo-se de uma metáfora em prefácio a Bhatia (1993, p. ix), “os termos comuns e abrangentes têm um ferrão nas suas caudas”²², ou seja, tais termos têm seu lado negativo ou decepcionante. Além do mais, cada uma dessas perspectivas teóricas de gêneros surgiu motivada por razões diversas e para públicos específicos.

Explorada inicialmente nos estudos retóricos e literários da antiguidade e revigorada pelo Círculo de Bakhtin nos primórdios do século XX, a ideia de gênero ganha novo papel a partir de 1980, principalmente em contexto anglófono, com repercussão em solo brasileiro. Algumas produções de referência na área podem ser vistas, por exemplo, em Miller ([1984] 2009a), Swales (1990; 2004) e Bhatia (1993; [1997] 2009; 2004). As traduções de Bazerman ([2004] 2009a; 2015a; 2015b; *inter alia*) para o português também são uma prova do crescente interesse por esse tema, tanto na pesquisa quanto no ensino de línguas.

Com efeito, a partir da década de 1980, a compreensão de gênero vem se ampliando a cada dia, de modo que as análises empreendidas atualmente buscam um olhar mais discursivo e contextualizado que as realizadas em décadas anteriores, quando prevalecia uma abordagem de cunho centralmente lexicogramatical (BHATIA, 2004). Essa guinada levou muitos autores a olharem seus próprios conceitos de gênero sob outras lentes, tomando-os numa dimensão mais complexa, tal como acontece no mundo real (cf. SWALES, 2004; BHATIA, 2004).

Bhatia (1993, p. 3-12) já fazia alguma sinalização dessa evolução quando traçava as preliminares teóricas que embasavam a análise de gênero à época. O autor mostra como a análise de gênero partiu de uma descrição inicialmente centrada na superfície linguística, passando pela análise retórico-gramatical, pela análise interacional até se chegar à análise do discurso aplicada. Todavia, é em Bhatia (2004, p. 3-18) que se encontra uma descrição do desenvolvimento da

²² No original: “Common and encompassing terms have a sting in their tails” (BHATIA, 1993, p. ix).

análise de gênero em contexto anglófono, organizada em três fases: a primeira fase foca a textualização ou lexicogramática, ao passo que a segunda centra-se na organização do discurso, enquanto a terceira fase debruça-se sobre a contextualização do discurso. Esse deslocamento parece explicar como o foco das teorias de gênero tem avançado de um olhar mais textual para um olhar mais social. Contemporaneamente, são múltiplas e diversas as concepções teóricas de gênero existentes.

2.3.1. A pluralidade de “escolas” teóricas

Inicialmente, convém reconhecer que traçar um panorama das múltiplas perspectivas teóricas – ou escolas – que tratam de gêneros, em nível mundial, é uma tarefa um tanto ambiciosa. É humanamente impossível descrever todos os trabalhos que tenham como objeto de estudo os gêneros, desde a década de 80 do século XX, realizados nos inúmeros programas de pós-graduação existentes. Ainda que se pense somente no contexto brasileiro, a situação não seria mais favorável. A rapidez com que o conhecimento é produzido a cada dia aumenta o volume das produções acadêmicas de uma forma colossal. Assim, corre-se sempre o risco de preterir algo, pois o conhecimento científico está sempre em movimento, resultando de um processo contínuo de pesquisa em um mundo em constantes mudanças.

No intuito de se situar diante das teorias de gênero, cujo objeto de estudo é heterogêneo e fluido, buscaram-se na literatura especializada alguns textos de referência²³ que pudessem lançar luz acerca dessa diversidade de concepções teóricas que tomam os gêneros como objeto de estudo, seja em contexto de pesquisa, seja em contexto de ensino. Esse levantamento objetiva mapear as correntes da pesquisa sobre gênero – especialmente porque, em contexto brasileiro, ainda se trata de um tema relativamente novo que carece de refinamento teórico – e fornecer subsídios que embasem teoricamente os lugares a partir dos quais se enuncia nesta tese.

Na esteira do mapeamento de textos que discorrem sobre teorias de gênero, os quais serão discutidos a seguir, procurou-se atentar para três critérios de escolha:

²³ Os textos escolhidos foram: Hyon (1996), Marcuschi (2008), Meurer, Bonini e Motta-Roth (2005), Ramires (2005), Chen (2008), Motta-Roth (2008), Araújo (2009), Pereira e Rodrigues (2009), Bawarshi e Reiff ([2010] 2013) e Silva e Bezerra (2014).

(i) selecionar textos que fossem escritos tanto por estudiosos brasileiros quanto por pesquisadores estrangeiros; (ii) seguir uma orientação cronológica na seleção e apresentação dos textos, considerando tanto produções mais antigas quanto publicações mais recentes e (iii), no caso das produções brasileiras, dar voz a autores oriundos de diferentes regiões do país, para conferir maior pluralidade às discussões.

Na literatura estrangeira, uma das primeiras tentativas de sistematização das teorias de gênero remonta ao artigo de Hyon (1996), cujo objetivo fora, há mais de duas décadas, “fornecer um mapa das teorias de gênero atuais [à época] e suas aplicações no ensino em três áreas de investigação em que o conhecimento de gênero tomou, de forma significativa, diferentes caminhos”²⁴ (HYON, 1996, p. 693). As três áreas a que a autora alude são o Inglês para Fins Específicos (ESP), os estudos da Nova Retórica – mais bem conhecidos hoje como Estudos Retóricos de Gêneros (ERG) – e a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) australiana.

O trabalho de Hyon (1996), cuja metodologia coteja as três escolas supramencionadas, faz uma cartografia que delinea as particularidades de cada tendência, ao mesmo tempo em que estabelece os pontos de convergência e de divergência entre tais abordagens. A autora retoma Freedman e Medway (1994), cujo artigo já traçava um paralelo entre duas concepções de gênero: a da Escola de Sydney e a da Escola norte-americana. Nessa direção, Hyon (1996) discute a noção de contexto, os objetivos da pedagogia baseada em gênero e as diferentes audiências em cada uma das três tradições por ela investigadas.

Com efeito, o referido artigo – que se ancora na primeira parte da sua tese de doutorado, orientada por John Malcolm Swales – tornou-se influente principalmente por ser um artigo de revisão, servindo de marco para trabalhos subsequentes, o que assinala o seu principal legado. O próprio Swales (2012) fez um levantamento da repercussão do artigo de Hyon (1996), coletando dados de citação em duas plataformas virtuais – *Google Scholar* e *Web of Science* – e constatou que, a despeito de a discussão no campo dos gêneros hoje extrapolar a tríade

²⁴ No original: “(...) to provide a map of current genre theories and teaching applications in three research areas where genre scholarship has taken significantly different paths” (HYON, 1996, p. 693).

sistematizada pela autora, não é difícil ver que “Hyon (1996) permanece uma heurística útil para estabelecer esse quadro”²⁵ (SWALES, 2012, p. 113).

De fato, o panorama desenhado por Hyon (1996) em certo sentido continua válido, pois há de se considerar que as três grandes tradições a que ela se refere influenciaram e influenciam estudiosos de gêneros em várias partes do mundo, tanto nos contextos de pesquisa, quanto nos de ensino. Todavia, há de se convir que outras perspectivas teóricas, não mencionadas no artigo por diversas razões, também são consideradas influentes nos estudos de gêneros, tais como o Interacionismo Sociodiscursivo, a abordagem dialógica do chamado Círculo de Bakhtin, a Análise Crítica do Discurso, dentre outras. Com efeito, à proporção que clarifica as fronteiras entre três tradições de gênero, o artigo de Hyon (1996) pode ter sido em certo sentido restritivo, já que o fenômeno em estudo demanda outros olhares teóricos; naquele momento, porém, a autora ocupava-se das implicações advindas dessas três teorias para o ensino de inglês como segunda língua, o que em parte justifica suas delimitações.

No Brasil, um dos primeiros estudiosos a fazer uma cartografia dos estudos de gêneros foi Marcuschi (2008, p. 152-153), cuja obra compila uma série de tópicos que o próprio autor chama de “notas de trabalho”, as quais serviam de subsídios às aulas por ele ministradas em cursos de graduação. Na verdade, a obra só veio a público em 2008; no entanto, as ideias nela contidas já eram discutidas desde os anos 2000 por Marcuschi em suas aulas, daí se tomar a classificação do autor como uma das pioneiras no Brasil. Neste livro, o autor elenca algumas “correntes” dos estudos de gêneros em curso internacionalmente à época, com suas repercussões no Brasil. Há uma preocupação por parte dele em ressaltar que não se trata de uma “classificação rígida”, visto que os “enquadres são precários” além de não recobrir todas as possibilidades teóricas existentes para o estudo dos gêneros. Ele mesmo reconhece, por fim, que uma classificação mais aprimorada requer “critérios mais finos e teoricamente mais detalhados”.

Não obstante isso, a classificação de Marcuschi (2008) torna-se interessante à medida que apresenta o panorama internacional e, ao mesmo tempo, destaca as principais universidades brasileiras que se filiam a essas tendências. É evidente que o cenário hoje – mais de quinze anos depois – avançou e modificou-se, quando se

²⁵ No original: “Hyon (1996) remains a useful heuristic for establishing that framework” (SWALES, 2012, p. 113).

considera que a cada dia novos pesquisadores interessam-se pela área e que grande parte de seus precursores continua ativa, produzindo, atualizando ou até mesmo reformulando suas teorias. Além do mais, convém enfatizar que a proposta de Marcuschi (2008) não emerge de pesquisa empírica, por isso parece um tanto intuitiva, pois, presume-se, fez-se com base em sua experiência de pesquisador. Assim sendo, Marcuschi (2008) aponta sete perspectivas teóricas para o estudo dos gêneros: (i) *perspectiva sócio-histórica e dialógica*; (ii) *perspectiva comunicativa*; (iii) *perspectiva sistêmico-funcional*; (iv) *perspectiva sociorretórica de caráter etnográfico voltada para o ensino de segunda língua*; (v) *perspectiva interacionista e sociodiscursiva de caráter psicolinguístico e atenção didática voltada para a língua materna*; (vi) *perspectiva da análise crítica [do discurso]* e (vii) *perspectiva sociorretórica/sócio-histórica e cultural*.

Outro trabalho que se difundiu nos meios acadêmicos brasileiros foi a coletânea organizada por Meurer, Bonini e Motta-Roth (2005). Neste livro, os autores são cautelosos ao fazer o agrupamento das teorias de gênero, reconhecendo que não se trata de tarefa fácil, seja no plano ontológico ou até mesmo didático, visto que “há muito mais um diálogo (crescente) do que um jogo de oposições claras entre esses trabalhos” (MEURER; BONINI; MOTTA-ROTH, 2005, p. 8-9). Sensíveis a isso, eles sistematizam o quadro teórico em três tendências mais gerais: (i) abordagens sociossemióticas; (ii) abordagens sociorretóricas e (iii) abordagens sociodiscursivas. É oportuno ressaltar o fato de o livro ser escrito por pesquisadores brasileiros que fazem uma leitura, individualmente ou em coautoria, das teorias de autores estrangeiros representativos de cada tendência dos estudos de gêneros. Isso teve uma implicação importante à época, uma vez que se procurou difundir o pensamento desses autores e as suas obras de referência, em sua maioria sem tradução para o português, ao mesmo tempo em que se forneceu um panorama introdutório especialmente para pesquisadores iniciantes e professores de línguas.

A classificação proposta por Meurer, Bonini e Motta-Roth (2005), com uma postura assumidamente didática e introdutória, requer certa maturidade teórica do leitor na medida em que não refina as perspectivas teóricas, daí dizer-se que se trata de um agrupamento em certo sentido mais eclético, por meio de macrocategorias. Na abordagem sociossemiótica, por exemplo, há uma mistura de autores voltados para a linguística sistêmico-funcional com autores provenientes da

análise crítica do discurso, embora se saiba que a segunda decorre da primeira. Do mesmo modo, Bakhtin aparece dentro da chamada abordagem sociodiscursiva, quando a perspectiva do autor é *stricto sensu* dialógica e não deve ser confundida com a do Interacionismo Sociodiscursivo franco-suíço, apesar de este se inter-relacionar com aquela. Na abordagem sociorretórica, Miller, Bazerman e Swales são apresentados como fazendo parte de uma mesma perspectiva teórica, quando, na verdade, este último autor filia-se ao Inglês para Fins Específicos (ESP), enquanto os dois primeiros voltam-se para os Estudos Retóricos de Gêneros (ERG). A despeito disso, ressalta-se o fato de essa ser uma das primeiras publicações brasileiras que agrupou teorias de gêneros, lançando luzes para que não se tomassem essas teorias como fenômeno único.

No mesmo ano em que Meurer, Bonini e Motta-Roth (2005) publicaram o livro acima referido, Ramires (2005) escreveu um artigo cujo objetivo também fora traçar um panorama dos estudos sobre gêneros. A discussão da autora centra-se apenas em três abordagens da análise de gênero: (i) “a visão de gêneros de Bakhtin”; (ii) “a escola norte-americana” e (iii) “a escola de Genebra” (RAMIRES, 2005, p. 4). Um aspecto que merece ser destacado diz respeito ao fato de as ideias do Círculo de Bakhtin não figurarem apenas como um consenso teórico que subjaz a praticamente todas as abordagens de gênero, mas como uma corrente de estudos de gênero autônoma. Contudo, Ramires (2005) comete o mesmo equívoco de Meurer, Bonini e Motta-Roth (2005), quando agrupa autores provenientes de diferentes perspectivas teóricas – Swales, Miller e Bazerman – como fazendo parte da “escola norte-americana” de gêneros, sem fazer qualquer menção às suas teorias de base.

Chen (2008), refletindo sobre o que significa escrever em novos tempos – particularmente em contexto acadêmico de escrita de inglês como segunda língua, que é sua área de atuação na Ásia e na Oceania –, revê várias abordagens teóricas que tratam da noção de gênero para, em seguida, explorar a perspectiva bakhtiniana. Dialogando com Hyon (1996) e Freedman e Medway (1994), a autora menciona as três áreas que influenciaram os estudos de gênero no campo da linguística aplicada: a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), o Inglês para Fins Específicos (ESP) e a Nova Retórica norte-americana. Chen (2008) corrobora a ideia de que as três escolas mencionadas podem ser agrupadas dentro de duas abordagens maiores: uma que se baseia no texto e outra que se baseia na situação. Nessa concepção mais textual estariam a LSF e o ESP, enquanto que na tendência

mais contextual estariam os estudos da Nova Retórica. Todavia, a autora recorre à perspectiva bakhtiniana, em diálogo com o pensamento vygotskyano, para abordar a questão do uso criativo dos gêneros, pois, para ela, “escrever com os olhos dos gêneros significaria adotar uma posição ideológica implícita no gênero e invocada por valores epistêmicos da comunidade” (CHEN, 2008, p. 201)²⁶.

A perspectiva de Motta-Roth (2008) caminha na direção do que se postula como Análise Crítica de Gêneros (ACG), cujo objetivo “se presta a uma análise que é, ao mesmo tempo, detalhada, porque explica e localiza os elementos linguísticos no tempo e no espaço, e problematizadora, porque desnaturaliza os valores que estão postos” (MOTTA-ROTH, 2008, p. 370). A autora adota uma perspectiva “mestiça” que se alicerça em vários campos do saber ligados ao estudo da linguagem humana: a Análise de Gênero de perspectiva instrumental, a Sociorretórica²⁷, a Linguística sistêmico-funcional e a Análise Crítica do Discurso, postulando uma abordagem crítica que integra lexicogramática, discurso, contexto sociocultural e ideologia. Desse ponto de vista, pode-se afirmar que a Análise Crítica de Gêneros funciona como uma imbricação de teorias, e tem sua própria identidade à medida que se apropria de categorias teórico-metodológicas oriundas de diferentes concepções de gêneros e dá-lhes uma feição particular quando postas em diálogo.

Na esteira do que se vem discutindo, convém citar o trabalho de Araújo (2009), cujo objetivo foi “relatar preliminarmente os resultados de um projeto de pesquisa sobre estudos de gênero realizados no Brasil de 1980 a 2007” (ARAÚJO, 2009, p. 44)²⁸. A relevância dessa pesquisa traduz-se no fato de ser o primeiro estudo empírico realizado no Brasil com a finalidade de mapear as principais teorias e metodologias aplicadas à pesquisa de gêneros por estudiosos brasileiros ao longo de vinte e seis anos. Esta pesquisa de Araújo (2009) identificou: (i) os gêneros que foram estudados no período 1980-2007 no Brasil; (ii) o foco de cada estudo; (iii) os quadros teóricos subjacentes a essas pesquisas e (iv) o tipo de metodologia adotado nas análises. É válido dizer que a autora coletou os dados a partir de resumos *online* de dissertações e teses concluídas em vinte e seis programas de pós-graduação em

²⁶ No original: “Writing with eyes of genres would mean to adopt an ideological position implicit in the genre and invoked by the community’s epistemic values” (CHEN, 2008, p. 201).

²⁷ A autora emprega *sociorretórica* para se referir aos Estudos Retóricos de Gêneros.

²⁸ No original: “(...) to report preliminary outcomes of research project on genre studies conducted in Brazil from 1980 to 2007” (ARAÚJO, 2009, p. 44).

linguística e linguística aplicada, artigos de pesquisa impressos de nove revistas acadêmicas e dezenove livros sobre análise do discurso e gêneros; todos esses dados provêm de fontes brasileiras.

Com base nos resultados da pesquisa, a autora afirma que “mesmo com o crescente interesse em estudos de gênero no Brasil, os estudiosos não têm uma ideia precisa da sua extensão e natureza” (ARAÚJO, 2009, p. 44)²⁹. Esta afirmação é reveladora do quão complexo é o gênero, pois mesmo na academia a questão parece ainda não estar muito bem esclarecida. Em seu estudo, Araújo (2009) constatou quatro perspectivas de gênero que influenciam os pesquisadores brasileiros: (i) o sociointeracionismo; (ii) a sociorretórica; (iii) a sociossemiótica e (iv) a análise crítica do discurso. Sublinhe-se que o mérito do referido trabalho está principalmente no seu pioneirismo na academia brasileira, por meio de pesquisa, o que respalda uma classificação das teorias de gênero com base em dados empíricos. No entanto, olhando-se hoje, é fato reconhecer que o período investigado (1980-2007) não contempla o que tem sido produzido no último decênio em matéria de gêneros no Brasil.

Pereira e Rodrigues (2009), ao referirem as abordagens sociossemiótica, sociointeracionista e sociorretórica, acrescentam mais três abordagens para os estudos dos gêneros: semiodiscursiva, sociocognitivista e dialógica. Trata-se de um agrupamento em certo sentido abrangente, visto que são macrocategorias que se propõem abarcar autores que muitas vezes falam a partir de lugares distintos. Especificamente em relação à chamada concepção semiodiscursiva de gêneros, os autores agrupam estudiosos da Análise do Discurso, cuja preocupação centra-se na ideologia e na subjetividade das interações. Quanto à abordagem sociocognitivista de gêneros, há menção a estudiosos da Linguística Textual, particularmente do contexto brasileiro, que buscam analisar a relação entre linguagem e cognição a partir das práticas sociais. A perspectiva dialógica de que falam os autores refere-se às ideias do Círculo de Bakhtin, dentro do que se convencionou rotular de Análise Dialógica do Discurso, uma vertente dos estudos do discurso que se particulariza por apresentar pressupostos epistemológicos específicos em comparação com as análises de discurso anglo-saxã e francesa.

²⁹ No original: “(...) even with the growing interest in genre studies in Brazil, scholars do not have a precise idea of their extent and nature” (ARAÚJO, 2009, p. 44).

Uma forma de agrupamento das teorias de gênero mais recentes em nível internacional que vem sendo difundida no Brasil, devido à sua tradução para o português, encontra-se em Bawarshi e Reiff ([2010] 2013). Neste livro, os autores fazem um apanhado das várias tradições da análise de gênero, especialmente enfatizando aquelas mais proeminentes no contexto do ensino e da pesquisa norte-americanos. A proposta dos autores convida a pensar os gêneros a partir de três grandes *tradições* – entendidas aqui numa acepção diferente de Hyon (1996) –, as quais são refinadas com a finalidade de se evidenciar as bases teórico-metodológicas sub-reptícias a cada uma delas. Por um lado, Bawarshi e Reiff ([2010] 2013) apresentam um panorama das teorias de gênero nas chamadas tradições literárias, discutindo as abordagens neoclássicas, estruturalistas, românticas e pós-românticas, da estética da recepção e dos estudos culturais. Por outro lado, os autores cotejam as tradições linguísticas com as tradições retórica e sociológica da análise de gênero. O que Bawarshi e Reiff ([2010] 2013) chamam de tradições linguísticas são as abordagens de gênero advindas da linguística de *corpus*, da linguística sistêmico-funcional e do inglês para fins específicos. No que concerne às tradições retórica e sociológica, os autores concentram sua atenção nos chamados estudos retóricos de gênero.

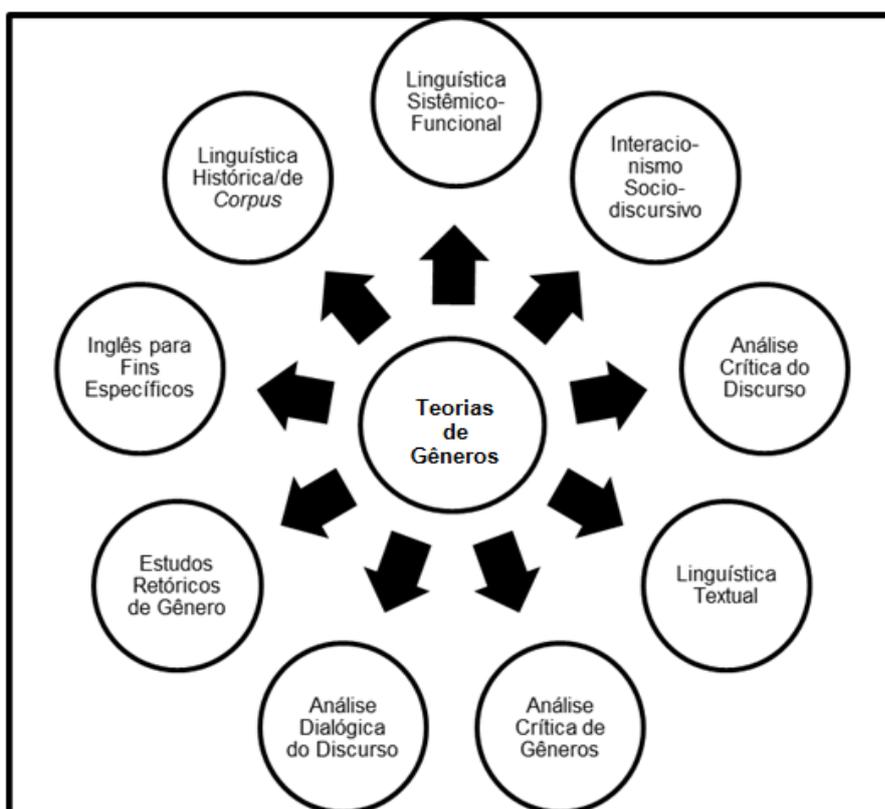
Uma novidade polêmica introduzida pelos autores no referido livro diz respeito à chamada *síntese brasileira de gêneros (Brazilian Genre Synthesis)*, um conceito passível de questionamentos que, segundo eles, encapsula aspectos das tradições linguística, retórica e sociológica, em diálogo com as tradições de gêneros francesa e suíça, nos estudos brasileiros de gênero. A propósito disso, a classificação proposta pelos autores deixa a desejar no sentido de não aprofundar outras perspectiva dos estudos de gêneros; contudo, isso é em parte justificável, devido às próprias condições de produção em que o livro foi escrito e ao fato de privilegiarem as perspectivas anglófonas.

Silva e Bezerra (2014, p. 19) constataram a influência de quatro tradições de estudos de gêneros, muito embora os autores sustentem a existência de uma “suposta ‘camuflagem’ dessa multiplicidade de abordagens em função de uma ‘aceitação ingênua’ por parte dos educadores de apenas uma perspectiva” na conjuntura educacional brasileira (SILVA; BEZERRA, 2014, p. 19). Os autores fizeram o levantamento de vinte artigos acadêmicos em cinco revistas de alcance nacional, publicados entre 1990 e 2012, verificando quais teorias de gêneros eram

informadas pelos autores dos artigos, tanto nos seus resumos quanto em suas introduções. Os achados da investigação corroboram as hipóteses de que a pedagogia de gêneros no Brasil fundamenta-se principalmente no Interacionismo Sociodiscursivo, porém mostra que outras abordagens teórico-metodológicas também são utilizadas. Uma contribuição deste estudo consiste no fato de ele apresentar dados mais recentes dos estudos de gêneros no Brasil, coletados em veículos de popularização da ciência, somando-se ao já mencionado estudo de Araújo (2009).

Em suma, diante das leituras realizadas, corrobora-se que seria ingenuidade falar em gênero como algo consensual. Cabe indagar o que se entende por esse conceito, a partir de qual perspectiva teórico-metodológica o pesquisador se posiciona, e quais são as implicações advindas das suas escolhas. A figura abaixo traz uma visão panorâmica das principais concepções teóricas que funcionam como lentes para que se possa enxergar esse objeto complexo e multifacetado que é o gênero.

Fig. 3 – Algumas perspectivas teóricas para o estudo dos gêneros



Fonte: Elaboração do autor desta tese.

A figura anterior sintetiza algumas das tradições de estudos de gêneros, evidenciando o quão complexo é esse objeto de estudo e, ao mesmo tempo, o quão necessário torna-se ter uma visão holística do fenômeno, de modo que não se aja como se estivesse diante de uma teoria homogênea. De fato, há de se concordar que não surpreende que haja diversas perspectivas sobre gêneros, assim como há para língua, texto, discurso, dentre outros fenômenos. Cabe enfatizar, ainda, que os estudos de gêneros não se fecham nas escolas teóricas esboçadas; além do mais, as terminologias adotadas são flutuantes, visto que muitas dessas perspectivas teóricas são referenciadas por mais de uma denominação terminológica na literatura linguística contemporânea.

A abordagem da *Linguística Sistêmico-Funcional* (LSF), também referida na literatura linguística como *Escola de Sidney*, *Escola australiana* ou até mesmo dentro da chamada concepção *sociossemiótica* dos estudos de gêneros, inspira-se nos postulados de Halliday ([1978] 1982), para quem a língua é um sistema semiótico que se realiza dentro de contextos de situação e de contextos de cultura. Assim, a LSF é *sistêmica* porque olha para a linguagem como um sistema de escolhas a serviço do desempenho dos seus usuários na realização de propósitos sociais, o que legitima seu caráter *funcional*. A estrutura linguística está, por conseguinte, integralmente relacionada à função social; daí dizer-se que uma realiza a outra, no seio de uma dada cultura. Nessa perspectiva teórica, o gênero é social, porque a sua elaboração é realizada coletivamente; é organizado por estágios, uma vez que demanda etapas para que os objetivos comunicativos sejam alcançados; e é orientado para objetivos, porque tais construtos são utilizados para se colocar coisas em prática.

A corrente do *Interacionismo Sociodiscursivo* (ISD) para o estudo dos gêneros, também conhecida como *Escola de Genebra* ou *perspectiva franco-suíça* tem larga influência na pedagogia brasileira de gêneros, tal como atestam os documentos oficiais, dentre eles os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Tomando o gênero como “um instrumento semiótico complexo” (SCHNEUWLY, [1994] 2004, p. 26-27), o ISD estabelece os seus fundamentos a partir da teoria bakhtiniana em diálogo com os postulados de Lev Vygotsky. No contexto brasileiro, essa abordagem de estudo dos gêneros tem sido bastante difundida, já que se debruça sobre a transposição didática dos construtos genéricos, tal como evidencia

a relativamente conhecida noção de “sequências didáticas” (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, [2001] 2004, p. 97).

A *Análise Crítica do Discurso* (ACD) é uma teoria que toma o discurso “como uma forma de prática social que se realiza total ou parcialmente por meio de gêneros textuais específicos” (MEURER, 2005, p. 88). Desenvolvida por Fairclough ([1992] 2001), a ACD tem uma preocupação tanto com o social quanto com o linguístico; daí dizer-se que os textos são formas de representação social e de ação. Do ponto de vista operacional, essa perspectiva apresenta uma metodologia tridimensional, em que se consideram análises das práticas sociais, das práticas discursivas e do texto, já que “(...) toda prática discursiva (...) é uma forma de prática social, mas nem toda prática social (...) é uma prática discursiva” (MEURER, 2005, p. 94).

A perspectiva de gêneros da *Linguística Textual* (LT) ou *perspectiva sociocognitivista* tem como pesquisadores mais notáveis, no Brasil, Marcuschi (2008; 2010; 2011) e Koch (2009a; 2009b). Embora se saiba que o objeto de estudo da LT seja o texto, não se pode negar que não há texto sem gênero. Aliás, o texto é a parte material do gênero, já que é o artefato textual que se vê (quando escrito) e se ouve (quando falado). Por isso, os gêneros também se tornam objeto de interesse da LT, “particularmente no que diz respeito às práticas sociais que os determinam, à sua localização no *continuum* fala/escrita, às opções estilísticas que lhes são próprias e à construção composicional, em termos macro e microestruturais” (KOCH, 2009a, p. 167-168). Contudo, cabe questionar em que medida a LT pode ser considerada uma tendência específica dos estudos de gêneros, visto que seus autores – a exemplo de Marcuschi (2008; 2010; 2011), Koch (2009a; 2009b) e Koch e Elias (2009) – geralmente releem e incorporam outras teorias (a bakhtiniana, os estudos retóricos de gênero, a perspectiva instrumental britânica, o interacionismo sociodiscursivo, dentre outras). É necessário frisar também que seria muito restritivo inserir o legado de Luiz Antonio Marcuschi apenas na abordagem sociocognitivista, porque hoje ele é tratado praticamente como um consenso teórico nos estudos brasileiros de gêneros.

Quanto à *Análise Crítica de Gêneros* (ACG), é preciso esclarecer, de antemão, que ela não se confunde com a ACD, apesar de aquela ter sido influenciada por esta. Segundo Bhatia e Salmani Nodoushan (2015a, p. 125), “o termo [crítica] é usado em dois sentidos muito diferentes nos dois quadros, embora

possa haver algumas áreas de sobreposição”.³⁰ Ao que parece, a ACD tem um compromisso maior com a interpretação ideológica, ao passo que a ACG não pretere a análise dos recursos linguísticos, mas os toma como ponto de partida para ir às práticas profissionais e disciplinares. Ademais, cabe lembrar que, atualmente, a ACG vem se desenvolvendo em duas perspectivas: (i) uma abordagem brasileira, introduzida por José Luiz Meurer e continuada principalmente por seus ex-orientandos, a exemplo de Motta-Roth (2008); e (ii) uma tendência internacional empreendida pelo linguista indiano Vijay Kumar Bhatia também referida como *Critical Genre Analysis* (BHATIA, 2012; BHATIA; SALMANI NODOUSHAN, 2015a). Entretanto, ao que parece, se forem considerados os diálogos interdisciplinares e o foco analítico de cada uma dessas tendências, “é mais provável se tratar de mera coincidência terminológica” (BEZERRA, 2017, p. 123-124).

A concepção de gêneros da chamada *Análise Dialógica do Discurso* (ADD) também é amiúde rotulada na literatura linguística como *perspectiva bakhtiniana* ou *abordagem sócio-histórica/dialógica*. Conforme já se discutiu neste capítulo, subjaz a essa teoria uma concepção de língua(gem) como prática interacional, ligada a uma visão dos gêneros como construtos maleáveis constitutivos das múltiplas esferas da comunicação humana, o que propiciou uma evolução no campo da filosofia da linguagem e, por extensão, da ciência linguística. Há de se reconhecer, portanto, que a virada proposta por Bakhtin o torna praticamente um consenso teórico entre os pesquisadores de gêneros na atualidade.

Os *Estudos Retóricos de Gênero* (ERG) são também conhecidos como abordagem de gêneros da *Nova Retórica*, *Escola Norte-americana* ou *Sociorretórica*, conforme aponta a literatura estrangeira (FREEDMAN; MEDWAY, 1994, p. 3; HYON, 1996; BAWARSHI; REIFF, [2010] 2013). Por sua vez, a abordagem de gêneros do *Inglês para Fins Específicos* (*English for Specific Purposes* – ESP) ou *Escola Britânica* também é mencionada, muitas vezes, como *Sociorretórica* (BIASI-RODRIGUES; BEZERRA, 2012); assim, há de se observar que se está diante de duas teorias de base *sociorretórica*: os ERG e o ESP. Isso posto, é preciso esclarecer que, no Brasil, disseminou-se a ideia de *Sociorretórica* como se fosse uma teoria única sobre gêneros; porém, essa terminologia é ambígua, circulando com pelo menos três acepções distintas: (i) *sociorretórica* como a combinação do

³⁰ No original: “(...) the term is used in two very different senses in the two frameworks, though there could be some areas of overlap” (BHATIA; SALMANI NODOUSHAN, 2015a, p. 125).

ESP+ ERG; (ii) sociorretórica apenas como sinônimo do ESP; e (iii) sociorretórica somente como sinônimo dos ERG (BEZERRA, 2016, p. 467). No próximo capítulo, discorrer-se-á com mais detalhes sobre cada uma dessas abordagens – ESP e ERG –, visto que elas também fundamentam teoricamente esta tese.

A tendência dos estudos de gêneros da *Linguística Histórica/de Corpus* configura-se como uma abordagem essencialmente centrada na língua, preocupada com as tipologias e as mudanças linguísticas. Do ponto de vista metodológico, opera num patamar quantitativo, definido em termos percentuais, uma vez que trabalha com grandes bancos de dados ou *corpora* eletrônicos de textos. Há de se considerar, também, que uma corrente mais recente da análise de gênero nesse contexto é a chamada perspectiva das Tradições Discursivas (TD), desenvolvida por Kabatek (2005a; 2005b; 2012), a partir dos estudos de Eugenio Coseriu no campo da Linguística Histórica. Também referida na literatura linguística brasileira como *Análise Diacrônica de Gêneros* (ZAVAM, 2009), as TD são uma tendência que busca analisar a evolução dos gêneros – os quais são históricos por excelência – na tentativa de encontrar traços de conservação e de inovação nos construtos genéricos, compreendendo-os como *tradições discursivas*.

2.3.2. A particularidade brasileira

Não é novidade que, no Brasil, há um crescente interesse pelos gêneros, seja no mundo da pesquisa, seja no contexto do ensino, em seus diferentes níveis e modalidades. Uma rápida busca pela expressão “gênero textual” no *Google Acadêmico* em português, realizada em 20/05/2016, listou aproximadamente 40.000 resultados em 0,03s. Eventos nacionais e internacionais têm sido organizados para discutir esse construto, entre os quais estão o Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (SIGET), o Colóquio sobre Gêneros e Textos (COGITE) e o Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais (SINALGE)³¹, somente para citar alguns. É público e notório também que os documentos oficiais que norteiam as políticas públicas para o ensino de línguas no país – a exemplo dos Parâmetros

³¹ O SIGET é rotativo, ocorrendo em diferentes universidades brasileiras com a participação de convidados estrangeiros; sua nona edição ocorreu no Centro-Oeste, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 2017. O COGITE é organizado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e já está em sua quinta edição, ocorrida em 2016. O IV SINALGE, que é promovido pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), ocorreu em 2017.

Curriculares Nacionais (PCN), das Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esta ainda em construção – referem recorrentemente a noção de gênero como objeto de ensino. Não raro, o livro didático de língua portuguesa, que não deixa de ser um veículo de popularização da ciência linguística, a despeito das críticas que têm recebido, baseia, em geral, suas atividades em gêneros.

Diante desse cenário, urge pensar de que modo pesquisadores e professores brasileiros têm se apropriado das teorias de gêneros para desenvolverem os seus trabalhos, já que não se pode falar em uma teoria genuinamente brasileira nesse campo disciplinar³². De qualquer forma, é válido ressaltar que os estudos de gêneros no Brasil são relativamente novos, pois não há muito tempo que teorias estrangeiras são importadas e adaptadas ao contexto brasileiro. A grande particularidade dos estudos de gênero no Brasil, talvez, reside no fato de os pesquisadores brasileiros estabelecerem, em geral, um diálogo entre mais de uma perspectiva teórica para embasar as suas pesquisas, o que não quer dizer que não haja trabalhos fundamentados em apenas uma abordagem teórico-metodológica. Essa singularidade atesta o quão seria equivocado pensar em uma escola brasileira de gêneros como uma macroteoria, já que, na verdade, o que há são diálogos entre teorias advindas de diversas partes do mundo. Considerando que as teorias são lentes por meio das quais se enxerga a realidade pesquisada, há de se concordar com Motta-Roth (2008, p. 368) quando ela afirma que a utilização de referências teóricas distintas talvez seja “a qualidade mais notável que a perspectiva dos estudos de gêneros tem a oferecer aos estudos da linguagem”.

Nesse sentido, uma discussão que vem à tona diz respeito à questionável ideia da “síntese brasileira” dos estudos de gêneros, apontada por Bawarshi e Reiff ([2010] 2013). Segundo esses autores, a pesquisa sobre gêneros no Brasil tem sido instrutiva “pela maneira como faz uma síntese das tradições linguística, retórica e social/sociológica (...), ao mesmo tempo em que também lança mão das tradições de gêneros francesa e suíça” (BAWARSHI; REIFF, [2010] 2013, p. 99). Com base nisso, depreende-se que os autores referidos compreendem os estudos brasileiros de gêneros como uma perspectiva eclética; entretanto, afirmam que essa síntese

³² Exceto a *Análise Crítica de Gêneros* iniciada por José Luiz Meurer e desenvolvida por Motta-Roth (2008), que parece pioneira nesse sentido, a despeito da existência paralela da *Critical Genre Analysis* de Bhatia (2015b).

trata as teorias como “mutuamente compatíveis e capazes de proporcionar ferramentas analíticas e teóricas pelas quais se possa compreender o funcionamento linguístico, retórico e sociológico dos gêneros” (BAWARSHI; REIFF, [2010] 2013, p. 99). A ideia de compatibilidade teórica, porém, não parece tão pacífica assim, e muito menos a proposta de uma “síntese”.

Swales (2012), comentando as três tradições propostas por Hyon (1996), reconhece que a pesquisa sobre gênero hoje vai muito além dos Estudos Retóricos de Gênero (ERG), do Inglês para Fins Específicos (ESP) e da abordagem da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). Ao lado do movimento dos letramentos acadêmicos na Inglaterra e de um potencial surgimento de uma nova pedagogia baseada em gênero na Espanha, Swales (2012) também menciona a chamada “abordagem brasileira de gêneros” (*Brazilian approach to genre*). Para ele, em diálogo com Bawarshi e Reiff ([2010] 2013), a singularidade de tal abordagem configura-se por meio das tentativas de “fundir o Inglês para Fins Específicos com a análise de gênero da Linguística Sistêmico-Funcional, juntamente com uma abordagem mais crítica (Análise Crítica do Discurso), além da influência do Interacionismo Sociodiscursivo franco-suíço” (SWALES, 2012, p. 113)³³. Embora haja o reconhecimento de que os estudos brasileiros de gêneros têm se tornado visíveis e relevantes no cenário internacional, cabem críticas ao ponto de vista de Swales (2012).

A propósito, a referência aos estudos brasileiros de gêneros como uma suposta síntese ou como uma escola teórica parece não ter agradado à comunidade científica brasileira. Vian Jr. (2015), por exemplo, em sua crítica a Bawarshi e Reiff ([2010] 2013) e ao próprio Swales (2012), afirma que a ideia de perspectiva brasileira de estudos de gêneros é “uma categorização bastante reducionista, uma vez que estamos olhando para um fenômeno muito complexo e através de uma lente incapaz de levar em consideração todos os seus ângulos” (VIAN JR., 2015, p. 95)³⁴. Defendendo uma abordagem crítica dos gêneros, o autor argumenta que os estudos brasileiros sobre o tema, sob seu ponto de vista, devem ser tratados à luz da teoria da complexidade.

³³ No original: “[The former is known for its attempts] to meld ESP-type and SFL-type genre analysis, along with a more critical approach (Critical Discourse Analysis), plus influence from Franco-Swiss Socio-discursive interactionism” (SWALES, 2012, p. 113).

³⁴ No original: “(...) a fairly reductionist categorization, since we are looking at a very complex phenomenon and through a lens incapable of taking into account all of its angles” (VIAN JR., 2015, p. 95).

Bezerra (2016), por sua vez, num ensaio que tem como objetivo problematizar a chamada síntese brasileira, discutindo suas premissas e questionando sua natureza e abrangência, concorda que se trata de uma visão generalizante que simplifica em muito a questão, apresentando-a como um “panorama artificialmente harmonioso” que não condiz com a realidade (BEZERRA, 2016, p. 470). O autor discute a dupla acepção do termo síntese, que poderia ser visto como uma visão panorâmica sobre o conjunto das teorias de gênero – tal como em Marcuschi (2008) e Meurer, Bonini e Motta-Roth (2005) – ou como uma macroteoria construída a partir da contribuição das diversas abordagens teóricas existentes – mais próximo do que apontam Bawarshi e Reiff ([2010] 2013) e Swales (2012). A conclusão a que se chega é que uma síntese como superteoria não se sustenta, uma vez que se torna impossível até mesmo vislumbrar uma abordagem que seja capaz de fazer justiça a todas as pesquisas sobre gêneros já desenvolvidas ou em andamento no Brasil. De qualquer forma, resta asseverar que:

ainda que jamais cheguem a representar uma síntese das grandes perspectivas mundiais, se os estudos de gênero no Brasil forem capazes de empreender os diálogos necessários e pertinentes entre as diversas perspectivas e com outras abordagens que se fizerem necessárias, já terão o seu lugar no panorama mundial da pesquisa de gêneros plenamente justificado (BEZERRA, 2016, p. 488).

Ainda acerca dos estudos brasileiros de gêneros, Dolz (2016, p. 18), a partir dos resultados das pesquisas apresentadas no VIII SIGET, traça algumas premissas que resumem os modos como pesquisadores de diferentes regiões do país têm focado os gêneros. Segundo ele, as pesquisas brasileiras sobre gêneros não só são influenciadas por textos fundadores, tais como os escritos de Bakhtin e seu Círculo, como também recorrem a conceitos baseados em grandes paradigmas internacionais, sejam do mundo anglófono ou francófono. O autor ressalta também que há nesses estudos uma preocupação com os multiletramentos e um compromisso com o ensino e a democratização da educação, inclusive como resposta aos parâmetros curriculares. A criação de redes interuniversitárias de pesquisadores, o domínio de pesquisas empíricas centradas na análise de *corpus* textuais do mesmo gênero, dos usos sociais ou de atividades de ensino e de formação também são tendências observadas nas pesquisas brasileiras sobre gêneros. Ademais, o pesquisador suíço enfatiza a presença de inovações importantes no domínio dos gêneros orais, da modelização didática e das

sequências didáticas para o ensino da escrita e da leitura, dos gêneros multimodais e o seu papel no multiletramento e, finalmente, do domínio da linguagem no e sobre o trabalho. Some-se a isso o fato de haver uma extensão das pesquisas sobre o ensino da língua portuguesa ao ensino do inglês e do espanhol como língua estrangeira. Por fim, o autor destaca a existência de uma comunidade discursiva acadêmica que se manifesta nas publicações específicas e na realização de congressos, o que propicia o debate interno sobre os resultados e a inteligibilidade dos saberes, conferindo validade científica às pesquisas.

A visão de Dolz (2016), sintetizada nas premissas referidas, coaduna-se com o ponto de vista de Bazerman (2016, p. 648), para quem “essa orientação teórica interdisciplinar sintética é, portanto, outra característica distintiva da combinação brasileira”³⁵. É oportuno reforçar que nenhuma teoria é completa, por isso, nesta tese, o diálogo teórico torna-se produtivo ou até mesmo necessário, em virtude das características do objeto da investigação – o gênero memorando – e dos propósitos da pesquisa. Como disse Dolz (2016, p. 15), “para as nossas pesquisas, os gêneros textuais/discursivos, o diálogo faz parte do objeto dos nossos trabalhos”. Assim sendo, o próximo capítulo discutirá algumas categorias provenientes de três campos da pesquisa sobre gêneros: os Estudos Retóricos de Gêneros (ERG), a perspectiva do Inglês para Fins Específicos (ESP) e o paradigma das Tradições Discursivas (TD). Essa combinação de aportes advindos de mais de uma teoria, pautada por uma certa coerência teórica, reafirma a particularidade dos estudos brasileiros de gêneros, nos quais a presente tese se insere.

³⁵ No original: “This synthetic interdisciplinary theoretical orientation is therefore another distinguishing characteristic of the Brazilian Blend” (BAZERMAN, 2016, p. 648).

3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA O ESTUDO DOS GÊNEROS

Na conjuntura atual, torna-se premente delimitar fronteiras teóricas, quando se trata de estudar gêneros, a fim de que não se perca no labirinto, mesmo com a consciência de que as fronteiras não podem ser rígidas ou intransponíveis. A delimitação, neste caso, é o fio de Ariadne, para que a pesquisa se torne exequível. Assim, diante do problema de pesquisa e da natureza das análises que se empreenderam, este capítulo concentrar-se-á em algumas categorias provenientes de três tradições de gêneros distintas que, a despeito das suas particularidades, iluminaram o trajeto percorrido e contribuiram para a realização da pesquisa.

As três tendências referidas têm origens, finalidades, audiências e contextos sócio-históricos diversos; entretanto, foi estabelecido um diálogo entre elas, de modo que é nesse ponto também que a presente pesquisa torna-se um pouco mais singular. Na verdade, o diálogo entre elas ajuda a entender melhor a complexidade do objeto de estudo: o memorando na esfera administrativa estatal. Dessa maneira, põem-se em foco, neste capítulo, algumas categorias advindas dos Estudos Retóricos de Gêneros (ERG – *Rhetorical Genre Studies*), do Inglês para Fins Específicos (ESP – *English for Specific Purposes*) e do paradigma das Tradições Discursivas (TD – *Diskurstradition*), respectivamente. Tais categorias, discutidas a seguir, são fundamentais para clarificar os caminhos percorridos nas análises empreendidas nesta tese.

3.1. A concepção dos Estudos Retóricos de Gêneros (ERG)

Os Estudos Retóricos de Gêneros (ERG) configuram-se como uma corrente teórica que sofreu influência de diversos campos do conhecimento humano. Segundo Freedman e Medway (1994), quatro perspectivas foram basilares para a formulação das ideias dos ERG: a chamada virada retórica, o construcionismo social, as versões retóricas da racionalidade no campo da argumentação e a teoria dos atos de fala. Além disso, os autores mencionam Mikhail Bakhtin e John Swales como dois estudiosos que, cada um a seu modo, ajudaram a pensar os padrões de regularidades no discurso sob o ponto de vista social. Freedman e Medway (1994) não usam a terminologia *estudos retóricos de gênero*, mas *escola norte-americana*

(*North American School*), *estudos norte-americanos de gênero* (*North American genre studies*), ou *perspectiva sociorretórica* (*socio-rhetorical perspective*). A opção pela denominação *Estudos Retóricos de Gêneros* (*Rhetorical Genre Studies*), nesta tese, encontra respaldo em Bawarshi e Reiff ([2010] 2013).

Diferentemente de algumas outras abordagens teóricas para o estudo dos gêneros – cujo foco parece voltar-se mais para o texto –, os ERG podem ser considerados uma teoria que se ocupa principalmente de procurar entender os contextos ou as situações retóricas que tornam possíveis e inteligíveis as interações humanas. Desse modo, metodologicamente falando, tanto os textos quanto os contextos podem ser considerados como ponto de partida e de chegada da análise, uma vez que ambos são usados para se chegar a uma compreensão de como as ações simbólicas situadas constituem e são constituídas pelas ações sociais.

Considerando que os ERG não surgiram impulsionados por uma motivação pedagógica – embora seus pesquisadores mais notáveis não descartem a possibilidade de uma pedagogia implícita ou etnográfica de gêneros –, parece justificável que essa perspectiva teórica se assente mais sobre a complexidade dos construtos genéricos, tomando-os numa acepção sócio-histórica, do que sobre as suas regularidades e convenções linguísticas. Assim, nesta seção, discutir-se-ão as noções de *gênero como ação social tipificada*, *sistemas de gêneros* e *metagêneros*, respectivamente.

3.1.1. Gênero como ação social tipificada

Uma das primeiras questões que se colocam diante da problemática de tomar os gêneros como ações sociais tipificadas é reconhecer e admitir que seria muito restritivo observá-los de um ponto de vista centralmente linguístico ou, ainda, como um construto formal. Ao mesmo tempo, torna-se necessário discutir sobre o que se entende por *tipificação* e por *ação social* em *situações retóricas recorrentes*, refletindo sobre as implicações dessas categorias para o próprio conceito de gênero nesta abordagem teórica. Com efeito, essa noção de gênero não aponta para um princípio classificatório, muito embora classificar pareça ser uma atividade inerente à vida em sociedade e – por que não – útil também à própria linguagem. O que se deve objetar, porém, é que a classificação com fim em si mesma parece não ser tão produtiva assim. Afora isso, resta asseverar que, dentro dos Estudos Retóricos de

Gêneros (ERG), o que está em jogo é o fato de que “uma definição retoricamente válida de gênero precisa ser centrada não na substância ou na forma de discurso, mas na ação que é usada para sua realização” (MILLER, [1984] 2009a, p. 22).

Disso decorre que o que está em primeiro plano não são os gêneros em si enquanto ações simbólicas, mas as situações concretas que lhes originam e os modos como os interlocutores usam a linguagem para responder a demandas sociais. Trata-se, portanto, de uma maneira de ver o gênero a partir da experiência real dos usuários que o produzem e o interpretam, ou seja, levando-se em consideração as convenções criadas por meio da chamada prática retórica. Não é à toa que, sob essa perspectiva, “tanto a produção como a recepção são importantes para se pensar no gênero como ação” (BAZERMAN; MILLER, 2011, p. 16). Assim, e considerando que esse entendimento é praticamente consensual, os ERG costumam ser vistos como uma abordagem teórica mais centrada no contexto que no texto.

Isso posto, torna-se premente atentar para o fato de que se gênero é ação social, somente o é porque emerge de uma situação retórico-pragmática atrelada a uma ou mais funções; nesse sentido, não haveria ação se não houvesse um ou mais motivos dentro de um contexto situacional específico. Ademais, as situações retóricas são tipificadas e recorrentes, por isso mesmo são reconhecidas como comparáveis ou semelhantes, gerando uma espécie de tradição. Assim, as situações retóricas recorrentes e os motivos retóricos similares exigem que os interactantes valham-se dos gêneros – disponíveis no repertório da coletividade – como respostas a problemas concretos, sem que se tenha que inventar gêneros a todo instante, o que inviabilizaria a própria interação humana.

Especificamente no que toca à noção de *tipificação*, um conceito fundamental para entender gênero como ação social, pode-se compreendê-la enquanto reconhecimento de similaridades que são histórica e socialmente construídas e compartilhadas pelos sujeitos em suas práticas interacionais mediadas pela linguagem. Dizendo de outro modo, as tipificações são conhecimentos estocados na memória discursiva, os quais se constroem, se acumulam e se atualizam por meio da articulação entre experiências anteriores e atuais. Os tipos (daí falar-se em *tipificação*) que categorizam o conhecimento de mundo tornam-se rotineiros e, muitas vezes, ritualizados, pois eles mantêm uma relação intrínseca com as situações retóricas, valendo-se da hipótese de que aquilo que funcionou eficazmente

em uma dada situação anterior poderá funcionar novamente em uma situação análoga. Nos termos de Bawarshi e Reiff ([2010] 2013, p. 92), “o principal avanço de Miller nos ERG foi reconhecer os gêneros como essas tipificações”. Apesar de as tipificações não serem estáticas, há de se concordar que “a maior parte de nosso estoque de conhecimentos é bastante estável” (MILLER, [1984] 2009a, p. 31).

Bazerman ([2004] 2009a, p. 29) – cuja abordagem de gênero estabelece um diálogo profícuo com o trabalho de Miller ([1984] 2009a), embora para ele os gêneros, além de ação social, devam ser conceituados como fenômenos de reconhecimento psicossocial –, chama atenção para o fato de que os gêneros podem ser vistos como “formas tipificadas”, já que uma maneira bem-sucedida de coordenar práticas languageiras é “agir de modo típico”, ou seja, recorrendo a modos familiares em conjunturas específicas. Conseqüentemente, o autor conceitua a tipificação como sendo o “processo de mover-se em direção a formas de enunciados padronizados, que reconhecidamente realizam certas ações em determinadas circunstâncias” (BAZERMAN, [2004] 2009a, p. 29-30). Cabe lembrar, porém, que *tipificação* não se confunde com *forma*, muito embora esta seja “a dimensão em que mais facilmente detectamos a tipificação” (BAZERMAN; MILLER, 2011, p. 34).

A noção de *recorrência* aparece como outra categoria de peso dentro da visão de gênero como ação social. Ela não pode ser confundida com mera repetição, uma vez que as situações autênticas de interação, tal como ocorrem, jamais poderão ocorrer novamente; portanto, não se trata de um fenômeno material, objetivo, mas de algo que tem muito mais a ver com os modos como situações são inferidas em comparação com outras já experienciadas. Dir-se-ia que a noção de *recorrência* também não deve ser abordada como uma configuração subjetiva, uma visão pessoal, porque percepções individuais também são variáveis e irrepetíveis. Diante disso, a conclusão a que se chega é que “a recorrência é um fenômeno intersubjetivo, uma ocorrência social” (MILLER, [1984] 2009a, p. 30) criada por meio dos processos de tipificação, já que o que recorre não é um evento real, mas uma interpretação compartilhada que se faz dele.

Nessa perspectiva teórica, fundamentada essencialmente nas práticas sociais, os gêneros são ações retóricas tipificadas motivadas por situações recorrentes, por isso mesmo têm uma natureza intrinsecamente dinâmica: surgem, mudam, evoluem e desaparecem. Na verdade, são as situações recorrentes que

convidam os sujeitos a usarem tipos específicos de discurso, isto é, os gêneros. Assim sendo, os ERG sugerem que

aquilo que aprendemos quando aprendemos um gênero não é apenas um padrão de formas ou mesmo um método de realizar nossos próprios fins. Mais importante, aprendemos quais fins podemos alcançar (...). Aprendemos a entender melhor as situações em que nos encontramos e as situações potenciais para o fracasso e o sucesso ao agir juntamente. (MILLER, [1984] 2009a, p. 44).

Nessa ótica, tomar o gênero como ação social implica reconhecê-lo também como um *artefato cultural* (*cultural artifact*), conforme defende Miller ([1994] 2009b, p. 49), dado que os gêneros são históricos e dizem muito sobre a cultura. Longe de ser tratado como um produto, gênero como *artefato cultural* supõe um objeto com função social, fruto de um processo, construído discursivamente, que se localiza cronotopicamente. Desse ponto de vista, os gêneros tornam-se interessantes, porque, por meio deles, inferências são feitas sobre determinada cultura, reconstruindo aspectos relativos ao seu sistema de valores, às suas crenças, às suas maneiras de ver o mundo, às restrições impostas e às relações de poder sub-reptícias.

Bhatia (1993, p. 36-39) – cuja filiação teórica é o Inglês para Fins Específicos (ESP), com uma inclinação mais recente para a Análise Crítica de Gêneros (ACG) – faz algumas considerações pertinentes sobre “fatores transculturais” (*cross-cultural factors*) em análise de gêneros, pois “os resultados da análise de gêneros, sempre que necessário, são sensíveis às restrições socioculturais locais”³⁶. Especificamente no que tange aos gêneros utilizados em transações comerciais – analisados com mais afinco no seu livro de 1993 –, o autor discute que “tabus culturais” (*cultural taboos*) no uso de números, cores e formas são específicos de cada país ou região. Baseado em pesquisas prévias, Bhatia (1993) exemplifica o caso do número zero, que deve ser evitado na Índia, assim como o número sete em Gana, no Quênia e em Cingapura. O autor ainda acresce a questão do número oitenta e oito, que assumiu conotações ofensivas na Inglaterra, pois, além de remeter a um grupo terrorista paramilitar britânico chamado “coluna 88”, o número também rememora o “H”, ou seja, a oitava letra do alfabeto; portanto, “88” equivaleria a “HH”, evocando a saudação nazista “Salve Hitler” (*Heil Hitler*).

³⁶ No original: “(...) the findings of genre analysis, wherever necessary, are sensitive to local socio-cultural constraints” (BHATIA, 1993, p. 38).

Como as correspondências comerciais quase sempre trabalham com números, torna-se interessante atentar para esses aspectos, quando se dirige a públicos específicos de determinados países. Com base nas reflexões do mestre indiano, presume-se que o número 11 deve ser fatídico para os norte-americanos, uma vez que traz à lembrança os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001; do mesmo modo, dentro de uma cultura ainda machista e conservadora como a brasileira, dificilmente se veriam gêneros que homenageiam homens contendo o número 24 ou a cor rosa. De fato, “gênero, afinal, é um evento comunicativo socioculturalmente dependente e é julgado eficaz na medida em que pode garantir o sucesso pragmático no negócio ou em outro contexto profissional em que é usado” (BHATIA, 1993, p. 39)³⁷. Assim sendo, os gêneros da chamada redação oficial, por exemplo, dizem muito sobre culturas institucionais, especialmente no âmbito do serviço público, tal como o memorando no âmbito da esfera administrativa estatal.

A visão de gênero como ação social baseia-se sobremaneira no caráter flexível e maleável dos construtos genéricos, tomando-os como artefatos sócio-históricos que evoluem. A propósito disso, em um texto mais recente que reforça seus escritos anteriores, Miller (2015) faz uma discussão acerca da noção de *evolução*, tomando como base as evidências de diversidade e mudança, tanto nas ciências biológicas, quanto nas ciências humanas. A autora afirma que o pensamento evolucionário consolidado com o darwinismo já desbancava, à sua época, a tese de uma hierarquia linear, no mundo natural, que se fundamentava no pressuposto de um sistema único harmonicamente ordenado. Noutra frente, o pensamento evolucionista nas ciências humanas manifestava-se na linguística – por meio do comparativismo, em busca da construção de uma genealogia das línguas – e na literatura, especialmente no Romantismo, cujas premissas desafiavam o poder das classificações estáveis e defendiam o abandono da rigidez estética. Sem perder de vista que os gêneros são categorias culturais, há de se concordar que tudo isso ilumina a noção de evolução dos gêneros dentro das esferas discursivas.

Com efeito, como os gêneros “são veículos de reprodução cultural, eles nos fazem olhar para a produção e a recepção, para propósitos particulares (...) e funções sistêmicas” (MILLER, 2015, p. 55). Nesse aspecto, tornar-se-ia mais

³⁷ No original: “Genre, after all, is a socio-culturally dependent communicative event and is judged effective to the extent that it can ensure pragmatic success in the business or other professional context in which it is used” (BHATIA, 1993, p. 39).

produtivo que os gêneros fossem vistos em sua complexidade, atentando-se para sua inter-relação com outros gêneros, dentro de sistemas de atividades, como se verá adiante. De fato, quando os sujeitos utilizam um gênero não estão realizando uma ação isolada, desconectada do todo da realidade, mas construindo redes de sentidos e continuando o fazer discursivo no fio da história, pois os gêneros “são modos de fazer coisas – e como tais corporificam o que se deve fazer, trazendo marcas do tempo e lugar no qual se realizam tais coisas, bem como os motivos e ações realizados nesses lugares” (BAZERMAN, 2015a, p. 35). Do ponto de vista da pesquisa e do ensino, mesmo com as propostas de agrupamentos em colônias, repertórios, redes, conjuntos ou sistemas, os gêneros geralmente são recortados para efeito de estudo; no entanto, não se pode perder de vista que a complexidade do seu funcionamento talvez fosse mais bem compreendida se eles pudessem ser apreendidos em ebulição, numa dimensão quase aerofotogramétrica, o que não parece perfeitamente possível.

3.1.2. Sistemas de gêneros

As visões de gênero defendidas pelos Estudos Retóricos de Gêneros (ERG), como era de se esperar, não são unânimes entre os seus pesquisadores. Nesse sentido, convém reiterar que há um diálogo crescente e produtivo entre as definições de gênero postuladas pelos seus representantes mais notáveis: Carolyn Miller e Charles Bazerman, pois enquanto a primeira vê os gêneros essencialmente como ações sociais fenomenologicamente fundamentadas, o segundo os toma como uma “categoria sociopsicológica” (BAZERMAN, [1988] 2006, p. 60) ou, em outros termos, como “fenômenos de reconhecimento psicossocial” (BAZERMAN, [2004] 2009a, p. 31). Cumpre afirmar que as pesquisas e as reflexões desenvolvidas pelo autor supramencionado contribuíram e contribuem significativamente para ampliar e enriquecer os horizontes que Miller visualizara no seu clássico artigo de 1984. Uma das contribuições de Bazerman aos ERG diz respeito ao modo como o autor propõe que os gêneros sejam vistos de forma inter-relacionada, considerando-se sua complexidade, heterogeneidade e fluidez, tal como se apresentam no mundo real (*lifeworld*). É baseado nesse princípio que esse estudioso postulou a categoria *sistema de gêneros*, a qual, para ser mais bem compreendida, deve articular-se com duas outras: *conjuntos de gêneros* e *sistemas de atividades*.

A noção de conjunto de gêneros (*genre set*) foi inicialmente proposta por Devitt (1991), em artigo que buscava estudar a intertextualidade dentro de uma comunidade profissional de contadores. A autora afirma que “ao examinar o conjunto de gêneros de uma comunidade, estamos examinando as situações, as atividades recorrentes e os relacionamentos da comunidade. O conjunto de gêneros realiza seu trabalho” (DEVITT, 1991, p. 340)³⁸. Essa estudiosa elenca uma série de gêneros que os contadores produzem no exercício da sua profissão e os categoriza como um *conjunto de gêneros*. No entanto, é Bazerman ([2004] 2009a, p. 32) quem se apropria do conceito, e faz uso recorrente dele em suas obras, compreendendo-o como “a coleção de tipos de textos que uma pessoa num determinado papel tende a produzir”.

Com efeito, a terminologia *conjunto de gêneros* aplica-se, assim, aos gêneros que um sujeito produz, ao ocupar um determinado papel na sociedade, o que funciona como um dado relevante para se compreender as práticas sociais e discursivas vivenciadas por esse mesmo sujeito na comunidade profissional em que está inserido. Bazerman ([2004] 2009a) exemplifica o caso de um conjunto de gêneros produzido por um engenheiro civil, qual seja: propostas, ordens de serviço, relatórios de andamento de obras, relatórios de teste de qualidade, avaliação de segurança, dentre outros. Também Nunes (2015a, p. 2531) descreveu o conjunto de gêneros produzidos por uma chefe de gabinete, no exercício de sua profissão, dentro da área administrativa de uma instituição educacional e verificou que ali são produzidos gêneros diversos, dos mais simples (um “lembrete de reunião”) aos mais complexos (um “ofício”), tanto na modalidade oral (“telefonemas”), quanto na escrita (“memorando”). A crítica que se faz a essa categoria – *conjunto de gêneros* – pauta-se pela centralidade dos gêneros produzidos por apenas um indivíduo, quando, na verdade, as atividades autênticas são mais complexas e envolvem mais de um sujeito em diferentes situações de interação.

Pensando nisso, Bazerman (1994, p. 97) propõe o estudo dos gêneros de forma dinâmica e flexível, dentro dos chamados *sistemas de gêneros* (*genre systems*), os quais se constituem por “gêneros inter-relacionados que interagem uns

³⁸ No original: “In examining the genre set of a community, we are examining the community’s situations, its recurring activities and relationships. The genre set accomplishes its work” (DEVITT, 1991, p. 340).

com os outros em contextos específicos”.³⁹ Dito de outra maneira, um sistema de gêneros “compreende os diversos conjuntos de gêneros utilizados por pessoas que trabalham juntas de uma forma organizada, e também as relações padronizadas que se estabelecem na produção, circulação e uso desses documentos” (BAZERMAN, [2004] 2009a, p. 32). Em virtude disso, depreende-se que a proposta desse autor torna-se mais ampla, visto que expande a noção *devittiana* de conjunto de gêneros, ao mesmo tempo em que aponta para a complexidade do fazer discursivo, numa intrínseca relação com a diversidade de atividades constitutivas das interações sociais.

Ainda segundo esse mesmo autor, o conceito de *sistema de gêneros* pode ser ilustrado recorrendo-se às figuras do professor e do aluno, os quais, por sua vez, produzem *conjuntos de gêneros* específicos, porém inter-relacionados, pois “um sistema de gêneros captura as sequências regulares de como um gênero segue outro nos fluxos comunicativos típicos de um grupo de pessoas” (BAZERMAN; PRIOR, [2005] 2007, p. 173). Para lecionar uma determinada disciplina, por exemplo, o professor poderá produzir o programa da disciplina, os exercícios escritos, as anotações pessoais sobre leituras, as anotações pessoais para as aulas, os planos de aula, as questões de prova, os avisos por *e-mail*, as respostas a questionamentos de alunos, os comentários sobre produções escritas dos alunos, dentre outros. Os alunos, por sua vez, produzem gêneros, em certo sentido, diferentes: anotações sobre o que foi dito nas aulas, anotações sobre as leituras, questionamentos e comentários para o professor e/ou colegas, anotações sobre pesquisas bibliográficas, rascunhos de trabalhos, versões definitivas de trabalhos, respostas dos exames, dentre outros. Todavia, “esses dois conjuntos de gêneros estão intimamente ligados e circulam em sequências e padrões temporais previsíveis” (BAZERMAN, [2004] 2009a, p. 33); logo, fazem parte de um mesmo *sistema de gêneros*.

Já é consenso que, no mundo real, os gêneros não existem nem funcionam isoladamente; da mesma forma, os *conjuntos de gêneros* também não são desarticulados entre si, pois é justamente a sua interligação que constitui os *sistemas de gêneros*. Os referidos sistemas mantêm uma relação intrínseca com os

³⁹ No original: “[These are] interrelated genres that interact with each other in specific settings” (BAZERMAN, 1994, p. 97).

chamados sistemas de atividades (*activity systems*), pois o que as pessoas fazem liga-se, em geral, ao modo como os textos ajudam-nas a fazê-lo. No tocante a isso, convém destacar que a noção de *sistema de atividades*, da qual os ERG se apropriaram, ancora-se na contribuição de Yrjö Engeström, pesquisador finlandês responsável pela difusão e ampliação das ideias de Leontiev e Vygotsky, no que se convencionou chamar teoria da atividade. Assim sendo, os *sistemas de atividades* podem ser entendidos como

redes históricas de pessoas e artefatos (como edificações, máquinas e produtos, bem como textos e arquivos) que realizam formas tipificadas de trabalho e outras atividades ao longo de períodos amplos e que desenvolveram formas de coordenar o trabalho e a atenção dos participantes, de maneira a se tornarem familiares a todos os participantes (BAZERMAN, 2015a, p. 36).

Nesse sentido, os *sistemas de atividades* podem ser entendidos como uma categoria mais abrangente, que recobre a maneira como os sujeitos sociais realizam coisas cronotopicamente situadas, de forma recorrente e tipificada. No caso específico desta tese, considerando o contexto do IFPE/Campus Recife, os *sistemas de atividades* estão ligados às salas de aula, aos laboratórios, às diretorias, às coordenações, às pró-reitorias, à reitoria, à capela ecumênica, às empresas campo de estágio, às agências de fomento à pesquisa, dentre muitos outros. Cabe sublinhar, ainda, que tais sistemas de atividades, cujas fronteiras muitas vezes são tênues, funcionam entrelaçados uns com os outros, formando a complexa teia das ações e das relações humanas. Ademais, eles não têm uma estabilidade homogênea, visto que, assim como a vida é dinâmica – por ser formada de pessoas e discursos sócio-historicamente engendrados –, tais sistemas são heterogêneos e marcados por contradições e dissensos.

A noção de *sistemas de atividades*, que é um aspecto contextual dos ERG, amplia a própria ideia de gênero, para que se possa observar esse artefato como um fenômeno complexo que assegura, discursivamente, a ordem social; ao mesmo tempo, abre-se a possibilidade de se tomar os construtos genéricos em sua relação intrínseca com sujeitos e atividades cronotopicamente situados, pois os gêneros “podem também ser vistos como veículos para a participação em sistemas de atividades que emergiram historicamente e para sua manutenção contínua” (BAZERMAN, 2015b, p. 59). Há de se frisar que, nessa linha de raciocínio, os ERG estabelecem um diálogo efetivo com os estudos bakhtinianos, para quem os

gêneros são enunciados sócio-históricos que circulam em esferas discursivas. Em suma, essa caracterização triádica – *conjuntos de gêneros, sistemas de gêneros e sistemas de atividades* – reiteram que os “gêneros têm lugares regulares dentro de teias maiores de atividade social, e mais, que cada instanciação de um gênero invoca e (re)constitui os sistemas maiores de que participa” (BAZERMAN; PRIOR, [2005] 2007, p. 175). A propósito disso, nesta tese postula-se a existência de um *sistema de gêneros burocráticos*, do qual o memorando é peça constitutiva (cf. seção 5.3, p. 150-168).

3.1.3. Metagêneros

Considerando que os gêneros contribuem para a garantia da ordem social, ao mesmo tempo em que coordenam as ações dentro dos sistemas de atividades, cabe refletir sobre o modo como os gêneros são apreendidos, dentro de sistemas específicos, principalmente quando falante e escrevente se deparam com gêneros que nunca produziram anteriormente. No que tange a isso – e em razão do objeto de estudo nesta tese –, julga-se adequada a noção de *metagêneros* proposta por Giltrow (2002), pesquisadora filiada aos Estudos Retóricos de Gêneros (ERG), na Universidade da Colúmbia Britânica, em Vancouver, no Canadá.

Giltrow (2002) inicia seu ensaio defendendo que teóricos de gêneros não são os únicos sujeitos que falam sobre esse construto, pois as pessoas, enquanto leitoras e escritoras, tipificam suas tarefas, reconhecem precedentes e dão dicas umas às outras sobre como utilizar a linguagem por meio de gêneros em determinados sistemas de atividades. Dizendo de outra forma, as pessoas mais experientes dentro de uma comunidade profissional costumam explicar as boas práticas às recém-chegadas, indicando caminhos a serem evitados pelos novatos. Essas orientações fornecidas pelas pessoas que já detêm certa experiência com gêneros específicos iluminam a noção de *metagêneros*.

De fato, seria até mesmo redundante afirmar que a categoria *metagêneros* trata de “linguagem situada sobre linguagem situada” (GILTROW, 2002, p. 190)⁴⁰. A título de exemplificação, a pesquisadora canadense explica que os candidatos mais notáveis aos *metagêneros* são as *orientações* – entendidas como regulamentos

⁴⁰ No original: “(...) situated language about situated language” (GILTROW, 2002, p. 190).

escritos para a produção de um gênero –, pois elas excluem alguns tipos de expressão e endossam outros. Com base nesse entendimento, as orientações seriam *metagêneros* que funcionam como recursos para recrutar os escritores para interesses dominantes ou para impor disciplina na diversidade. Recorrendo-se a uma expressão mais corriqueira, é como se os *metagêneros* ensinassem os interlocutores a “falarem a língua da comunidade”, a fim de que pudessem ser bem-sucedidos nas suas interações.

Na esfera acadêmica, é comum encontrar obras que orientam como fazer um trabalho acadêmico, como cuidar dos seus aspectos formais e de sua apresentação gráfica, muito embora, em geral, tais obras esgotem-se no caráter prescritivo e estrutural dos gêneros acadêmicos⁴¹. No momento de construção desta tese, por exemplo, teve-se a oportunidade de ler duas obras que têm como questão central o gênero tese de doutorado: (i) *Pesquisar no labirinto: a tese, um desafio possível*, de Serrano ([2009] 2011) e (ii) *Como se faz uma tese*, de Eco ([1977] 2014). Ambas as obras não têm um caráter eminentemente prescritivo; entretanto, tanto numa quanto noutra encontram-se conselhos práticos que orientam, em linhas gerais, o que pode ser feito e o que se recomenda evitar em uma tese. Noutras palavras, trata-se de dois exemplos de *metagêneros* acadêmicos no sentido proposto por Giltrow (2002).

Posto isso, é importante enfatizar que um *metagênero* não é necessariamente um *gênero*; essas duas categorias referem-se a fenômenos distintos, porém interligados. Uma vez que o conceito de gênero já foi discutido nesta tese, ressalta-se que o *metagênero* funciona como uma categoria mais ampla, que pode ser definida como “a atmosfera ao redor dos gêneros” (GILTROW, 2002, p. 195).⁴² Devido à abrangência do termo, diz-se que os *metagêneros* podem ser tácitos ou explícitos. Segundo Giltrow (2002), na comunidade dos Alcoólicos Anônimos, por exemplo, não há regras explícitas de como as pessoas iniciadas devem dar seus testemunhos diante das veteranas, ou seja, não há um *metagênero* explícito; entretanto, elas aprendem a contar suas histórias à medida que ouvem seus pares e recebem *feedback* positivo, o que funciona como uma espécie de modelo de interação – um *metagênero* tácito –, em um processo de aprendizagem por imersão.

⁴¹ O *Padrão UFAL de Normalização* ilustra essa afirmação (cf. GUEDES *et al.*, 2012).

⁴² No original: “(...) [we could say that meta-genres are (...)] atmospheres surrounding genres” (GILTROW, 2002, p. 195).

Contudo, em outras áreas, como a contabilidade, Devitt (1991, p. 334) verificou que “os documentos do IRS⁴³ estão por trás da maioria dos textos de contabilidade fiscal, assim como a Bíblia está por trás da maioria dos textos escritos por ministros cristãos”⁴⁴. A comparação aventada pela autora põe em discussão o Manual do IRS como um *metagênero* explícito e altamente poderoso. De fato, talvez uma das principais funções dos *metagêneros* seja a manutenção do *status quo*, funcionando como um valioso mecanismo de controle e de estabilidade dos gêneros dentro dos sistemas em que circulam. Sua natureza, em geral, prescritiva, normativa e relativamente autoritária chama à reflexão os interesses subjacentes, as ideologias sub-reptícias, a sua força limitadora e restritiva, impedindo até mesmo que determinados gêneros tornem-se mais criativos. Em termos bakhtinianos, dir-se-ia que os *metagêneros* são *forças centrípetas* que lutam simultaneamente com *forças centrífugas* na arena discursiva das interações humanas (BAKHTIN, [1934-1935] 2014a, p. 82).

Os *metagêneros* cumprem, assim, a função de direcionar tanto a fala quanto a escrita em contextos específicos; todavia, não podem ser tomados como instrumentos harmonicamente aceitos dentro dos sistemas de atividades em que circulam. Nesse sentido, contradições, dissensos e conflitos também fazem parte das interações sociais e, por conseguinte, dos usos de gêneros e *metagêneros*. Cabe questionar, ainda, se os *metagêneros* são suficientes para responder às necessidades dos sujeitos que os usam, principalmente os novatos, pois, quando isso não ocorre, há uma tendência de os participantes analisarem a situação retórica e recorrerem aos lugares familiares, ou seja, à sua memória discursiva; ademais, “os *metagêneros* não podem construir uma situação retórica toda por si mesmos, ou inteiramente reformar uma já existente” (GILTROW, 2002, p. 198).⁴⁵ De qualquer maneira, há de se concordar que os *metagêneros* são bastante duráveis e o seu conhecimento pode indicar *status* de pertencimento ou não a uma determinada comunidade. Em resumo,

os *metagêneros* se desenvolvem nesses limites, nos limiões de comunidades de discurso, patrulhando ou controlando a participação de indivíduos no coletivo, antevendo ou suspeitando de seus envolvimento em

⁴³ No inglês, *Internal Revenue Service* – órgão equivalente, nos EUA, à Receita Federal, no Brasil.

⁴⁴ No original: “The IRS documents lie behind most texts in tax accounting as the Bible lies behind most texts written by Christian ministers” (DEVITT, 1991, p. 334).

⁴⁵ No original: “(...) meta-genres cannot construct a rhetorical situation all by themselves, or entirely reforming an existing one” (GILTROW, 2002, p. 198).

outros lugares, diferenciando, iniciando, restringindo, induzindo formas de atividade, racionalizando e representando as relações do gênero com a comunidade que faz uso dele. Essa representação não é sempre direta; frequentemente é oblíqua, uma simbologia da prática (GILTROW, 2002, p. 203).⁴⁶

Com efeito, trata-se de uma categoria que direciona o olhar um pouco mais para o contexto em que os textos são gerados, numa perspectiva que busca articular a dimensão linguístico-discursiva do gênero com a sua dimensão social. No caso desta tese, defende-se que o Manual de Redação da Presidência da República (MRPR) é um dos mais imponentes *metagêneros* do sistema administrativo no âmbito da administração pública federal, seguido pelos manuais de redação oficial que têm tradição de comercialização no mercado. No caso da instituição *locus* desta pesquisa, há o Manual de Padronização de Documentos (MPD) do IFPE; além do mais, sustenta-se também que os verbetes de dicionários que conceituam o memorando funcionam como *metagêneros*, conforme se verá nas análises (cf. seção 5.4, p. 167-180).

3.2. A abordagem do Inglês para Fins Específicos (ESP)

Em linhas gerais, o Inglês para Fins Específicos (*English for Specific Purposes* – ESP), amiúde conhecido como Inglês Instrumental, diz respeito a um movimento mais amplo na área do ensino de línguas adicionais denominado Língua para Fins Específicos (*Language for Specific Purposes* – LSP), cujo objetivo é “o uso da língua-alvo para desempenho de tarefas comunicativas, sejam elas de produção ou compreensão oral ou escrita naquela língua” (VIAN JR., 1999, p. 439). Desse modo, o LSP insere-se numa perspectiva que tem como missão o ensino de qualquer língua adicional com foco nas necessidades específicas dos aprendizes. No entanto, embora o ESP tenha ganhado corpo a partir da década de sessenta do século XX, há de se considerar que o uso de línguas com propósitos específicos é uma prática assaz antiga, pois, nos impérios da antiguidade clássica, a língua já era usada para contato com os novos povos conquistados; assim, ela era aprendida

⁴⁶ No original: “(...) meta-genres flourish at those boundaries, at the thresholds of communities of discourse, patrolling or controlling individuals’ participation in the collective, foreseeing or suspecting their involvements elsewhere, differentiating, initiating, restricting, inducing forms of activity, rationalizing and representing the relations of the genre to the community that uses it. This representation is not always direct; often it is oblique, a mediated symbolics of practice” (GILTROW, 2002, p. 203).

com um propósito específico: o de possibilitar a relação dominador/dominado, o que já sinalizava um princípio instrumental (VIAN JR., 1999).

Modernamente, é provável que o ESP tenha se fortalecido por duas razões principais: (i) um considerável reconhecimento do inglês como língua franca global da ciência, da tecnologia, do comércio exterior e até mesmo das interações virtuais potencializadas pela internet; de fato, tudo isso, em maior ou menor proporção, tem a ver com o poderio político-econômico principalmente dos Estados Unidos da América no cenário internacional; e (ii) uma virada pragmática no campo da linguística, a partir da segunda metade do século XX, que deslocou o olhar do sistema para o discurso, considerando os usos efetivos da língua em situações reais de interação verbal; nesse cenário, o ensino baseado unicamente na palavra e na frase tornou-se insuficiente, abrindo-se caminho para se pensar em categorias mais amplas que levassem em consideração os usos da língua em contextos autênticos.

Isso posto, foi mais precisamente na década de noventa do século XX, quando Swales (1990) publicou o seu clássico *Genre Analysis: English in academic and research settings*, que o ESP ganhou maior visibilidade como uma abordagem de ensino de línguas baseado em gêneros, consolidando o que se convencionou chamar de *Escola Britânica* (BHATIA, 2004). Essa perspectiva – também entendida como uma espécie de análise aplicada do discurso – foi endossada e ampliada por Bhatia (1993; 2004), em contexto asiático, especialmente no âmbito jurídico e na análise de gêneros com caráter promocional. O referido trabalho de Swales (1990) tornou-se referência por apresentar uma metodologia de análise de gêneros que, posteriormente, exorbitou a esfera acadêmica, ensejando pesquisas com gêneros diversos, inclusive em língua portuguesa, dentre os quais: ofício (SILVEIRA, 2005), fôlder turístico (SOUZA, 2011), carta do leitor (NUNES, 2012; 2016), requerimento (SOUZA, 2013), dentre muitos outros.

A abordagem de gêneros do ESP, classificada por Bawarshi e Reiff ([2010] 2013, p. 60) como uma “área que estabelece uma ligação entre as tradições linguística e retórica” – embora caiba ressaltar aqui as particularidades de cada uma delas –, surgiu em resposta às necessidades de estudantes de pós-graduação, especialmente alunos de universidades britânicas e norte-americanas, falantes não nativos de inglês, em contextos acadêmicos e profissionais. Apesar de os seus primeiros trabalhos serem de natureza linguística e quantitativa, os estudos de gêneros do ESP fundamentam-se em uma pedagogia explícita, de linha swalesiana,

de tal modo que, hoje, ESP e análise de gênero tornaram-se praticamente sinônimos.

Diante desse panorama sumário, Swales (1990, p. 13-20), como linguista aplicado dedicado ao ensino de inglês instrumental, especialmente em contexto acadêmico, preocupa-se com uma visão social da escrita por meio de gêneros. Assim, nessa mesma obra, o autor revela que a sua visão de gêneros é tributária de diversos estudos realizados previamente em outras áreas do conhecimento humano, quais sejam: os estudos variacionistas, os estudos sobre habilidades e estratégias no ensino da leitura, as abordagens situacionais, as abordagens nocionais/funcionais, a análise do discurso, a sociolinguística, os estudos sobre os contextos da escrita e a antropologia cultural. Disso decorre que o ponto de vista do autor é um tanto eclético, plural e multidimensional, o que embasou uma guinada importante no ensino do ESP, principalmente para pós-graduandos falantes não nativos dessa língua no mundo anglófono.

Visando chegar a uma definição de gênero dentro do ESP, Swales (1990, p. 44-45) explica como os gêneros são vistos em diferentes disciplinas (os estudos folclóricos, os estudos literários, a linguística e a nova retórica), para traçar uma posição comum entre elas, resumizando os seguintes componentes: (i) a *desconfiança* nas classificações e no prescritivismo prematuro; (ii) a *percepção* de que os gêneros são importantes na conexão do passado com o presente; (iii) o *reconhecimento* de que os gêneros são situados dentro de comunidades discursivas, em que as crenças e as nomenclaturas das práticas dos membros têm relevância; (iv) a *ênfase* no propósito comunicativo e na ação social; (v) o *interesse* na estrutura genérica e (vi) o *entendimento* da dupla capacidade gerativa dos gêneros: estabelecer objetivos retóricos e promover o seu cumprimento. Embora esta tese não tenha como objeto de estudo o ensino de inglês para fins específicos, nem se debruce sobre gêneros da esfera acadêmica, algumas categorias da abordagem de gêneros do ESP tornaram-se fundamentais, dentre elas *gênero como evento comunicativo* e *propósito comunicativo*.

3.2.1. Gênero como evento comunicativo

Um conceito de gênero que se tornou clássico dentro da abordagem do ESP foi o de Swales (1990), quando da divulgação da obra *Genre Analysis: English in academic and research settings*. Passado mais de um quartel de século dessa publicação, há de se convir que a própria concepção do autor evoluiu, assim como a teoria continua em crescente expansão. Entretanto, é preciso reconhecer que a definição proposta por ele trouxe uma contribuição relevante para se pensarem as regularidades dos construtos genéricos e – por que não – ainda lança luz para que se compreenda melhor essa entidade complexa que é o gênero. Com ele a palavra:

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva original e constituem a razão do gênero. A razão subjacente dá o contorno da estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é o critério que é privilegiado e que faz com que o escopo do gênero se mantenha enfocado estreitamente em determinada ação retórica compatível com o gênero. Além do propósito, os exemplares do gênero demonstram padrões semelhantes, mas com variações em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público-alvo. Se forem realizadas todas as expectativas em relação àquilo que é altamente provável para o gênero, o exemplar será visto pela comunidade discursiva original como prototípico. Os gêneros têm nomes herdados e produzidos pelas comunidades discursivas e importados por outras comunidades. Esses nomes constituem uma comunicação etnográfica valiosa, mas precisam de validação posterior (SWALES, 1990, p. 58)⁴⁷.

Desta citação, destacam-se alguns pontos para os quais se quer chamar atenção, dentre eles a conceituação de gênero como uma *classe de eventos comunicativos*. A ideia de *classe* merece uma observação um tanto criteriosa, de modo que não se confunda a perspectiva do autor com uma abordagem meramente classificatória, taxionômica ou prescritivista. A própria noção de *classe*, nas mais

⁴⁷ No original: “A genre comprises a class of communicative events, the members of which share set of communicative purposes. These purposes are recognized by the expert members of the parent discourse community, and thereby constitute the rationale for the genre. The rationale shapes the schematic structure of the discourse and influences and constrains choice of content and style. Communicative purpose is both a privileged criterion and one that operates to keep the scope of a genre as here conceived narrowly focused on comparable rhetorical action. In addition to purpose, exemplars of a genre exhibit various patterns of similarity in terms of structure, style, content and intended audience. If all high probability expectations are realized, the exemplar will be viewed as prototypical by the parent discourse community. The genre names inherited and produced by discourse communities and imported by others constitute valuable ethnographic communication, but typically need further validation” (SWALES, 1990, p. 58).

diferentes disciplinas, aponta para algo que se agrupa sob algum critério de semelhança. Por exemplo, na Biologia, *classe* refere-se a uma das grandes categorias de seres vivos em que se reparte um filo ou divisão (classe dos insetos, das aves, dos mamíferos); na Álgebra, diz respeito ao conjunto de objetos que possuem uma ou mais características comuns; na Sociologia, pode significar a camada social que tem em comum o poder aquisitivo, o nível de participação na vida econômica da sociedade e os interesses e comportamentos daí advindos; na Gramática Tradicional, as *classes* são conjuntos de palavras de uma língua que têm propriedades comuns (semânticas, morfológicas, sintáticas) e assim por diante. Assim, tomar o gênero como uma *classe* é vê-lo como um fenômeno recorrente pautado por variações, mas também por similitudes. Retoricamente falando, pode-se afirmar que se trata de tipificações discursivas. Ademais, considerando-se a obra de Swales (1990; 2004) de forma mais ampla, descarta-se de início a noção de classificação em si mesma, pois a abordagem do autor vai muito além, ao se preocupar com os usos efetivos da língua em contextos avançados de escrita acadêmica.

O fato de os gêneros serem vistos como *eventos comunicativos* corrobora a sua natureza sociointeracional, como um acontecimento ou uma ocorrência na comunicação. Nesse sentido, não haveria *evento* se não houvesse os interlocutores envolvidos, uma necessidade comunicativa demandada e um contexto sociopragmático específico; tudo isso em um arranjo cronotopicamente situado. Desse ponto de vista, o que está em jogo é o uso da língua em contextos autênticos de interação verbal. Essa conceituação aventada pelo autor rendeu a caracterização do ESP como uma abordagem de gêneros um tanto mais linguística, cujo foco diverge dos Estudos Retóricos de Gêneros (ERG), que se concentra mais nas situações sociorretóricas. Para Bawarshi e Reiff ([2010] 2013, p. 80), enquanto no ESP “os gêneros são *formas de ação comunicativa*. Nos ERG (...), os gêneros foram definidos como *formas de ação social*”. Entretanto, essa orientação aparentemente divergente entre o ESP e os ERG não gera uma incompatibilidade teórica, mas potencializa um possível diálogo, quando se considera que os gêneros são, simultaneamente, *ações comunicativas* e *ações sociais*.

A noção de *propósito comunicativo*, dada a sua particularidade, é considerada basilar para a presente pesquisa; por isso mesmo, ela será abordada à parte, conforme se verá adiante. Outra categoria cara a Swales (1990, p. 9) é a noção de

comunidade discursiva, entendida como “redes sociorretóricas que se formam a fim de atuarem em prol de conjuntos de objetivos comuns”⁴⁸. Nesse seu primeiro trabalho, ao caracterizar uma comunidade discursiva, o autor sofreu duras críticas, pois essa categoria foi interpretada por outros estudiosos como algo consensual, ordenado e homogêneo, o que não se coaduna com a realidade das interações humanas mediadas pelo discurso. Posteriormente, revendo seus critérios e assumindo que uma comunidade discursiva representa “um mundo mais complexo e um tanto obscuro” (SWALES, [1992] 2009b, p. 207), o autor chega a afirmar que “a ‘verdadeira’ comunidade discursiva pode ser mais rara e esotérica do que (...) pensava” (SWALES, [1992] 2009b, p. 206).

A ideia de *prototipicidade* é uma categoria-chave na análise de gêneros de linha swalesiana. Na verdade, não se pode negar que, a despeito da sua maleabilidade inerente, os gêneros apresentam padrões semelhantes; por isso mesmo, eles são construtos razoavelmente estáveis. Não se pode falar em estabilidade definitiva, pois, como disse Schryer (1994, p. 108), “(...) os gêneros são vistos como lugares de ação social e ideológica estabilizados-por-agora ou estabilizados o suficiente”⁴⁹. Essa característica prototípica dos gêneros explica-se devido ao fato de eles apresentarem regularidades – tanto na forma quanto na função –, as quais são potencializadas pelas recorrências das situações retóricas. Todavia, cabe rechaçar aqui a supremacia da estabilidade sobre a instabilidade e vice-versa, pois, o que há é um jogo de forças contínuo entre esses dois polos, de modo que há gêneros mais estabilizados e gêneros mais flexíveis.

Sobre a afirmação de que os gêneros *têm nomes herdados e produzidos pelas comunidades discursivas*, de fato, essa é uma questão delicada, pois assim como existem gêneros tacitamente aceitos e reconhecidos dentro das esferas em que circulam, também há gêneros difíceis de serem categorizados. No caso dos construtos genéricos da comunicação oficial, os nomes dos gêneros parecem um tanto consensuais, pois muitos deles trazem por escrito a sua própria designação: ofício, requerimento, declaração, portaria, memorando e assim por diante. Mesmo assim, quando se analisou um *sistema de gêneros burocráticos*, foram nomeados dois gêneros que não explicitavam suas designações, ficando essa tarefa a cargo do

⁴⁸ No original: “Discourse communities are sociorhetorical networks that form in order to work towards sets of common goals” (SWALES, 1990, p. 9).

⁴⁹ No original: “(...) genres are viewed as stabilized-for-now or stabilized-enough sites of social and ideological action” (SCHRYER, 1994, p. 108).

pesquisador: a “capa de processo” e a “tomada de ciência” (cf. seção 5.3, p. 150-168).

Ademais, no ESP, o gênero está sempre ligado ao contexto, muito embora este seja usado mais para compreender textos; nesse ponto, há uma mudança de foco entre os ERG e o ESP: enquanto no primeiro os textos são usados para compreender as situações, no segundo o contexto funciona como pano de fundo para que os textos sejam compreendidos (BAWARSHI; REIFF, [2010] 2013, p. 76-77). Some-se a isso a defesa de uma pedagogia explícita de gêneros pelo ESP, observando-se as regularidades e convenções dos construtos genéricos, visto que uma pedagogia da imersão não parece suficiente. Com efeito, considerando-se que os gêneros são complexos, o modelo explícito do ESP torna-se um aspecto relevante para o ensino de gêneros, ponto que é subestimado pelos ERG.

Bhatia (1993) – para quem a análise de gêneros aplicada é um desenvolvimento da análise do discurso – também corrobora parcialmente a perspectiva de Swales (1990), ressaltando que este autor oferece uma fusão de fatores linguísticos e sociais em sua definição de um gênero, apesar de subestimar os fatores psicológicos. Essa subestimação compromete, por conseguinte, a importância dos aspectos táticos da construção do gênero, os quais desempenham um papel significativo no conceito de gênero como um processo social e dinâmico, contra um processo estático. Em suma, para Bhatia (1993), cada gênero é um exemplo de uma realização bem sucedida de um ou vários propósito(s) comunicativo(s) específico(s), usando o conhecimento convencionalizado de recursos linguísticos e discursivos. Uma vez que cada gênero estrutura o mundo da experiência de um modo particular, a implicação é que essa mesma experiência ou realidade exigiria uma maneira diferente de estruturação, se fosse para operar em um gênero diferente.

Nesse sentido, o aspecto psicolinguístico da análise de gêneros revela a estruturação cognitiva típica de áreas específicas de investigação, ao passo que o aspecto tático da descrição do gênero destaca as escolhas estratégicas individuais feitas pelo escrevente, a fim de executar sua intenção. Essas escolhas táticas, chamadas de *estratégias*, quando exploradas, são geralmente usadas para tornar a escrita mais eficaz. Para ilustrar essa reflexão, Bhatia (1993, p. 20) cita o exemplo da reportagem, um gênero bem-estabelecido, com características linguístico-discursivas e sociais próprias; nesse sentido, a reportagem serve a um conjunto de

propósitos comunicativos dentro do jornal, ao mesmo tempo em que tanto os jornalistas quanto os leitores do jornal têm uma compreensão mais ou menos comum da função social do gênero. Na concepção do autor, reportagens servem, em geral, para informar os leitores sobre os acontecimentos do dia a dia do mundo em torno deles, presumivelmente sem trazer qualquer interpretação subjetiva ou prejulgamento desnecessários. No entanto, existem vários tipos de estratégias que os jornalistas usam para realizar as suas intenções em uma determinada reportagem. Assim, essas estratégias nas reportagens trazem algum grau de interpretação subjetiva ou mesmo preconceito, seja na seleção conveniente de fatos, seja no uso sutil do vocabulário.

Passado um pouco mais de uma década da publicação de *Genre Analysis: English in academic and research settings* (SWALES, 1990), este linguista lança uma nova obra intitulada *Research Genres: Explorations and Applications* (SWALES, 2004), em que procura olhar para os gêneros acadêmicos – inclusive orais – de uma forma menos audaciosa, buscando contemplar outras perspectivas que iluminam esse objeto complexo e multifacetado que é o gênero. A essa altura, Swales já havia lido Bakhtin no original, pois em outro ensaio ele já confessara que estava fazendo uma “reparação tardia” por não ter citado o mestre russo em seu trabalho de 1990, já que pouco conhecia dele à época e, ainda, por meio de releituras; porém, dois anos depois, o seu exemplar do longo ensaio do pensador soviético sobre *Os gêneros do discurso* “encontra[va]-se, como diria um negociante de antiguidades, terrivelmente desgastado” (SWALES, [1992] 2009b, p. 200), numa clara referência às várias (re)leituras que fizera daquele texto. Assim, Swales reviu e elasteceu o seu conceito de *gênero como evento comunicativo*. Eis essa mudança de foco em suas próprias palavras:

Em vez disso, agora eu acredito que devemos ver nossas tentativas de caracterizar gêneros como sendo um esforço essencialmente metafórico, de modo que as várias metáforas lançam, em diferentes proporções, e de acordo com as circunstâncias, sua própria luz em nossa compreensão (SWALES, 2004, p. 61)⁵⁰.

⁵⁰ No original: “Rather, I now believe that we should see our attempts to characterize genre as being essentially a metaphorical endeavor, so that the various metaphors that can be invoked shed, in varying proportions according to circumstances, their own light on our understandings” (SWALES, 2004, p. 61).

Com esse olhar, o autor elenca e discute seis metáforas, dialogando com outros estudiosos de gêneros, conforme se pode ver na figura abaixo.

Fig. 4 – Metáforas sobre gêneros



Fonte: Swales (2004, p. 68).

Notadamente, é possível visualizar que a perspectiva do autor passa a ter uma considerável flexibilização, indo além de uma definição mais fechada e aparentemente categórica, como fizera no seu trabalho anterior (SWALES, 1990). Posteriormente, essa abordagem metafórica dos gêneros é discutida pelo autor numa intrínseca relação com os mundos do gênero (SWALES, 2009a). Também Vijay Kumar Bhatia revisita o conceito de gênero postulado em sua obra anterior (BHATIA, 1993), o qual ia ao encontro do pensamento de Swales (1990), defendendo o *gênero como um evento comunicativo* e focando mais nas regularidades que nas variações dos construtos genéricos. Num ensaio posterior (BHATIA, [1997] 2009), esse pesquisador redireciona o seu olhar para os gêneros, discutindo a aparente contradição entre convenção e versatilidade, e colocando em xeque a chamada integridade genérica. Sob esse ponto de vista, segundo Bhatia (2004, p. 25), os gêneros se misturam e se imbricam como formas de representação da complexidade e da dinâmica do “mundo real do discurso” (*real world of discourse*), tal como ilustram as premissas do quadro-resumo a seguir.

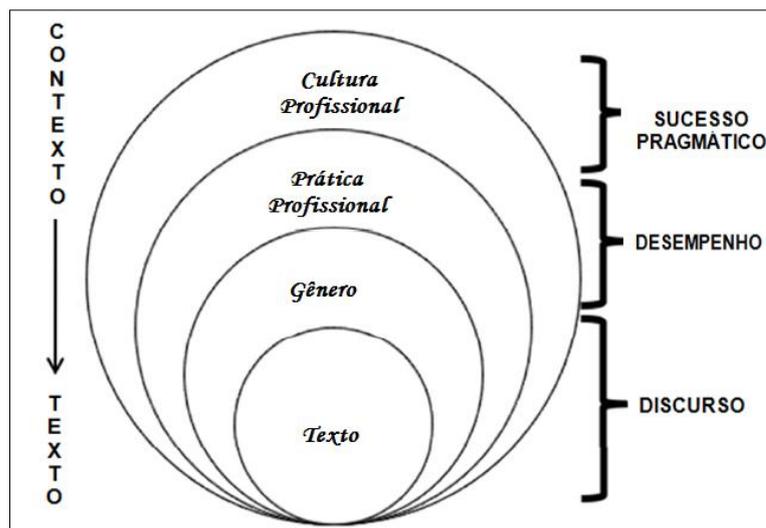
Fig. 5 – A complexidade dos gêneros no mundo do discurso escrito

✓ Embora os gêneros sejam identificados com base em características convencionalizadas, eles continuamente se desenvolvem e mudam.
✓ Gêneros estão associados a padrões típicos de textualização, mas membros experientes das comunidades profissionais os exploram para criar novos padrões.
✓ Gêneros servem a propósitos comunicativos típicos socialmente reconhecidos; no entanto, eles podem ser explorados ou apropriados para transmitir intenções particulares ou organizacionais.
✓ Embora muitas vezes identificamos e conceituamos gêneros como formas puras, no mundo real, eles são frequentemente vistos como formas híbridas, mistas e incorporadas umas às outras.
✓ Gêneros recebem nomes típicos, mas diferentes membros de comunidades discursivas têm perspectivas distintas sobre eles e diferentes interpretações deles.
✓ Gêneros, em geral, atravessam fronteiras disciplinares, ainda que muitas vezes encontremos variações disciplinares em muitos deles, especialmente naqueles usados em contextos acadêmicos.
✓ A análise de gênero é tipicamente vista como uma investigação textual, porém análises abrangentes tendem a empregar uma variedade de ferramentas, incluindo análises textuais, técnicas etnográficas, procedimentos cognitivos, análise computacional e consciência crítica, para citar apenas algumas.

Fonte: Bhatia (2004, p. 25 [com adaptações]).

É preciso ressaltar que a discussão de Bhatia (2004) tem como interesse central as práticas discursivas das esferas acadêmica e profissional. Não é sem propósito que as ilustrações do autor recorrem basicamente a gêneros introdutórios, acadêmicos, jurídicos ou promocionais. De qualquer modo, as considerações desse autor exorbitam as áreas de seu interesse e mostram-se como discussões úteis que, de uma forma ou de outra, enriquecem o olhar de outros pesquisadores sobre esse fenômeno social tão complexo que é o gênero. Ultimamente, o que se verifica no avanço dos estudos de gêneros empreendidos por Bhatia (1993; 2004; 2012; 2015b) é uma tentativa de desvincular a análise de gêneros das suas primeiras implicações pedagógicas dentro do ESP, adentrando outras veredas, em busca de uma perspectiva crítica e interdiscursiva, conforme mostra a figura a seguir.

Fig. 6 – Níveis de sobreposição de representações discursivas



Fonte: Bhatia (2015b, p. 10).

Como se pode ver na figura acima, nos últimos anos tem havido uma considerável guinada nos estudos de gêneros, avançando-se de uma concepção centrada principalmente em aspectos predominantemente linguísticos – nas regularidades dos *eventos comunicativos* – para o mundo do discurso em toda sua complexidade e dinamicidade. Essa tendência vem sendo denominada pelo autor de *Análise Crítica de Gêneros* (BHATIA, 2015b).

3.2.2. Gênero e propósito comunicativo

A noção de propósito comunicativo na análise de gêneros merece uma atenção especial, haja vista tratar-se de um conceito caro à abordagem do Inglês para Fins Específicos (ESP). De fato, a discussão inicia-se nos anos 80 e consolida-se nos anos 90 do século XX, quando se declarou que “um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos” (SWALES, 1990, p. 58). Algumas poucas linhas abaixo dessa citação, esse mesmo autor defende que, na análise de um gênero, “o propósito comunicativo é o critério que é privilegiado” (SWALES, 1990, p. 58), afirmação que lhe rendeu algumas críticas e o forçou a rever essa definição, tal como fizera posteriormente (ASKEHAVE; SWALES, [2001] 2009; SWALES, 2004).

De fato, John Malcolm Swales havia afirmado que “o principal traço criterial que transforma uma coleção de eventos comunicativos num gênero é algum

conjunto compartilhado de propósitos comunicativos” (SWALES, 1990, p. 46 [itálico no original])⁵¹. À época, esse pesquisador estava defendendo que a condição determinante de um gênero era, de fato, o seu propósito comunicativo e não as semelhanças de formas ou qualquer outro critério. Em outros termos, ele estava dizendo que, de alguma forma, os gêneros são veículos comunicativos (*communicative vehicles*) que visam ao cumprimento de objetivos (*goals*). Mesmo assim, o autor reconheceu que a identificação dos propósitos comunicativos de um gênero nem sempre é fácil, tal como ocorre, segundo ele, com os gêneros da esfera político-partidária. Ressalva ainda que nem todo gênero aceita o propósito comunicativo como um critério definidor; isso é o que acontece com poemas e outros gêneros típicos da esfera literária. Ainda na visão dele, há gêneros em que o propósito comunicativo pode ser facilmente determinado, a exemplo da *receita culinária*. Com efeito, é fato que nem sempre os propósitos são facilmente reconhecidos – perspectiva endossada pelas suas publicações posteriores (ASKEHAVE; SWALES, [2001] 2009; SWALES, 2004) –, pois, como adverte Bhatia (2004), os gêneros podem ter “propósitos socialmente reconhecidos” e “propósitos particulares”.

Nessa direção, é de bom alvitre esclarecer que o conceito de propósito comunicativo não deve ser confundido com a intenção do autor. A definição de *intencionalidade* (*intentionality*) está mais relacionada aos primórdios da Linguística Textual, quando se falou em *padrões de textualidade* (*standards of textuality*); conforme pontuam Beaugrande e Dressler ([1972] 1981, p. 113 [grifo no original]): “(...) nós introduzimos a noção de INTENCIONALIDADE para subsumir as intenções dos produtores de texto. No sentido mais imediato do termo, o produtor PRETENDE que a configuração linguística da produção seja um texto coeso e coerente”⁵². Com efeito, a noção de intencionalidade aponta para uma perspectiva em certo sentido individualista e psicológica. Noutra frente, também seria equivocado pensar os propósitos como uma imanência do texto, como se eles fossem caracterizados de uma forma essencialmente linguística. Compreende-se, portanto, o propósito

⁵¹ No original: “*The principal criterial feature that turns a collection of communicative events into a genre is some shared set of communicative purposes*” (SWALES, 1990, p. 46 [itálico no original]).

⁵² No original: “(...) we introduced the notion of INTENTIONALITY to subsume the intentions of text producers. In the most immediate sense of the term, the producer INTENDS the language configuration under production to be a cohesive and coherent text” (BEAUGRANDE; DRESSLER, [1972] 1981, p. 113 [grifo dos autores]).

comunicativo como uma categoria fundamentalmente sociodiscursiva, já que leva em consideração os contextos em que os textos são usados.

Por sua vez, Miller (2015, p. 50-52) adverte que o *propósito comunicativo* não deve ser confundido com a noção de *exigência retórica*. A autora argumenta que ambos os conceitos são modos de responder à questão “por quê?” em análise de gênero; porém, as respostas são, de alguma forma, diferentes. Diz ela que enquanto o *propósito* põe a questão do ponto de vista de um *ator*, a *exigência* (função) aborda o problema sob a ótica de um *sistema*. Assim, afirmar que um gênero é funcional (ou que serve a uma exigência retórica) é observar como ele satisfaz necessidades recorrentes dentro desse sistema, enquanto a noção de propósito aponta para textos, pessoas e eventos comunicativos específicos. Em suma, compreende-se que a reflexão da autora situa ambas as categorias dentro das suas teorias de base, isto é, o *propósito comunicativo* dentro do ESP e a *exigência retórica* dentro dos ERG, ao mesmo tempo em que reitera o foco de cada uma dessas teorias, visto ser a primeira uma perspectiva mais textual (embora não prescindida do contexto) e a segunda uma teoria das situações (em que o texto não parece ser o foco central, conquanto lhe interesse). Contudo, nesta tese, discorda-se dessa visão da autora – quando toma o propósito comunicativo como pessoal –, uma vez que ele é essencialmente de natureza social.

Feitas essas ressalvas, convém sublinhar que é mais precisamente em Askehave e Swales ([2001] 2009) que os autores reveem a noção de propósito comunicativo como um “critério privilegiado” na análise de gêneros e passam a abordar essa categoria com um pouco mais de ceticismo e cautela – sem abandoná-la, ressalte-se. Com efeito, é preciso atentar para o fato de que “os propósitos, objetivos ou resultados públicos são mais evasivos, múltiplos, sobrepostos e complexos do que originalmente concebidos” (ASKEHAVE; SWALES, [2001] 2009, p. 223). Com essa afirmação, os autores estão assumindo que o(s) propósito(s) comunicativo(s) de um gênero não pode(m) ser compreendido(s) como algo dado *a priori*, mas somente identificado(s) depois de um refinamento da análise com base no entorno social do gênero. Daí dizer-se que essa categoria não pode, *per se*, ajudar os analistas de gêneros a identificarem de forma rápida e indiscutível os propósitos comunicativos de determinados gêneros. Endossando que os propósitos comunicativos situam-se no plano discursivo e social, os autores corroboram que não se trata de algo fácil de ser reconhecido, pois “o que é imediatamente manifesto

ao analista de um gênero não é o propósito, e sim a forma e o conteúdo” (ASKEHAVE; SWALES, [2001] 2009, p. 228).

Numa tentativa de esclarecer a questão da complexidade dos propósitos comunicativos, Askehave e Swales ([2001] 2009, p. 229-230) recorrem à lista de compras. Dizem os autores que esse gênero pode cumprir diferentes propósitos, seja como “auxílio à memória”, seja “para fins de autodisciplina” ou até mesmo como “instrumento de esperança romântica”. Isso sustenta a tese de que a forma por si só não pode ser um critério definidor do gênero, visto que, no caso da lista de compras, pode-se ter o mesmo texto servindo a propósitos comunicativos distintos. Sem dúvida, há de se convir que existem gêneros em que a tarefa de identificação dos propósitos torna-se bastante desafiadora, dada a sua natureza multifuncional; por isso mesmo, chega-se a afirmar que o propósito comunicativo pode ser assaz indefinido em certos gêneros. Do ponto de vista metodológico, Swales (2004) apresenta alguns procedimentos para o tratamento do propósito comunicativo nos gêneros, seja a partir do texto, seja a partir do contexto. No caso desta pesquisa, considera-se que o propósito comunicativo tem um papel fundamental a desempenhar no gênero investigado. Verifica-se, portanto, que o memorando, a despeito da sua considerável estabilidade – que não é fortuita –, mostra-se como um gênero de múltiplos propósitos comunicativos, servindo a finalidades diversas, o que é silenciado pelos metagêneros que o regulam, conforme se verá nas análises (cf. seção 5.5, p. 180-186).

3.3. O paradigma das Tradições Discursivas (TD)

O estudo da linguagem humana por meio de gêneros tem se consolidado nos meios acadêmicos principalmente a partir da década de 80 do século XX. A propósito, os Estudos Retóricos de Gêneros (ERG) ganham um notável reconhecimento com a publicação do clássico texto de Miller ([1984] 2009a); noutra frente, a abordagem de gêneros do Inglês para Fins Específicos (ESP) notabiliza-se com os trabalhos iniciais de Swales (1990) e Bhatia (1993). Quanto à visão dialógica do chamado Círculo de Bakhtin (VOLOSHINOV, 1926; BAKHTIN; VOLOCHINOV, [1929a] 2009), tem-se o registro de que esses estudiosos já discutiam gêneros desde as primeiras décadas do século XX, muito embora essas ideias tenham chegado tardiamente ao Ocidente. Contudo, mais recentemente, uma nova linha de

investigação surgiu em torno da visão dos gêneros como Tradições Discursivas (doravante TD), especialmente no âmbito da pesquisa linguística teutônica, que instaurou mais um modo de olhar para os construtos genéricos em sua historicidade.

Na verdade, conforme apontam Kabatek (2005a; 2005b), Zavam (2009) e Longhin (2014), o conceito de TD gesta-se no âmbito da Linguística Histórica, especialmente no âmago da filologia românica alemã. Inicialmente, o termo fora proposto por Peter Koch e, posteriormente, adotado por Wulf Österreicher e Johannes Kabatek, sob a influência decisiva da concepção de linguagem defendida pelo linguista romeno Eugenio Coseriu. Com efeito, trata-se de um conceito que precisa ser mais bem esclarecido, visto que as discussões teóricas acerca dele ainda são rarefeitas no Brasil; a despeito disso, como reconhece Longhin (2014, p. 56), “a noção de TD vem conquistando, na última década, um estatuto privilegiado nos estudos da linguagem”. Registre-se que, apesar de as TD configurarem-se como uma “tradição linguística” – no sentido empregado por Bawarshi e Reiff ([2010] 2013) – para o estudo dos gêneros, também preocupada com a questão da variação e da mudança linguística, nada impede que se possa com ela dialogar nesta tese, especialmente no que diz respeito à visão dos gêneros como tradições discursivas sócio-historicamente constituídas.

3.3.1. Fundamentos do conceito de tradição discursiva

Um dos pilares da noção de TD é o reconhecimento de que os usos da linguagem humana, nas múltiplas esferas sociais, fazem-se sempre por meio de textos, visto ser esse construto a “unidade básica da comunicação humana” (SILVEIRA, 2005, p. 28). Nesse sentido, considerando-se o texto como o lugar da inovação linguística, há de se reconhecer que ao lado da história das línguas há uma história dos textos. De fato, a história das línguas tem uma longa tradição, sobretudo entre os comparatistas e os neogramáticos; entretanto, a história dos textos despertou interesse apenas nos anos recentes. Assim, para esclarecer a noção de TD, deve-se recorrer à concepção coseriana dos níveis da atividade linguística, quais sejam: o universal, o histórico e o individual.

Como explica Longhin (2014, p. 16 [grifos no original]), no bojo do legado coseriano assenta-se a visão de que “a linguagem é uma atividade humana *universal*, realizada *individualmente*, segundo técnicas *historicamente*

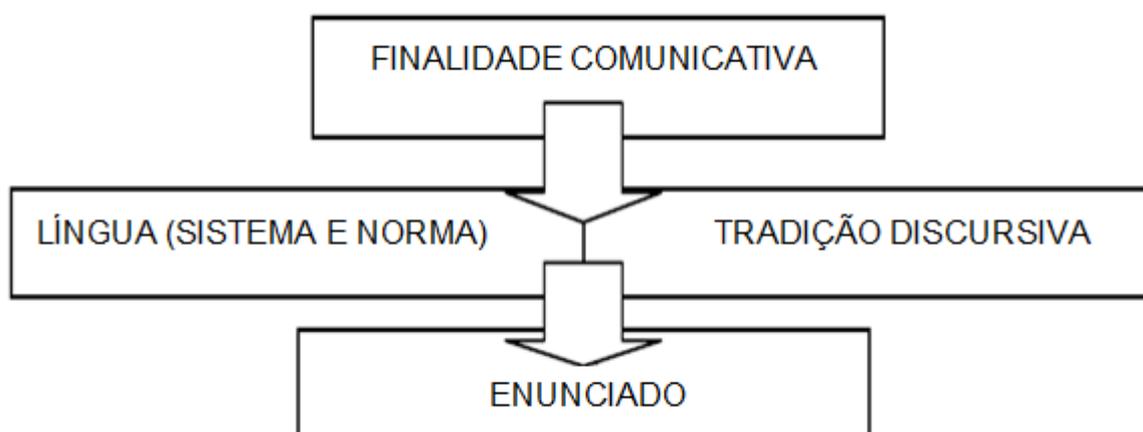
determinadas”. Desse modo, o nível *universal* da linguagem tange à capacidade humana de saber se comunicar, independente do idioma em que se fale; o nível *histórico*, por sua vez, diz respeito à língua como um sistema de significação historicamente dado, isto é, como um produto histórico da atividade humana; e o nível *particular* volta-se para a realização da língua em textos ou discursos concretos e únicos, sejam orais, sejam escritos. Há de se frisar, porém, que os três níveis supracitados são indissociáveis, haja vista a sua concomitância nas situações de interação. Por exemplo, quando circula um memorando no contexto institucional do IFPE/*Campus* Recife, tem-se nessa atividade sociodiscursiva, simultaneamente, a coexistência desses três níveis: (i) os sujeitos envolvidos no ato interlocutivo estão fazendo uso de uma atividade comum a todos os homens – comunicar-se (nível *universal*); (ii) quando interagem, esses mesmos sujeitos o fazem por meio de uma língua historicamente atualizada – o português brasileiro (nível *histórico*); e (iii) os interlocutores agem diante de uma situação concreta e singular que motiva a produção/recepção daquele texto em particular (nível *individual*).

Assim sendo, paralela à historicidade dos sistemas linguísticos existe, de fato, a historicidade dos textos, esta entendida como um acervo cultural disponível na memória discursiva de uma dada comunidade, que se atualiza pela repetição. Cabe ressaltar, porém, que uma tradição linguística não corresponde necessariamente a uma tradição textual ou discursiva. Dentro do paradigma das tradições discursivas, uma questão ainda aberta é saber em qual dos três níveis propostos na teoria coseriana as TD se encaixam. Enquanto alguns autores a veem dentro do nível histórico, outros a tomam dentro do nível individual. De modo geral, a maior parte dos estudiosos encaixa-a no primeiro nível.

Kabatek (2005a), inspirado nas ideias de Peter Koch e Wulf Österreicher, defende uma bipartição do nível histórico proposto por Eugenio Coseriu, a saber: a dimensão da língua histórica (sistema e norma) e a dimensão da tradição discursiva (textual), ratificando a ideia de que além da historicidade da língua há a historicidade dos textos. Dessa maneira, compreende-se o ato comunicativo como uma ação cuja intenção precisaria sempre estar alinhada adequadamente à organização linguística, onde os signos são escolhidos seguindo uma ordem adequada às regras sintáticas de uma língua particular. Concomitantemente, seria necessário que a atividade comunicativa se referisse a uma ordem textual que atualizasse determinadas tradições discursivas (KABATEK, 2005b, p. 161). Esses dois filtros concomitantes do

nível histórico da linguagem – a língua histórica e a tradição discursiva – são elementos fundamentais para a constituição do enunciado e, portanto, para a produção dos sentidos, conforme ilustra a figura abaixo.

Fig. 7 – Tradições discursivas – os filtros concomitantes na produção do enunciado



Fonte: Kabatek (2005a, p. 155).

Como mostra a figura acima, a produção do sentido, erigida a partir de uma finalidade comunicativa, passa por duas espécies de filtros concomitantes – a língua e a tradição discursiva. No que diz respeito à primeira, as técnicas da língua organizam os fatos linguísticos dos pontos de vista fonológico, morfológico, sintático e lexical. No que tange à segunda, as técnicas da tradição dos textos “organizam o linguístico em unidades maiores, texto ou discurso concreto, em termos de conteúdo temático ou domínio mais amplo de sentido, composicionalidade e estilo” (LONGHIN, 2014, p. 17). A título de ilustração, Kabatek (2005a, p. 155) recorre à esfera do cotidiano, afirmando que quando uma pessoa encontra alguém pela manhã em frente a sua casa e tem a finalidade comunicativa de expressar uma saudação, não faz isso recorrendo somente ao primeiro filtro (o da língua enquanto sistema e norma). Se assim o fosse, poderia saudar seu/sua interlocutor/a por meio de expressões como “emito uma saudação para você” (*emito un saludo para Usted*) ou “dia bom” (*día bueno*), o que não costuma ocorrer. Logo, além de recorrer a uma tradição linguística, respeitando o léxico e a gramática da língua, o sujeito faz o uso simultâneo do segundo filtro (a tradição discursiva), quando enuncia “bom dia” (*buenos días*), um modo de dizer já historicamente construído e disponível no acervo dos textos constitutivos da memória discursiva da sua comunidade.

Especificamente no que toca à historicidade da língua, há de se considerar as noções de *sistema* e *norma*, constitutivas do primeiro filtro. Como esclarece Longhin (2014, p. 18), “o *sistema* equivale ao conjunto de possibilidades lexicogramaticais de uma língua, ao passo que a *norma* abrange as possibilidades do sistema que são efetivamente usadas”. Por exemplo, entende-se que o fonema /z/, grafado na palavra “casa” por meio da letra “s”, constitui a *norma* socialmente convencionada; no entanto, uma variação possível no *sistema* da língua seria a escrita da palavra com o grafema “z” para representar o fonema /z/, como em “caza”. Neste último caso, a palavra “caza” atenderia ao *sistema*, mas não à *norma*. Interessante reconhecer que, em alguns contextos de uso da língua, supostas transgressões à *norma* são plausíveis e funcionais. A palavra “kazadu” (em vez de “casado”), utilizada como *nickname* para identificar um sujeito qualquer que navega em uma sala de bate-papo, por exemplo, pode funcionar perfeitamente sem qualquer objeção ali, pois, naquela situação interativa, essa forma de grafia com “k”, “z” e “u” é a própria *norma*. Em resumo, “trata-se de uma distinção entre o que é funcionalmente possível (*sistema*) e o que é tradicionalmente realizado (*norma*)” (LONGHIN, 2014, p. 18).

A historicidade dos textos, de outro modo, relaciona-se ao repertório de textos já produzidos ao longo do tempo, os quais são armazenados na memória discursiva da comunidade, constituindo um acervo cultural valioso, na forma de modelos linguísticos tradicionais. Esse acervo textual é acionado quando se enuncia, pois sempre que os interlocutores interagem o fazem repetindo elementos da tradição, atualizando-os. A *repetição* – uma categoria central nas TD – pode contemplar aspectos de diferentes dimensões: forma, conteúdo, finalidade do dizer, dentre outras. Assim sendo, todo enunciado é uma conjunção inédita entre os textos prévios (evocados e repetidos) e a novidade da situação, o que torna a enunciação, de fato, um fenômeno irrepetível. Longhin (2014, p. 20) ilustra algumas repetições que podem ser consideradas TD: a forma em quartetos e tercetos no soneto; a recorrência da expressão *era uma vez* no conto infantil; e a forma em tópicos e o uso do imperativo no texto instrucional. Nesse sentido, entende-se, nesta tese, que as marcas da formalidade e de uma pretensa impessoalidade no memorando – constitutivas do chamado *burocratês* – podem ser consideradas TD (cf. seção 6.2, p. 223-264). Em suma, há de se concordar que “uma TD é *mais* do que um simples enunciado; é um ato linguístico que relaciona um texto com uma realidade, uma

situação etc., mas também relaciona esse texto com outros textos da mesma tradição” (KABATEK, 2005a, p. 161 [grifo no original])⁵³.

Relacionando essas duas grandezas históricas – a língua e os textos – tem-se, simultaneamente, uma relação de interdependência entre elas, visto que ambas se atualizam no momento da enunciação. Desse modo, a historicidade no plano da língua histórica é de natureza essencialmente linguística, enquanto no âmbito dos textos a historicidade é linguística e cultural. Uma prova de que as TD não são de natureza puramente linguística pode ser extraída da esfera religiosa. Sabe-se que, diante da ramificação do cristianismo, múltiplas denominações religiosas têm surgido, algumas delas com características bastante reconhecidas. Tomando como exemplo duas instituições pentecostais, fundadas no Brasil nas primeiras décadas do século XX, não é difícil perceber que a forma de cumprimento entre os seus fiéis extrapola o âmbito da língua. Enquanto membros da Assembleia de Deus cumprimentam-se usando a fórmula “A paz do Senhor”, fiéis da Congregação Cristã no Brasil saúdam-se por meio da expressão “A paz de Deus”. Isso quer dizer que as duas saudações são TD que criam uma marca identitária do sujeito com o grupo ao qual ele pertence. Noutros termos, essas TD respeitam as regras da língua (o emprego do artigo “a” antes do substantivo “paz”; o uso da preposição “de” e da contração “do” antes do nome da entidade evocada) e, simultaneamente, situam-se no plano do discurso em sua historicidade (repete-se uma forma tradicional e ideológica de enunciar, a qual marca o pertencimento desses sujeitos a essas comunidades).

No caso desta tese, essa imbricação entre as duas grandezas históricas supracitadas pode ser verificada no memorando, cuja fórmula, por exemplo, *Recife, 26 de agosto de 1985*⁵⁴, apresenta, concomitantemente, uma atualização da língua – ao respeitar a posição da preposição (“de”) no enunciado, bem como a posição sintática do adjunto adverbial de lugar (“Recife”) antes da expressão adverbial de tempo (“26 de agosto de 1985”) – e uma recorrência às regras do discurso – ao estabelecer uma semelhança com outros textos epistolares já produzidos e disponíveis na memória discursiva da comunidade, assinalando a dimensão cronotópica desse gênero.

⁵³ No original: “(...) una TD es *más* que un simple enunciado; es un acto lingüístico que relaciona un texto con una realidad, una situación, etc., pero también relaciona ese texto con otros textos de la misma tradición” (KABATEK, 2005a, p. 161 [grifo do autor]).

⁵⁴ Trecho extraído de memorando autêntico que faz parte do *corpus* da pesquisa.

3.3.2. Tradição discursiva e gênero

A noção de Tradição Discursiva (TD) consolidou-se na linguística românica; entretanto, nos últimos tempos, tem havido um considerável interesse na América Latina por essa linha de pesquisa, seja em relação à história da língua espanhola, seja em relação à do português brasileiro. Apesar disso, há de se frisar que, mesmo com a existência de inúmeros trabalhos que circulam em torno das TD, o conceito ainda parece carecer de certa precisão terminológica. Nesse sentido, cabe pensar em que medida as TD se constituem como um paradigma relativamente novo no estudo da linguagem e de que modo elas se aproximam ou se distanciam da noção de gênero, interesse central desta tese. Assim sendo,

Entendemos por Tradição Discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou de falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou com qualquer elemento de conteúdo cuja repetição estabelece um laço de atualização e tradição, quer dizer, qualquer relação que se possa estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados (KABATEK, 2005a, p. 159)⁵⁵.

Com efeito, o conceito de TD é assaz abrangente, merecendo algumas observações para que não seja tratado exclusivamente como sinônimo de gênero. De fato, trata-se de uma noção ampla que abarca não somente os gêneros, mas também os tipos textuais, o estilo verbal, as fórmulas conversacionais e os atos de fala. Desse modo, as TD pautam-se pela recorrência, com o devido cuidado de se compreender que “nem toda repetição de um elemento linguístico forma uma TD, mas a formação de uma TD exige a repetição de algo” (KABATEK, 2005a, p. 157-158)⁵⁶.

⁵⁵ No original: “Entendemos por Tradición discursiva (TD) la repetición de un texto o de una forma textual o de una manera particular de escribir o de hablar que adquiere valor de signo propio (por lo tanto es significable). Se puede formar en relación con cualquier finalidad de expresión o con cualquier elemento de contenido cuya repetición establece un lazo entre actualización y tradición, es decir, cualquier relación que se puede establecer semióticamente entre dos elementos de tradición (actos de enunciación o elementos referenciales) que evocan una determinada forma textual o determinados elementos lingüísticos empleados” (KABATEK, 2005a, p. 159).

⁵⁶ No original: “(...) no toda repetición de un elemento lingüístico forma una TD, pero la formación de una TD exige la repetición de algo” (KABATEK, 2005a, p. 157-158).

Em sua tese de doutorado, Zavam (2009) estabelece alguns pontos de confluência entre o paradigma das TD e as ideias do chamado Círculo de Bakhtin. No dizer da autora, dentro das TD, os dois filtros usados simultaneamente na produção do enunciado – a língua histórica e a tradição discursiva – rememoram o posicionamento bakhtiniano acerca da imbricação da língua com os gêneros, de modo que os sistemas linguísticos não existem sem os usos autênticos no momento da interação verbal, posição contrária a que se difundiu na vertente estruturalista da linguagem. Ademais, sustenta a autora, as noções de *evocação* e *repetição* – categorias marcantes dentro das TD – mantêm uma relação com os aspectos dialógicos da linguagem, quando Bakhtin e seu Círculo afirmam que um gênero sempre recorda o seu passado. Some-se a isso o fato de as TD levarem em consideração a historicidade da língua e dos textos, o que, de algum modo, dialoga com o componente sócio-histórico da enunciação verbal, aspecto relevante da teoria filosófica bakhtiniana.

Concordando com o ponto de vista da autora e, estabelecendo também um diálogo com os Estudos Retóricos de Gêneros (ERG), há de se acrescentar que a noção de *recorrência* discutida por Miller ([1984] 2009a) assemelha-se, em algum aspecto, com a ideia de *repetição/evocação* das TD. De qualquer modo, chama atenção a maneira como as teorias, cada uma a seu modo, têm pontos de contato, o que respalda também as escolhas teóricas desta tese, uma vez que ela põe em diálogo categorias teórico-metodológicas advindas de diferentes correntes que não devem ser consideradas incompatíveis.

Voltando à questão da definição de TD, cumpre esclarecer que, de fato, TD não é sinônimo de gênero, pois a sua concepção é mais abrangente, não se referindo somente a enunciados completos (os gêneros), mas também a outras tradições presentes dentro dos gêneros (sejam formas textuais, sejam determinados elementos linguísticos). Assim, compreende-se que a fórmula *era uma vez* – que é uma expressão tradicional usada para introduzir narrativas infantis – é também um modo de dizer que se repete dentro da tradição discursiva do *conto de fadas*. Portanto, “os gêneros são tradições de falar, tradições discursivas, mas nem todas as tradições de falar são gêneros” (KABATEK, 2005a, p. 156)⁵⁷. A opção pela categoria TD nesta tese não se prende somente aos aspectos da superfície textual,

⁵⁷ No original: “(...) los géneros son tradiciones de hablar, tradiciones discursivas, pero no todas las tradiciones de hablar son géneros” (KABATEK, 2005a, p. 156).

mas adentra as questões sociodiscursivas, quando se olha para o gênero em estudo – o memorando – tanto do ponto de vista textual, quanto contextual. De qualquer forma, não se pode negar que o conceito de TD traz uma contribuição relevante no que diz respeito à historicidade dos gêneros, perspectiva que dialoga como o *corpus* desta pesquisa, haja vista ser diacrônico.

Em um texto mais recente, Kabatek (2012)⁵⁸ traz à baila a relação entre tradição discursiva e gênero. O autor reconhece que os termos “tradição” e “discurso” convidam a uma série de interpretações, mas, como reconhece Longhin (2014, p. 10), dentro desse paradigma teórico, deve-se compreender por “tradição” a historicidade (dos textos, das fórmulas e expressões, dos atos de fala) e, por “discursiva”, a qualificação das tradições como dependentes da língua. A propósito, o próprio Kabatek (2005a, p. 157) já dizia que as TD não se confundem com as “tradições da natureza” (*‘tradiciones’ de la naturaleza*) ou com “objetos culturais não linguísticos” (*objetos no lingüísticos de la cultura*), muito embora estas – as tradições da natureza e as tradições culturais – possam evocar TD. Assim, Kabatek insiste que o conceito de TD não deve ser confundido com o de gênero, pois se assim o fosse, não passaria de uma nova etiquetagem para um fenômeno já conhecido; nas palavras do autor, procedendo-se dessa maneira, estar-se-ia colocando apenas “vinho velho em odres novos” (KABATEK, 2012, p. 580).

Assim como Zavam (2009) estabelece pontos de contato entre a teoria bakhtiniana e o paradigma das TD, Kabatek (2012) do mesmo modo também o faz. Afirma o autor que o conceito de gênero – central na teoria dialógica de Bakhtin e seu Círculo – encontra-se, de algum modo, perto da noção de TD, pois o mestre russo reconheceu que a concepção saussuriana de *langue* era limitada no que tangia à tradição. Por essa razão, sustenta Kabatek (2012, p. 583), “no seu núcleo, a crítica feita por Bakhtin ao estruturalismo pode bem ser considerada precursora da ideia das TD, mas sem ter desenvolvido uma aplicação ampla com todas as consequências implicadas”.

Em síntese, deve-se considerar que assim como as línguas fazem-se e transformam-se continuamente, as TD, à mesma maneira, têm suas marcas de instabilidade ao longo dos tempos, ensejando a relação intrínseca entre

⁵⁸ Este ensaio faz parte da publicação que resultou do ROSAE – I Congresso Internacional de Linguística Histórica, realizado em Salvador/BA, no período de 26 a 29 de julho de 2009, em homenagem à Rosa Virgínia Mattos e Silva.

permanência e inovação, que é constitutiva de todo discurso. Nessa ótica, nem a língua nem as TD são produtos acabados, já que ambas situam-se num *fazimento* constante; daí dizer-se que mudanças nos *modos de fazer* e nos *modos de viver* trazem implicações significativas para os *modos de dizer* (LONGHIN, 2014, p. 24). Os gêneros são *modos de dizer* por excelência e as TD, por sua vez, também o são. Para efeito de ênfase, cumpre rememorar com Kabatek (2012, p. 587) que “todos os gêneros são tradições discursivas, mas nem todas as tradições discursivas são gêneros”.

4 APORTE METODOLÓGICO DA PESQUISA

Considerando que ciência não prescinde de teoria nem de metodologia, discute-se, neste capítulo, o aparato metodológico que norteou a pesquisa empreendida. Assim, ele está organizado em quatro seções: (i) descrição do contexto da pesquisa; (ii) discussão da natureza da investigação; (iii) abordagem do método de coleta dos dados; e (iv) exposição do percurso metodológico da presente pesquisa, descrevendo as metodologias que a subsidiaram e esclarecendo de que modo as categorias de análise foram construídas.

4.1. O contexto da pesquisa

A investigação relatada nesta tese sobre o memorando foi realizada no Arquivo Geral do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), *Campus Recife*, com a anuência da Direção-Geral daquele *Campus*⁵⁹. A escolha desta instituição – o IFPE – para a coleta dos dados justifica-se principalmente pela sua natureza pública, multidepartamental e centenária, com larga tradição na oferta de educação profissional, o que possibilitou um olhar diacrônico sobre o gênero em tela. Com efeito, memorandos não são gêneros isolados, mas formas de agir socialmente, modos de responder a demandas institucionais e profissionais, o que contribui, de uma forma ou de outra, para o funcionamento da máquina pública e para a dinâmica da vida institucional em sua relação com os diversos sistemas de atividades existentes na sociedade.

Assim sendo, torna-se pertinente e necessário compreender um pouco mais do contexto institucional onde os memorandos foram produzidos, a fim de que se estabeleça um diálogo entre as práticas vivenciadas naquela comunidade profissional e os gêneros que lhe subjazem. Com efeito, o atual IFPE é uma entidade pública de ensino, pesquisa e extensão, vinculada à esfera da administração federal e fundada na primeira década do século XX; entretanto, a terminologia que hoje a denomina – IFPE – é relativamente recente. Explica-se tal fato em razão de, ao longo de sua história e por diferentes motivações político-

⁵⁹ Conforme atesta o processo nº 23295.015362.2015-27, cujo despacho final consta apenso a esta tese (cf. anexo I, p. 304).

ideológicas, essa entidade educacional ter recebido várias denominações, quais sejam: (i) Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco (EAA/PE); (ii) Liceu Industrial de Pernambuco (LI/PE); (iii) Escola Técnica do Recife (ETR); (iv) Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE); (v) Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET/PE); e (vi) Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Essa pluralidade de designação institucional explica, por exemplo, as variedades de timbres que aparecem nos memorandos que constituem o *corpus* da pesquisa – uma marca discursiva relevante para o suporte deste gênero –, a despeito de se tratar da mesma instituição.

Das origens aos dias atuais, o IFPE não sofreu uma mudança de designação fortuita, mas passou por um processo de transformação com implicações significativas para o seu papel social, suas atribuições e sua abrangência, sempre atreladas a questões de ordem político-econômica numa sociedade governada pelas forças capitalistas, das quais a lógica industrial é tributária. Assim, é primeiramente no alvorecer do século XX, mais precisamente no ano de 1909, que surgem as chamadas Escolas de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, cujo objetivo era “formar operarios e contra-mestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretendem aprender um officio” (BRASIL, 1909, p. 1). Essas escolas eram vinculadas ao então “Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio” da “Republica dos Estados Unidos do Brazil” e, não sem propósito, localizavam-se principalmente nas capitais dos Estados como forma de legitimar a presença do governo federal nas unidades federativas e facilitar a troca de favores entre este e o poder político local.

Segundo Pereira (2003, p. 5), as Escolas de Aprendizes Artífices associam-se “à qualificação de mão-de-obra e controle social de um segmento em especial: os filhos das classes proletárias, apreendidos como potenciais elementos adquirentes de vícios e hábitos nocivos à sociedade e à construção da nação”. É nesse contexto de uma sociedade sob o domínio do capital agrário-exportador e industrial que emerge a EAA/PE – como um gérmen do que posteriormente se tornaria o Instituto Federal de Pernambuco –, iniciando efetivamente suas atividades em 16 de fevereiro de 1910 (BRASIL, 2015, p. 24).

Em um segundo momento, por força da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 – impulsionada pela Constituição brasileira do mesmo ano, que pela primeira vez

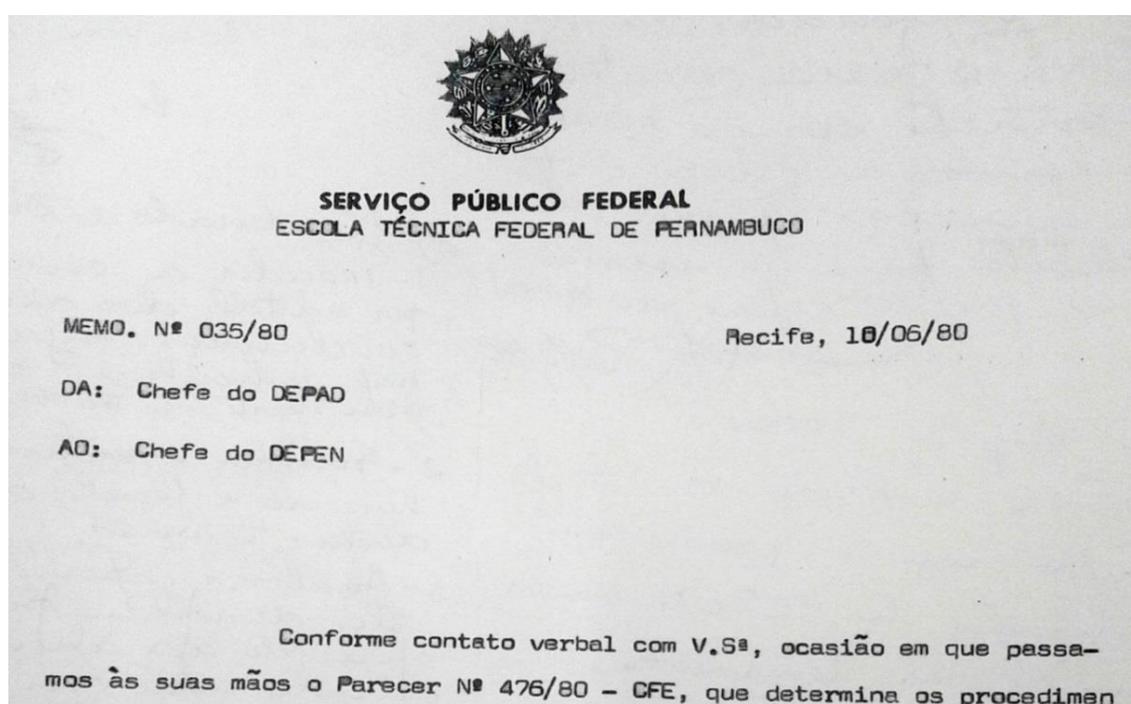
tratou especificamente de ensino técnico, profissional e industrial –, as Escolas de Aprendizizes Artífices – e dentre elas a de Pernambuco – passam por um primeiro processo de transformação. Conforme impõe o artigo 37 da referida lei, há uma ampliação da oferta do ensino, visto que agora “as escolas de aprendizes artífices, mantidas pela União, serão transformadas em lyceus, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus” (BRASIL, 1937, p. 5). Portanto, o LI/PE, agora vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, torna-se mais abrangente em sua missão institucional, visto que passa a ofertar educação profissional em diferentes graus, muito embora atrelado à ideologia progressista e conservadora vigente, sob a ótica industrial, como atesta a própria terminologia que a instituição recebera à época.

Contudo, é no segundo quartel do século XX que a instituição *locus* desta pesquisa passa por mais um processo de mudança. Nesse período, dois decretos-leis são publicados com o objetivo de reformular a educação profissional no Brasil. Por um lado, o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, cria a Lei Orgânica do Ensino Industrial; por outro lado, o Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, estabelece as bases da organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. O primeiro decreto supracitado conceitua o ensino industrial como “o ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca” (BRASIL, 1942a). Desse modo, uma novidade é introduzida: o “grau secundário”, ou seja, a oferta do ensino médio profissional. Já o segundo decreto acima referido, em seu artigo oitavo, inciso terceiro, transforma o LI/PE em Escola Técnica do Recife (ETR), com sede na capital do Estado de Pernambuco (BRASIL, 1942b).

Em sua constituição metamorfósica, nos idos de 1959, a ETR transforma-se em Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE), passando a ser uma autarquia, o que lhe assegura autonomia didática e de gestão. Com isso, há uma intensificação da formação de técnicos, bem como um aumento no número de matrículas e implantação de novos cursos. Nota-se, portanto, que há um crescimento gradativo das atribuições e responsabilidades dessa entidade educacional, ao lado de uma considerável abrangência de sua atuação. É nesse contexto que a tarefa de que se incumbem a ETFPE torna-se ainda mais abrangente e desafiadora, dado que o seu raio de atuação se amplia e vai além da capital do

Estado. Ela se interioriza, surgindo a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Petrolina, em 1983, tida como o primeiro *Campus* avançado de uma escola técnica federal de nível médio do Brasil. Em 1992, é criada a Unidade Descentralizada de Pesqueira, no agreste do estado de Pernambuco. Junta-se a essas UNED a chamada Unidade da Sede, localizada em Recife. A figura abaixo mostra um memorando produzido à época da ETFPE, visto que não foi possível localizar exemplares representativos desse gênero em fases anteriores desta instituição.

Fig. 8 – Parte de memorando produzido à época da ETFPE [MEMO 08]⁶⁰



Fonte: Acervo da pesquisa

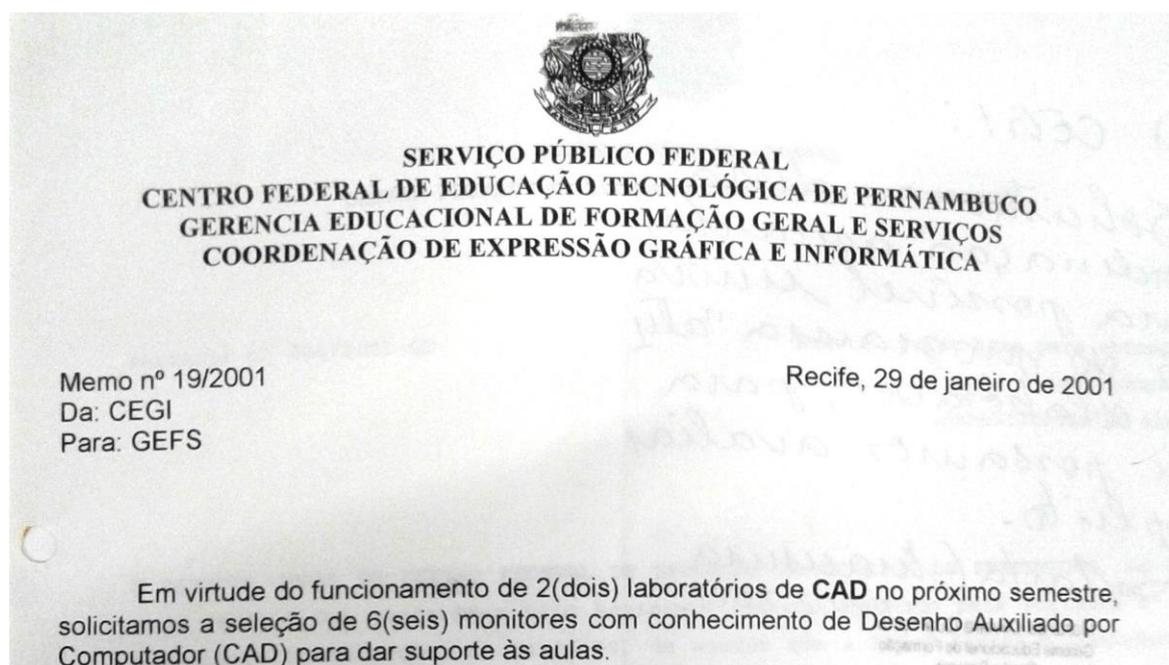
Um novo passo na história dessa autarquia educacional diz respeito à sua transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET/PE). A conversão das Escolas Técnicas Federais em CEFET iniciara-se em 1978, quando três delas foram pioneiras nesse processo (a do Paraná, a de Minas Gerais e a do Rio de Janeiro). Essa mudança soma mais atribuições àquelas que já se tinha, pretendendo a partir de então formar engenheiros de operação e tecnólogos; noutras palavras, as instituições que outrora foram Escolas de Aprendizes Artífices e Liceus Industriais agora se abrem também para a oferta do

⁶⁰ A informação "MEMO 08" corresponde à organização sequencial do *corpus* nos apêndices desta tese (cf. p. 287-289), tal como ocorrerá com as demais figuras que a esta se assemelharem.

ensino superior, tarefa tradicionalmente concedida exclusivamente às universidades e faculdades.

No caso específico do CEFET/PE, essa transformação só aconteceu em 1999, em meio às complexas e polêmicas mudanças que permeavam a educação profissional no Brasil, quando se retomou o processo de “cefetização”, apregoado também como uma forma de “defesa da escola pública” (PEREIRA, 2003, p. 95). Diante dessa nova conjuntura, mantém-se a Unidade da Sede (Recife) e as UNED da antiga ETFPE sofrem alguma modificação: a de Petrolina passa a constituir o CEFET/Petrolina, posteriormente transformado em *Campus* do Instituto Federal do Sertão Pernambucano; a de Pesqueira, no Agreste, continua como UNED do CEFET/PE e cria-se a UNED/Ipojuca, na Região Metropolitana do Recife, em 2007. A figura abaixo apresenta um memorando que foi produzido à época do CEFET/PE.

Fig. 9 – Parte de memorando produzido à época do CEFET/PE [MEMO 43]



Fonte: Acervo da pesquisa

Mais recentemente, a educação profissional e tecnológica brasileira avançou com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 – e, dentre eles, o Instituto Federal de Pernambuco. Apesar dos interesses e conveniências postos em cena com tal mudança, há de se reconhecer que este é o momento em que a educação profissional no Brasil atinge maior visibilidade no cenário nacional. O texto da

referida lei, no artigo segundo, define os Institutos Federais como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (BRASIL, 2008).

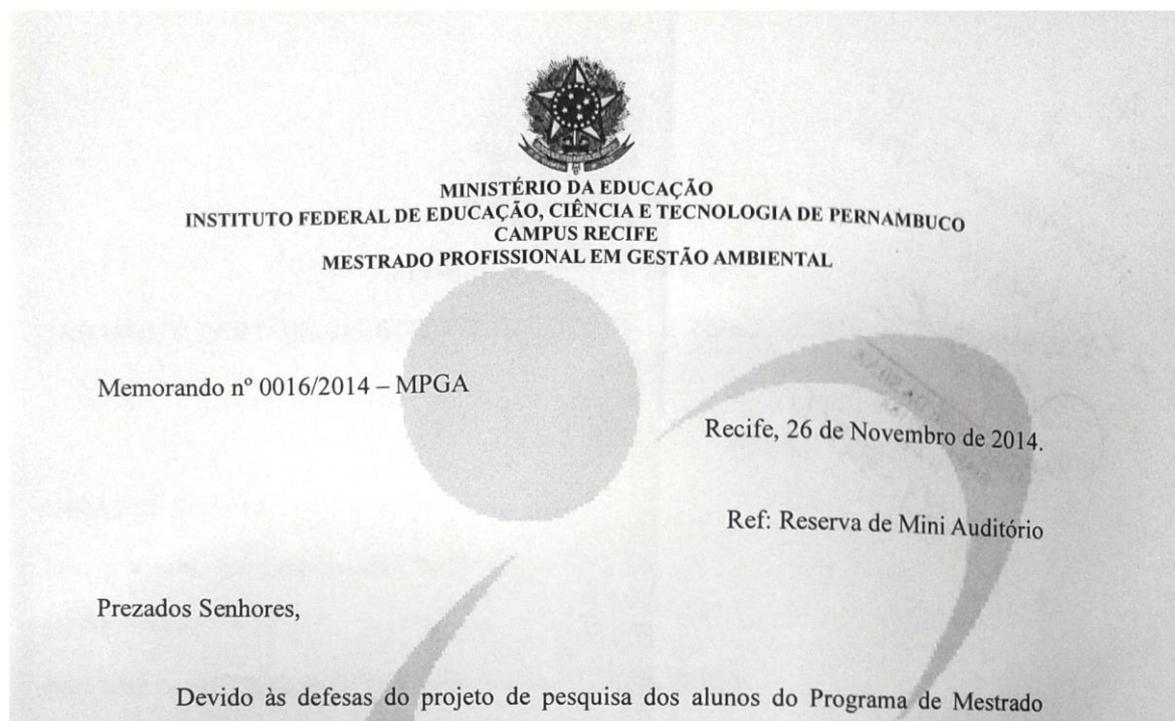
O desafio que se impõe aos Institutos Federais é até mesmo passível de contestações, pois quanto mais abrangente se torna a atuação de uma instituição, maiores serão os riscos e problemas que provavelmente advirão. O que está posto na forma da lei supracitada impõe aos Institutos Federais o que se convencionou chamar de verticalização do ensino. Em outras palavras, abre-se a possibilidade de ofertar cursos diversos, do ensino básico à pós-graduação. Esse leque de ofertas, em seus diferentes níveis e modalidades, instaura a dualidade de tais instituições, visto que ora se aproximam das escolas de educação básica (especialmente as do Ensino Médio), ora se assemelham às universidades (inclusive com a possibilidade de oferta de cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*), o que põe em xeque a sua própria identidade, conforme apontou Lima (2011), ao discutir a “ifetização” do IFPE/*Campus* Recife como um processo político que se deu de forma impositiva.

Um fator que se apresenta como um provável diferencial entre o CEFET/PE e o IFPE tange à estrutura administrativa deste, organizada em Reitoria, Pró-reitorias e *Campi*. De fato, o IFPE é o resultado de uma fusão das três Unidades do antigo CEFET/PE – Unidade da Sede (Recife), Unidade Descentralizada de Pesqueira e Unidade Descentralizada de Ipojuca – com três Escolas Agrotécnicas Federais tradicionais no Estado de Pernambuco: a de Barreiros, a de Vitória de Santo Antão e a de Belo Jardim. Ressalte-se que tanto as Unidades do antigo CEFET/PE quanto as Agrotécnicas referidas foram transformadas em *Campi* do IFPE, que posteriormente entra em novas fases de expansão.

Com uma missão pautada na oferta de educação básica, técnica, tecnológica, pública e de qualidade – em consonância com os arranjos produtivos locais –, o IFPE mescla *Campi* de vocação agrícola com *Campi* de vocação industrial, corroborando a sua natureza “pluricurricular” e “multicampi” e constituindo-se numa instituição plural relativamente recente que ainda busca afirmar a sua identidade junto à sociedade pernambucana. Nos últimos tempos, tem havido um interesse pela interiorização do IFPE que, atualmente, conta com dezesseis *Campi* presenciais e um *Campus* Virtual, ofertando educação à distância, inclusive nos Estados de Alagoas e da Bahia.

Dessa maneira, o IFPE – longe de ser uma simples Escola de Aprendizizes Artífices – recebeu uma missão complexa que, a despeito das circunstâncias adversas, dia a dia tenta cumprir nos múltiplos *Campi* que o constituem: Recife, Pesqueira e Ipojuca (antigas Unidades do CEFET/PE); Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão (antigas Escolas Agrotécnicas Federais); Afogados da Ingazeira, Garanhuns e Caruaru (*Campi* pertencentes à chamada Expansão II); e Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Igarassu, Paulista e Palmares (*Campi* implantados na chamada Expansão III), além dos vários polos de educação à distância. A figura abaixo traz parte de um exemplar de memorando atual, produzido no âmbito do IFPE.

Fig. 10 – Parte de memorando produzido à época do IFPE [MEMO 60]

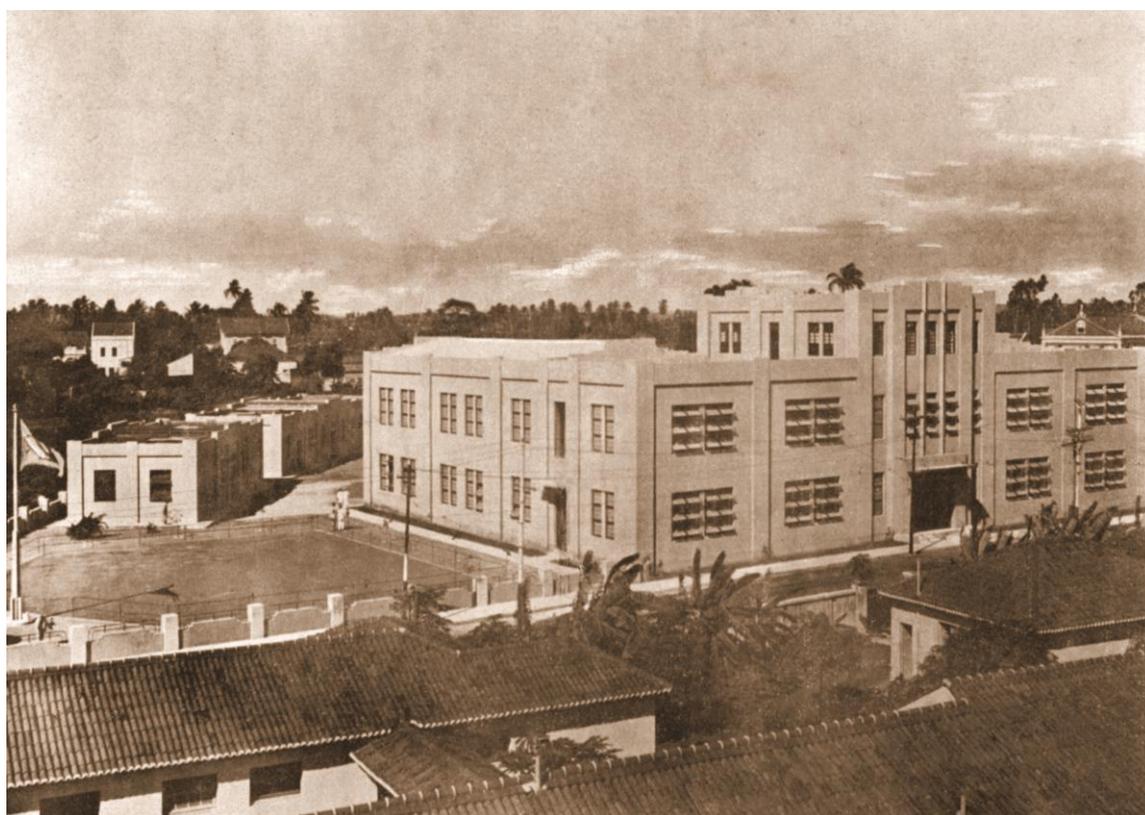


Fonte: Acervo da pesquisa

O panorama histórico do IFPE, brevemente apresentado, ratifica a sua natureza pública, histórica e plural, em que um dos maiores desafios hoje talvez seja a busca pela unidade na diversidade. Em se tratando de estrutura física, o IFPE/*Campus* Recife ocupa atualmente a sua quarta sede, localizando-se na Avenida Professor Luiz de Barros Freire, nº 500, no bairro do Curado, quando para lá se transferiu em 1983, à época ainda como ETFPE. Em tempos anteriores, essa

entidade educacional funcionou em três locais diferentes: (i) no antigo Mercado Delmiro Gouveia, onde funciona o atual Quartel da Polícia Militar de Pernambuco, no bairro do Derby (1910-1923); (ii) nas instalações do antigo Ginásio Pernambucano, na Rua da Aurora; e (iii) a partir do ano letivo de 1933 transferiu-se para a Rua Henrique Dias, nº 609, mais uma vez no bairro do Derby. A sede própria foi oficialmente inaugurada somente em 1934 (BRASIL, 2015, p. 25), conforme mostra a figura abaixo.

Fig. 11 – Fotografia da primeira sede oficial do IFPE/*Campus Recife*



Fonte: Acervo da pesquisa⁶¹

Em virtude dos estragos decorrentes da histórica enchente de 1975 no Recife, essa unidade de ensino (à época ETFPE), que se localizava às margens do rio Capibaribe, requereu a construção de uma nova sede, onde funciona atualmente o IFPE/*Campus Recife*. A figura abaixo ilustra parte da fachada principal do prédio atual.

⁶¹ Imagem capturada no *site* do Instituto Federal de Pernambuco/*Campus Recife*. Disponível em: <<http://portal.ifpe.edu.br/institucional/index.jsf?page=Histórico&campi=Recife>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

Fig. 12 – Fotografia da sede atual do IFPE/*Campus Recife*



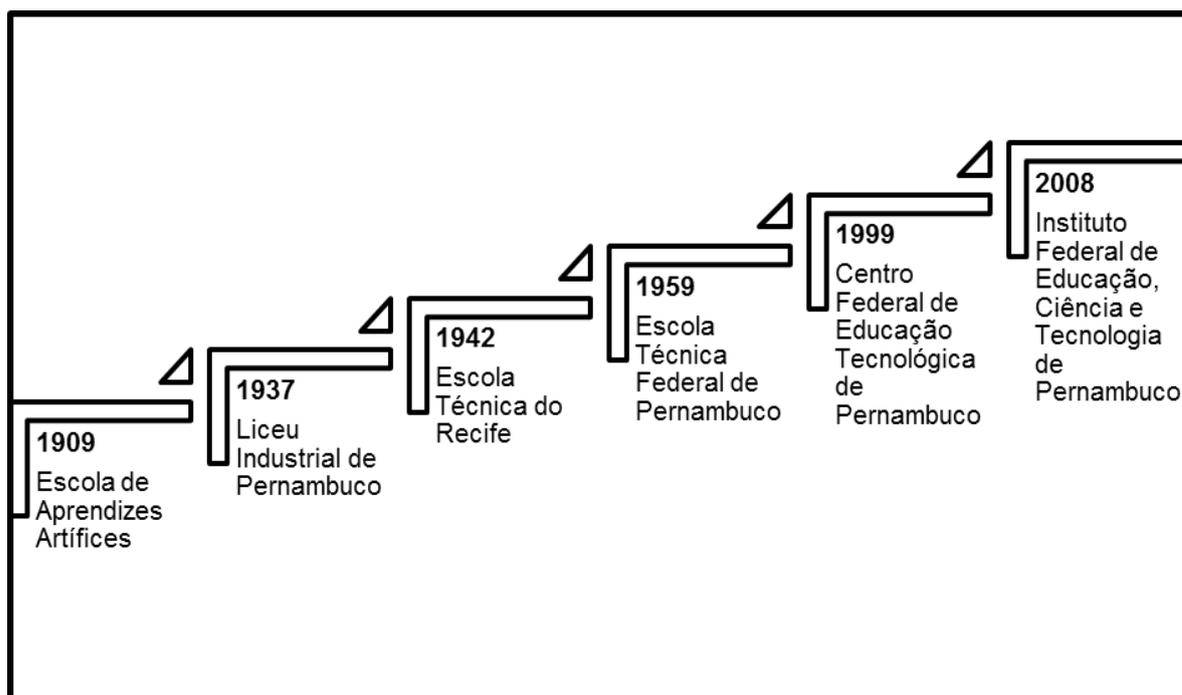
Fonte: Acervo da pesquisa⁶²

O IFPE/*Campus Recife*, como uma instituição secular de educação, se diz pioneiro em alguns acontecimentos que considera relevantes na sua trajetória histórica, tais como a criação do primeiro curso de Segurança do Trabalho do país e a deflagração da primeira greve estudantil do Brasil. Isso posto, não é difícil perceber que o IFPE, cujo gérmen fora lançado nos primórdios do século XX, resulta de um processo de transformação crescente, conduzido sob o domínio e o controle do poder político, a serviço dos interesses e das conveniências que governam a sociabilidade, principalmente no que respeita às forças econômicas em suas

⁶² Imagem capturada no *site* do Instituto Federal de Pernambuco/*Campus Recife*. Disponível em: <<http://portal.ifpe.edu.br/institucional/index.jsf?page=Histórico&campi=Recife>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

diferentes nuances. Esse movimento gradativo de reorganização por que passou a antiga Escola de Aprendizes Artífices até se chegar ao IFPE, percorrendo-se as suas várias fases, torna esta instituição cada vez mais complexa e heterogênea. Para efeito de síntese, a figura a seguir sistematiza a cronologia das várias terminologias que foram dadas ao IFPE ao longo do tempo.

Fig. 13 – Cronologia de denominações do IFPE ao longo do tempo



Fonte: Elaboração do autor desta tese.

Não é sem razão que novas demandas vão surgindo na estrutura administrativa do IFPE, seja no plano da gestão, seja no plano acadêmico-pedagógico, o que em parte explica a natureza multidepartamental desta instituição, que também se justifica em virtude da sua natureza pública, burocrática por excelência. Isso quer dizer que, especialmente no âmbito do serviço público, a comunicação interna entre tais departamentos (ou setores) tradicionalmente requer uma forma discursiva apropriada para responder a necessidades comunicativas específicas naquele âmbito. É nesse “espaço sociopragmático”, como afirma Bhatia (2012), que surgem os memorandos, os quais, em sua relação com outros gêneros, materializam por meio da linguagem o fazer social dentro das comunidades profissionais.

4.2. A natureza da investigação

A pesquisa que originou esta tese, cujo objetivo foi estudar a linguagem por meio de um gênero específico – o memorando –, configura-se como predominantemente qualitativa, embora respaldada por dados quantitativos no que diz respeito às recorrências. Nesta tese, adota-se a posição de que investigações de natureza qualitativa são aquelas que “usando, ou não, quantificações, pretendem interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem” (CHIZZOTTI, 2014, p. 28). No caso deste trabalho, há de se convir que a interpretação dos dados fica a cargo do pesquisador, uma vez que este toma o texto como ponto de partida para compreender o memorando dentro do contexto situacional em diálogo com o contexto social mais amplo.

Justifica-se a sua natureza precipuamente qualitativa em virtude da própria questão de pesquisa, a qual exige a busca por respostas qualitativas, uma vez que se olha para os dados com a finalidade de interpretá-los, ao invés de explicá-los por meio do isolamento de variáveis, seguindo um procedimento-padrão preestabelecido. A quantificação que se utiliza é proposital e tem o intuito de respaldar as análises, para que possam ser feitas generalizações mais consubstanciadas dos achados. Assim sendo, para a presente pesquisa, ratifica-se a visão de que uma dicotomia entre qualitativo e quantitativo “não tem razão de existir” (TRIVIÑOS, 2015, p. 117), uma vez que “toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa” (TRIVIÑOS, 2015, p. 118).

O objetivo de procurar compreender o funcionamento discursivo dos gêneros no mundo do trabalho – especificamente do memorando no âmbito do IFPE/*Campus* Recife – conduz a pesquisa por uma perspectiva mais aberta, cujas respostas são buscadas a partir de uma abordagem que conjuga texto e contexto enquanto realidades imbricadas. Sob esse ponto de vista – e considerando-se a flexibilidade e adaptabilidade que esse tipo de pesquisa propicia –, o método não se impõe ao objeto de estudo, mas se adéqua a ele. É por essa razão que a pesquisa não se concentra especificamente no produto, mas tenta olhar também para a complexidade do processo, quando considera a situação de produção e circulação dos memorandos, bem como os mecanismos de controle e o jogo de interesses aí subjacentes.

Outro aspecto que fundamenta a natureza qualitativa da pesquisa tange ao contexto de coleta dos dados, que é natural. Essa naturalidade manifesta-se por meio da autenticidade do *corpus*, visto que todos os memorandos coletados são documentos históricos que responderam a necessidades comunicativas específicas, surgidas no seio da vida institucional do IFPE/*Campus* Recife no período compreendido entre 1973-2014. Ademais, no tipo de pesquisa adotado, há uma possibilidade de interação maior do pesquisador com o objeto de estudo, apoiada no próprio caráter interpretativista possibilitado pela metodologia qualitativa; isso também contribui para tornar a pesquisa um ato subjetivo de construção do conhecimento.

Como se trata de uma investigação de caráter descritivo-interpretativo, e considerando as condições de sua exequibilidade, adotou-se o procedimento de amostragem (um *locus*, um *corpus* e um *chronos* específicos), razão pela qual a pesquisa caracteriza-se como do tipo indutiva. Julga-se que isso não invalida o potencial de generalização dos resultados, visto serem expressivas tanto a quantidade de exemplares do *corpus* quanto a credencialidade da instituição e o período investigado. Com efeito, outros *corpora* e outros *loci* poderiam ter sido estudados, mas, por necessidade de delimitação do tema, e por motivos já expostos nesta tese, optou-se pelos memorandos produzidos no seio do IFPE/*Campus* Recife (1973-2014).

4.3. O método de coleta dos dados

O procedimento adotado para tratar os dados foi a análise documental, entendida como um “tipo de estudo descritivo que fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informação” (TRIVIÑOS, 2015, p. 111), cujo propósito é “fazer inferência sobre os valores, os sentimentos, as intenções e a ideologia das fontes ou dos autores dos documentos” (LÜDKE; ANDRÉ, 2015, p. 47). Nesse sentido, entende-se por documento qualquer material escrito que, aos olhos do pesquisador, possa servir de fonte de informação, entre os quais se inclui o memorando⁶³. Há de se convir que uma das vantagens da análise

⁶³ O tipo de memorando que se investigou nesta pesquisa é aquele entendido como uma forma de comunicação intrainstitucional escrita, impresso em suporte típico: o papel timbrado; descartaram-se, portanto, o *memorando eletrônico* e o *Memorando de Entendimento (Memorandum of Understanding – MOU)*, uma vez que o primeiro muda de suporte, e o segundo constitui-se em outro gênero.

documental diz respeito ao fato de os documentos escritos serem fontes duradouras, persistindo ao longo do tempo e podendo ser consultados tantas vezes quantas forem necessárias. Aliás, esse procedimento também confere estabilidade aos achados da pesquisa, já que, no caso desta tese, os memorandos objeto de estudo permanecem guardados no Arquivo Geral do Instituto Federal de Pernambuco/*Campus* Recife (cf. apêndices I a III, p. 287 – 289). De fato, há de se concordar que os documentos “não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (LÜDKE; ANDRÉ, 2015, p. 45).

Diante disso, a pesquisa que ensejou esta tese constituiu-se de um *corpus* constituído principalmente por 60 (sessenta) memorandos produzidos no âmbito do Instituto Federal de Pernambuco/*Campus* Recife, no período compreendido entre 1973-2014. Como se trata de um *corpus* diacrônico, a análise documental mostrou-se adequada, visto que um dos pontos positivos de se trabalhar com documentos tange ao fato de eles serem uma “fonte não reativa, permitindo a obtenção de dados quando o acesso ao sujeito é impraticável” (LÜDKE; ANDRÉ, 2015, p. 46). Complementa o *corpus* um conjunto de documentos elencados num processo administrativo⁶⁴, produzido entre 2010-2011, cuja finalidade foi estabelecer a permuta *intercampi* de dois docentes do IFPE.

Quanto aos procedimentos metodológicos, atentou-se para a caracterização do gênero objeto de estudo bem como para a forma de registro da análise, de modo que, posteriormente, se procedesse à construção das categorias de análise. Antes mesmo de detalhar o processo de constituição do *corpus* desta pesquisa, convém esclarecer que o propósito inicial desta investigação era um tanto mais ambicioso, pois se tinha como objetivo pesquisar memorandos produzidos desde o início do século XX, já que o Instituto Federal de Pernambuco/*Campus* Recife é uma entidade educacional centenária. Todavia, ao longo do percurso, descobriu-se que grande parte do acervo documental dessa instituição foi destruída, devido às trágicas enchentes no rio Capibaribe, na década de 1970. Diante disso, reviu-se o projeto

⁶⁴ De acordo com a lei do acesso à informação, que visa à transparência no serviço público, o processo da permuta a que se alude, sob o nº 23054.003698/2010-45, por ser um documento público, está disponível para consulta na Coordenação de Gestão de Pessoas (CGPE) do IFPE/*Campus* Garanhuns (localizado à Rua Padre Agobar Valença, s/n, Severiano Moraes Filho, Garanhuns, Pernambuco, Brasil), ao qual qualquer cidadão poderá ter livre e irrestrito acesso.

inicial e iniciou-se a coleta dos dados a partir do que se dispunha; é por essa razão que o memorando mais antigo do *corpus* data do ano de 1973.

Assim, realizaram-se os trâmites burocráticos necessários para que se obtivesse a credencial de acesso ao Arquivo Geral do Instituto Federal de Pernambuco/*Campus* Recife. De posse da autorização do Diretor-Geral desse *Campus*, adentrou-se aquele repositório institucional para que fossem recolhidos os exemplares de memorandos que viriam a constituir o *corpus* da pesquisa. *In loco*, verificou-se um volume colossal de papel, posto se tratar de um Arquivo Geral, o qual armazena documentos de diversos tipos, advindos de diferentes épocas e oriundos de setores diversos, inclusive as correspondências oficiais de cada um deles. Por essa razão, resolveu-se partir dos documentos mais antigos para os mais recentes, com vistas a formar um *corpus* diacrônico de memorandos.

Considerando que memorandos são documentos produzidos no âmbito do serviço público, porém de acesso em certo sentido restrito, é evidente que não se tem a posse dos originais, mas somente o acesso provisório a eles. Dessa forma, escolheu-se digitalizar os memorandos que foram encontrados, cumulativamente, de modo que ao final da coleta tinha-se um total de mais ou menos 400 (quatrocentos) exemplares do gênero, provenientes de diferentes departamentos do IFPE/*Campus* Recife e escritos (datilografados, manuscritos ou digitados) em diferentes épocas da história dessa entidade educacional.

O desafio que agora se impunha ao pesquisador era a necessidade de delimitação do *corpus*, a fim de torná-lo mais específico. Para isso, foram adotados como critérios de seleção dos dados a cronologia e a diversificação do gênero. No que diz respeito ao primeiro critério, entendeu-se que pelo menos um exemplar de cada ano do período investigado (1973-2014) deveria ser selecionado. Como se trata de um *corpus* diacrônico, tomou-se o ano de 2014 como limite para a coleta dos dados, por ser o primeiro ano do curso de doutorado deste pesquisador, quando a pesquisa deveria ser iniciada.

O segundo critério – a diversificação do gênero – foi adotado com base na variabilidade dos memorandos: diferentes propósitos comunicativos, tópicos discursivos, setores de expedição/recepção, fórmulas de fechamento e apresentação gráfica (datilografada, manuscrita, digitada), dentre outros. O foco na diversidade relaciona-se ainda com o olhar do pesquisador, que procurou ir além

das regularidades do gênero, buscando também as suas variações, mesmo sabendo que se trata de gênero mais formatado e regulado por seus metagêneros.

Com base nesses dois critérios de seleção, resultaram 60 (sessenta) memorandos constituintes do *corpus* da pesquisa que originou esta tese. Ademais, depois de coletados, escaneados e selecionados, os memorandos supramencionados foram digitados, com o intuito de dar-lhes mais legibilidade e, por extensão, preservar os dados pessoais neles contidos. Para realizar tal feito, diferentes fontes do editor de textos (*Word*) foram usadas, de modo a conservar a identidade dos memorandos o mais próximo possível dos originais. Dessa forma, as correspondências originalmente datilografadas foram digitadas com a fonte *Courier New*; os manuscritos, com a fonte *Monotype Corsiva*; e os digitados, com a fonte *Times New Roman*. Cabe ressaltar, ainda, que o referido *corpus* é formado por documentos de natureza pública, constitutivos da vida institucional do IFPE/*Campus* Recife; logo, a forma de apresentação dos dados nesta tese segue os princípios da ética em pesquisa. Por isso mesmo, tanto os nomes de pessoas que porventura aparecem nos textos quanto os números de documentos pessoais, matrículas, registros em conselho e outros não serão revelados, substituindo-se os primeiros por expressões como “Fulano(a) de Tal”, “Sicrano(a) de Tal” e “Beltrano(a) de Tal” e os segundos por sequências numéricas de dígito 0 (zero).

Acresce que, durante a realização da pesquisa, sentiu-se a necessidade de recorrer a uma categoria que recobrisse a noção de agrupamento de gêneros, visto que olhar para o memorando em si mesmo poderia parecer uma abordagem idealizada. Assim, para analisar esse construto genérico em sua complexidade no mundo real, utilizou-se a noção bazermaniana de *sistemas de gêneros* dentro de *sistemas de atividades*, consoante as discussões já empreendidas neste trabalho. Do ponto de vista operacional, tomou-se um exemplar de memorando do *corpus* e observou-se a sua relação com outros gêneros dentro de um processo administrativo, conforme se verá nas análises (cf. seção 5.3, p. 150-168).

4.4. O percurso metodológico da pesquisa

Considerando o que já se discutiu até aqui, é oportuno descrever o percurso metodológico que a presente pesquisa seguiu, tecendo considerações preliminares acerca de alguns aportes metodológicos que iluminaram o trajeto percorrido; por fim,

cabe especificar de que modo as categorias de análise foram construídas a partir dos dados do *corpus*.

4.4.1. Metodologias que subsidiaram a pesquisa

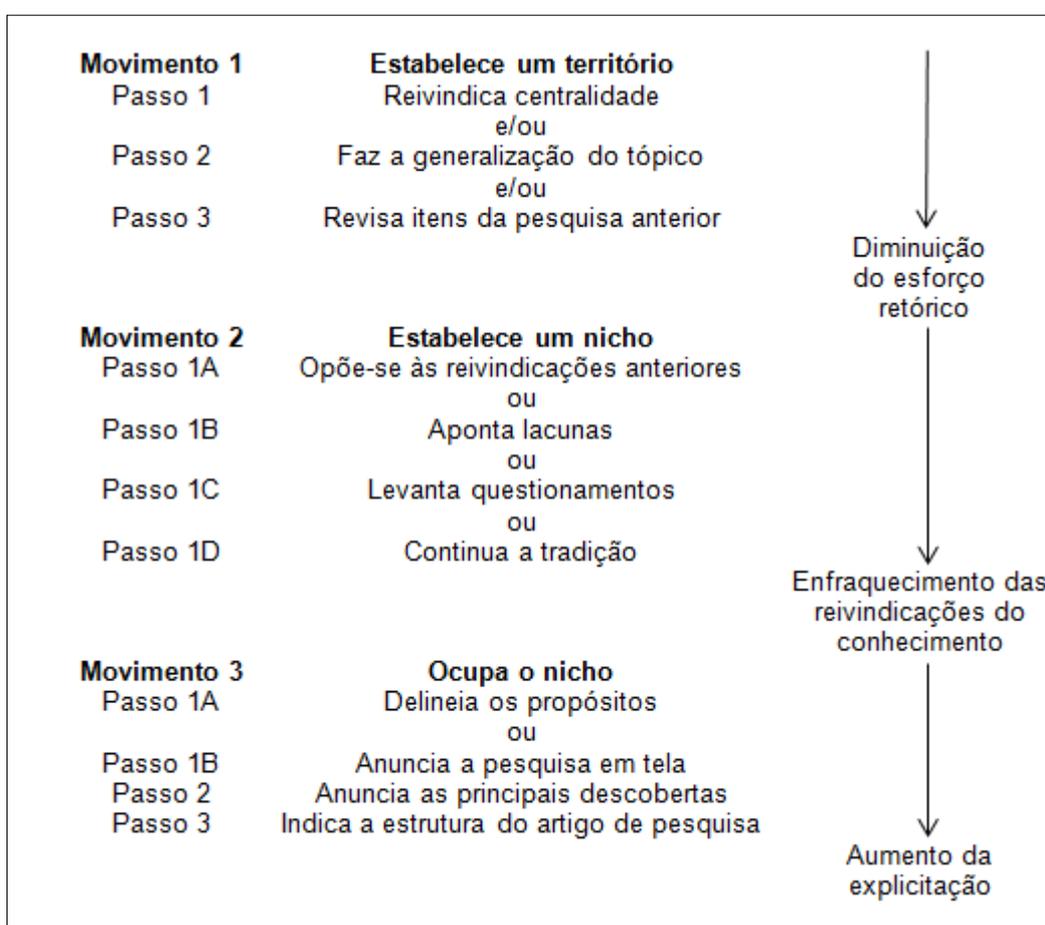
Este trabalho baseia-se em três aportes metodológicos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que se desenhasse o percurso seguido durante a pesquisa, quais sejam: o modelo advindo de Swales (1990), os passos empreendidos por Bhatia (1993) e as ferramentas analíticas propostas por Bazerman ([2004] 2009a). Swales (1990) apresenta um modelo de análise de gêneros acadêmicos, especialmente da introdução do artigo de pesquisa em inglês. Esse modelo tornou-se referência no âmbito da análise do discurso aplicada, uma vez que auxilia tanto estudantes de pós-graduação falantes não nativos de inglês quanto profissionais que se dedicam à pesquisa científica a terem uma maior proficiência nas tarefas que lhe são incumbidas dentro das comunidades acadêmico-científicas em que circulam. Com efeito, em tempos de uma cultura do *publish or perish* (“publique ou pereça”) e das possibilidades de plágio potencializadas pelo uso inadequado da internet, produzir conhecimento atendendo aos parâmetros da ética e da produtividade em detrimento do produtivismo, tem se tornado cada vez mais desafiador no campo das ciências. Nesse aspecto, o modelo proposto por Swales (1990) constitui-se numa ferramenta importante, já que explicita ao estudante e ao profissional os movimentos retóricos (*moves*)⁶⁵ recorrentes na introdução do artigo de pesquisa, contribuindo para formar sujeitos mais proficientes na prática de escrita acadêmica.

Vale frisar que o modelo proposto por Swales (1990) não é prescritivo, mas descritivo, uma vez que emerge do conhecimento criado pela prática discursiva dos usuários do artigo de pesquisa. Não é sem razão que para se chegar ao modelo, esse autor coletou e examinou um *corpus* formado por 48 exemplares de artigos de pesquisa oriundos de diferentes áreas do conhecimento (ciências físicas e biológicas, ciências sociais e linguística); ao fazê-lo, ele percebeu que as

⁶⁵ As expressões *moves* e *steps* – constantes da obra de Swales (1990) – foram traduzidas para o português de diferentes formas por diferentes autores. Assim, para a primeira, são comuns traduções como “movimentos retóricos”, “unidades retóricas”, bem como o uso da própria palavra em inglês – *moves*. Para a segunda, encontra-se o uso de “passos”, “submovimentos”, “subfunções”, “subunidades” ou “estratégias”. Para efeito de padronização, nesta tese, utilizarar-se-á apenas a expressão “movimento(s) retórico(s)”, tal como fez Silveira (2005).

introduções apresentavam consideráveis semelhanças na forma como as informações eram distribuídas nessa parte do artigo de pesquisa. Com efeito, desde o início da década de oitenta do século XX, esse pesquisador já postulava um modelo de análise de gênero baseado em quatro movimentos retóricos; no entanto, posteriormente, Swales (1990) o reformulou para três movimentos retóricos, tal como se consolidou o chamado modelo CARS – *Create a Research Space* (“Criar um espaço de pesquisa”) –, conforme mostra a figura abaixo.

Fig. 14 – Modelo CARS para a introdução de artigos de pesquisa



Fonte: Swales (1990, p. 141).

De fato, a figura acima mostra a estrutura esquemática da introdução do artigo de pesquisa, pondo em relevo os principais movimentos retóricos que a compõem. Como disse Silveira (2005, p. 93), “cada movimento é representado por uma passagem do texto-gênero em que é veiculado um propósito comunicativo do escrevente”. Valendo-se de uma analogia ecológica, Swales (1990, p. 141)

esquematiza a introdução do artigo de pesquisa em três movimentos, os quais se subdividem em passos. Convém esclarecer, portanto, que tais movimentos constituem a organização retórica da introdução do artigo de pesquisa; todavia, há de se ressaltar que essa organização não é rígida nem estática, posto que há flexibilizações na ordem e nas escolhas das estratégias que compõem os movimentos retóricos, muitas vezes realizados de modo tácito pelos escreventes.

Arelado à noção de gênero como evento comunicativo, essencialmente centrada na ideia de propósito comunicativo, o modelo CARS proposto por Swales (1990) está mais ligado a uma abordagem textual dos estudos genéricos, muito embora o contexto esteja presente, já que se trata de práticas autênticas de interação discursiva. Aliás, o referido modelo “tem sido adaptado e utilizado amplamente, e fornece um exemplo de como a análise de gêneros pode se transformar em uma heurística para o ensino da escrita” (BAWARSHI; REIFF, [2010] 2013, p. 221). De fato, não se pode negar que o trabalho de Swales (1990) abriu caminhos para que outros gêneros pudessem ser estudados à luz do modelo CARS, inclusive em língua portuguesa, como as pesquisas brasileiras têm comprovado, *exempli gratia*, Silveira (2005) e Nunes (2012). Para esta tese, o modelo de Swales (1990) contribui principalmente para a análise da organização retórica do memorando (cf. seção 6.1, p. 187-223).

Também Bhatia (1993, p. 22-36), influenciado pelo trabalho de Swales (1990), postulou uma metodologia para a análise de gêneros com base em sete passos: (i) colocar o texto-gênero num contexto institucional; (ii) fazer o levantamento da literatura existente sobre o tema; (iii) refinar a análise contextual/situacional; (iv) selecionar o *corpus*; (v) estudar o contexto institucional; (vi) fazer a análise linguística do gênero; e (vii) coletar informação especializada sobre o gênero com usuários experientes. Posteriormente, Bhatia (2004) reviu e ampliou essa metodologia, buscando um olhar multidimensional para os gêneros no mundo real do discurso, ensejando o que o autor vem chamando mais recentemente de *Critical Genre Analysis*. Para a pesquisa relatada nesta tese, a metodologia aventada por esse autor lançou luz principalmente no sentido de se estabelecer uma relação entre o gênero e o contexto institucional, visto que Bhatia (1993; 2004) também trabalha com gêneros profissionais.

Bazerman ([2004] 2009a, p. 40-44), por sua vez, sugere algumas “ferramentas analíticas” que iluminam a análise de gêneros, a saber: (i) analisar

linguística e retoricamente o gênero; (ii) ampliar a amostra do gênero, considerando-se diferentes situações e períodos; (iii) coletar informação de outrem; e (iv) realizar pesquisa etnográfica. No caso desta tese, a contribuição desse autor advém centralmente da noção de *sistema de gêneros*, a qual permite que se possa analisar o memorando dentro de um processo administrativo autêntico que respondeu discursivamente a uma demanda do mundo real: a permuta *intercampi* de dois docentes do IFPE. Como disse o próprio Bazerman ([2004] 2009a, p. 44), “se os gêneros e o trabalho são organizados dentro de um ciclo limitado e coerente, então você pode utilizar o ciclo para organizar sua coleta”; daí dizer-se que o processo administrativo utilizado nesta tese pode ser considerado um *sistema de gêneros burocráticos* (cf. seção 5.3, p. 150-168).

4.4.2. Construção das categorias de análise

Para a presente pesquisa, cumpre reiterar que foram adotados dois níveis de análise: um com foco no *contexto* e outro com foco no *texto*. Por *contexto*, entende-se a situação interacional mais ampla, ou seja, o entorno social do gênero; por *texto*, compreende-se a parte material do gênero, em sua forma escrita, como um todo coeso e coerente, linguístico-discursivamente organizado. Convém salientar, assim, que um (o *contexto*) não existe sem o outro (o *texto*). Sob essa ótica, o gênero constitui-se como uma categoria mediadora eficaz para intercambiar essas duas noções (a de *contexto* e a de *texto*).

Isso posto, é necessário afirmar que o ponto de partida das análises foi o próprio texto, para se chegar a uma compreensão mais ampla do funcionamento do memorando, buscando investigar os seus modos de circulação, as suas restrições, a sua inter-relação com outros gêneros, bem como as suas particularidades linguístico-discursivas e retórico-organizacionais dentro das práticas profissionais do IFPE/Campus Recife no período investigado. Sob essa perspectiva, que vai do social ao linguístico-discursivo e vice-versa, desenhou-se o trajeto ancorando-se em algumas categorias de análise já discutidas nos fundamentos teóricos desta tese. Em sendo assim, para a análise do *contexto* do gênero, foram utilizadas as cinco categorias que seguem: *esfera discursiva*, *gênero como enunciado sócio-histórico*, *sistemas de gêneros*, *metagêneros* e *propósito comunicativo*. Em relação à primeira, discutiram-se algumas particularidades do que se chamou de *esfera administrativa*

estatal; quanto à segunda, olhou-se para o memorando como um *enunciado sócio-histórico*, reconstruindo a sua história – desde o seu surgimento aos dias atuais; no que diz respeito à terceira, propôs-se a existência de um *sistema de gêneros burocráticos*, do qual o memorando faz parte; no que tange à quarta, sustentou-se a noção de *metagênero* como uma categoria relevante, ao lançar luz para pensar os mecanismos que impõem restrições ao gênero e, por conseguinte, sinalizam relações de poder aí subjacentes; no tocante à quinta, abordaram-se os *propósitos comunicativos* recorrentes no gênero em estudo, os quais propiciaram a subcategorização do memorando em tipos específicos.

Com a intenção de examinar o *texto* do memorando, articularam-se categorias que visam a dialogar com os aspectos sociais discutidos na dimensão contextual. Então, dividiu-se essa parte da análise em dois blocos: um que focaliza a *organização retórica* do memorando, e outro que se concentra nos *aspectos linguístico-discursivos* mais proeminentes nesse mesmo gênero. No que se refere à *organização retórica* do gênero, a categoria que se mostrou adequada foi a de *movimento retórico* que, articulada com a noção de *propósito comunicativo*, possibilitou o ensejo de uma tipologia dos memorandos, corroborando a sua natureza heterogênea. Nesse sentido, propôs-se o agrupamento desse tipo de correspondência oficial em classes específicas, defendendo-se a existência de memorandos de *solicitação*, de *informação e esclarecimento*, de *encaminhamento*, de *convocação*, *memorando-convite*, memorando de *autorização*, de *advertência* e *memorando-relato*. No que concerne aos *aspectos linguístico-discursivos* do gênero em tela, a categoria que se mostrou apropriada foi o chamado *burocratês* – registro linguístico típico das comunicações oficiais. Para detalhar o modo como a linguagem burocrática se constrói no memorando, recorreu-se às noções de *formalidade* e *impessoalidade*, numa inter-relação com a ideia de *tradição discursiva*.

Em suma, é oportuno afirmar que todas essas categorias emergiram dos dados, iluminadas pelos pressupostos teóricos discutidos nesta tese. Por fim, reafirma-se a natureza descritivo-interpretativa das análises realizadas neste trabalho, em oposição à visão prescritivista assaz difundida na literatura normativa sobre esse tema, especialmente pelos manuais de redação oficial e empresarial. Posto isso, assevera-se que os capítulos subsequentes focarão as análises empreendidas em dois níveis: (i) análise da dimensão contextual do memorando; e

(ii) análise da dimensão textual do memorando, respectivamente, estabelecendo um diálogo entre elas.

5 ANÁLISE DA DIMENSÃO CONTEXTUAL DO MEMORANDO

Este capítulo propõe-se a analisar uma amostra do memorando no âmbito do IFPE/*Campus* Recife, no período compreendido entre 1973-2014, com o objetivo de discutir o funcionamento discursivo desse gênero numa dimensão contextual, considerando-se não somente o gênero em si, mas a complexidade da sua produção e circulação no seio da vida institucional. Por essa razão, recorre-se a um processo administrativo, conforme já descrito nesta tese, em que esse construto genérico aparece como um dos seus gêneros constitutivos, com a finalidade de mostrar os modos como essa forma de comunicação interage com outros gêneros no contexto administrativo. Entende-se, com Bakhtin ([1934-1935] 2014a, p. 87), que “a atmosfera social do discurso que envolve o objeto faz brilhar as facetas de sua imagem”. Essa metáfora do pensador russo ilustra a necessidade de se olhar para os gêneros dentro de contextos sociais mais amplos, proposta defendida principalmente pelos Estudos Retóricos de Gêneros, perspectiva teórica que também se adota nesta tese. Desse modo, o presente capítulo organiza-se retoricamente em cinco seções que discutem, respectivamente: (i) a circulação do memorando na esfera administrativa; (ii) o memorando como um enunciado sócio-histórico e dialógico; (iii) o memorando dentro de um sistema de gêneros; (iv) os metagêneros que regulam esse tipo de correspondência oficial; e (v) os propósitos comunicativos recorrentes nesse construto genérico.

5.1. A circulação do memorando na esfera administrativa

Considerando a noção de esfera discursiva proposta pelo Círculo de Bakhtin (BAKHTIN; VOLOCHINOV, [1929a] 2009; BAKHTIN, [1953] 2003), a qual já fora anteriormente discutida nesta tese (cf. subseção 2.2.2, p. 43-45), reitera-se que o memorando é um gênero típico da esfera administrativa, especialmente no âmbito do serviço público. Defende-se, por conseguinte, que a esfera administrativa é um dos critérios definidores do gênero, visto que o memorando emerge, prototipicamente, dentro de contextos institucionais, pois faz parte da chamada comunicação oficial interna. Assim sendo, discutir-se-á um pouco mais o que se está chamando de esfera administrativa nesta tese.

A propósito disso, o termo *burocracia* tem sido usado em múltiplas e diversas acepções; corriqueiramente, utiliza-se até mesmo em sentido depreciativo, correspondendo a excessos de papeladas aparentemente desnecessárias ou à morosidade delas decorrente. Do ponto de vista etimológico, “buro-” vem do francês *bureau*, que significa “escritório”, “escrivania” e “-cracia” vem do grego *kratia*, de *kratos*, que equivale semanticamente a “poder”, “autoridade”, “domínio”. Em sentido literal, a palavra *burocracia* mantém mais ou menos uma correlação semântica com “governo de escritório” ou “governo de técnicos”. As raízes etimológicas da palavra evidenciam que os sentidos a ela atribuídos contemporaneamente não diferem muito da sua origem. No dizer de Motta (1985, p. 7), burocracia “é uma estrutura social na qual a direção das atividades coletivas fica a cargo de um aparelho impessoal hierarquicamente organizado, que deve agir segundo critérios impessoais e métodos racionais”. Há de se concordar parcialmente com o autor, já que, do ponto de vista discursivo, a ideia de impessoalidade torna-se um tanto problemática.

Conforme adverte Motta (1985), historicamente a burocracia constituiu-se a partir de grupos sociais que se destacaram do resto da sociedade para a ela se impor, no intuito de dominá-la. Nas civilizações antigas, por exemplo, a burocracia surgiu das necessidades técnicas de coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas coletividades, nos mais diferentes ramos econômicos; nesse sentido, a necessidade de tributação advinda dessas atividades desencadeou o que se convencionou chamar de burocracia patrimonial. É por essa razão também que se afirma que a burocracia tem sua gênese nos sistemas produtivos mais incipientes. Modernamente, há de se convir que os sistemas burocráticos estão cada vez mais sofisticados, nas suas múltiplas formas de organização: universidades, escolas, igrejas, presídios, hospitais, sindicatos, empresas, cortes de justiça, *inter alia*. Com efeito, não se pode negar que tais formas de organização social estão imbuídas de poder, por meio do qual exercem a dominação em diferentes níveis; em síntese, burocracia é poder e controle.

A instituição educacional, enquanto organização burocrática, está imbuída de ideologia, o que permite concluir que ela não é neutra, tampouco plenamente democrática, visto que existem escolas para os que têm maior poder aquisitivo e escolas para os que são socioeconomicamente desfavorecidos, embora isso não seja dito explicitamente. No caso do IFPE, trata-se de uma unidade educacional pública com algumas particularidades, visto que seleciona seus estudantes por meio

de vestibular, oferece educação técnica e pertence ao sistema federal de educação brasileiro. Isso a torna um tanto diferente porque não é todo e qualquer aluno que tem acesso ao IFPE; o processo seletivo, por exemplo, inclui uns e exclui outros, a despeito das políticas públicas para a inclusão social. O financiamento da instituição pelo poder público federal confere ao IFPE um certo *status* e uma outra dinâmica de funcionamento que as escolas estaduais e municipais não os têm. A oferta de educação técnico-profissional é uma singularidade dessa instituição, em seus diversos níveis e modalidades, a serviço dos interesses, principalmente econômicos, da sociedade a que serve. A propósito, já se discutiu anteriormente as razões que motivaram a evolução do próprio IFPE – e os interesses que lhe subjazem –, desde o seu surgimento como Escola de Aprendizes Artífices, na primeira década do século XX (cf. seção 4.1, p. 103-112).

Isso posto, há de se considerar que a esfera administrativa sustenta-se discursivamente por meio dos gêneros, principalmente escritos, pois, como se afirmou na epígrafe desta tese, *verba volant, scripta manent*. No dizer de Motta (1985, p. 75) – a despeito de não ser estudioso da área da linguagem e de ter afirmado isto há mais de três décadas –, “uma vez pronunciadas, [as palavras] transformam-se em coisas. A palavra é estabilizada. Em qualquer burocracia existe uma profunda desconfiança com relação à palavra livre, criadora”. Não é sem propósito que os gêneros que circulam, por escrito, na esfera administrativa tornam-se altamente padronizados em função da natureza controladora e opressora dessa esfera; neste caso, o memorando torna-se um exemplo concreto de como essas forças dominadoras efetivam-se e perpetuam-se por meio do discurso escrito, que tem um elevado poder de registro.

No modelo de sociedade atual – pautado pelas forças do capital – a instituição burocrática é juridicamente constituída, em geral, como privada ou pública. No que concerne à primeira, entende-se por burocracia empresarial a engrenagem das organizações privadas que produzem bens e serviços à sociedade, as quais são geridas por empresários ou acionistas e têm como finalidade principal o acúmulo de capital e o enriquecimento dos que dele usufruem. No que diz respeito à segunda, considera-se a burocracia estatal como aquela situada no âmbito do serviço público, cujo funcionamento supostamente torna-se mais regulado e controlado, uma vez que faz uso de dinheiro público oriundo das tributações pagas pelos cidadãos. Nesse cenário, o Estado ganha relevo como uma estrutura

organizacional eminentemente burocrática, pois a ele compete gerir o funcionalismo civil e militar, além de gozar de prestígio para legislar e tributar. Ademais, isso torna o Estado altamente poderoso e controlador, com suas estruturas piramidais de cargos e funções, presumivelmente para garantir o funcionamento do aparato administrativo e para assegurar a ordem social. Dito isso, reforça-se que, em virtude da natureza da instituição *locus* da presente pesquisa, deter-se-á, nesta tese, à burocracia estatal no contexto do IFPE/*Campus* Recife, com um olhar específico para a forma discursiva memorando.

Contudo, não se está querendo dizer com isso que o memorando seja um gênero próprio da esfera administrativa estatal, pois ele também circula na burocracia empresarial, apesar da sua baixa representatividade. O estudo de Palma (2004) – cujo objetivo fora pesquisar o impacto sofrido pela produção textual na esfera profissional da era digital – mostra que o memorando é um gênero praticamente extinto nas empresas que investigou: uma multinacional (Dow Química) e uma ex-estatal que foi privatizada (Petroflex), pois, segundo a autora, esse gênero foi encapsulado pelo *e-mail*. No entanto, na terceira instituição que investigou (uma empresa pública – a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), Palma (2004, p. 69) concluiu que “contrariamente às duas empresas privadas, há um predomínio de manifestações escritas”, ao se considerar que “na estatal ainda persiste a cultura do papel, da assinatura do chefe, do protocolo e do carimbo”. Possivelmente, essa oscilação no uso dos gêneros digitais e escritos nas diferentes empresas também relaciona-se às estruturas organizacionais de cada uma delas, visto que enquanto as estatais têm uma estrutura administrativa hierárquica e relativamente morosa, as empresas privadas primam pela descentralização, agilidade e produtividade. Acresce que, durante esta pesquisa, coletou-se um exemplar autêntico de um memorando gerado em uma empresa privada, conforme mostra a figura a seguir.

Fig. 15 – Memorando coletado em empresa privada (2015)

<h1>Memorando</h1>		[TIMBRE]
[Empresa Tal] Ltda. Departamento Serviços Técnicos		Av. [Tal] , 1701-4º andar Galeria [Tal]- Fazenda [Tal] CEP [00000-000]- Cidade [Tal] - SP - Brasil Tel. + [5500 0000.0000] Fax: + [5500 0000.0000]
DE	: [Fulana de Tal]	TEMA : Saída de Material
PARA	: Portaria [da Empresa Tal]	
CÓPIA	: Gerência da Área	
DATA	: 08/07/15	
ASSUNTO	: Saída de Material	

Autorizo [Sicrano de Tal], funcionário da [Empresa Tal], a sair com:

- 01 sensor magnético
- 01 sensor lado A-X0
- 01 sensor lado A- X1
- 10 conectores T do injetor
- 01 cilindro grande (freio p/ máquina [ilegível] se mover)
- 01 conjunto de filtro de Osmose reversa
- 01 filtro de carvão ativado – refil
- 50 gaxetas

Material para manutenção da vacinadora in ovo do cliente [Beltrano de Tal].

Atenciosamente,
[Fulana de Tal]
Assistência Técnica Laboratorial
Fone: [00 0000 0000]

Fonte: Acervo da pesquisa

Como se pode verificar na figura acima, trata-se, de fato, de uma comunicação empresarial, coletada em uma multinacional, em 2015, localizada no estado de São Paulo. O acesso ao referido exemplar deu-se, informalmente, por meio do contato do pesquisador com uma funcionária da empresa, que se propôs a encaminhar o memorando por *e-mail*; por isso mesmo, todos os dados referentes à empresa e aos seus funcionários e clientes foram preservados, em obediência aos princípios da ética em pesquisa. Ressalta-se que não é objetivo desta tese cotejar memorandos nas esferas administrativas públicas e privadas, porém é válido reconhecer, provisoriamente, que a mudança da natureza da esfera não traz implicações significativas para o gênero em estudo. Por exemplo, conserva-se um aspecto marcante do memorando: a sua função comunicativa no interior da

instituição. Neste caso, há uma interlocução entre dois setores internos: o Departamento de Serviços Técnicos e a Portaria da empresa. Além do mais, há um reconhecimento tácito dentro daquela esfera acerca da nomeação do gênero como um *memorando*, como mostra a grafia desse termo – no canto superior esquerdo do texto em análise – escrito em letras maiores.

Em conversa informal com a referida funcionária da empresa, tomou-se ciência de que, de fato, o memorando é um gênero pouco usado na referida empresa, pois fora praticamente substituído pelo *e-mail*, ratificando o que Palma (2004) constatara. No entanto, neste caso em particular, esse construto genérico é utilizado para controlar a saída de material, funcionando como um gênero que tem como propósito comunicativo principal *autorizar* que funcionários possam se ausentar da empresa portando instrumentos de uso exclusivo da instituição. Com efeito, mesmo tendo baixa representatividade no mundo empresarial, há de se considerar que esse tipo de comunicação interna ainda funciona como um elo discursivo dentro dos sistemas de gêneros que constituem a dinâmica das empresas. Noutras palavras, algumas ações na empresa demandam o uso do memorando; por isso, seria muito radical falar em desaparecimento ou morte dessa entidade genérica na esfera administrativa empresarial; presume-se, portanto, uma tendência ao desuso nesses espaços sociopragmáticos (BHATIA, 2004).

Conquanto isso, não se pode negar que, na esfera administrativa estatal, a correspondência oficial é frequentemente utilizada por meio de dois gêneros formais bastante prototípicos: o *ofício* e o *memorando*. Enquanto o primeiro funciona como uma forma de correspondência interinstitucional, o segundo pode ser considerado, em geral, uma forma de interação intrainstitucional. Por esse motivo, não são todas as instituições públicas que fazem uso de memorando. A vivência deste pesquisador como professor em redes estadual e municipal de ensino confirma que, no ambiente administrativo das escolas de educação básica, este gênero é praticamente inexistente. No caso do IFPE/*Campus* Recife, tem-se um sistema de atividades composto por meio de inúmeros departamentos, diretorias, coordenações, divisões, assessorias, laboratórios, almoxarifado, arquivo geral, dentre outros, que abrem a possibilidade de se estabelecer “conversas formais por escrito”, a fim de tratar de questões inerentes ao funcionamento da própria instituição. Assim sendo, veja-se um exemplar autêntico de memorando que circulou no IFPE/*Campus* Recife (à época ETFPE), na década de setenta do século XX.

Fig. 16 – Memorando típico do serviço público [MEMO 04]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MEMORANDO Nº 13/77 ETFP 31/01/77.

Do: Diretor da ETFP
Ao: Sr. Fulano de Tal

Havendo constatado que V.S^a se ausentou desta Escola, durante o 2º expediente do dia 28.01.77, sem que estivesse autorizado para tanto, conforme dispõe a Portaria nº 490/70, vem esta Direção adverti-lo para que tal ocorrência não torne a se repetir.

Atenciosamente,

[assinatura]
- Diretor -

Fonte: Acervo da pesquisa

Como se pode verificar na figura acima, o memorando em análise é uma comunicação que se estabelece entre duas instâncias da ETFPE (atual IFPE/*Campus* Recife), representadas pelas funções do diretor e do servidor advertido. Com efeito, não há menção explícita no texto sobre quais departamentos ou setores estão interagindo no exemplar em questão; no entanto, trata-se de duas pessoas públicas, formalmente vinculadas à instituição, hierarquicamente posicionadas, o que mostra as relações de poder aí subjacentes. Ademais, o próprio tópico discursivo – uma advertência por escrito motivada pela ausência indevida do servidor – e o endereçamento do texto caracterizam o memorando como uma modalidade de comunicação interna.

Todavia, no *corpus* analisado, encontraram-se dois exemplares de memorando que foram utilizados por servidores do IFPE/*Campus* Recife (à época ETFPE), equivocadamente, como forma de comunicação externa. Um foi enviado pela Coordenadoria de Serviço Social (CSOL) do IFPE/*Campus* Recife ao Presidente da Associação dos Servidores da Escola Técnica Federal do Estado de Pernambuco (ASSETEFEPE), com o objetivo de encaminhar o requerimento de uma senhora que pleiteava uma bolsa de estudos para seu filho num curso preparatório. O outro, conforme mostra a figura abaixo, foi enviado pela Coordenadoria de Radialismo do IFPE/*Campus* Recife à *TV Jornal do Comercio*, solicitando um microfone antigo para a realização de um clipe musical no referido *Campus*.

Fig. 17 – Exemplar de memorando externo [MEMO 35]

Memorando	
DATA: 18 de junho de 1996	
PARA: TV Jornal do Comercio	
DE: Coordenadoria de Radialismo	
ASSUNTO: Solicitação faz	Recife, 18 de junho de 1996
CC: Profo. [sic] Fulano de Tal	
<p>Solicito da TV Jornal do Comercio, através da pessoa do Profo. [sic] Fulano de Tal, a liberação, por empréstimo, de um microfone antigo de rádio, aos cuidados dos alunos do Curso de Radialismo Sicrana de Tal e Beltrano de Tal, para execução de um clip musical (trabalho do Módulo Programas Televisivos) até o dia 25/06/96, quando os mesmos o reconduzirão ao local de origem.</p>	
Atenciosamente	
[assinatura]	
Coord. Radialismo	

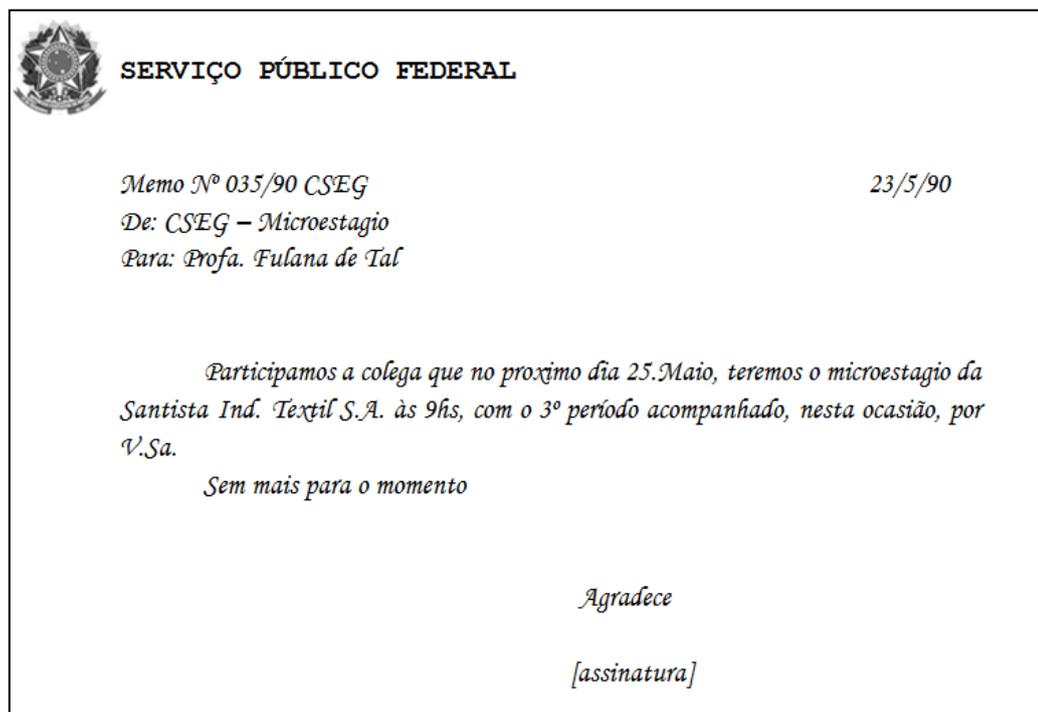
O equívoco nestes casos reporta-se ao fato de haver um gênero prototípico na esfera administrativa que tem como propósito principal estabelecer uma comunicação externa com outras instituições: o *ofício*. Entretanto, há de se concordar que é mais relevante a realização da ação que a terminologia adota para identificar o texto. Assim, se o microfone foi conseguido e se o aluno de fato conseguiu a bolsa, considera-se um problema menor o fato de o gênero estar equivocadamente nomeado como memorando em vez de *ofício*. Diante disso, registrou-se que esse tipo de memorando externo é rarefeito no *corpus*, visto que corresponde a tão somente 3,33% dos memorandos analisados; a maioria predominante – os 96,6% restantes – confirmam esse construto genérico como um gênero burocrático interno. Contudo, numa investigação como essa – que leva em consideração as práticas situadas de interação verbal por meio da escrita, dentro de contextos profissionais –, esses dados relativos ao memorando externo não poderiam ser ignorados.

Na esfera administrativa estatal, os memorandos surgem de necessidades comunicativas recorrentes e funcionam como artefatos poderosos, pois são documentos meticulosamente controlados, datados, endereçados e assinados, respondendo a demandas em que a palavra oral não é por si só suficiente, tampouco oficialmente válida. No tocante a isso, destaca-se a numeração que o memorando recebe – junto à tomada de ciência – como uma pista semiótica relevante para se compreender formas de monitoramento de ações dentro dos sistemas de atividades que constituem a dinâmica da vida institucional. Sublinha-se também que outro aspecto que caracteriza os memorandos é a sua relativa agilidade, visto que circula internamente e tem como interlocutores os próprios funcionários de determinados setores da instituição. Nesse sentido, o espaço social compartilhado por essas pessoas no âmbito institucional é, em certo sentido, praticamente conhecido por todos.

Falar em agilidade não quer dizer que esse tipo de correspondência oficial seja um gênero simples ou uma espécie de *bilhete formal* como se diz corriqueiramente; reitera-se a sua natureza complexa, no que tange ao seu funcionamento discursivo, como a de qualquer outro gênero. Aliás, até mesmo o bilhete – entendido provisoriamente aqui como uma pequena comunicação informal de cunho principalmente informativo – pode ser objeto de acuradas investigações,

caso se considere que o estudo da linguagem por meio de gêneros busca compreender os fios da teia que constitui as relações humanas, a fim de contribuir para o desvelamento dos sentidos da vida em sociedade. A propósito, observe-se mais um exemplar de memorando extraído do *corpus*.

Fig. 18 – Exemplar de memorando manuscrito [MEMO 22]



Fonte: Acervo da pesquisa

Exemplares manuscritos, como o que foi mostrado na figura acima, embora tenham baixa recorrência no *corpus*, trazem pistas relevantes para entender melhor o gênero objeto de estudo, a partir das práticas sociais situadas, dentro da esfera administrativa estatal. Do ponto de vista gráfico, este memorando foi originalmente manuscrito, numa época em que prevalecia a escrita datilografada. Isso pode significar que há, realmente, uma relação de proximidade entre os interactantes, de modo que o texto manuscrito (e, nesse ponto, semelhante a um bilhete) não se torna um obstáculo para a interação. Entretanto, duvida-se muito da possibilidade de isso ocorrer com o ofício, já que este é enviado para fora da instituição. Confirma-se, portanto, que a circulação interna e ligeiramente ágil do memorando é um critério relevante para que ele seja reconhecido e legitimado como um gênero da correspondência oficial e empresarial.

Outra particularidade desse artefato genérico, legitimada pela esfera discursiva em que ele circula, é a sua tendência – no plano linguístico-discursivo – a uma relativa formalidade distensa, em contraposição à ultraformalidade verificada em outros gêneros da comunicação oficial. O teor do texto da figura 18 (p. 133) – uma espécie de lembrete sobre o microestágio na indústria – é marcado pela concisão; ademais, cumpre observar que a forma de referenciação da “professora” ora aparece como “colega”, ora como “V.Sa.” – dois signos bastante diversos para referenciar o mesmo sujeito social dentro de um texto tão breve –, o que revela uma instabilidade de posições de quem escreveu o texto. Esse tom relativamente mais livre do texto também se justifica pela proxêmica dos interactantes, já que são dois professores que dialogam, contrariamente ao texto da figura 16 (p. 130), em que há uma relação hierárquica entre chefe-subordinado, ou seja, o “diretor” e o “Sr.” servidor.

Em relação à concisão no memorando, pode-se afirmar que, de modo geral, os exemplares do *corpus* são curtos, constituídos por um ou alguns poucos parágrafos, conforme atestam as figuras 16 (p. 130), 17 (p. 131) e 18 (p. 133). Essa brevidade do texto concretiza a natureza responsiva do memorando a demandas internas da instituição, que precisam de certa agilidade e praticidade. Somam-se a isso os propósitos comunicativos desse gênero – fazer uma advertência, solicitar préstimos, encaminhar documentos ou informar algo, por exemplo –, os quais podem responder satisfatoriamente a determinadas situações, sem precisar recorrer a extensas argumentações fundamentadas. Todavia, verificou-se que nem todos os usuários do gênero têm essa percepção, pois ocorreu um caso atípico, ou seja, um memorando composto por três páginas, muito mais próximo de uma *denúncia*; mesmo assim, sustenta-se que a ação social se sobrepõe à denominação do gênero.

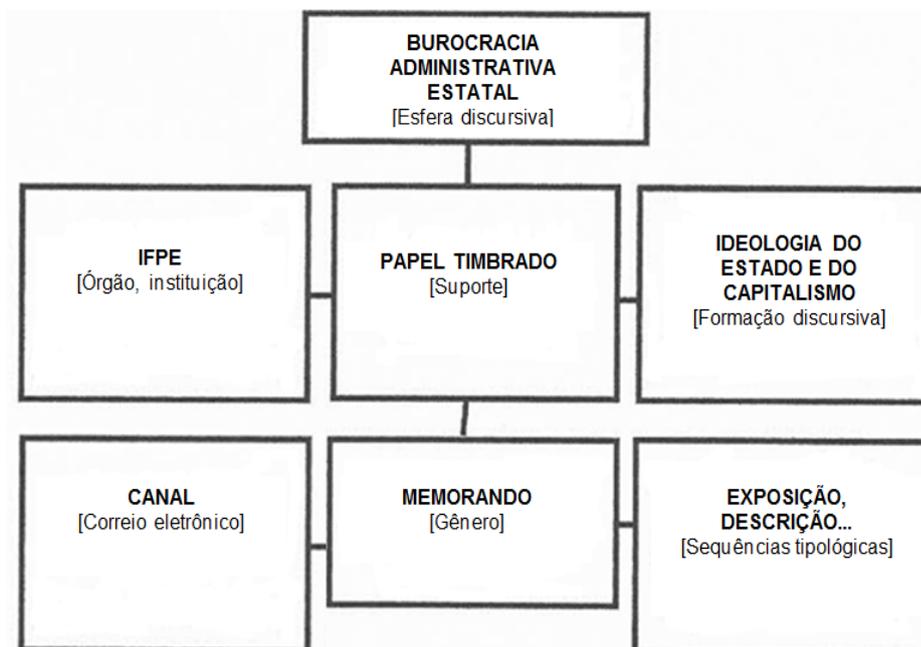
A busca pela objetividade, por uma suposta impessoalidade e a presença de marcas da formalidade são características marcantes dos gêneros que circulam na esfera administrativa, principalmente os escritos, dos quais o memorando faz parte. Nessa esfera, a escrita é tida como um instrumento que goza de prestígio, pois a ela é dado o poder de registrar e documentar. O caráter peremptório da escrita transforma os gêneros, muitas vezes, em documentos históricos intrinsecamente relacionados com o suporte que os materializa, haja vista o *corpus* desta pesquisa, que contém exemplares de memorandos gerados há mais de quarenta anos.

Os gêneros da burocracia administrativa estatal são prototípicos e recorrentes dentro dessa esfera; eles não emergem da casa das pessoas, tal como uma lista de compras ou um convite para uma festa de aniversário. Memorandos são práticas discursivas rotinizadas no ambiente interno das instituições; por isso mesmo, materializam-se e circulam em um suporte típico: o papel timbrado. No tocante a isso, entende-se por suporte “uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto” (MARCUSCHI, 2003, p. 11), ao mesmo tempo em que faz parte do contexto de produção do gênero e contribui para assegurar a sua legitimidade. Aliás, o autor adverte que o suporte deve ser visto numa intrínseca relação com outros fatores, tais como a esfera comunicativa, a formação discursiva, o gênero, *inter alia*.

Nesta pesquisa, principalmente por se tratar de um *corpus* diacrônico, o papel timbrado constitui o *locus* físico por excelência em que esse gênero circula. Não é novidade que tais exemplares do gênero são impressos e arquivados cronologicamente em pastas específicas (“memorandos expedidos” e “memorandos recebidos”), conforme se constatou no Arquivo Geral do IFPE/*Campus* Recife. Outras vezes, esses memorandos constam como *peças* que constituem processos administrativos, tal como o que se analisará mais adiante nesta tese, dentro do *sistema de gêneros burocráticos* (cf. seção 5.3, p. 150-168).

Observe-se como o suporte do memorando – o papel timbrado – articula-se com outros aspectos que sustentam o gênero. Em princípio, a interpretação da figura a seguir, deve levar em consideração que os aspectos que constituem o gênero (a esfera, o órgão, o suporte, dentre outros) não devem ser vistos de forma hierárquica, nem na verticalidade nem na horizontalidade da figura. Portanto, qualquer um dos itens em destaque pode servir de ponto de partida para a análise, já que devem ser vistos de forma imbricada. Como já foram discutidos alguns desses temas nesta tese – a esfera, a instituição e o gênero –, chama-se atenção para a formação discursiva, as sequências tipológicas e a relação entre o suporte e o canal.

Fig. 19 – Inter-relação entre o suporte e outros aspectos constitutivos do memorando



Fonte: Elaboração do autor desta tese (adaptação de MARCUSCHI, 2003, p. 14).

Embora esta não seja uma tese filiada teoricamente à Análise do Discurso *stricto sensu*, convém esclarecer que todas as categorias discutidas na figura acima convergem, em maior ou menor proporção, para as chamadas condições de produção do memorando na inter-relação com a formação discursiva que lhe origina. A propósito disso, entendem-se condições de produção como a “relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (ORLANDI, [1999] 2012, p. 16), ou seja, uma relação entre linguagem e exterioridade, tal como se discutiu em Nunes (2015b), quando foram abordadas as condições de produção do discurso burocrático na esfera administrativa estatal. Já a formação discursiva pode ser compreendida como “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, [1999] 2012, p. 43), via discurso. No caso do gênero em estudo nesta tese, há de se convir que os sentidos veiculados pelos memorandos não estão nas palavras que o compõem; de fato, os efeitos de sentido constroem-se em articulação com a ideologia do Estado – já que se trata de uma instituição federal de educação – dentro de uma sociedade governada pelas forças do capital. Não é sem razão que a

história do IFPE evidencia a sua evolução para atender aos interesses do mercado, já que forma técnicos e tecnólogos que atuam e vivem nesse tipo de sociedade.

Quanto às sequências tipológicas – uma categoria mais ligada ao micronível do texto – há um predomínio de tipologias descritivas e expositivas nos memorandos do *corpus*, o que se justifica até mesmo pelos seus propósitos comunicativos mais recorrentes: informar e encaminhar, os quais, em geral, tendem a dispensar argumentações, narrações e injunções. No entanto, a argumentação também aparece, principalmente nos memorandos de solicitação.

Considerando que esse gênero circula em papel timbrado – o seu suporte típico –, não resta dúvida de que esse mesmo papel também funciona como o canal que transporta o gênero; nesse sentido, suporte e canal praticamente se confundem. No tocante a isso, verificou-se durante a pesquisa que muitos memorandos do *corpus* foram datilografados ou manuscritos em papel estilo A5⁶⁶, seguindo a orientação paisagem (horizontal); às vezes, essas folhas de papel já eram padronizadas e destacáveis de um bloco; por isso, usava-se papel-carbono para deixar uma cópia no talão e encaminhar o original ao setor de destino.

Quando se adaptou a figura proposta por Marcuschi (2003, p. 14), acrescentou-se o canal, porque, modernamente, com o advento da internet, o *e-mail* tornou-se uma ferramenta útil e bastante utilizada para a circulação de memorandos na instituição campo desta pesquisa. A vivência deste pesquisador como professor do IFPE confirma que a comunicação entre os docentes e suas respectivas instâncias hierárquicas dentro da instituição dá-se, em geral, desta forma: os memorandos são compartilhados no *e-mail* institucional, ora como arquivos anexos, ora “colados” no próprio campo onde se deve escrever o texto do *e-mail*. Com base nisso, entende-se que, nessas circunstâncias, o *e-mail* funciona como um correio eletrônico, visto que tais memorandos continuam sendo impressos e arquivados para efeito de controle, o que legitima o poder do papel como suporte.

No entanto, é provável que, no futuro, o suporte do memorando seja somente virtual, haja vista os avanços tecnológicos que abrem a possibilidade de se armazenar dados virtuais de diferentes maneiras; além disso, cogita-se que o princípio da economicidade no serviço público e o discurso do desenvolvimento

⁶⁶ Esta classificação segue o padrão ISO 216 [*International Organization for Standardization* ou Organização Internacional de Normalização]), que especifica as seguintes medidas para o papel A5: 148mm de largura e 210mm de altura; portanto, a área da folha de A5 é de 1/32 m².

sustentável podem contribuir para uma tendência ao desuso do papel como suporte desse gênero. Nesse sentido, algumas instituições públicas já se valem do chamado *memorando eletrônico*, a exemplo da Universidade Federal de Juiz de Fora⁶⁷, da Universidade Federal de Sergipe⁶⁸ e da Universidade Federal de Alagoas⁶⁹, por meio do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC). No entanto, mesmo nessa plataforma virtual, o memorando não perde a sua função principal de estabelecer uma comunicação interna, nem foge aos mecanismos de controle e regulação; some-se a isso o fato de o acesso a essa plataforma ser restrito a funcionários que a ela se conectam somente com *login* e senha específicos; logo, cabe investigação futura.

Por fim, ressalta-se que a esfera administrativa estatal não pode ser tomada como uma instância discursiva isolada. Na verdade, as fronteiras entre as esferas são mais híbridas e mais tênues do que possa parecer. Tomando o caso da burocracia administrativa do IFPE/*Campus* Recife, percebe-se que há um diálogo entre esse domínio discursivo e os demais que constituem o mundo real, dentro e fora da instituição. Por exemplo: (i) o diálogo efetivo e evidente com a esfera acadêmico-pedagógica, por se tratar de uma instituição educacional; (ii) a realização de campeonatos, jogos internos, jogos externos permitem que o IFPE/*Campus* Recife estabeleça uma inter-relação com a esfera do lazer; (iii) a necessidade de estágios para os alunos interliga a instituição com o mundo da indústria.; (iv) a capela ecumênica da instituição sinaliza uma simbiose com a esfera religiosa; (v) as eleições para reitor, diretores-gerais dos *campi* e Conselho Superior (CONSUP) dialogam com a esfera política; (vi) a assessoria de comunicação da instituição faz a ponte com a esfera jornalística; (vii) a procuradoria jurídica da instituição imbrica-se com a esfera jurídica; (viii) o Subsistema Integrado de Saúde e Atenção ao Servidor (SIASS) do IFPE mantém uma conexão com a esfera da saúde e assim por diante.

⁶⁷ Esta informação consta do *site* da própria universidade, em que é disponibilizado um “manual do usuário” do “memorando eletrônico”, disponível em: <www.ufjf.br/cgco/files/2014/06/Manual-do-Usuário-Memorando-Eletrônico.pdf> Acesso em: 25 jul. 2016.

⁶⁸ Segundo a Portaria nº 1938, de 15 de setembro de 2014, disponível para livre acesso em: <www.ufs.br/uploads/content_attach/path/4918/141088453007..pdf> Acesso em: 25 jul. 2016.

⁶⁹ Conforme informação extraída de <<https://sistemas.ufal.br/confluence/display/doku/Protocolo>>. Acesso em 25 jul. 2016.

5.2. O memorando como um enunciado sócio-histórico e dialógico

É fato que o memorando é um gênero típico da esfera administrativa; entretanto, cabe salientar que esse gênero não é uma criação *ab ovo* dessa esfera discursiva. Bakhtin (2003 [1953]) abordou a *transmutação* dos gêneros do discurso como uma possibilidade de os gêneros se constituírem a partir de outros existentes, tal como o romance que reelabora a réplica do diálogo cotidiano e a carta. Todorov (1981, p. 48), semelhantemente, afirmou que os gêneros sempre “vêm (...) de outros gêneros”. Mais recentemente, Miller (2015, p. 55) questionou se realmente pode-se dizer que gêneros evoluem e destacou que eles “são formas particularmente úteis de se pensar sobre a mudança cultural através do tempo”.

Assim, neste tópico, discute-se a possível origem do memorando, numa intrincada relação com os contextos sócio-histórico-culturais em que esse gênero se formou. Inicialmente, convém afirmar que ele pode ser considerado um elo dialógico que compõe uma possível *colônia* (BHATIA, 2004) de gêneros epistolares (carta pessoal, bilhete, cartão-postal, telegrama, ofício, carta comercial, circular, aviso, dentre outros). Nesse sentido, não seria equivocados afirmar que no âmago do memorando há resquícios da carta, um dos gêneros mais antigos da comunicação escrita, que pode ser considerado “a base social de gêneros diferenciados” (BAZERMAN, [2000] 2009b).

O ensaio de Bazerman ([2000] 2009b, p. 84) faz um apanhado de diferentes gêneros, típicos de diferentes esferas, originados da carta, dentre os quais: o artigo científico, a carta de patente, o relatório de acionistas e os relatórios internos de empresas. Nunes (2012), num estudo sobre a *carta do leitor* na esfera jornalística – particularmente no *Jornal do Commercio* de Pernambuco – abordou esse gênero como sendo originado da carta, uma vez que, “conforme sua própria designação explícita, [a carta do leitor] mantém traços ‘genéticos’ com os chamados gêneros epistolares” (NUNES, 2012, p. 65). Em sua pesquisa de doutorado, Silveira (2005), quando estudou o *ofício* – um gênero clássico da burocracia estatal e empresarial –, afirmou que ele é um tipo específico de carta, visto que essa deve ser compreendida como uma forma de comunicação interpessoal. Entretanto, a autora adverte que, no caso do ofício, “as relações interpessoais são mantidas formalmente, e recebem um tratamento de suposta neutralidade, em favor de uma recomendada objetividade” (SILVEIRA, 2005, p. 119).

Efetivamente, as cartas são formas tradicionais de escrita; portanto, não seria exagero afirmar que elas se constituem como um dos primeiros gêneros escritos que a humanidade conheceu. Diante da modernidade tecnológica, ávida pela virtualidade, falar em carta pode parecer antiquado; entretanto,

as cartas, comparadas a outros gêneros, podem parecer simples por serem tão abertamente ligadas às relações sociais e a leitores e escritores particulares, mas isso só significa que elas nos revelam clara e explicitamente a socialidade que faz parte de toda escrita. Isso, entretanto, pode ser a própria razão por que as cartas têm sido tão instrumentais na formação de gêneros mais especializados e menos autointerpretativos. As cartas têm nos ajudado a encontrar os endereços de muitos lugares obscuros e notáveis para encontros letrados e têm nos ajudado a entender o que faríamos e diríamos uma vez chagássemos lá (BAZERMAN, [2000] 2009b, p. 99).

Os vestígios da carta são percebidos em muitas formas de interação escrita ao longo dos tempos em diversas esferas discursivas. A história do Brasil, por exemplo – contada dos pontos de vista eurocêntrico, colonialista e dominador –, tem como um dos primeiros registros, à época das Grandes Navegações, no alvorecer do século XVI, a *Carta de Pero Vaz de Caminha*. Por se tratar de um documento escrito, aos moldes do colonizador – que era um destinatário privilegiado dessa carta –, tornou-se conhecida como uma presumível e questionável *Certidão de Nascimento do Brasil*; disso decorre que a carta, enquanto documento oficial escrito, era considerada uma forma poderosa de comunicação, numa época em que muitos dos avanços tecnológicos que hoje são conhecidos sequer eram vislumbrados.

O referido estudo de Bazerman ([2000] 2009b) relata ainda que as cartas tiveram um papel relevante para o desenvolvimento de gêneros importantes no campo dos sistemas bancários e financeiros, do direito, da política e do governo; ao mesmo tempo, as cartas parecem ter servido como formas transitórias que potencializaram a emergência de gêneros diversos, com funções comunicativas definidas. A síntese das considerações do autor permite antever, implicitamente, que o memorando é um gênero originado da carta; aliás, do ponto de vista linguístico-discursivo, esse construto genérico conserva traços herdados da carta, quais sejam: as fórmulas de abertura e fechamento, datação, remetente e destinatário, assinatura, bem como as estratégias de cortesia e polidez, conforme mostra a figura a seguir.

Fig. 20 – Memorando: um tipo específico de carta [MEMO 09]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Em 07 de maio de 1981

Memo nº 038/81-DP

Do: Chefe do Deptº de Pessoal

Ao: Chefe do Deptº de Administração

Sr. Chefe

Solicitamos de V.Sa. apresentar a este Departamento o servidor que deverá substituir Fulano de Tal na função de Chefe da Seção de Execução, Financeira e Contabilidade da Divisão de Administração Financeira e Contabilidade do Departamento de Administração, em suas faltas ou impedimentos, de acordo com o artigo 4º do Regimento Interno desta Escola.

Atenciosamente

[assinatura]

Chefe do Deptº de Pessoal

Fonte: Acervo da pesquisa

A figura acima deixa entrever que, de fato, o memorando pode ser considerado um tipo específico de carta. Primeiramente, é preciso dizer que a natureza interativa do gênero, marcada linguisticamente pela contração gramatical “Do” (chefe de Departamento de Pessoal) e pela combinação gramatical “Ao” (chefe do Departamento de Administração), lembra as tradicionais formas de interação na carta. As expressões “Sr. Chefe” e “Atenciosamente” assinalam, respectivamente, as fórmulas de vocativo e fechamento do memorando, tal como ocorre/ocorria em cartas pessoais. O tratamento respeitoso e cortês, embora formal no memorando (“Sr.” e “V.Sa.”), também rememora a maneira modalizada como os interactantes interagem na carta pessoal. Considerando que os gêneros não são criações *ab ovo*, sustenta-se nesta tese que o memorando, de fato, é um gênero originado da carta.

A propósito da origem desse gênero como um enunciado sócio-histórico e dialógico provindo da carta, a pesquisa de Yates e Orlikowski (1992) – fundamentada na teoria retórica, mais especificamente em Miller ([1984] 2009a) – relata o memorando como parte do que as autoras chamam de *gêneros da comunicação organizacional* (*genres of organizational communication*). A referida

pesquisa faz um estudo diacrônico do memorando nas empresas norte-americanas, mostrando a evolução desse gênero, o qual germina da carta comercial externa, passando pela carta comercial interna, no fim do século XIX e início do século XX, consolidando-se como um gênero autônomo e, posteriormente, reelaborando-se no *e-mail*. Com efeito, uma ideologia emergente da administração criou, no último quartel do século XIX, uma situação recorrente reconhecida dentro das empresas norte-americanas, motivada pela necessidade de documentar em papel as interações discursivas internas. Essa ideologia, interagindo com outros fatores situacionais, incluindo os meios de comunicação, desencadeou a evolução de novas regras, resultando no surgimento de um gênero particular da comunicação organizacional interna, isto é, o memorando.

Segundo Yates e Orlikowski (1992), a correspondência comercial (*business correspondence*) produzida pelos funcionários de uma típica companhia norte-americana, em meados do século XIX, destinava-se principalmente a empresas ou indivíduos externos. O conteúdo dessas cartas em geral dizia respeito ao gerenciamento de negócios, frequentemente uma transação bem específica; quanto à forma, tais cartas caracterizavam-se pela linguagem polida e por traços estruturais padronizados, enquanto que os instrumentos que se usavam para produzir esse gênero eram caneta e papel. De qualquer maneira, o uso da carta comercial em situações sociais recorrentes reforçou o seu *status* como um gênero potente, assegurando a comunicação interempresarial, desde meados dos anos 1800. Há de se convir que, nessa época, havia também, embora limitada, certa quantidade de correspondência entre funcionários de uma mesma empresa, potencializada pelas distâncias físicas, quando tais empregados não estavam disponíveis para conversação face a face, presumivelmente por estarem distantes da sede da companhia em viagens de negócios. Assim, essa correspondência intraempresarial valia-se das mesmas convenções da carta comercial externa, embora a linguagem muitas vezes refletisse maior conhecimento compartilhado entre os interactantes; ao mesmo tempo, essa carta interna tendia a ser menos focada em uma transação específica e, provavelmente, discutia tópicos relevantes do todo da empresa.

Entretanto, prosseguem Yates e Orlikowski (1992), é mais precisamente no período compreendido entre 1870-1920 que a correspondência interna avolumou-se e mudou seus propósitos nas empresas de manufatura, em resposta às mudanças socioeconômicas ocorridas à época; esse período foi, de fato, marcado por um

extraordinário crescimento das empresas. Na virada do século XIX para o século XX, as empresas cresceram, multiplicaram-se e departamentalizaram-se, exigindo, por conseguinte, novas formas de organização. Anteriormente a esse crescimento acentuado das empresas de manufatura, as rotinas administrativas eram conduzidas oralmente; por isso mesmo, diante desse novo cenário de crescimento, o resultado foi caótico, pois houve uma perda de controle dos proprietários e contramestres, o que trouxe reflexos negativos para a economia, já que a palavra oral não respondia satisfatoriamente às situações demandadas. Essa conjuntura desencadeou uma nova filosofia gerencial, que defendia a necessidade e a importância de se documentar os processos operacionais e seus resultados por meio de uma forma de comunicação escrita, a fim de garantir o controle e a organização interna das fábricas. Assim, “documentos escritos foram preferidos às trocas orais em muitos casos, porque poderiam ser armazenados para consulta e análise posteriores. Eles criaram uma forma de memória organizacional” (YATES; ORLIKOWSKI, 1992, p. 313)⁷⁰.

Dessa forma, a ênfase no uso de informações internas, por meio da escrita, criou uma nova situação retórica, ou seja, a demanda por documentação das interações ocorridas dentro das fábricas para referências futuras. Em 1876, surgiu o telefone, que foi largamente utilizado para negócios, facilitando a comunicação oral dentro das fábricas e entre estas; porém, mesmo com essa novidade tecnológica, a demanda por documentação escrita não cessou. Administradores usavam cada vez mais a correspondência interna, inicialmente recorrendo aos padrões disponíveis da carta comercial. Outra invenção tecnológica que trouxe implicações para a forma da correspondência interna foi a máquina de escrever, introduzida na década de 1870, cujo surgimento tem a ver com a necessidade de se criar dispositivos capazes de acelerar a produção das correspondências no âmbito das empresas. Foi por causa da máquina de escrever também que novos recursos gráficos puderam ser adicionados, quais sejam: técnica da sublinha, das letras maiúsculas, do subtítulo e da tabulação. Assim, a “variação do gênero carta comercial na correspondência

⁷⁰ No original: “Written documents were preferred to oral exchanges in many cases because documents could be stored for later consultation and analysis. They created a form of organizational memory” (YATES; ORLIKOWSKI, 1992, p. 313).

interna tornou-se comum em muitas organizações, e foi reforçada por meio de uso contínuo” (YATES; ORLIKOWSKI, 1992, p. 314)⁷¹.

Um dos maiores legados da comunicação escrita interna nos ambientes das fábricas foi a possibilidade de registro e de pronta recuperação dos documentos para usos posteriores. A circulação de papéis no interior das instituições demandou a necessidade de arquivos verticais para o armazenamento dos dados. Tais arquivos acarretaram mudanças no conteúdo e na forma da correspondência interna, pois o fato de um documento apenas poder ser arquivado seguindo determinados critérios levou algumas empresas a instituir procedimentos, limitando a correspondência interna a um conteúdo único. Essa nova forma de guardar os textos também trouxe implicações para o cabeçalho da correspondência interna, que passou a conter informações relevantes para identificar, arquivar e recuperar tais documentos de forma prática e ágil. Gradativamente, essas variações foram se distanciando da formalidade linguística da carta comercial, em nome da precisão e da brevidade do que viria a ser o memorando.

Ao longo dos tempos, acrescentam Yates e Orlikowski (1992), mudanças na forma e no conteúdo da comunicação interna foram introduzidas para melhor acomodar suas demandas; por meio do uso habitual, essas mudanças foram gradualmente aceitas, legitimadas e reforçadas dentro das organizações. Todas essas mudanças contribuíram para que esse padrão de ação comunicativa e social se tornasse reconhecido como um novo gênero da comunicação organizacional. No dizer das autoras, a adoção do termo *memorando* ou *memo*, ao invés de *carta comercial* para designar a correspondência interna, foi um dos últimos recursos a serem amplamente aceitos, sinalizando oficialmente o reconhecimento de um novo gênero da comunicação organizacional. Durante a maior parte do período em discussão, a designação *memorando* geralmente referia uma nota escrita ou um lembrete, o que também se aproxima do gênero bilhete. A origem do termo reforça o motivo social central do gênero emergente, por enfatizar a documentação escrita para referência futura. Embora o termo tenha sido usado ocasionalmente no seu sentido atual logo no final do século XIX, sua utilização sob essa forma não é consistente até por volta de 1920.

⁷¹ No original: “Variation from the business letter genre in internal correspondence thus became common across many organizations, and it was reinforced through ongoing use” (YATES; ORLIKOWSKI, 1992, p. 314).

Em trabalho posterior, Orlikowski e Yates (1994) trouxeram um questionamento interessante para pensar sobre o fenômeno da emergência de um novo gênero. Diante da possibilidade de variação inerente aos gêneros, as autoras se perguntam quando se pode dizer que, de fato, um novo gênero emergiu, e respondem concisamente: “na prática, é impossível definir um ponto exato” (ORLIKOWSKI; YATES, 1994, p. 545)⁷². Nesse sentido, o conceito de gêneros como tipos socialmente reconhecidos de ações comunicativas e sociais sugere que as variantes de um gênero bem estabilizado em uma determinada esfera da comunicação humana são ações discursivas ainda reconhecidas como ocorrências do velho gênero, ao passo que um novo gênero emergiria quando um novo conjunto de formas e propósitos torna-se reconhecido pela comunidade usuária como diferente do velho gênero. As autoras destacam ainda que esse reconhecimento do gênero emergente pode ser explicitamente articulado dentro da comunidade ou implicitamente deduzido das práticas discursivas de seus membros. No caso do memorando, as autoras verificaram que a correspondência interna historicamente apresentou um novo propósito social e uma nova forma bastante característica, pelo menos ao longo de uma década ou mais antes de ser rotulada como uma mudança explícita da carta comercial.

Seguindo essa linha de raciocínio, Yates e Orlikowski (1992) sustentam que o *e-mail* é um gênero que surgiu a partir do memorando, tal como este se originou da carta comercial, corroborando a ideia de que novos gêneros surgem de velhas bases. Com efeito, com o advento do computador e sua aplicação mais notável – a internet –, recorreu-se a um gênero familiar no contexto empresarial – o memorando – com o intuito de migrá-lo para o meio virtual, em razão da rapidez propiciada por essa tecnologia. Nas palavras das autoras, “as mensagens de *e-mail* [dentro do contexto empresarial investigado] podem ser claramente classificadas como memorandos, elaborados dentro do meio [suporte] correio eletrônico” (YATES; ORLIKOWSKI, 1992 p. 316)⁷³. De qualquer forma, não se pode deixar de reconhecer que:

⁷² No original: “In practice, it is impossible to define an exact point” (ORLIKOWSKI; YATES, 1994, p. 545).

⁷³ No original: “(...) electronic mail messages may clearly be classified as memos, elaborated within the electronic mail medium” (YATES; ORLIKOWSKI, 1992 p. 316).

um gênero estabelecido dentro de uma determinada comunidade serve como um modelo institucionalizado para a interação social – uma estrutura de organização – que influencia, por meio do seu uso, a ação comunicativa contínua de membros dentro e além de sua comunidade” (YATES; ORLIKOWSKI, 2002, p. 15)⁷⁴.

A figura abaixo sintetiza a evolução do memorando como um gênero que surgiu a partir da carta comercial, na esfera administrativa privada.

Fig. 21 – Surgimento e institucionalização do memorando

Período	Exemplos de regras do gênero
Meados de 1800	<p>Manutenção do gênero carta comercial</p> <p><i>Substância:</i> Realização de negócios com parceiros externos.</p> <p><i>Forma:</i> Conteúdo e colocação de data, endereço interno, saudação, fecho; linguagem polida, formal com o uso extensivo de frases padrão.</p>
1870-1920	<p>Surgimento do gênero memorando para a correspondência interna</p> <p><i>Substância:</i> Documentação de interações e resultados internos; restritos a assunto único.</p> <p><i>Forma:</i> Adição de linhas de assunto; compressão do endereço interno e saudação; uso opcional de subtítulos ou listas; linguagem menos formal e polida.</p>
1920-atual	<p>Manutenção do gênero memorando</p> <p><i>Substância:</i> Transação padrão e documentação de interações e resultados internos; restrito a um único assunto.</p> <p><i>Forma:</i> Título padronizado do memorando; linguagem direta.</p>
1970-1990	<p>Elaboração do gênero memorando no e-mail</p> <p><i>Substância:</i> Transações internas e externas e alguma documentação; não se restringe a um único assunto.</p> <p><i>Forma:</i> Modelo de título do memorando incorporado ao meio; menor uso de outros dispositivos estruturais; linguagem cada vez mais informal.</p>

Fonte: Yates e Orlikowski (1992, p. 315, com adaptações).

Mesmo reconhecendo a relevância do trabalho de Yates e Orlikowski (1992), principalmente por recuperar a evolução histórico-ideológica do memorando no contexto da burocracia empresarial, há de se concordar que a figura acima torna-se

⁷⁴ No original: “A genre established within a particular community serves as an institutionalized template for social interaction – an organizing structure – that influences the ongoing communicative action of members through their use of it within and across their community” (YATES; ORLIKOWSKI, 2002, p. 15).

limitada por revelar apenas os aspectos da forma e do conteúdo do gênero, deixando a desejar elementos relativos aos interactantes e à situação de produção e circulação do gênero memorando. Além do mais, mudanças continuaram a ocorrer ao longo dos tempos, de modo que o *e-mail* se consolidou como um gênero autônomo. É provável que os vestígios do memorando tenham ficado apenas na história do *e-mail*, tal como se olha para um artigo científico e não se imagina que ele se originou da carta (BAZERMAN, [2000] 2009b). A propósito da evolução e da transitoriedade dos gêneros, é fato que até mesmo o *e-mail* está se configurando como um gênero cujos usos já não são tão intensos, em virtude da quase onipresença das redes sociais virtuais nas interações discursivas, cujos exemplos mais notáveis, especialmente no Brasil, talvez sejam o *Facebook*, o *Whatsapp*, o *Instagram*, o *Skype*, o *Twitter*, dentre outras.

No caso desta tese, constatou-se uma realidade um tanto específica em relação a que foi estudada por Yates e Orlikowski (1992). Uma das primeiras particularidades diz respeito à natureza da esfera burocrática em que os memorandos da pesquisa foram gerados, pois se trata de uma instituição prestadora de serviço público. Mesmo assim, pressupõe-se que, surgido na esfera administrativa empresarial, esse construto genérico posteriormente adentrou a esfera administrativa estatal, em função da departamentalização das instituições públicas e da necessidade de registro escrito das práticas discursivas internas para possível coordenação e controle das atividades, bem como para averiguações posteriores.

Há de se concordar com as autoras que o *e-mail*, em contextos institucionais, emergiu do memorando; posteriormente, este foi substituído, de modo geral, por aquele no âmbito das empresas. No entanto, o que se defende neste trabalho é uma convivência harmônica entre os dois gêneros – *e-mail* e memorando – nos ambientes discursivos do serviço público, especialmente no contexto administrativo do IFPE. Em outros termos, a informatização dos serviços na instituição *locus* da pesquisa não eliminou o memorando impresso em papel timbrado nem o incorporou a uma espécie de memorando eletrônico, ao menos por enquanto. O que se verifica é um crescente uso do *e-mail* como canal para transportar o memorando; neste caso, há uma inter-relação entre os dois gêneros (memorando e *e-mail*/gênero), que coexistem, dado que muitas vezes essa forma de correspondência oficial segue como arquivo anexo ao gênero *e-mail* propriamente dito. Ao longo dos mais ou

menos quarenta anos em que os memorandos do *corpus* da pesquisa circularam no âmbito do IFPE/*Campus* Recife, eles trazem marcas que refletem o contexto sócio-histórico em que foram gerados, conforme se pode ver no exemplar abaixo.

Fig. 22 – O memorando como um objeto sócio-histórico e cultural [MEMO 03]

Recife, 10 de dezembro de 1976												
Memorando nº 07/76												
Da: Supervisão de Atividades												
Ao: Diretor da E.T.F.P.												
Senhor Diretor:												
Como é do conhecimento de V.S., realizou-se nesta Escola o III Festival de Música Popular da ETFP, promovido pelo Centro Cívico Estudantil "Nilo Peçanha".												
Conforme entendimento verbal mantido com essa Direção foram efetuadas despesas com a promoção supra citada, de acordo com a relação abaixo, solicitando seja autorizado o Caixa Escolar desta Escola a efetuar o pagamento das referidas quantias:												
<table> <tr> <td>Serviço de som.....</td> <td>Cr\$ 272,00</td> </tr> <tr> <td>Ornamentação.....</td> <td>" 240,00</td> </tr> <tr> <td>Faixa para divulgação.....</td> <td>" 100,00</td> </tr> <tr> <td>Aluguel das caixas de som.....</td> <td>" 300,00</td> </tr> <tr> <td>Taças para os primeiros colocados...</td> <td>" 347,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="border-top: 1px solid black;">2.159,00</td> </tr> </table>	Serviço de som.....	Cr\$ 272,00	Ornamentação.....	" 240,00	Faixa para divulgação.....	" 100,00	Aluguel das caixas de som.....	" 300,00	Taças para os primeiros colocados...	" 347,00		2.159,00
Serviço de som.....	Cr\$ 272,00											
Ornamentação.....	" 240,00											
Faixa para divulgação.....	" 100,00											
Aluguel das caixas de som.....	" 300,00											
Taças para os primeiros colocados...	" 347,00											
	2.159,00											
Aguardando as providências cabíveis, agradecemos as atenções dispençadas [sic], aproveitando a oportunidade para reiterar a nossa estima e consideração.												
Atenciosamente,												
[assinatura]												
Fulana de Tal - Orientadora do CCENP												

Fonte: Acervo da pesquisa

Um aspecto típico do memorando é a sua condição de texto datado. No exemplar em análise, o ano de "1976" aparece como uma pista semiótica relevante para que se possa compreender um pouco mais do que se passava à época, especialmente no contexto brasileiro. Do ponto de vista político, o Brasil vivia em

plena ditadura militar, governado pelo então presidente Ernesto Geisel, colocado no poder por meio de eleições indiretas, realizadas no Congresso Nacional, de forma arbitrária e antidemocrática. Nesse cenário, historicamente conhecido pelas atrocidades cometidas e pela violação dos direitos humanos, Geisel gozava de amplo apoio político no bicameralismo brasileiro, controlado pela Aliança Renovadora Nacional. São ícones da violência do governo de Ernesto Geisel a morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog e o suspeito acidente automobilístico da figurinista e estilista Zuleika Angel Jones, mais conhecida como Zuzu Angel.

Nesse cenário político turbulento, o atual IFPE/*Campus* Recife denominava-se Escola Técnica Federal de Pernambuco, conforme comprova a sigla “E.T.F.P.”, a qual, por diversas razões político-ideológicas, já recebera outras denominações. Salienta-se também o fato de haver um setor específico da instituição, que respondia pelas finanças, chamado de “Caixa Escolar”, um departamento hoje extinto e, possivelmente, substituído pelos atuais setores de execução orçamentária dos *Campi*. Outra marca histórica é a moeda corrente no país à época da circulação do exemplar em análise, como atestam os valores das “despesas”, descritos em cruzeiros (Cr\$). Os aspectos grafoespaciais do texto datilografado mostram também que a tecnologia então vigente era a máquina de escrever, uma invenção que trouxe implicações significativas para a forma do gênero. Todos esses elementos reafirmam o memorando como um enunciado sócio-histórico e dialógico, como defendem Bakhtin e seu Círculo (cf. subseção 2.2.3, p. 45-48).

Vê-se, portanto, que o memorando é uma ação discursiva e social que responde a uma necessidade de interação mediada pela palavra escrita, dentro do ambiente institucional do IFPE/*Campus* Recife. Passados os anos, essa entidade genérica continua em uso na esfera administrativa estatal; entretanto, sua forma de circulação tem sofrido consideráveis modificações a partir da função do *e-mail* (canal), que tem transportado esse gênero de forma mais ágil e prática. Ademais, supõe-se que, num futuro não muito distante, o memorando impresso será substituído pelo memorando eletrônico, assim como já ocorre em algumas instituições públicas.

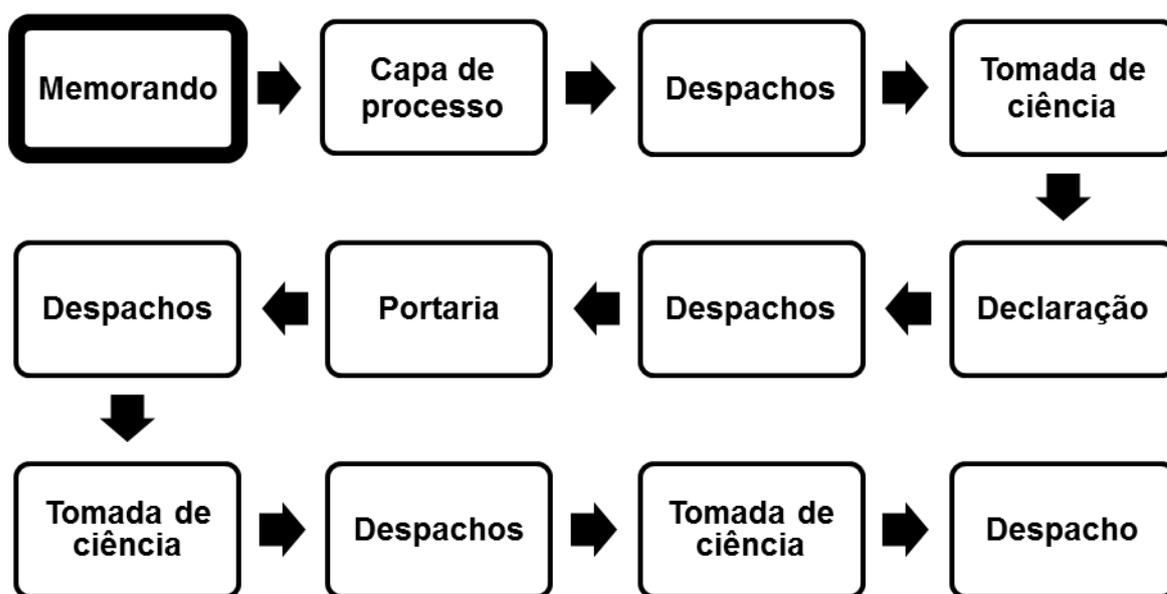
5.3. O memorando dentro de um sistema de gêneros

Defende-se nesta tese que uma das maneiras mais profícuas de analisar os construtos genéricos, observando sua complexidade e autenticidade, é tomá-los na sua inter-relação com outros gêneros, tal como de fato eles funcionam. Nesse sentido, diferentes autores, filiados a distintas perspectivas teóricas dos estudos de gêneros, propuseram categorias que apontam para uma abordagem dos artefatos genéricos que leva em consideração uma forma de eles serem analisados conjuntamente, com base em algum critério específico. Bakhtin ([1953] 2003) já falara na imbricação dos gêneros, ao discutir *gêneros primários* e *gêneros secundários*, em articulação com as *esferas da comunicação humana*; Devitt (1991), estudando gêneros numa comunidade profissional de contadores, postulou a noção de *conjunto de gêneros*; Orlikowski e Yates (1994), com base na metáfora de uma orquestra sinfônica, cunharam a categoria *repertório de gêneros*; Bhatia (2004) defendeu o agrupamento de gêneros em torno de um propósito comunicativo mais geral, denominado *colônia de gêneros*; Swales (2004), por sua vez, mencionou as categorias *hierarquias*, *redes* e *cadeias de gêneros* para sugerir que os gêneros não funcionam isoladamente; Bazerman (1994; [2004] 2009a; 2015a; 2015b), discutiu a ideia de *sistemas de gêneros* dentro de *sistemas de atividades*. Dito isso, esta tese apoiar-se-á neste último autor, em virtude de se propor aqui um *sistema de gêneros burocráticos*.

Neste trabalho, o chamado *sistema de gêneros burocráticos* materializa-se, parcialmente, por meio dos gêneros que constituem um processo administrativo, atualmente arquivado na Coordenação de Gestão de Pessoas (CGPE) do Instituto Federal de Pernambuco/*Campus* Garanhuns, que tramitou no IFPE entre 2010-2011, cujo objetivo foi dar os encaminhamentos legais para a efetivação de uma permuta entre dois professores de áreas afins: um lotado no IFPE/*Campus* Garanhuns e o outro lotado no IFPE/*Campus* Recife, conforme já se discutiu anteriormente. Cumpre ressaltar que a orquestração desse *sistema de gêneros burocráticos* constitui no discurso escrito aquilo que de fato ocorre no mundo real como uma ação social (MILLER [1984] 2009a). Noutras palavras, as peças que constituem o referido processo administrativo não são meros papéis ou textos isolados do mundo real; ao contrário, são modos de dizer que têm implicações sobre

os modos de fazer, assim como os modos de fazer trazem implicações para os modos de dizer. A falta de um *despacho*, por exemplo, impede que o processo avance para outro setor da instituição, acarretando a conhecida morosidade da tramitação processual na esfera burocrática estatal. Para início de discussão, vale observar o fluxograma abaixo.

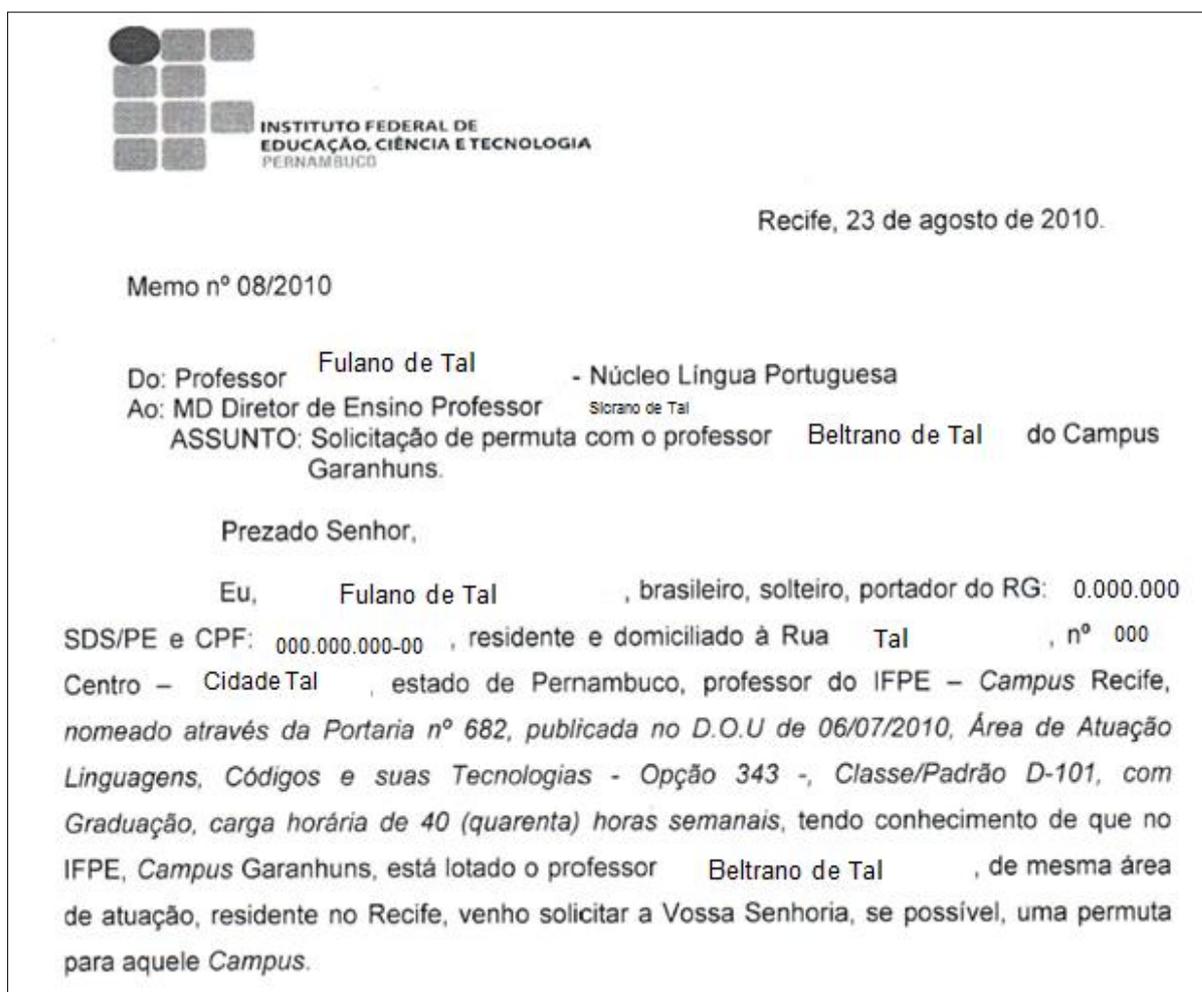
Fig. 23 – O memorando como elemento de um sistema de gêneros burocráticos



Fonte: Elaboração do autor desta tese.

A figura acima põe em relevo os gêneros que constituem parte do *sistema de gêneros burocráticos*, tendo o memorando como um elo discursivo relevante, visto que, no âmbito dos gêneros escritos constitutivos do sistema em discussão, ele foi o que formalizou o processo administrativo, criando a expectativa de que a permuta entre os dois docentes poderia ser efetivada. É válido observar que o referido *processo* (cuja denominação já traz consigo a noção de fluxo, de sucessão, de coisa em movimento) articula-se coerentemente com a noção de *sistema de gêneros* proposta por Bazerman (1994) (cf. subseção 3.1.2, p. 73-77). Veja-se o que se apresenta na figura a seguir.

Fig. 24 – Fragmento do memorando que formalizou o início do processo administrativo [MEMO 55]



Fonte: Acervo da pesquisa.

A figura acima traz a parte inicial do memorando que formalizou o início do *sistema de gêneros burocrático*. Trata-se de um texto produzido por uma das partes interessadas na remoção dos docentes entre os *Campi*, emitido a partir do Núcleo de Língua Portuguesa (NLP) do IFPE/*Campus Recife*, ao qual o solicitante estava vinculado; tal documento foi endereçado ao Diretor de Ensino desse mesmo *Campus*, cuja finalidade principal foi “solicitar a Vossa Senhoria [o Diretor de Ensino], se possível, uma permuta para aquele *Campus* [IFPE/Garanhuns]”. De fato, o memorando foi aqui utilizado como uma forma de comunicação interna, atendendo aos padrões da formalidade, e como uma correspondência meticulosamente controlada, como atesta a numeração posta no canto superior esquerdo da página: “Memo nº 08/2010”.

Feito isso, foi possível dar entrada ao processo no Protocolo Geral do IFPE/*Campus* Recife. É necessário frisar que esse processo circulou de forma física e, paralelamente, tinha seus despachos lançados virtualmente no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), a fim de que o seu acompanhamento e controle pudessem ser facilitados por meio da internet. Desse modo, o *sistema de gêneros burocráticos* agregou mais um padrão discursivo, que se denominou “capa de processo”, conforme se vê na figura abaixo.

Fig. 25 – Parte da capa do processo que compõe o sistema de gêneros burocráticos

Página 1 de 1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Doc-1116/2010-DEN

Processo n: 23054.003598/2010-45 Campus:RECIFE

Interessado:

Assunto: SOLICITAÇÃO FAZ Código:

Anexos: MEMO Nº 08/2010.

MOVIMENTAÇÕES							
Sequência	Sigla	Código	Data	Sequência	Sigla	Código	Data://2010 ::
1	DEN		24/08/10	8	CPVA		08.11.10
2	Protocolo		27/08/10	9	DIAP		10.12.10
3	DEAN		24/09/10	10	DGPE		21.12.10
4	DGPE		24/09/10	11	CGPE		21.12.10
5	GR		18.10.10	12	DGPE		14.01.11
6	DESPACHO		20.10.10	13			
7	DGPE		08.11.10	14			

***Orientações para compor um processo:**

- A abertura do processo deverá ser iniciada por memo, ofício ou requisição com a assinatura do interessado;
- Todas as folhas que compõem os processos, com exceção da capa, serão numeradas e rubricadas (02, 03, 04...);
- A numeração ser iniciada pelo Protocolo Geral ao fazer o processamento;
- A numeração posterior será colocada pelos outros órgãos/Campi/Departamentos, que intervierem no processo, à medida que o integrarem com novas folhas de informação e documentos;
- A numeração abrangerá os documentos e Folhas de Informação e Despacho que forem anexados, obedecidos a ordem cronológica;
- Os processos que forem anexados/lançados não receberão quaisquer informações ou despachos;

1465

Fonte: Acervo da pesquisa.

O gênero *capa de processo* é gerado mais ou menos automaticamente a partir de algum modelo virtual e tem como propósito principal apresentar os dados do solicitante, o número para controle e acompanhamento, o assunto, as movimentações do processo administrativo entre os setores envolvidos e as “orientações para compor um processo”. Como se pode ver na figura acima, o memorando nº 08/2010 – NLP é parte integrante do processo, pois ele é a peça

que apresenta a razão principal para que tal processo seja instaurado. Um aspecto relevante do gênero capa de processo diz respeito à sua natureza metagenérica, visto que nele constam, ao todo, dezoito tópicos que trazem orientações sobre como compor os autos. Por essa razão, compreende-se que as referidas diretrizes aproximam-se daquilo que Giltrow (2002) chamou de *metagêneros* (cf. subseção 3.1.3, p. 77-80).

Uma vez criado o processo administrativo, iniciaram-se as movimentações entre os setores do IFPE para se chegar ao objetivo final: a remoção *intercampi* dos docentes, isto é, uma ação social motivada por uma situação retórica recorrente (MILLER, [1984] 2009a). Nesse ínterim, começaram a surgir os *despachos*, ou seja, as posições de decisões proferidas pelos profissionais legalmente autorizados a fazê-las, as quais estão sob seu conhecimento e responsabilidade. Abaixo, segue um exemplo do gênero *despacho*.

Fig. 26 – Despacho da Diretoria de Ensino ao Protocolo Geral do IFPE/Campus Recife

Do Protocolo Geral	
Informe-se ao professor	Fulano de Tal
apresentar documento comprobatório da intenção do prof.	Sicrano de Tal
27/08/2010	
Beltrano de Tal	
Diretor de Ensino Campus Recife IFPE	

Fonte: Acervo da pesquisa.

A figura acima exemplifica um despacho emitido pela Diretoria de Ensino do IFPE/Campus Recife para o Protocolo Geral dessa mesma instituição, visando informar ao professor solicitante a necessidade de apresentação de documento comprobatório da intenção do professor com quem ele iria permutar. O *despacho* constitui-se como um gênero conciso, estritamente formal, aposto por autoridade competente em suporte específico: uma folha de papel paginada, rubricada e carimbada, denominada *folha de informações e despachos*. Quanto ao tópico

discursivo deste despacho, percebe-se o poder da palavra escrita, pois havia uma negociação oral entre as partes interessadas nos bastidores desse processo; no entanto, esse discurso oral não é oficialmente válido, daí a necessidade de se apresentar um “documento comprobatório” escrito para tal finalidade, que se mostrará adiante. Segue-se ao despacho supracitado a *tomada de ciência*, conforme ilustra o exemplo abaixo.

Fig. 27 – Tomada de ciência do professor do IFPE/Campus Recife

Diretor de Ensino Campus Recife - IFPE	
Ciente, 30/08/2010.	
_____	_____
Fulano de Tal	

Fonte: Acervo da pesquisa.

A *tomada de ciência* é um ato discursivo relevante para comprovar que o processo administrativo é dialógico, pois a parte interessada deve escrever de próprio punho que está “ciente” do andamento do processo e das pendências que porventura venham a ocorrer. Embora também tenha como suporte a folha de informações e despachos, a tomada de ciência não pode ser considerada um despacho, uma vez que não é um gênero produzido por funcionário autorizado da instituição, mas pela parte interessada, que pode ser até mesmo alguém que não tem vínculo algum com a instituição, dependendo do teor do processo. Do ponto de vista estrutural, a tomada de ciência é um gênero breve, pois, em geral, compõem-se de três movimentos retóricos: (i) o ato de fala, por meio de verbo específico, que confirma a tomada de ciência; (ii) a data e (iii) a assinatura. Todos esses elementos são fundamentais para responsabilizar a parte interessada, ao mesmo tempo em que isenta, de alguma forma, os servidores responsáveis pela tramitação do processo, em busca da suposta garantia dos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme expõe o artigo 37 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Como se pôde ver anteriormente, o *despacho* é uma ação linguístico-discursiva que convida outro gênero a fazer parte do *sistema de gêneros burocráticos*, ou seja, há a obrigatoriedade de apresentação de um “documento comprobatório” da intenção de uma das partes interessadas. Assim, naquele

momento, entendeu-se que o gênero propício a responder àquela situação retórica poderia ser uma *declaração*, conforme mostra a figura abaixo.

Fig. 28 – Declaração apresentada pelo professor do IFPE/Campus Garanhuns

Logo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPE) no canto superior esquerdo, com o texto "INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA".

DECLARAÇÃO

Eu, Fulano de Tal, professor do IFPE, lotado no *Campus Garanhuns*, nomeado por meio da Portaria nº 979, D.O.U de 20/08/2010, área de atuação Linguagens, Códigos e suas Tecnologias – opção 343 –, Classe/Padrão D-101, com graduação, na vaga criada pela Lei nº 11.740, de 16/07/2008, D.O.U de 17/07/2008 – código da vaga nº 0842496 –, para o *Campus Garanhuns*, declaro para os devidos fins que tenho interesse em permutar com o professor Sicrano de Tal, lotado no *Campus Recife*, conforme o exposto por ele no Memo nº 08/2010 de 23/08/2010, do Núcleo de Língua Portuguesa, e anexado ao Processo nº 003598/2010-45.

Garanhuns, 22 de setembro de 2010.

Fulano de Tal

Fonte: Acervo da pesquisa.

A *declaração* é um gênero que circula na burocracia estatal e empresarial e, no caso em tela, tem como finalidade principal comprovar o interesse da parte interessada em realizar uma permuta com seu par profissional. A *declaração*, assim, funciona como uma espécie de revelação concreta, colocando em evidência uma verdade em que se pode acreditar legalmente, já que o declarante se responsabiliza pelo seu dizer, assinando o texto. Com a anexação da declaração ao *sistema de gêneros burocráticos*, sucederam-se inúmeros outros despachos que contribuíram

para a dinâmica do processo até se chegar ao momento de autorização da permuta dos docentes, por meio do gênero *portaria*, conforme se vê na figura abaixo.

Fig. 29 – Parte da portaria que autorizou a remoção dos servidores interessados


 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Portaria nº 1465/2010-GR Ementa: Remove servidores.

A REITORA, EM EXERCÍCIO, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, em conformidade com a Lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, seção 1, página 1/3, e de acordo com a Portaria nº 44, do dia 07/01/2009, publicada no DOU do dia 08/01/2009, seção 2, página 11, e Processo nº 23054.003598/2010-45, com despachos exarados,

RESOLVE:

Remover, a contar de 06/01/2011, os servidores, abaixo relacionados, de acordo com o artigo 2º da Portaria nº 292/2010-GR e teor da Portaria nº 293/2010-GR (22/04/2010), e conforme Reunião do Colégio de Dirigente do dia 05/11/2010.

SIAPE	NOME DO SERVIDOR	DO	PARA
00000000	Fulano de Tal	CAMPUS RECIFE	CAMPUS GARANHUNS
00000000	Sicrano de Tal	CAMPUS GARANHUNS	CAMPUS RECIFE

Fonte: Acervo da pesquisa.

A *portaria* é um gênero bastante formatado, configurando-se como um ato administrativo interno, emitido por autoridade competente, cuja finalidade é expedir determinações gerais a funcionários que ocupam funções hierarquicamente inferiores. No caso em análise, a portaria nº 1465/2010, emitida pelo Gabinete do Reitor (GR) do IFPE, objetiva remover os servidores entre os *Campi*, consoante o propósito do processo administrativo do qual ela faz parte. A *portaria* é encerrada com fórmulas linguísticas típicas, ou seja, com *tradições discursivas* – no sentido kabatekiano – que reforçam o seu teor público, documental e impositivo, tal como

atestam as expressões “Publique-se”, “Registre-se” e “Cumpra-se”. Posteriormente à publicação da *portaria*, sucederam-se ainda vários *despachos*, bem como as *tomadas de ciência* finais, encerrando-se formalmente esse processo administrativo (que é constitutivo do *sistema de gêneros burocráticos*) com um comando que o encaminha para arquivamento na pasta do servidor solicitante. Diante disso, há de se concordar que:

essa noção de um sistema de gênero como uma série de gêneros que compõem uma atividade social, realizada por todas as partes envolvidas, é especialmente útil para estudar a interação, porque se concentra em como as pessoas usam sequências de ações de comunicação para coordenar a sua atividade ao longo do tempo e do espaço. Lembramos que, como gêneros individuais, sistemas de gênero também são estruturas organizacionais, dentro de uma comunidade, que fornecem expectativas sobre a finalidade, o conteúdo, os participantes, a forma, o tempo e o lugar de interação comunicativa. Noutras palavras, tanto os gêneros quanto os sistemas de gênero trazem expectativas sobre por que, o que, quem, como, quando e onde [a interação comunicativa se realiza] (YATES; ORLIKOWSKI, 2002, p. 16)⁷⁵.

Um aspecto que convém destacar na produção do memorando enquanto parte de um *sistema de gêneros burocráticos* diz respeito à sua inter-relação com os gêneros orais. Assim, torna-se relevante reconhecer que, assim como qualquer outro gênero, o memorando situa-se dentro da complexa rede das interações humanas, discursivamente constituída por gêneros orais e escritos. Desse modo, seria muito restritivo pensar esse gênero como um construto puramente escrito, desconectado das práticas orais que muitas vezes o engendram. Neste trabalho, compromete-se com uma concepção interacional e dialógica da língua, cujas modalidades não são dicotômicas, já que se situam dentro de um *continuum* tipológico, conforme defende Marcuschi (2007; 2008), ao se basear em estudos dos linguistas alemães Peter Koch e Wulf Österreicher.

Em trabalho anterior (NUNES, 2015a) – cujo objetivo fora examinar práticas de letramento e gêneros na esfera administrativa estatal, por meio de um estudo de caso desenvolvido com uma chefe do gabinete da direção-geral do IFPE/*Campus*

⁷⁵ No original: “This notion of a genre system as a series of genres comprising a social activity and enacted by all the parties involved is especially useful for studying interaction because it focuses on how people use sequences of communicative actions to coordinate their activity over time and space. We suggest that, like individual genres, genre systems are also organizing structures within a community that provide expectations about the purpose, content, participants, form, time, and place of communicative interaction. In other words, both genres and genre systems carry expectations about why, what, who/m, how, when, and where” (YATES; ORLIKOWSKI, 2002, p. 16).

Garanhuns –, verificou-se que, embora muitas práticas discursivas nessa esfera se deem por meio de gêneros escritos, o que se justifica pela própria natureza da referida instituição, gêneros orais também fazem parte do *conjunto de gêneros* produzido por essa profissional, a exemplo da conversa telefônica e da conversação face a face, potencializadas pelo atendimento ao público. Durante a análise dos dados, encontraram-se pistas dentro dos próprios exemplares do *corpus* que corroboram essa interconexão da oralidade com a escrita, tal como se transcreve abaixo. Julga-se oportuno informar que, a partir daqui, a apresentação dos memorandos ao longo da tese seguirá o padrão: MEMO⁷⁶ 00⁷⁷ [0000]⁷⁸.

(01) [MEMO 08] [1980]

“Conforme contato verbal com V.S^a, ocasião em que passamos às suas mãos o Parecer N^o 476/80 – CFE, que determina os procedimentos necessários para a regularização da Habilitação Higiene e Segurança do Trabalho (...)”

(02) [MEMO 10] [1982]

“De ordem do Sr. Diretor, solicitamos as providências desse Departamento no sentido de fornecer 02 (duas) diárias à Psicóloga Fulana de Tal – Assessora da Direção (...)”

(03) [MEMO 18] [1988]

“Complementando entendimentos verbais estamos comunicando que o novo monitor do Laboratório de Instalações Hidro-sanitárias será o aluno Fulano de Tal”

(04) [MEMO 21] [1989]

“Cumprimentando o (a) Prezado (a) Senhor (a) e de ordem, convidamos para a palestra (...)”

Como se pode notar, as passagens em itálico nos excertos acima – utilizadas geralmente para introduzir os textos do gênero memorando – trazem uma pista valiosa para compreender que o memorando é a continuidade de um discurso mais amplo e, portanto, dialoga com o que já fora dito e até mesmo com o que ainda se irá dizer. As expressões “conforme contato verbal” e “complementando entendimentos verbais” corroboram que a motivação para a escrita desses memorandos possivelmente não nasceu de uma prática escrita, mas de uma situação travada inicialmente na oralidade entre os interlocutores do gênero; daí dizer-se que, mesmo sendo um gênero tipicamente escrito e bem estabilizado, o memorando pode muitas vezes ter uma concepção oral. Esse entendimento confirma a noção de *continuum* tipológico dos gêneros, de que falara Marcuschi (2008). As expressões “de ordem do Sr. Diretor” e “de ordem”, embora rarefeitas nos

⁷⁶ Abreviatura de memorando.

⁷⁷ Corresponde à sequência numérica de organização dos memorandos nos apêndices deste trabalho (cf. apêndices I, II e III, p. 287-289).

⁷⁸ Ano em que o memorando foi produzido no IFPE/Campus Recife.

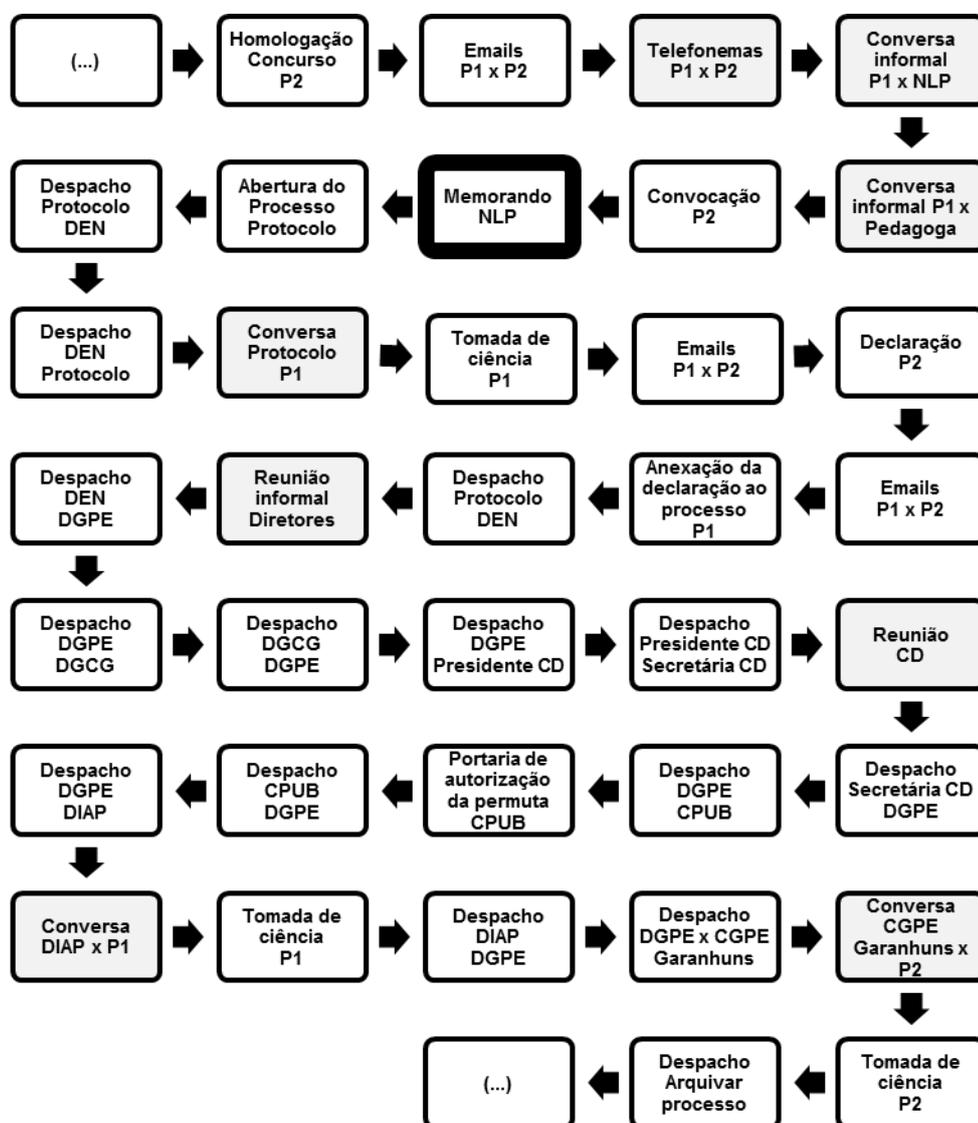
memorandos do *corpus*, também são um indício importante de que a produção de um memorando não acontece de maneira apartada das demais formas de interação dentro do contexto institucional; assim, depreende-se que tais expressões remetem a uma situação anterior, possivelmente oral, em que o/a escrevente do texto já conversara com sua chefia sobre o teor do texto a ser produzido.

Embora seja uma ocorrência baixa no *corpus*, as expressões que trazem indícios da relação fala/escrita no gênero memorando são vistas como significativas à medida que desmistificam o memorando como um gênero puramente escrito e assaz formatado, conforme apontam os manuais da chamada redação oficial. Nesse sentido, torna-se mais coerente vê-lo numa perspectiva contínua. Ao tecer essas considerações, objetiva-se chamar atenção para alguns gêneros orais que foram produzidos dentro do referido *sistema de gêneros*, em articulação com os sistemas de atividades constitutivos da dinâmica institucional do IFPE/*Campus* Recife. É certo que tais gêneros orais não constam das peças do processo; entretanto, consegue-se recuperar alguns deles no intuito de provar que um *sistema de gêneros burocráticos* mobiliza inúmeras atividades e diversos padrões discursivos, muitos deles realizados oralmente.

O caminho percorrido pelo processo administrativo em análise nesta tese – formando um *sistema de gêneros* – mostra que, antes mesmo de ele ser formalizado, já havia negociações verbais (orais e escritas) em torno da possível permuta entre os docentes. A bem dizer, o ponto de partida mais explícito para se iniciarem os diálogos em torno da referida permuta foi a aprovação do professor que prestou concurso para o IFPE/*Campus* Garanhuns (P2). Com a homologação do resultado do concurso e sua respectiva publicação no Diário Oficial da União, o professor lotado à época no IFPE/*Campus* Recife (P1), entrou em contato com P2 por e-mail. Assim, houve troca de *e-mails* e de contatos telefônicos entre P1 e P2, a fim de que o processo pudesse ter andamento, já que havia interesse mútuo entre as partes. Diante desse cenário, P1 conversou com sua respectiva chefia imediata – a coordenadora do Núcleo de Língua Portuguesa (NLP) – e com a então pedagoga do IFPE/*Campus* Garanhuns sobre a possibilidade de concretização da permuta entre P1 e P2. A princípio, houve interesse de ambos os *Campi* e, quando ocorreu a convocação de P2, foi emitido um memorando do NLP, assinado por P1, a partir do qual o processo administrativo foi formalizado e seguiu todos os trâmites legais. Esse contexto pré-processo torna-se relevante para ratificar a ideia de que os

gêneros não emergem do acaso. Veja-se, na figura abaixo, como se organiza o fluxo das ações orais e escritas envolvidas no processo administrativo em discussão.

Fig. 30 – Fluxo de ações orais e escritas constitutivas de um processo administrativo



Fonte: Elaboração do autor desta tese.

É possível perceber que muitos gêneros, tanto escritos quanto orais, não constam das peças do processo em análise, pois os tais estão “occlusos” (*occluded genres*), no dizer de Swales (2004, p. 18), porém são elos discursivos relevantes e necessários para possibilitar o andamento do processo administrativo. Entre esses “gêneros oclusos” incluem-se: os vários *e-mails* e telefonemas trocados entre os docentes interessados na permuta (P1 e P2); as conversas informais do professor

(P1) com a chefe do Núcleo de Língua Portuguesa (NLP) do IFPE/*Campus* Recife, com a pedagoga do IFPE/*Campus* Garanhuns e com funcionários do Protocolo Geral do IFPE/*Campus* Recife; homologação de concurso de P2 no Diário Oficial da União e convocação de docente (P2); o termo de posse de P2; a reunião informal dos diretores-gerais dos *Campi* Recife e Garanhuns para tratarem da permuta entre os docentes; a reunião do Colégio de Dirigentes (CD) para deliberar sobre o caso, dentre outros.

Efetivamente, não se tem acesso aos gêneros orais “oclusos” no processo (telefonemas, conversas, reuniões), pois, para tanto, tais gêneros deveriam ter sido gravados. Mesmo assim, neste ponto da análise, conta favoravelmente o fato de um dos professores envolvidos no processo administrativo (P1) ser o autor desta tese (logo, sujeito da pesquisa), o que facilita a recuperação do percurso do referido processo administrativo. Além do mais, o ponto de partida para esta análise também são as pistas linguísticas – que sinalizam gêneros orais – localizadas nos gêneros escritos que compõem as peças do processo, conforme mostram os excertos abaixo.

(05) [PROCESSO Nº 23054.003698/2010-45, FOLHA Nº 05]
 “(...) Considerando-se que esta Direção de Ensino já *se reuniu informalmente* (em período passado) com o Diretor Geral do Campus Recife, Diretora Geral do Campus Garanhuns (prof. Fulana de Tal) e que houve o ‘de acordo’ de todos os presentes (...)”

(06) [PROCESSO Nº 23054.003698/2010-45, FOLHA Nº 07]
 Informamos que a remoção do servidor Fulano de Tal em contrapartida a do servidor Sicrano de Tal foi autorizada pelo Colégio de Dirigentes na *reunião* de 05 de novembro de 2010.

(07) [PROCESSO Nº 23054.003698/2010-45, FOLHA Nº 09]
Para dar conhecimento ao docente que deverá se apresentar no Campus Garanhuns a partir de 06/01/11.

(08) [PROCESSO Nº 23054.003698/2010-45, FOLHA Nº 09]
Para dar ciência ao servidor para se apresentar no Campus Recife a partir de 06/01/11.

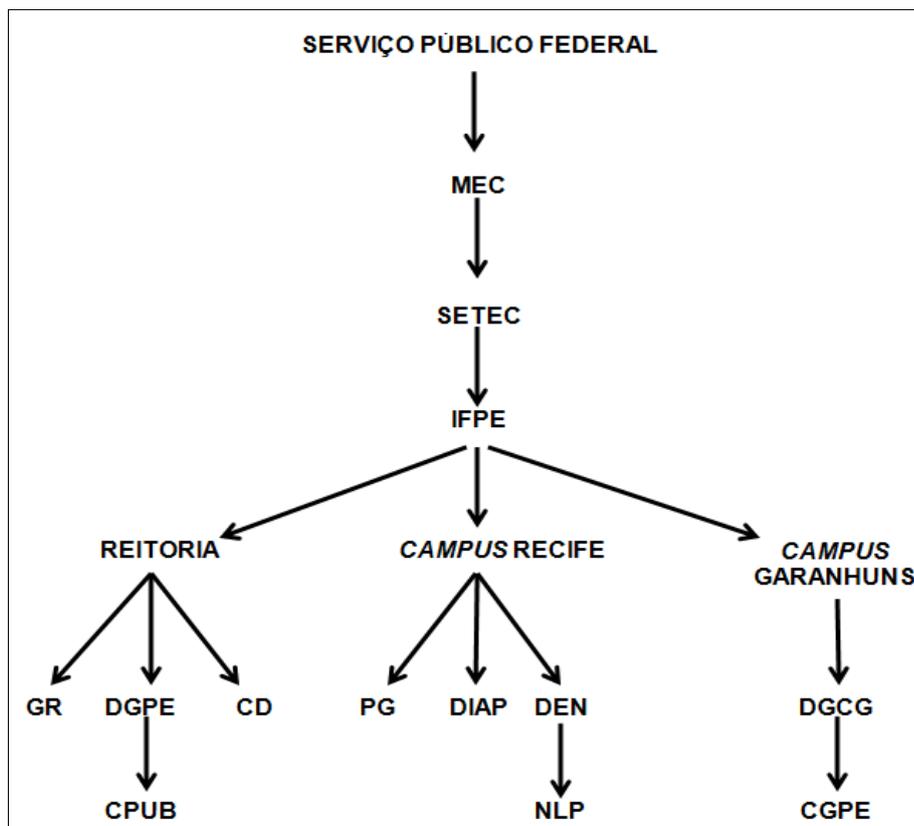
Conforme mostram os fragmentos acima, extraídos de despachos constantes do processo administrativo em questão, é possível constatar que seria um tanto restritivo e inexato pensar o sistema de gêneros burocráticos apenas a partir dos documentos escritos que constituem formalmente os autos. Expressões como “Informe-se a”, “Para dar conhecimento a” e “Para dar ciência a” são marcas dialógicas que dão dinâmica ao processo, de modo que ele possa ter continuidade, com vistas a chegar ao propósito final desejado: a permuta entre os docentes. Ao mesmo tempo, tais expressões convidam as partes interessadas (P1 e P2) a

realizarem alguma ação, seja para tomar ciência, seja para resolver pendências. Em geral, a forma como os departamentos interagem com as partes interessadas – P1 e P2, nestes casos – faz-se via *telefonemas* e/ou *conversação face a face*, ou seja, por meio de dois gêneros orais.

Chama atenção também o fato de, nos bastidores da condução do processo, figurarem alguns eventos discursivos orais que corroboram a ideia de que há um fluxo contínuo e ininterrupto que assegura a comunicação humana, sem que seja possível estabelecer uma cisão entre o oral e o escrito *per se*. Os fragmentos citados anteriormente, extraídos de despachos do processo administrativo em tela, apontam para tais eventos orais, ao fazerem menção a dois momentos em que ocorreram duas reuniões para tratar da permuta entre os docentes (P1 e P2). Na primeira ocorrência, afirma-se que a direção de um *Campus* “se reuniu informalmente” com a direção do outro *Campus*; já na segunda, há referência a uma “reunião” do Colégio de Dirigentes, ou seja, um momento mais cerimonioso que, possivelmente, fora registrado em ata – outro gênero típico da esfera administrativa.

Um aspecto já discutido teoricamente nesta tese e que vem ao caso mencioná-lo aqui diz respeito ao fato de os *sistemas de gêneros* estarem constantemente imbricados com os chamados *sistemas de atividades*. No caso desta pesquisa, o *sistema de gêneros burocráticos* constrói-se nas práticas discursivas do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), órgão público que faz parte de um amplo e complexo *sistema de atividades*. Quando se analisou o *sistema de gêneros burocráticos* em questão, verificou-se que ele mobilizou parte dos diversos setores da instituição, administrativamente constituídos e organizados, os quais fazem parte do que se denominou neste trabalho de *sistema de atividades administrativas*. Sem seguir um critério de linearidade ou sequenciamento das ações discursivas constitutivas do processo administrativo em discussão, vê-se na figura a seguir que o IFPE ramifica-se em pelo menos três unidades administrativas que estiveram envolvidas na produção e circulação do processo supramencionado, do qual o gênero memorando faz parte: a Reitoria, o IFPE/*Campus* Recife e o IFPE/*Campus* Garanhuns.

Fig. 31 – Órgãos que participam de um sistema de atividades administrativas



Fonte: Elaboração do autor desta tese.

É relevante reiterar que tais *sistemas de atividades administrativas* não são isolados nem fixos; contrariamente, eles são dinâmicos, interligados e complexos. Nessa ótica, o IFPE torna-se um pequeno elo que se conecta com outros Institutos Federais (IFs) – espalhados em todo o território nacional –, com os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e com o Colégio Pedro II, formando a chamada Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação (MEC), que é um órgão da administração pública federal. Efetivamente, depreende-se que essa estrutura organizacional hierárquica não é fechada em si mesma, mas tentacular, posto que o próprio MEC responde também pelas universidades federais e pela educação brasileira de modo geral, dialogando inclusive com organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Ainda sobre os *sistemas de atividades administrativas* do IFPE, mobilizados no processo, a Reitoria esteve envolvida em alguns momentos por meio do Gabinete do Reitor (GR), da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGPE), do Colégio de

Dirigentes (CD) e da Coordenação de Publicação e Registro (CPUB). O IFPE/*Campus* Recife participou deste *sistema de gêneros* por meio do Protocolo Geral (PG), da Diretoria de Ensino (DEN), do Núcleo de Língua Portuguesa (NLP) e da Divisão de Administração de Pessoas (DIAP). O IFPE/*Campus* Garanhuns, que estava no seu primeiro ano de implantação, participou por intermédio da Coordenação de Gestão de Pessoas (CGPE) e da Direção Geral do *Campus* Garanhuns (DGCG). A figura abaixo dá uma dimensão do caminho percorrido pelo *sistema de gêneros burocráticos* dentro dos *sistemas de atividades administrativas* menores, que constituem o sistema mais amplo do IFPE como um todo.

Fig. 32 – Fluxo dos gêneros nos sistemas de atividades administrativas



Fonte: Elaboração do autor desta tese.

O percurso esquematizado na figura acima representa graficamente, em sentido horário, o trajeto que o processo administrativo objeto da pesquisa (que funciona como parte de um *sistema de gêneros burocráticos*) seguiu, desde a materialização do anseio do professor solicitante (P1), que estava lotado à época no IFPE/*Campus* Recife, até o arquivamento dos autos na pasta desse mesmo servidor (P1). Como já sinalizado nesta tese, toda negociação anterior entre os docentes foi formalizada em um memorando assinado por P1, emitido pelo Núcleo de Língua

Portuguesa (NLP). De posse do memorando, P1 dirigiu-se ao Protocolo Geral (PG) do IFPE/*Campus* Recife, portando esse documento, a fim de dar entrada ao processo. Formalizado o processo, este foi encaminhado pelo PG à Diretoria de Ensino (DEN), setor ao qual P1 estava vinculado à época.

Por meio de despacho, a DEN devolveu o processo ao PG, alegando que faltava documento comprobatório da intenção da outra parte interessada, ou seja, o professor lotado no IFPE/*Campus* Garanhuns (P2). Assim, o PG entrou em contato com P1 para que o referido documento fosse providenciado em tempo hábil. Ciente dessa pendência, P1 contatou P2, que elaborou uma declaração de intenção e entregou-a a P1. Com a anexação da declaração, o processo seguiu novamente para a DEN, que o deferiu e o encaminhou à Diretoria de Gestão de Pessoas (DGPE). Para corroborar a intenção da gestão do IFPE/*Campus* Garanhuns, a DGPE remeteu o processo à Direção Geral do *Campus* Garanhuns (DGCG), em cujo despacho houve concordância da então gestora daquele *Campus*. Assim, o processo retornou para a DGPE, que o encaminhou ao Magnífico Reitor; estando na Reitoria, os autos foram incluídos na pauta da reunião do Colégio de Dirigentes (CD), para deliberação coletiva.

Autorizada a remoção pelo CD, o referido processo retorna à DGPE, que o envia à Coordenação de Publicação e Registro (CPUB) para providência da portaria de remoção. Elaborada a portaria, a CPUB devolve os autos à DGPE, que entra em contato com a Divisão de Administração de Pessoas (DIAP), para dar ciência ao servidor solicitante (P1) acerca de sua remoção para o IFPE/*Campus* Garanhuns, a contar a partir de 06/01/2011. Assim que P1 toma ciência, o processo volta à DGPE, que o remete para a Coordenação de Gestão de Pessoas (CGPE) do IFPE/*Campus* Garanhuns, com o objetivo de dar ciência a P2 de que sua remoção para o IFPE/*Campus* Recife começa a valer, igualmente, a partir de 06/01/11. Quando P2 toma ciência, o processo retorna à DGPE, que solicita o arquivamento dos autos na pasta de P1, encerrando o ciclo percorrido pelos gêneros dentro dos *sistemas de atividades administrativas* do IFPE. Esse fluxo de idas e vindas dos gêneros, dentro dos diversos setores do IFPE, ratifica a natureza encadeada dos padrões discursivos, com prova de que:

membros de uma comunidade raramente dependem de um único gênero para sua comunicação. Em vez disso, eles tendem a usar vários e diferentes gêneros em interação ao longo do tempo. Assim, para

compreender as práticas comunicativas de uma comunidade, devemos examinar o conjunto de gêneros que são rotineiramente realizados por membros da comunidade (ORLIKOWSKI; YATES, 1994, p. 542)⁷⁹.

Em suma, discutiu-se como um *sistema de gêneros burocráticos*, cuidadosamente orquestrado, constitui e consolida um processo de permuta entre dois docentes dentro de uma instituição pública. Com efeito, tal sistema é composto por um conjunto coordenado e interligado de ações discursivas que se traduzem em ações sociais. Hoje, P1 está lotado no IFPE/*Campus* Garanhuns e P2, no IFPE/*Campus* Recife, onde ambos atuam profissionalmente como professores de línguas.

5.4. Os metagêneros que regulam o memorando

Um aspecto relevante da dimensão contextual do memorando é a sua natureza regulada e controlada por mecanismos linguístico-discursivos típicos da esfera administrativa. É nesse ponto que cumpre questionar a quem interessa esse controle e manutenção do *status quo* dos gêneros burocráticos, dentre eles o memorando. Certamente, questões de cunho ideológico estão aí subjacentes, visto que tais gêneros contribuem para tornar essa esfera discursiva assaz fechada, à qual poucos têm acesso, como forma de contribuir para assegurar a manutenção daqueles que estão no poder, muitas vezes em nome de um suposto zelo pela coisa pública, nem sempre levada a sério. Concordando com Giltrow (2002), chamam-se esses mecanismos discursivos reguladores de *metagêneros*, os quais funcionam como regras que orientam a produção e, ao mesmo tempo, limitam a criatividade nos gêneros, tornando-os mais formatados (cf. subseção 3.1.3, p. 77-80). Dessa maneira, os *metagêneros* que orientam o memorando podem ser agrupados pelo menos em dois segmentos: (i) os verbetes de dicionários consagrados pelo uso e (ii) os manuais de redação oficial e empresarial, tanto os elaborados no âmbito das instituições públicas quanto os tradicionalmente comercializados no mercado.

⁷⁹ No original: "Members of a community rarely depend on a single genre for their communication. Rather, they tend to use multiple, different, and interacting genres over time. Thus to understand a community's communicative practices, we must examine the set of genres that are routinely enacted by members of the community" (ORLIKOWSKI; YATES, 1994, p. 542).

5.4.1. Os verbetes de dicionários

Os verbetes de dicionários funcionam como *metagêneros* na medida em que se destinam a explicar conceitos, seguindo determinados padrões; eles também são fundamentais para que o leitor construa sentidos (equivocados ou não) acerca de gêneros que porventura desconheça. Como um gênero escrito, o verbete de dicionário tem uma natureza essencialmente metalinguística, de caráter informativo; daí dizer-se que, em geral, trata-se de uma construção linguístico-discursiva relativamente concisa, cujo acesso dá-se de forma mais ou menos imediata. Do ponto de vista ideológico, os verbetes de dicionários representam no discurso cosmovisões típicas de grupos sociais privilegiados; nesse ponto, os verbetes mostram-se limitados, uma vez que antes de os dicionários serem criados existem os usos autênticos da língua e dos gêneros, vinculados às múltiplas esferas das atividades humanas.

Para respaldar as análises, resolveu-se pesquisar o verbete *memorando* em três dicionários escritos em língua portuguesa, com o intuito de verificar de que modo essas produções lexicográficas abordam o conceito desse gênero; assim, as discussões aqui empreendidas servem de apoio para contrastar com os achados da pesquisa. Os dicionários escolhidos foram: (i) o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 1986); (ii) o *Dicionário Caldas Aulete Digital* (CALDAS AULETE; VALENTE, 2008) e (iii) o *Dicionário de Gêneros Textuais* (COSTA, 2009).

O *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, ampla e tradicionalmente difundido e comercializado no Brasil, constitui-se em um dos mais completos e respeitados dicionários da língua portuguesa. Seu uso constante cristalizou até mesmo o sentido de “aurélio” como sinônimo de “dicionário”. Essa metonímia comprova a abrangente divulgação desse dicionário, principalmente no âmbito escolar. Portanto, este foi o critério que se adotou para escolher um verbete constante dessa obra. Diante disso, o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* categoriza o *memorando* em duas classes gramaticais: ora como substantivo, ora como adjetivo. A primeira conceituação, organizada em quatro acepções, aborda o *memorando* como algo “que deve ser lembrado”; porém, torna-se um tanto vaga, uma vez que as quatro acepções do termo não correspondem integralmente ao que o *corpus* da pesquisa revelou. A primeira acepção traz um sentido bem geral do *memorando* como sinônimo de *memento* – “papel ou caderneta onde se anotam

coisas que devem ser lembradas; memorial, memorando, memória” (FERREIRA, 1986, p. 117) –, além de apontar para o suporte como se fosse um *memorando* (o “papel” ou a “caderneta”).

A segunda acepção do termo *memorando* confunde-o com outro gênero: o aviso. Aliás, além do “aviso” (oral ou escrito) equivalente a “comunicado”, cumpre esclarecer que o gênero *aviso* também é um dos três gêneros do chamado *padrão ofício* no âmbito da comunicação oficial: o ofício, o memorando e o aviso. Esse último, entretanto, deve circular somente entre ministros de Estado, conforme impõem os manuais de redação oficial (BRASIL, [1991] 2002). De resto, dizer que o memorando é uma “participação” por escrito não parece um conceito suficiente para dar conta do gênero.

A terceira acepção traz três aspectos que merecem ser considerados, muito embora o conceito ainda não recubra a complexidade do memorando tal como ele circula no mundo real. O primeiro é o fato de denominar esse gênero como um “impresso comercial”, o que remete, de uma forma ou de outra, para a origem dessa entidade discursiva a partir da carta comercial (*business letter*), conforme apontaram Yates e Orlikowski (1992; 2002); o dicionário não se refere a esse construto genérico na esfera pública. O segundo aspecto diz respeito à relação que se faz com a “carta”, embora se esteja olhando apenas para o seu “formato”, o que evidencia uma abordagem meramente estrutural do gênero. O terceiro aspecto tem a ver com a noção de brevidade, pois, conforme o *corpus* da pesquisa mostrou, o *memorando* é prototipicamente um padrão discursivo relativamente curto e ágil, o que é justificável pelo fato de os interlocutores geralmente compartilharem o mesmo espaço social.

A quarta acepção do termo conceitua outra espécie de memorando – mais bem conhecida como *memorando de entendimento* –, cuja finalidade é estabelecer acordos de cooperação e intercâmbio, sobre diferentes assuntos, entre os países; tido como um tipo de “nota diplomática”, o *memorando de entendimento* aproxima-se um pouco do gênero *contrato*, pois geralmente estrutura-se em cláusulas, tem efeito jurídico e celebra interesses entre duas partes.

A conceituação do verbete *memorando* como um adjetivo tem um sentido equivalente a “memorável”. No entanto, ao que parece, esse sentido caiu em desuso, tornando-se a palavra *memorando* – quando usada nessa acepção – um arcaísmo. Essa pressuposição ancora-se no exemplo dado pelo lexicólogo, pois foi

retirado de um clássico da literatura, ratificando a ideologia da língua-modelo a ser ensinada e aprendida.

Hodiernamente, os dicionários virtuais, por sua vez, ganharam destaque como ferramentas úteis para consultar os significados das palavras de forma ágil e prática. Por essa razão, consultou-se um dicionário virtual para verificar de que modo o verbete *memorando* é nele conceituado. Com isso, recorreu-se ao *Dicionário Caldas Aulete Digital*, por se tratar de uma obra lexicográfica digital aberta, disponível gratuitamente na internet. De fato, há de se considerar que esse dicionário retoma, em grande parte, o que já se discutiu acerca do *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Contudo, a primeira acepção do termo introduz um conceito não abordado no dicionário anteriormente analisado: o memorando como uma “comunicação oficial escrita entre órgãos, departamentos ou seções de uma instituição ou empresa”. Subjaz a esse conceito a ideia de que o *memorando* também é um gênero típico da esfera administrativa estatal, e não somente empresarial. Nesse ponto, o *Dicionário Caldas Aulete Digital* sinaliza um conceito mais coerente com o que se vem defendendo nesta tese.

A terceira produção lexicográfica analisada reveste-se de um caráter peculiar por catalogar gêneros das múltiplas esferas discursivas. A proposta é conceituar e caracterizar gêneros, servindo-se metagenericamente do verbete de dicionário; assim, surge o *Dicionário de Gêneros Textuais* (COSTA, 2009). Pela formação acadêmica e pela atuação profissional do autor, há de se pressupor que essa produção lexicográfica tem uma orientação mais ou menos científica. Nas palavras desse pesquisador, os professores precisariam de:

um ‘manual’ de consulta (não de receitas), que contivesse preliminarmente uma pequena discussão teórica sobre Gêneros Discursivos e Textuais (...). Além disso, uma obra que, ao mesmo tempo, lhes apresentasse um rol dos principais gêneros escritos e orais, com suas definições e características, e lhes deixasse mais claro o que são essas práticas sociais de oralidade, escrita e leitura que podem ser ‘transpostas’ como objetos didáticos para as salas de aulas de LM do ensino fundamental, médio e superior (COSTA, 2009, p. 11).

A obra desse autor – embora se trate de um dicionário que procura descrever gêneros – parece não agregar tantas novidades aos conceitos de *memorando* constantes dos dicionários gerais da língua portuguesa discutidos anteriormente. O autor inicia sua descrição do memorando afirmando que esse construto genérico caracteriza-se pelo “estilo de escrita breve e objetiva”. Prototipicamente, o

memorando é um gênero relativamente curto, conforme se constatou com a pesquisa; porém, a noção de escrita “objetiva” é um tanto questionável, visto que, em matéria de linguagem, a noção de objetividade é problemática. Talvez se pudesse falar em uma suposta objetividade que não é despropositada; ademais, essa brevidade não é típica do memorando “em todos os seus tipos”. O *memorando de entendimento* (MOU), *exempli gratia*, materializa-se, de modo geral, em textos relativamente longos.

O verbete em discussão interessa especialmente em sua terceira acepção, que aborda o *memorando* como “correspondência interna rápida, tipo circular”, como “texto escrito, breve e informal”, como uma forma de “comunicação administrativa” e, por fim, acenando para o suporte – o “impresso apropriado” – e para a forma – o “formato menor que o de carta”. Foi constatado com a pesquisa que, de fato, as condições de produção e circulação do memorando engendram-se no espaço social interno das instituições. O autor compara esse gênero com a *circular*, que é outra entidade discursiva dos chamados gêneros da redação oficial e empresarial. Isso põe em cena que o *memorando* também circula internamente, muitas vezes, como *memorando-circular*, quando se destina a vários interlocutores simultaneamente. Isso não é uma característica relevante para transformar o memorando em outro gênero, pois o que há nesse caso é um auditório mais amplo, visto que contempla vários setores ou sujeitos ao mesmo tempo. Um ponto de discordância da afirmação do autor é o fato de o memorando ser considerado por ele como um gênero escrito “informal”. Refuta-se essa caracterização em virtude de o *corpus* da pesquisa ter revelado que, longe disso, um dos aspectos marcantes da dimensão linguístico-discursiva do memorando é a sua *formalidade*, que vai do formal distenso ao ultraformal (cf. subseção 6.2.2, p. 226-239).

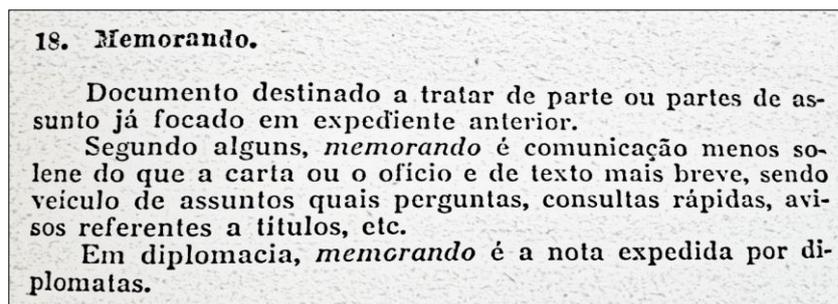
Em suma, a análise do verbete *memorando* nos três dicionários analisados revelou que, em maior ou menor proporção, há o predomínio de uma abordagem ainda muito ligada à forma do gênero, preocupada com o ideal de língua pura. O ranço conservador e a falta de exemplos fundados na experiência prática de membros que produzem, recebem e leem esse gênero tornam os conceitos aventados ainda limitados. Além do mais, a própria forma dos dicionários os torna produtos prontos e acabados que, de uma forma ou de outra, normatizam os significados da língua e – por que não – dos gêneros. Contudo, não se pode esquecer de que antes dos dicionários existem a língua e os seus usos por meio de

gêneros; daí dizer-se que o *corpus* da presente pesquisa, por emergir do conhecimento criado pela prática, lança luz para que se possa enxergar o memorando de um modo mais autêntico.

5.4.2. Os manuais de redação oficial

Dentre os *metagêneros* que regulam os gêneros da chamada correspondência oficial e empresarial, os *manuals de redação* são os mais poderosos; não é sem propósito que eles são largamente comercializados no mercado, muitos deles com inúmeras reedições. Para esta tese, interessa o fato de eles normatizarem a produção do *memorando*, além de fornecerem exemplos ideais de como esse gênero deve ser produzido. Para esse nível da análise, foram selecionados três manuais, objetivando examinar de que modo o memorando é abordado por cada um deles: (i) *Correspondência: oficial, comercial, bancária, particular* (BELTRÃO, [1941] 1948); (ii) *Manual de Redação da Presidência da República* (BRASIL, [1991] 2002) e (iii) *Manual de Padronização de Documentos* do Instituto Federal de Pernambuco (BRASIL, [entre 2011 e 2015]). O livro de Beltrão ([1941] 1948), publicado pela primeira vez há quase oitenta anos, foi escolhido com o intuito de investigar como o memorando era abordado em manuais antigos. Sendo assim, veja-se como esse manual conceitua o memorando.

Fig. 33 – Conceito de memorando segundo Beltrão ([1941] 1948)



Fonte: Beltrão ([1941] 1948, p. 69).

O conceito exposto traz uma afirmação até então não apresentada, ao dizer que o memorando destina-se a tratar de “parte ou partes de assunto já focado em expediente anterior”. Na verdade, compreende-se que essa é uma afirmação genérica e inespecífica, pois nem sempre esse construto genérico é usado para

esse fim. Ademais, cumpre destacar a passagem referente ao memorando como uma “comunicação menos solene do que a carta ou o ofício”. Essa afirmação é questionável, caso seja tomada no sentido de uma suposta informalidade, conforme apontara Costa (2009), caracterização que já se refutou nesta tese. Aliás, o memorando é um gênero predominantemente formal, cerimonioso e protocolar, seguindo um ritual que o torna bastante padronizado, muito embora haja um relativo *status* que empodera os gêneros, pois, entre os construtos genéricos do chamado *padrão ofício* (aviso, ofício e memorando), este parece o menos prestigiado. A propósito, observe-se um exemplo idealizado de memorando constante da obra de Beltrão ([1941] 1948).

Fig. 34 – Modelo-padrão de memorando da década de 1940

1245/45	Pôrto Alegre, _____ de _____ de _____
Sr. Exator:	
Reportando-nos ao nosso ofício n. 1469/45, solicitamos a V. S. providencie sem demora na regularização do que nêle expusemos.	
Cordiais saudações.	
_____ Diretor Geral	
Ao Sr. Exator Federal em <u>SANTA MARIA - R. G. S.</u>	

Fonte: Beltrão ([1941] 1948, p. 69).

O exemplo dado pelo autor mostra um texto breve, cujos aspectos estruturais aproximam-se do memorando atual; contudo, chama atenção a contradição existente entre o conceito e o exemplo, quando se observa que o memorando exemplificado não é “menos solene”, haja vista os pronomes de tratamento e a sintaxe elaborada do texto em questão. De qualquer modo, cumpre ressaltar que este exemplo, criado *ad hoc* pelo autor, não emerge das práticas reais da interação discursiva no seio institucional. Quanto ao problema da referência à “parte ou partes de assunto já focado em expediente anterior”, o exemplo-padrão dado pelo autor corrobora essa afirmação, quando o texto inicia-se com os seguintes dizeres:

“Reportando-nos ao nosso ofício de n. 1469/45, solicitamos...”. Cabe cogitar se essa era uma regra para os memorandos da época, pois, embora se encontrem exemplares semelhantes no *corpus* da presente pesquisa, não se pode afirmar que isso seja uma característica desse gênero. Como o memorando mais antigo desta investigação data de 1973 (cf. figura abaixo), impossibilita-se confirmar, a partir dos dados analisados, essa particularidade posta por Beltrão ([1941] 1948, p. 69).

Fig. 35 – Memorando mais antigo do *corpus* da pesquisa [MEMO 01]

Recife, 04 de setembro de 1973

MEMO. N° 414/73 - DIRAD

Sr. Prof. Fulano de Tal

Levamos ao conhecimento de V.Sa. que, por necessidade de área construída nesta Escola Técnica, será destruída a sala destinada ao setor de artesanato, sob sua responsabilidade, para construção da Oficina de Eletrotécnica.

Atenciosamente,

[assinatura]
Diretor Adjunto

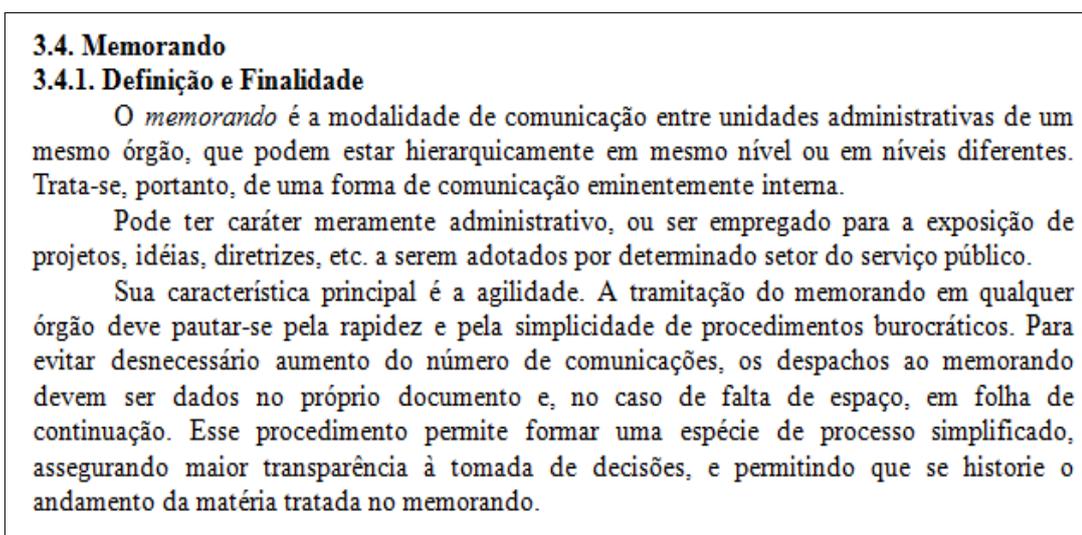
Fonte: Acervo da pesquisa

À parte questões de ordem formal, o exemplar acima não se mostra tão diferente do modelo ideal citado por Beltrão ([1941] 1948). Isso confirma que os manuais de redação oficial e empresarial são *metagêneros* que têm intenso efeito na preservação dos gêneros, limitando a sua possibilidade de variação e, ao mesmo tempo, assegurando a garantia do *status quo*, tão conveniente aos grupos privilegiados que se mantêm no poder.

A segunda obra que se investigou foi o *Manual de Redação da Presidência da República* (MRPR). A escolha desse *metagênero* justifica-se em virtude de ele ter se tornado uma obra de referência na área da comunicação oficial, normatizando a redação no âmbito do serviço público, o que se torna de peculiar interesse para esta

tese. Ante isso, resta acrescentar ainda que a sua forma de circulação irrestrita na internet o torna um documento acessível⁸⁰. Assim sendo, o MRPR, organizado por um jurista e por um diplomata, com a revisão de um gramático de renome, torna-se mais um produto do conservadorismo, com o objetivo de “rever, atualizar, uniformizar e simplificar as normas de redação de atos e comunicações oficiais” (BRASIL, [1991] 2002, p. VIII). É conveniente refletir por que os linguistas não figuram neste espaço. Além de a ciência da linguagem ainda não ser popularmente conhecida, há de se pressupor que esses estudiosos não defenderiam modelos ideais de gêneros, nem focariam tão somente em suas formas e estruturas, mas partiriam para uma nova abordagem a partir dos usos reais que se fazem da língua, perspectiva que se sustenta neste trabalho. Veja-se o conceito de *memorando* no MRPR.

Fig. 36 – Conceito de memorando – Manual de Redação da Presidência da República



Fonte: Brasil ([1991] 2002, p. 17).

De modo geral, a “definição” dada pelo MRPR sintetiza o que já se vem discutindo nesta tese acerca dos *metagêneros*. Convém ressaltar, porém, a assertiva que afirma que a característica principal do memorando é a *agilidade*. Há de se concordar que a agilidade é um aspecto importante, mas há de se discordar que ela seja a principal característica. O aspecto mais relevante do memorando talvez seja a sua condição de correspondência intrainstitucional. Posteriormente a

⁸⁰Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm>. Acesso em: 09 ago. 2016.

essa definição, o MRPR passa a mostrar a forma e a estrutura do memorando, conforme ilustra a figura abaixo.

Fig. 37 – Modelo de memorando do Manual de Redação da Presidência da República

5 cm

Mem. 118/DJ

Em 12 de abril de 1991

Ao Sr. Chefe do Departamento de Administração

Assunto: **Administração. Instalação de microcomputadores**

1. Nos termos do Plano Geral de informatização, solicito a Vossa Senhoria verificar a possibilidade de que sejam instalados três microcomputadores neste Departamento.

2. Sem descer a maiores detalhes técnicos, acrescento, apenas, que o ideal seria que o equipamento fosse dotado de disco rígido e de monitor padrão EGA. Quanto a programas, haveria necessidade de dois tipos: um processador de textos, e outro gerenciador de banco de dados.

3. O treinamento de pessoal para operação dos micros poderia ficar a cargo da Seção de Treinamento do Departamento de Modernização, cuja chefia já manifestou seu acordo a respeito.

4. Devo mencionar, por fim, que a informatização dos trabalhos deste Departamento ensejará racional distribuição de tarefas entre os servidores e, sobretudo, uma melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Atenciosamente,

[nome do signatário]
[cargo do signatário]

3 cm

1,5 cm

Fonte: Brasil ([1991] 2002, p. 18).

Pelo visto na figura acima, a maior preocupação do MRPR é, de fato, com a forma e a estrutura do texto do gênero, pois não há menção aos aspectos contextuais ou sociais do memorando. De qualquer maneira, subjaz a essa formatação uma concepção sistêmica da língua como forma, em contraposição à sua natureza essencialmente sócio-histórica e dialógica; soma-se a isso uma noção de texto como produto, desconsiderando-se todos os processos envolvidos na produção, circulação e recepção do gênero; a visão de discurso opõe-se à movência dos sentidos nos usos reais da língua, deixando-o latente como algo pronto; por fim, a categoria *gêneros* sequer é mencionada, já que no âmbito jurídico e administrativo os construtos genéricos usualmente são chamados de *documentos* ou *peças*, em geral numa perspectiva científica.

Considerando que o MRPR é abrangente, examinou-se também o *Manual de Padronização de Documentos* do IFPE (BRASIL, [entre 2011 e 2015]). Para a

pesquisa, ele se tornou interessante por ser o *metagênero* específico da comunidade profissional dessa instituição. Um aspecto digno de nota diz respeito ao próprio título do manual, que destaca a estabilidade (“padronização”) dos gêneros (“documentos”) no âmbito da esfera administrativa estatal, característica típica dessas entidades genéricas nessa esfera. O referido *Manual de Padronização de Documentos* (MPD) foi elaborado pela Reitoria da entidade, em parceria com a Pró-Reitoria de Articulação e Desenvolvimento Institucional e com a Assessoria de Comunicação da instituição. Nas palavras dos organizadores, “padronizar implica em [sic] atender às expectativas dos usuários sem, no entanto, sujeitá-los a rotinas monótonas e normas rígidas” (BRASIL, [entre 2011 e 2015], p. 5). Todavia, é um tanto paradoxal falar em padronização de documentos sem monotonia ou rigidez, haja vista o caráter prescritivo adotado por esses manuais.

No MPD, o gênero memorando – objeto de estudo desta tese – figura dentro do eixo das chamadas comunicações oficiais, ao lado do correio eletrônico (*e-mail*), do fax, do ofício e do telegrama. Elaborado por profissionais de áreas diversas da Linguística, os quais ocupam funções de gestores ou técnico-administrativos, o MPD é o parâmetro normatizador da comunicação oficial do IFPE. Na verdade, a definição de memorando constante do MPD retoma *ipsis litteris* parte da definição apresentada pelo MRPR como “a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão. Trata-se de uma forma de comunicação eminentemente interna” (BRASIL, [entre 2011 e 2015], p. 30). Na sequência, o MPD elenca dezesseis itens, denominados “características” da “estrutura” do memorando, informação que não consta do MRPR, conforme apresenta a figura a seguir.

Fig. 38 – Características do memorando – Manual de Padronização de Documentos do IFPE

- Cabeçalho padrão.
- Três espaços (tecla Enter no teclado) entre o cabeçalho e a identificação do memorando.
- Fonte Times New Roman, corpo 12 no texto em geral, 11 nas citações e 10 nas notas de rodapé.
- Identificação do memorando, com a numeração e as iniciais do setor, sem espaços entre caracteres, alinhada à esquerda, em negrito.
- Local e data, por extenso, alinhados à direita.
- Cargo do destinatário, alinhado à esquerda.
- Assunto do memorando, em negrito, com alinhamento à esquerda.
- É obrigatório constar a partir da segunda página o número da página.
- O campo destinado à margem lateral esquerda terá 3,0cm de largura.
- O campo destinado à margem lateral direita terá 1,5cm.
- Deve-se utilizar recuo de parágrafo de 2,5cm (início do parágrafo), que pode ser obtido por dois toques de tabulação (tecla TAB do teclado).
- Deve ser utilizado espaçamento simples entre as linhas e de 6pt (6 pontos) após cada parágrafo, ou, se o editor de texto utilizado não comportar tal recurso, de uma linha em branco.
- O corpo do texto deverá ser justificado.
- Não deve haver abuso do uso de negrito, itálico, sublinhado, letras maiúsculas, sombreado, sombra, relevo, bordas ou qualquer outra formatação que afete a elegância e a sobriedade do documento.
- A assinatura deverá conter nome do remetente – em negrito, com alinhamento centralizado, utilizando somente as iniciais em caixa-alta – e cargo do remetente, logo abaixo do nome, utilizando somente as iniciais em caixa-alta.
- A impressão dos textos deve ser feita na cor preta e em papel branco. A impressão colorida deve ser usada apenas para gráficos e ilustrações.

Fonte: Brasil ([entre 2011 e 2015], p. 30).

Como revela a figura acima, não há características do memorando em relação aos aspectos sociais e discursivos do gênero, mas somente traços ligados à formatação do texto. Veja-se, na página seguinte, um exemplo ideal dessa forma de comunicação oficial, dado por esse mesmo manual.

Fig. 39 – Modelo de memorando do Manual de Padronização de Documentos do IFPE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
REITORIA
GABINETE DA REITORIA
 Avenida Professor Luiz Freire, nº 500 – Cidade Universitária – Recife – CEP: 50.540-740
 (81) 2125-1608 - gabinete@ifpe.edu.br

Memorando n°. 0001/2011-PRODIN/REITORIA/IFPE

Recife, 05 de xxxxxxx de 2011.

Ao Sr. Coordenador do setor X

Assunto: Preenchimento correto de memorandos

Senhor José Bonifácio de Andrada Gomes,

1. O memorando é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão. Trata-se, portanto, de uma forma de comunicação eminentemente interna.
2. A estrutura de um memorando deve respeitar uma série de características descritas neste manual.
3. Devo mencionar, por fim, que a atenção a essas regras é de fundamental importância para o uso correto das comunicações oficiais.

Atenciosamente,

Nome do Remetente (Só as iniciais maiúsculas, em negrito)
 Cargo que ocupa (Só as iniciais maiúsculas, sem negrito)

Fonte: Brasil ([entre 2011 e 2015], p. 48).

Como prova de que as instituições têm relativa autonomia para normatizar as suas formas de comunicação interna, o MPD do IFPE determina que os memorandos devem conter *cabeçalho padrão*, característica que não aparece no MRPR. Se não há consenso entre os *metagêneros* aventados – que são normativos e usam exemplos fictícios –, há menos ainda nas práticas autênticas de interação verbal mediadas pelo memorando. Daí justificar-se a oscilação entre a presença e a ausência do *timbre* (“cabeçalho padrão”) nos memorandos objeto da pesquisa, principalmente porque o *corpus* se constitui de dados diacrônicos.

Ante isso, é preciso dizer que *verbetes de dicionário* e *manuals de redação oficial e empresarial* não são os únicos *metagêneros* que prescrevem a produção do memorando. No mundo digital, não é difícil perceber que a internet tem se

potencializado como uma ferramenta poderosa para se realizar pesquisas. Assim, também podem ser considerados *metagêneros*: os *sites*⁸¹ que trazem diretrizes sobre como produzir um memorando; as imagens do *Google Images*, que trazem inúmeros modelos – ideais e reais – de memorandos⁸² e os canais de vídeos disponíveis no *Youtube*⁸³.

Conclui-se que falta a esses *metagêneros* a voz da ciência da linguagem. Portanto, é nesse ponto que esta tese vem trazer uma contribuição científica para o memorando, a exemplo da tese de Silveira (2005) sobre o *ofício* e da dissertação de Souza (2013) sobre o *requerimento*. Por fim, estabelecendo um diálogo entre Giltrow (2002), Bakhtin ([1934-1935] 2014a, p. 82) e Kabatek (2012), defende-se que os *metagêneros* acima aventados são *forças centrípetas* que lutam para conservar e unificar os gêneros, enquanto *tradições discursivas*, na arena social da interação discursiva.

5.5. Os propósitos comunicativos recorrentes no memorando

Tratar de propósitos comunicativos dentro do memorando leva a refletir, antes de tudo, sobre a relação de semelhança dessa entidade genérica com as *cartas* (em sentido amplo). Aliás, as cartas mantêm uma ligação com os gêneros de tradição oral e, por isso mesmo, conservam uma relativa liberdade no tratamento dos tópicos discursivos, das finalidades comunicativas e até da sua organização retórica (isso porque os gêneros orais manifestam-se “em-se-fazendo”, pondo a nu elementos que não aparecem nos gêneros escritos, visto serem aqueles mesmos seus próprios rascunhos). Portanto, é plausível considerar que os gêneros epistolares – dentre eles a carta pessoal – admitem uma acentuada heterogeneidade em sua organização textual-discursiva, derivada das múltiplas situações retóricas que os engendram e dos diversos propósitos comunicativos a que se prestam.

⁸¹ Quando se lançou a palavra “memorando” no *Google*, o primeiro *site* que apareceu foi: <<http://brasilecola.uol.com.br/redacao/memorando.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2016. Nele, há dicas normativas sobre como fazer um memorando, escritas por uma professora de português, que chega a tratá-lo como um “gênero textual”, sem muita clareza sobre o conceito.

⁸² Disponível em: <<https://images.google.com/>>. Acesso em 12 ago. 2016. Basta que se lance a palavra “memorando” que aparece uma quantidade avassaladora de imagens – nem todas de memorandos, ressalve-se – conectadas, de algum modo, por essa palavra-chave.

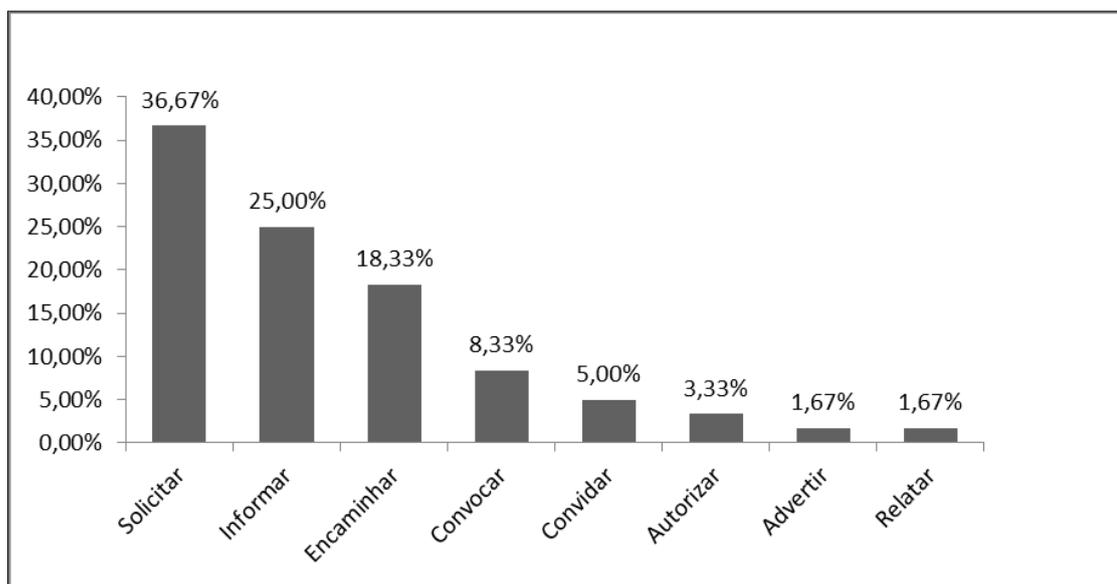
⁸³ Trata-se de uma videoaula sobre redação oficial em que se discute o memorando, com 67.241 visualizações à época do acesso. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yRz2V3Y23dg>> Acesso em: 01 ago. 2017.

No caso específico desta tese, o memorando – como um tipo de carta formal – mostrou-se um gênero também heterogêneo, servindo a diferentes finalidades. Como os dados da pesquisa revelam, esse construto genérico cumpre um propósito comunicativo geral, qual seja: *estabelecer uma comunicação intrainstitucional, registrada por escrito e meticulosamente controlada, em nome de uma pretensa garantia da ordem institucional, em obediência às normas – linguísticas, culturais e sociais – e hierarquias estabelecidas, cujos interesses não são neutros, mas se manifestam de forma velada e contínua pela manutenção das relações de poder e dominação aí sub-reptícias*. Com esse olhar, pretende-se descortinar a afirmação corriqueira de que o memorando é uma forma simples de comunicação interna, conforme impõem os *metagêneros* que o normatizam, particularmente os manuais de redação oficial e empresarial.

As análises do gênero em tela, respaldadas pelas teorias que fundamentam este trabalho – especialmente a de linha swalesiana –, permitiram que fosse possível refinar esse macropropósito do memorando, a ponto de identificar os propósitos específicos que o constituem. Contudo, identificar propósitos em gêneros não é tarefa simples, pois o que é manifesto em primeiro plano ao analista é a forma do gênero, a sua estrutura esquemática; ademais, eles são fluidos, múltiplos, sobrepostos e evasivos (cf. subseção 3.2.2, p. 90-93). Ante isso, foram tomados como critérios para identificação dos propósitos específicos do memorando: (i) as pistas textuais, principalmente por meio dos verbos que indicam atos de fala⁸⁴; (ii) o conhecimento de mundo e a experiência deste pesquisador em análise de outros gêneros à luz desta mesma perspectiva teórica⁸⁵ e; (iii) a prática deste analista como produtor e leitor deste gênero. Noutros termos, guiou-se pelo conteúdo e pelas funções e evidências linguísticas dos textos. Vejam-se, na figura a seguir, os propósitos comunicativos prototípicos do memorando.

⁸⁴ Dentro da pragmática linguística, os *atos de fala* referem-se a sentenças que “não são usadas só para *dizer* coisas, isto é, descrever estados de coisas, mas sim ativamente para *fazer* coisas” (LEVINSON, [1983] 2007, p. 290).

⁸⁵ Em sua pesquisa de mestrado, Nunes (2012) estudou a *carta do leitor* na esfera jornalística, especificamente no *Jornal do Commercio* de Pernambuco, à luz dos postulados teóricos que fundamentam esta tese, particularmente no que diz respeito à identificação dos propósitos comunicativos recorrentes.

Fig. 40 – Recorrência dos propósitos comunicativos no gênero memorando

Fonte: Elaboração do autor desta tese.

Convém frisar que se trata de um olhar descritivo, a partir de um *corpus* autêntico, longe de uma visão prescritiva e idealizada dos usos da linguagem. Em sendo assim, os dados examinados comprovam que, em termos específicos, o propósito comunicativo predominante nos memorandos do *corpus* investigado – constituído por 60 (sessenta) exemplares autênticos do gênero – é fazer algum tipo de solicitação, correspondendo a 36,67% dos dados analisados. O objeto solicitado é de natureza diversa, refletindo o cotidiano da instituição, suas rotinas e os modos como os diferentes setores interagem entre si. Noutras palavras, os 22 (vinte e dois) exemplares que cumprem esse propósito solicitam: autorização para pagamento de despesas com evento; realização de reunião; encaminhamento de servidor para substituir funcionário; diárias para servidores; providências acerca de aluno indisciplinado; afastamento de professor para presidir comissão; empréstimos (microfone antigo); liberação de docente para evento; contratação de equipe de filmagem para cobrir evento; substituição de bolsista; implantação oficial de laboratório; vistoria em parte elétrica de dependências da instituição; seleção de monitores; envio de ofício; inclusão de aluno para concorrer à vaga de bolsista; resposta a processo administrativo; outra solicitação (aquisição de combustíveis); permuta entre docentes; autorização para se ausentar da instituição e reserva de auditório.

O segundo tipo de memorando mais recorrente no *corpus* analisado foi o que visa a dar algum tipo de informação ou a prestar algum esclarecimento, totalizando 15 (quinze) exemplares, o que equivale a 25% dos dados. Em geral, os propósitos comunicativos dos *memorandos de informação e esclarecimento* estão muito ligados às situações retóricas que os engendram e aos tópicos discursivos que estão sendo veiculados no gênero. Assim sendo, o conteúdo da informação em si pode ser de natureza extremamente variada e altamente dependente do contexto. Diante disso, verificou-se que esse tipo de memorando visa a informar ou esclarecer sobre: problemas de infraestrutura (demolição de sala); questões de pessoal (redução de carga horária docente, lotação de servidor, disponibilidade de servidor); funcionamento interno da instituição (como fazer ligação telefônica externa); substituição de bolsista ou monitor; microestágio; extinção de reclamação trabalhista; suspensão de processo administrativo disciplinar; relação de setores que compõem a instituição e conteúdo de *e-mail* previamente enviado.

Os memorandos que cumprem a finalidade comunicativa específica de *encaminhar* algo (seja um documento, seja um objeto) constituem a tríade dos propósitos mais prototípicos do gênero em questão. Com efeito, eles perfazem um total de 11 (onze) exemplares, correspondendo a 18,33% do *corpus*. Há de se considerar que esse tipo de correspondência oficial representa bem a questão da burocracia estatal e empresarial, pois se trata de um texto que, em geral, encaminha outro texto, ratificando a inter-relação entre os gêneros nas situações práticas da vida social, já que eles não circulam de forma isolada. A função de registrar por escrito o encaminhamento de determinado documento ou objeto lhe é inerente; daí dizer-se que nessas situações a palavra escrita tem um poder considerável, e que, nesses casos, a fala por si só não parece suficiente nem oficialmente válida. Em geral, o que se encaminha são: exemplares de outros gêneros que constituem os trâmites burocráticos da instituição (fichas, certificado, leis, questionários, requerimentos, planilhas, minutas de ofício, relatórios, termos de compromisso) e objetos (bandeira da instituição, livro).

Os demais propósitos identificados no gênero com a pesquisa tiveram baixa ocorrência; apesar disso, é interessante abordá-los, mesmo que sumariamente, pois eles corroboram a heterogeneidade do memorando como um construto genérico que serve a múltiplas funções comunicativas, em detrimento da visão purista e idealizada amiúde difundida em manuais e cursos de comunicação oficial e empresarial. Tais

propósitos, como se pôde ver na figura 40, (p. 182), em ordem decrescente de ocorrência, são: *convocar*, *convidar*, *autorizar*, *advertir* e *relatar*. Há de se esclarecer, também, que *convocar* e *convidar* parecem ser finalidades sinônimas; porém, no âmbito do serviço público, esses verbos têm um efeito discursivo diferente, oriundos de práticas sociais distintas. Em que pese o fato de ambos incitarem à ação, *convocar* tem um caráter de obrigatoriedade, em determinado evento, da presença do sujeito convocado; por outro lado, *convidar* torna facultativa a ida do sujeito convidado para um dado evento. As implicações advindas do (não)comparecimento são, portanto, diferentes para cada caso.

Assim sendo, os *memorandos de convocação* perfazem um total de 5 (cinco) exemplares (8,33%), os *memorandos-convite* totalizam 3 (três) exemplares (5%), os de *autorização* são 2 (dois) exemplares (3,33%) e os de *advertência* (1,67%) e *relato* (1,67%) apenas 1 (um) exemplar cada. Esses cinco propósitos juntos correspondem a 20% do *corpus*, o que ratifica os *memorandos de solicitação*, *informação* e *encaminhamento* como os mais recorrentes e prototípicos, ou seja, exatos 80% do *corpus* de *memorandos* coletados no IFPE/Campus Recife, no período compreendido entre 1973-2014, são desses últimos tipos.

Em termos de materialização linguística, esses propósitos sociais transformam-se em objetos de discurso principalmente por meio de verbos performativos⁸⁶ que indicam atos de fala diretos, como ilustram os excertos a seguir. Veja-se, portanto, como os propósitos comunicativos se materializam linguístico-discursivamente.

(09) [MEMO 02] [1975]

“Comunicamos a V.Sa. que no 2º semestre de 1975, a PROFESSORA FULANA DE TAL, terá uma redução de 18 (dezoito) para 15 (quinze) aulas”

(10) [MEMO 04] [1977]

“Havendo constatado que V.S^a se ausentou desta Escola, durante o 2º expediente do dia 28.01.77, (...), vem esta Direção *adverti-lo* para que tal ocorrência não torne a se repetir”

(11) [MEMO 05] [1977]

“Fundamentado no item “C” do Plano de Aplicação da CESCO, *autorizo* ao Sr. Tesoureiro a liberar em favor da Companhia de Transportes Urbanos – C.T.U., a importância de Cr\$ 6.120,00 (...)”

⁸⁶ Os verbos performativos são aqueles em que enunciação e ação estão consubstanciadas, tal como ocorre nos enunciados: “Eu te *batizo* em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo...” (cerimônia religiosa cristã); “Eu os *declaro* marido e mulher” (cerimônia de casamento); “*Juro* por toda a minha existência cumprir, com zelo e probidade, todas as atividades inerentes à profissão de...” (juramento de formatura) e assim por diante.

(12) [MEMO 07] [1979]

“Convidamos V.S.^a a comparecer à reunião, na sala da Coordenadoria, em 1º de novembro de 1979, às 15:00 h”

(13) [MEMO 11] [1982]

“Nos termos do artigo 16 da Portaria 97/82, *convoco* essa Chefia para uma reunião com a Direção na próxima segunda-feira, às 15:30 horas na sala de reuniões do Gabinete (...)”

(14) [MEMO 13] [1984]

“O CIE-E, através deste, *envia* a Ficha Contrô de Acompanhamento, a ser preenchida pelo colega da próxima REUNIÃO com os ESTAGIÁRIOS desta ESCOLA (...)”

(15) [MEMO 16] [1987]

“*Informo* a este setor que a aluna Fulana de Tal, desde o dia 16.10.87, deixou a monitoria do LAB. DE SEGURANÇA DO TRABALHO. Em seu lugar assume a aluna Sicrana de Tal (...)”

(16) [MEMO 22] [1990]

“*Participamos* a colega que no proximo dia 25.Maio, teremos o microestagio da Santista Ind. Textil S.A. às 9hs, com o 3º período acompanhado, nesta ocasião, por V.Sa [sic]”

(17) [MEMO 32] [1994]

“*Encaminhamos* a V.Sa. o requerimento da Sra. Fulana de Tal, pleiteando para seu filho Sicrano de Tal uma bolsa de estudo no curso preparatório Pró-Técnico”

(18) [MEMO 60] [2014]

“Devido às defesas do projeto de pesquisa dos alunos do Programa de Mestrado Profissional em Gestão Ambiental (MPGA), *solicito* a reserva do Mini-Auditório das 08hs às 18hs, nos dias 04/12/2014 e 05/12/2014”

Em outras ocorrências, os atos de fala diretos vêm marcados por locuções verbais, conforme se pode conferir nos fragmentos a seguir, extraídos dos exemplares do *corpus*.

(19) [MEMO 06] [1978]

“*Vimos* pelo presente *comunicar* a V.S.^a que (...) a servidora Fulana de Tal, (...), foi designada para prestar serviços nessa Escola, a partir desta data, até ulterior deliberação”

(20) [MEMO 08] [1980]

“Conforme contato verbal com V.S.^a, (...), *estamos solicitando* uma reunião com técnicos e professores envolvidos no problema (...) a fim de a luz do mencionado parecer, iniciarmos o desencadeamento das ações nele prescritas”

(21) [MEMO 18] [1988]

“Complementando entendimentos verbais *estamos comunicando* que o novo monitor do Laboratório de Instalações Hidro-Sanitárias será o aluno Fulano de Tal”

(22) [MEMO 24] [1990]

“(...) Entretanto, *estarei convocando* a todos para a próxima 3ª feira, dia 21/11/90, às 17 horas no auditório desta Escola (...)”

(23) [MEMO 25] [1990]

“*Estamos remetendo* a V.S.^a, em anexo, as Leis de nºs 8.026 e 8.027 de 12 de abril de 1990, pertinentes à aplicação de pena de demissão a funcionário público (...)”

(24) [MEMO 26] [1991]

“*Estamos enviando*, para Solenidade de aniversário da cidade de Petrolina, 01 (uma) Bandeira da ETFPE, e 04 (quatro) Bandeiras dos cursos: Eletrotécnica, Saneamento, Refrigeração e Edificações”

(25) [MEMO 30] [1993]

“*Estamos encaminhando* 507 (QUINHENTOS E SETE) questionários da Caracterização Sócio-Econômica dos alunos ingressos no 2º semestre de 1993”

(26) [MEMO 36] [1997]

“*Vimos informar* à V.Sa. que estaremos participando da BATIMAT, Feira Internacional de Construção Civil que terá lugar em Paris/França na 1ª semana do mês de novembro do presente ano”

(27) [MEMO 55] [2010]

“Eu, FULANO DE TAL, (...), tendo conhecimento de que no IFPE, *Campus Garanhuns*, está lotado o professor Beltrano de Tal, da mesma área de atuação, residente no Recife, *venho solicitar* a Vossa Senhoria, se possível, uma permuta para aquele *Campus*”

Em menor proporção, mas não menos significativos, alguns movimentos retóricos são caracterizados por atos de fala indiretos, como se pode ver a seguir.

(28) [MEMO 01] [1973]

“Levamos ao conhecimento de V.Sa. que, por necessidade de área construída nesta Escola Técnica, será destruída a sala destinada ao setor de artesanato (...)” (*informar*)

(29) [MEMO 03] [1976]

“Conforme entendimento verbal mantido com essa Direção foram efetuadas despesas com a promoção supra citada, de acordo com a relação abaixo, solicitando seja autorizado o Caixa Escolar desta Escola a efetuar o pagamento das referidas quantias” (*solicitar*)

(30) [MEMO 19] [1988]

“Em virtude de nosso Laboratório de Circuitos Impressos trabalhar com processos químicos de banhos eletrolíticos (Galvanoplastia), selecionamos a aluna FULANA DE TAL, do curso de QUÍMICA, para trabalhar com o Prof. SICRANO DE TAL naquele laboratório da CTEL” (*informar*)

(31) [MEMO 27] [1991]

“Nesta ocasião, estamos formalizando sua convocação para participar do evento (...)” (*convocar*)

Em virtude do que foi exposto, há de se concordar que o memorando, de fato, é um gênero que apresenta certa versatilidade em relação aos seus propósitos comunicativos. Mais que isso, é bom lembrar que o propósito comunicativo de um gênero não se desvincula das necessidades discursivas recorrentes na vida social; por isso mesmo, ele “não é um motivo particular de um indivíduo para a comunicação, mas um propósito socialmente construído e reconhecido pela comunidade organizacional relevante por meio de situações típicas” (YATES; ORLIKOWSKI, 2002, p. 14-15)⁸⁷.

⁸⁷ No original: “[The purpose of a genre] is not an individual's private motive for communicating, but a purpose socially constructed and recognized by the relevant organizational community for typical situations” (YATES; ORLIKOWSKI, 2002, p. 14-15).

6 ANÁLISE DA DIMENSÃO TEXTUAL DO MEMORANDO

Este capítulo tem como finalidade analisar e discutir o memorando sob o ponto de vista da sua realização textual. Nesse sentido, a proposta é compreender *texto* e *contexto* como categorias imbricadas, pois “é sempre bom ver um equilíbrio entre a análise do texto, por um lado, e da ação social, por outro” (BHATIA, 2004, p. 158)⁸⁸. Assume-se, portanto, o compromisso com uma visão sociointeracional da linguagem, em cuja abordagem as categorias linguísticas não interessam por si sós, mas quando compreendidas em sua inter-relação com as funções discursivas desempenhadas por elas no momento da enunciação. Dito isso, o presente capítulo está organizado em duas frentes: a organização retórica do memorando (especialmente seus tipos mais recorrentes) e os seus aspectos linguístico-discursivos mais proeminentes (o registro burocrático, por meio da formalidade e da impessoalidade como tradições discursivas).

6.1. A organização retórica do memorando

Seria enganoso tomar o memorando como um gênero altamente formatado, dentro de um padrão único, como muitas vezes os manuais de redação oficial e empresarial orientam. Enquanto atividade discursiva, memorandos respondem a necessidades comunicativas específicas dentro de contextos reais e complexos de interação verbal, no seio da vida institucional. A partir dessa visão, respaldada pelos dados da pesquisa, há de se concordar que esse tipo de correspondência oficial apresenta uma acentuada heterogeneidade. Nesse ponto da análise, focaliza-se a estrutura esquemática do gênero, buscando deslindar os diferentes modos como as informações são distribuídas nos textos do memorando, a serviço de funções retóricas. Não se pode negar que se trata de um procedimento em busca de regularidades no construto genérico em estudo; contudo, ao fazê-lo, revela-se também a existência de variações e flexibilizações nos movimentos retóricos que constituem esse gênero.

⁸⁸ No original: “It is always good to see a balance between analysis of text, on the one hand, and social action, on the other” (BHATIA, 2004, p. 158).

A propósito, a noção de *movimento retórico* (advinda do inglês *move*), preconizada inicialmente por Swales (1990), conforme sinalizado no modelo aventado por esse autor – o chamado modelo CARS (*Create A Research Space*) –, aplica-se inicialmente aos gêneros acadêmicos, especialmente o artigo de pesquisa (cf. subseção 4.4.1, p. 118-121). Todavia, em contexto brasileiro, a aplicação desse modelo ao gênero ofício mostrou-se profícua e relevante (cf. SILVEIRA, 2005), o que embasa, de uma forma ou de outra, as análises empreendidas nesta tese. Assim sendo, um movimento retórico é “uma unidade discursiva ou retórica que realiza uma função comunicativa coerente dentro do discurso escrito ou falado” (SWALES, 2004, p. 228)⁸⁹. Adverte o autor que nem sempre esses movimentos retóricos coincidem com um período gramatical, um enunciado ou um parágrafo, pois eles são flexíveis. Em alguns casos, um *move* pode ser uma oração; em outros, pode ser um conjunto de sentenças. De qualquer modo, um movimento retórico será sempre “uma unidade funcional, mas não formal” (SWALES, 2004, p. 229)⁹⁰.

Em relação ao memorando, os dados da pesquisa revelaram que nenhum exemplar do *corpus* organiza-se em torno de um único *move*. Embora haja textos curtos e textos longos, todos eles admitem uma considerável variabilidade de movimentos retóricos dentro de um mesmo construto, conforme se verá adiante. Entretanto, há de se convir que prevalece no gênero em tela um propósito comunicativo hierarquicamente superior que se consolida com o apoio de propósitos comunicativos hierarquicamente inferiores, independentemente da ordem em que estes aparecem no texto. Todavia, falar em propósitos comunicativos hierarquicamente inferiores não quer dizer que estes sejam menos importantes, pois todo texto é uma rede de sentidos que só podem ser apreendidos considerando-se a totalidade do texto e a sua imbricação com fatores de ordem extralinguística.

Em razão da acentuada heterogeneidade do memorando, a despeito das regularidades manifestas, assume-se, nesta tese, que cada exemplar analisado tem um *move* dominante, sustentado por *moves* hierarquicamente inferiores, alguns deles opcionais, os quais, de algum modo, funcionam como estratégias retóricas. Esse posicionamento ancora-se em Silveira (2005), para quem, a ideia de *estratégia retórica* pode confundir-se, estar imbricada ou recobrir-se com a de *movimento*

⁸⁹ No original: “[A ‘move’ in genre analysis is] a discursal or rhetorical unit that preforms a coherent communicative function in a written or spoken discourse” (SWALES, 2004, p. 228).

⁹⁰ No original: “It is a functional, not a formal, unit” (SWALES, 2004, p. 229).

retórico. De agora em diante, portanto, apenas a categoria *movimento retórico* ou *move* será utilizada para a análise dos dados da pesquisa em discussão. A figura a seguir ilustra, em ordem decrescente de recorrência, a tipologia de memorandos categorizados a partir da identificação dos seus propósitos comunicativos dominantes.

Fig. 41 – Tipologia dos memorandos com base em seus propósitos comunicativos

TIPO DE MEMORANDO	QUANTIDADE
• Memorando de solicitação	22
• Memorando de informação	15
• Memorando de encaminhamento	11
• Memorando de convocação	5
• Memorando-convite	3
• Memorando de autorização	2
• Memorando de advertência	1
• Memorando-relato	1
TOTAL	60

Fonte: Elaboração do autor desta tese.

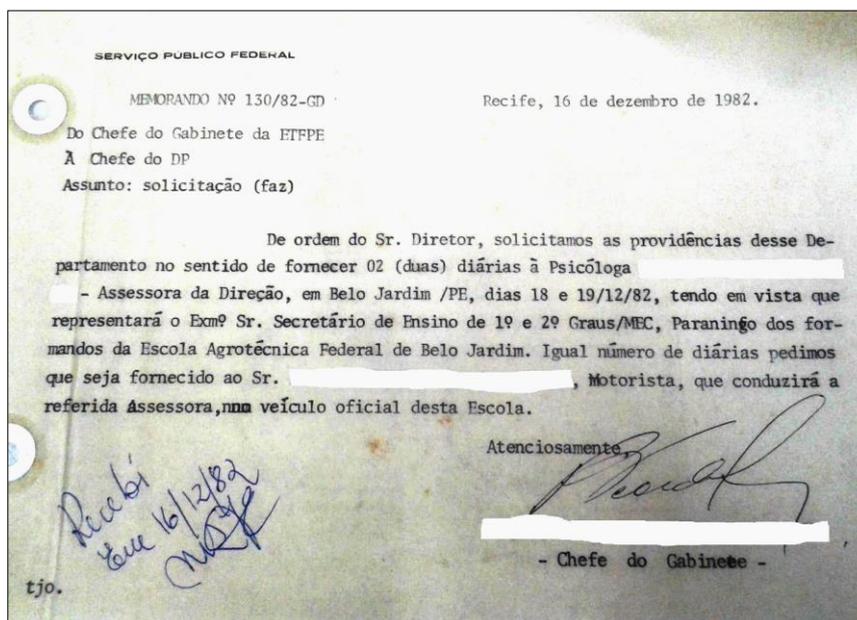
Por um lado, três tipos de memorandos podem ser considerados os mais relevantes (solicitação, informação e encaminhamento); por outro lado, mesmo sendo rarefeitos no *corpus*, outros tipos também foram revelados com a pesquisa: convocação, convite, autorização, advertência e relato. Em suma, a apresentação dos dados neste capítulo, no que concerne à identificação e à organização retórica do memorando, seguirá a ordem proposta na figura acima.

6.1.1. Memorando de solicitação

A principal finalidade do memorando, constatada a partir da análise do *corpus* da pesquisa, é, de fato, fazer algum tipo de solicitação, pois a maior parte dos exemplares (22) presta-se a esse fim, perfazendo um total de 36,67% dos dados analisados. A figura a seguir mostra um exemplar de memorando de solicitação produzido na década de 1980, quando a tecnologia de ponta ainda era a máquina de escrever; portanto, trata-se de um memorando datilografado, hoje um objeto histórico, visto que tais máquinas foram substituídas, posteriormente, pelos

computadores. Para efeito de ilustração, preservou-se a imagem o mais próximo possível do original, conservando a formação do texto em seu suporte típico; apenas os dados pessoais foram ocultados, de modo a respeitar a ética em pesquisa.

Fig. 42 – Exemplar de memorando de solicitação [MEMO 10]



Fonte: Acervo da pesquisa

Sublinhe-se que o IFPE/*Campus* Recife à época denominava-se Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE). Atualmente, algumas informações presentes no texto são mera curiosidade histórica, tal como a menção ao “Ensino de 1º e 2º Graus” (hoje denominados, respectivamente Ensinos Fundamental e Médio) e a referência à “Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim” (atualmente denominada IFPE/*Campus* Belo Jardim). Chamam atenção os aspectos formais do suporte, estilo papel A5, seguindo a orientação paisagem (conforme as características do editor de texto *Word*). Até mesmo os furos no papel funcionam como uma pista semiótica relevante, pois mostram que esse texto estava arquivado numa pasta específica, dada a sua função de documento público. Ressalte-se também a natureza dialógica típica desse construto genérico, discursivamente marcada pela expressão “Recebi/Em 16/12/82”, seguida da assinatura do sujeito receptor, o que reforça o memorando como um elo que suscita inúmeras respostas no fio da comunicação discursiva. Isso posto, veja-se, na figura a seguir, como esse mesmo exemplar foi esquematizado retoricamente.

Fig. 43 – Organização retórica de memorando de solicitação [MEMO 10]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	
MEMORANDO Nº 130/82-GD	<i>Enumera o texto e indica setor de origem (sigla)</i>
Recife, 16 de dezembro de 1982.	<i>Localiza e/ou data o texto</i>
Do Chefe do Gabinete da ETFPE	<i>Indica setor de origem</i>
À Chefe do DP	<i>Indica setor de destino</i>
Assunto: solicitação (faz)	<i>Informa o tópico discursivo</i>
De ordem do Sr. Diretor, solicitamos as providências desse Departamento no sentido de fornecer 02 (duas) diárias à Psicóloga Fulana de Tal - Assessora da Direção, em Belo Jardim/PE, dias 18 e 19/12/82,	<i>Faz a primeira solicitação</i>
tendo em vista que representará o Exmº Sr. Secretário de Ensino de 1º e 2º Graus/MEC, Paraninfo dos formandos da Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim.	<i>Expõe a finalidade da primeira solicitação</i>
Igual número de diárias pedimos que seja fornecido ao Sr. Sicrano de Tal, Motorista,	<i>Faz a segunda solicitação</i>
que conduzirá a referida Assessora, num veículo oficial desta Escola.	<i>Expõe a finalidade da segunda solicitação</i>
Atenciosamente	<i>Conclui com fórmula de cortesia</i>
[assinatura] Chefe do Gabinete	<i>Subscreve</i>

Fonte: Acervo da pesquisa

Para esse tipo de análise, considerou-se o timbre um aspecto constitutivo da diagramação do suporte. Compreende-se, portanto, que a produção do texto inicia-se com a aposição dos elementos locativos e indicativos dos setores que estão interagindo. Nesse sentido, o exemplar em análise está organizado em onze movimentos retóricos, especificados na coluna da direita na figura anterior, considerando-se a ordem de cima para baixo. O primeiro *move* (M1) corresponde a enumerar o texto e indicar o seu setor de expedição, geralmente por meio de uma sigla. Nesse caso, reporta-se ao memorando nº 130/82, expedido pelo Gabinete da Direção (GD). Isso se justifica devido ao fato de não se tratar apenas de um detalhe formal, mas de uma unidade que cumpre uma função discursiva importante: controlar o discurso institucional escrito. Aliás, isso também tem correspondência com as relações de poder e dominação engendradas no seio das instituições.

O segundo *move* (M2) equivale a localizar e datar o texto. Embora possam parecer apenas mais um traço formal, esses dados emergem como uma marca herdada da carta (uma *tradição discursiva*, no sentido kabatekiano). Mais que isso, toma-se essa parte do texto como um movimento discursivo relevante, por situar o texto no tempo e no espaço, corroborando a dimensão cronotópica⁹¹ desse gênero. Os *moves* seguintes (M3 e M4) trazem outro aspecto importante do memorando: as marcas da interlocução, ratificando a sua natureza eminentemente dialógica. Considerando-se o exemplar em análise, tem-se um discurso que parte da Chefia de Gabinete da ETFPE para a chefia do Departamento de Pessoal (DP). O quinto *move* (M5) traz à tona o assunto do memorando em discussão: “solicitação (faz)”; esse dado, além de constituir-se no tópico discursivo do texto, já sinaliza o seu propósito comunicativo central.

O sexto *move* (M6), em que se faz a primeira solicitação, é o movimento retórico principal do texto, pois é nele que aparece o propósito comunicativo dominante deste exemplar do gênero memorando, marcado linguisticamente por meio de verbo performativo, em que enunciação e ação estão consubstanciadas (“De ordem do Sr. Diretor, *solicitamos* as providências...”). Nesse sentido, todos os *moves* do texto convergem para esta finalidade central: solicitar diárias para a psicóloga, servidora da instituição. O sétimo *move* (M7) articula-se discursivamente com o sexto, complementando-o, ao apresentar a finalidade da solicitação das diárias referidas. O oitavo *move* (M8) põe em cena outra solicitação (“Igual número de diárias, *pedimos* que...), porém, há de se convir que ela é dependente da primeira, visto que a razão para o deslocamento do motorista mencionado está atrelada à ida da psicóloga ao evento. O nono *move* (M9) arremata o oitavo, ao expor a finalidade da solicitação de diárias para o motorista, servidor da instituição.

Na sequência, entende-se que a produção do memorando não se encerra aí. É característico desse gênero sinalizar-se a finalização com uma fórmula de cortesia, revestida de certa formalidade (“atenciosamente”); por isso mesmo, considera-se esse ato discursivo o décimo *move* (M10) do texto em análise. Por fim, o décimo primeiro *move* (11) conclui, de fato, o texto, uma vez que apõe a assinatura acompanhada da função desempenhada pela pessoa que assina o

⁹¹ Embora tenha surgido nas ciências matemáticas e introduzido e fundamentado na teoria da relatividade de Einstein, o termo *cronotopo*, na teoria do discurso de vertente bakhtiniana, corresponde à “interligação fundamental das relações temporais e espaciais” dentro de um enunciado vivo, caracterizado como um todo compreensivo e concreto (BAKHTIN, [1937-1938] 2014b, p. 211).

documento na instituição. Essa ação de subscrever o texto torna-se relevante à medida que a sua circulação é altamente dependente desse lance discursivo. Apesar de se concordar que a autoria no memorando é de cunho institucional, a aposição da assinatura conduz, de uma forma ou de outra, a uma certa corresponsabilidade enunciativa por parte de quem o assina.

Quando foram esquematizados os 22 (vinte e dois) memorandos de solicitação constitutivos do *corpus* da pesquisa, chegou-se a um padrão comum com variações. Apesar das recorrências, há uma considerável flexibilidade na organização dos *moves*. Não há uma ordem rígida, tampouco fixidez; todavia,, constataram-se formas de organização retórica que se assemelham entre os exemplares (cf. apêndice IV, p. 290-293), mesmo havendo variações. A figura abaixo sumariza as recorrências encontradas.

Fig. 44 – Recorrência dos movimentos retóricos nos memorandos de solicitação

MOVIMENTOS RETORICOS	Nº DE OCORRÊNCIA	%
• Localiza a cidade de origem do memorando e/ou data o texto	22	100
• Faz a solicitação, em alguns casos mais de uma no mesmo texto, seja direta, seja indiretamente	22	100
• Conclui o texto com fórmula de cortesia ("atenciosamente", "respeitosamente", ou "cordialmente")	22	100
• Subscreve o texto, junto à especificação da função que ocupa na instituição	22	100
• Indica o setor de origem do memorando, seja por sigla, seja por extenso ou por ambos	22	100
• Indica o setor de destino do memorando	21	95,4
• Enumera o texto do memorando	19	86,3
• Justifica a solicitação por meio de informações sobre situação-problema, pretensões, credenciais ou motivos que a ensejaram	12	54,5
• Expõe a finalidade da solicitação	12	54,5
• Informa o tópico discursivo, por meio do item "assunto"	10	45,4
• Dirige-se ao destinatário, por meio da categoria linguística do vocativo	8	36,3
• Sinaliza a finalização do texto, agradecendo, elogiando, com convicção ou pleiteando apoio e compreensão	6	27,2
• Especifica ausência de numeração ("S/N") ou não enumera o texto do memorando	3	13,6
• Elenca argumentos em favor da solicitação, configurando o caráter argumentativo desse tipo de memorando	2	9
• Endereça cópia do memorando a outrem	2	9

Fonte: Elaboração do autor desta tese.

Os dados apresentados na figura da página anterior trazem elementos que podem ser considerados obrigatórios e elementos opcionais no gênero em estudo. As recorrências verificadas no memorando de solicitação comprovam que traços herdados da carta estão muito presentes nesse construto genérico. O ato retórico de localizar e datar o texto, presente em todos os exemplares analisados, além de assinalar a dimensão cronotópica do gênero, funciona como uma tradição discursiva, uma fórmula de dizer algo consagrada na história dos textos desse gênero. Os dados de interlocução (setor de origem/setor de destino) são uma unidade funcional relevante; em geral esses dados são marcados somente por siglas, o que traz à baila a relação de proximidade entre os interactantes do gênero e o princípio da concisão textual. Aliás, parte-se do princípio de que, dentro da instituição, os agentes da interação têm conhecimentos partilhados sobre o modo como a entidade está organizada administrativamente.

Assim como o cabeçalho do gênero rememora a carta, o seu fecho também não difere muito, inclusive no que diz respeito à assinatura. Na verdade, os dados revelaram que os memorandos de solicitação são sempre finalizados com uma fórmula de cortesia (“atenciosamente”, “cordialmente” e “respeitosamente”), dando um tom um tanto cerimonioso ao texto. A assinatura é um movimento retórico obrigatório, pois funciona como uma espécie de autorização para que o texto seja oficialmente válido e possa circular intrainstitucionalmente. Ademais, quem assina o texto cobre-se com o manto da corresponsabilidade, porque, embora o memorando seja um gênero de origem institucional, servidores públicos têm atribuições inerentes às funções que ocupam e não podem delas se eximir.

Contudo, é o *move* em que se faz a solicitação que é o elemento principal do texto, possibilitando a sua identificação e caracterização como um memorando de solicitação. Conforme já se discutiu anteriormente, os propósitos comunicativos geralmente são marcados linguisticamente por verbos performativos que facilitam, de alguma forma, o reconhecimento de determinado exemplar como pertencente ao gênero em tela. Porém, nem sempre esse propósito está marcado de forma explícita, tal como se pode ver na figura a seguir.

Fig. 45 – Memorando de solicitação com propósito comunicativo indireto [MEMO 36]

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE PERNAMBUCO	
Memorando n°	Não enumera o texto
Data: 07/10/97	Localiza e/ou data o texto
Do: Lab. de Inst. Hidro-Sanitárias	Indica setor de origem
A CEDI	Indica setor de destino
Sra. Coordenadora	Dirige-se ao destinatário
Vimos informar à [sic] V.Sa. que estaremos participando da <i>BATIMAT</i> , Feira Internacional de Construção Civil que terá lugar em Paris/França na 1ª semana do mês de novembro do presente ano.	Dá informações pertinentes à solicitação
Cientes da importância do evento na nossa vida profissional e junto à essa Escola,	Justifica a solicitação
contamos com a compressão [sic] de V.Sa. para a nossa liberação.	Faz solicitação indireta
Atenciosamente	Conclui com fórmula de cortesia
[assinatura] Fulano de Tal	[assinatura] Sicrana de Tal
[assinatura] Beltrano de Tal	Subscreve

Fonte: Acervo da pesquisa.

Trata-se de um memorando manuscrito em suporte-padrão, em que a solicitação é feita indiretamente. Embora o texto inicie-se com a expressão “Vimos informar...”, não se pode dizer que este seja um memorando de informação e esclarecimento. Essa informação é usada como um argumento que sustenta a própria solicitação, eufemizada na expressão “contamos com a compressão [sic]...”. A propósito disso, há de se salientar que o memorando de solicitação muitas vezes é bastante curto e prático, restringindo-se tão somente ao que se pretende solicitar, sem maiores esclarecimento ou dispensando argumentações consistentes que visem a convencer o interlocutor. Esse gesto reflete a própria praticidade e agilidade típicas dessa forma de comunicação oficial, bem como o conhecimento partilhado entre os interactantes acerca das rotinas e dos rituais burocráticos dentro da instituição, tal como se pode ver no exemplar a seguir.

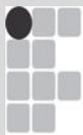
Fig. 46 – Memorando de solicitação formalmente breve [MEMO 52]

 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	
Recife, 01 de novembro de 2007.	<i>Localiza e/ou data o texto</i>
Memo nº 020/2007-CONT	<i>Enumera o texto e indica setor de origem (sigla)</i>
À: Direção de Administração e Planejamento	<i>Indica setor de destino</i>
ASSUNTO: Curso de capacitação	<i>Informa o tópico discursivo</i>
Solicito resposta referente ao processo nº 000000/2007-00 de 26/09/07 [relativo?] à solicitação de curso de capacitação.	<i>Faz a solicitação</i>
Respeitosamente,	<i>Conclui com fórmula de cortesia</i>
[assinatura] Assistente em Administração Mat. 0000000 Contabilidade	<i>Subscreve</i>

Fonte: Acervo da pesquisa

Como se pode ver na figura acima, o exemplar em análise cumpre a função comunicativa de fazer a solicitação de forma concisa, ou seja, uma resposta referente a um processo administrativo que trata de curso de capacitação. Tal concisão do *move* principal é justificável, uma vez que o objeto solicitado é comum aos departamentos envolvidos: a Coordenação de Contabilidade e a Diretoria de Administração e Planejamento da instituição (à época denominada Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco). No entanto, a figura a seguir exemplifica um memorando de solicitação um tanto mais longo, cuja extensão tem a ver com a situação retórica que o motivou, em razão da necessidade de apresentar argumentos que visassem a convencer o interlocutor, de modo que o pleito pudesse ser atendido.

Fig. 47 – Memorando de solicitação predominantemente argumentativo [MEMO 55]

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PERNAMBUCO	
Memo nº 08/2010	<i>Enumera o texto</i>
Recife, 23 de agosto de 2010	<i>Localiza e/ou data o texto</i>
Do: Professor Fulano de Tal – Núcleo Língua Portuguesa	<i>Indica setor de origem</i>
Ao: MD Diretor de Ensino Professor Sicrano de Tal.	<i>Indica setor de destino</i>
ASSUNTO: Solicita permuta com o professor Beltrano de Tal do Campus Garanhuns	<i>Informa o tópico discursivo</i>
Prezado Senhor,	<i>Dirige-se ao destinatário</i>
Eu, FULANO DE TAL, brasileiro, solteiro, portador do RG: 0.000.000 SDS/PE e CPF: 000.000.000-00, residente e domiciliado à Rua Tal, nº 000 – Centro – Cidade Tal, estado de Pernambuco, professor do IFPE – <i>Campus</i> Recife, nomeado através da Portaria nº 862, publicada no D.O.U. de 06/07/2010, Área de Atuação Linguagens, Códigos e suas Tecnologias – Opção 343 – Classe/Padrão D-101, com Graduação, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, tendo conhecimento de que no IFPE, <i>Campus</i> Garanhuns, está lotado o professor Beltrano de Tal, da mesma área de atuação, residente no Recife,	<i>Apresenta as credenciais do solicitante como justificativa para a solicitação</i>
venho solicitar a Vossa Senhoria, se possível, uma permuta para aquele <i>Campus</i> .	<i>Faz a solicitação</i>
<p>Conforme expus acima, resido na cidade Tal, a 45 Km de Garanhuns e, por isso, tenho que me deslocar semanalmente para o Recife, a fim de cumprir minhas obrigações para com esta Instituição de Ensino. Neste sentido, estando lotado naquele <i>Campus</i>, poderei realizar o meu trabalho de forma mais eficiente e eficaz, visto que terei maior disponibilidade de horários e, assim, poderei atender à Instituição com mais qualidade.</p> <p>Outrossim, ressalto que são recíprocos os interesses meus e do professor acima referido, pois, como reside no Recife, ele se desloca semanalmente para Garanhuns. Sendo de áreas afins, eu e o professor citado estamos totalmente de acordo que esta permuta se efetue, uma vez que possuímos outro vínculo empregatício na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco e, contrariamente à nossa situação no IFPE, ele está lotado em uma escola do Recife e eu, na Escola Tal, em Cidade Tal.</p> <p>Ademais, sou mestrando em Área Tal na Universidade Tal, em Maceió, para onde me desloco duas vezes por semana para cumprir créditos e ter orientações acerca da dissertação. Face tal situação, trabalhando no <i>Campus</i> Garanhuns, ficará menos penoso e oneroso para mim, visto que não precisarei mais fazer o percurso Cidade Tal – Recife – Maceió. Ressalto que a minha qualificação profissional só tem a contribuir para elevar a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão nesta IFE, assegurando, portanto, que não haverá prejuízo para esta Instituição, já que, entre mim e o referido professor, os interesses são recíprocos.</p>	<i>Argumenta em favor da solicitação</i>
Assim, aguardo ansiosamente o resultado dos trâmites legais, esperando poder contar com o apoio e compreensão de V. S ^a .	<i>Sinaliza a finalização do texto, pleiteando apoio e compreensão</i>
Atenciosamente,	<i>Conclui com fórmula de cortesia</i>
FULANO DE TAL Fone (00) 0000-0000	<i>Subscreve</i>

Fonte: Acervo da pesquisa

A figura da página anterior traz na íntegra – com as devidas alterações da diagramação do texto original – o exemplar do memorando que ensejou o processo administrativo anteriormente discutido nesta tese e que serviu de base para a proposição do *sistema de gêneros burocráticos* (cf. seção 5.3, p. 150-168). Feita essa observação, convém ressaltar que o exemplar em análise ilustra o teor argumentativo do gênero memorando, ignorado pelos metagêneros que o regulam, principalmente os manuais de redação oficial. Em geral, tomam-se os memorandos como textos tipologicamente descritivos e expositivos, dada à sua natureza predominantemente informativa (difundida no senso comum).

No entanto, o que os dados mostram diverge dessa visão generalizante, pois esse construto genérico muitas vezes torna-se essencialmente argumentativo, em virtude da função retórica que desempenha. O memorando em tela expressa em seu principal *move* a finalidade comunicativa do gênero, isto é, *solicitar*, conforme evidencia a sentença “venho solicitar a Vossa Senhoria, se possível, uma permuta para aquele *Campus*”. Os demais movimentos retóricos articulam-se com a rede argumentativa que se constrói em defesa da solicitação aventada. No plano linguístico-discursivo, o caráter argumentativo do memorando de solicitação às vezes é sinalizado por marcadores discursivos e modalizadores, que cumprem a função de demarcar o ponto de vista do sujeito escrevente, como se pode observar no fragmento abaixo:

(32) [MEMO 38] [1998]

“*Realmente* preciso muito de aluno colaborador e tenho me dado muitíssimo bem com todos aqueles que tem [sic] agido com responsabilidade, distinção e que vem [sic] para o nosso meio com o objetivo de aprender a trabalhar e se [sic] melhorar profissionalmente e tenho orientado-os [sic] com satisfação no que lhe [sic] cabe do serviço. *Porém* não desejo ficar me estressando com atitudes infantis e não pretendo ter, e nem acho correto, atitudes maternalistas com os mesmos”

Em que pese o fato de o excerto acima ser um parágrafo que apresenta problemas, trazido de propósito para esta tese como forma de mostrar o funcionamento real do memorando nos bastidores da comunicação institucional, sem quaisquer procedimentos assépticos, há de se considerar que os termos “*realmente*” e “*porém*” dão um tom reforçador ao que se pretende defender e delimitam o ponto de vista da escrevente. A solicitação da autora concentra-se na possível substituição de um aluno colaborador problemático no setor que ela gerencia na instituição: a Coordenação de Radialismo.

O ato retórico de justificar e/ou expor a finalidade da solicitação (54,5%) pode estar presente ou não nesse tipo de memorando, mas os dados revelam que, mais ou menos na metade deles, esse *move* está presente, independente da ordem em que aparece no texto. Às vezes, solicita-se primeiro e, em seguida, expõe-se a finalidade da solicitação, como em:

(33) [MEMO 29] [1992]

“Solicitamos a V.S^a, o afastamento do prof. Fulano de Tal desta coordenadoria para presidir a comissão permanente de licitação sempre às quartas-feiras, no horário das 9 às 17 horas no período de 03/08/92 à 02/08/93 conforme Portaria N^o 372/92-GD”

Outras vezes, o fenômeno se inverte, fazendo-se primeiro a exposição da finalidade da solicitação para, na sequência, solicitar, tal como em:

(34) [MEMO 60] [2014]

“Devido às defesas do projeto de pesquisa dos alunos do Programa de Mestrado Profissional em Gestão Ambiental (MPGA), solicito a reserva do Mini-Auditório das 08hs às 18hs, nos dias 04/12/2014 e 05/12/2014”

O ato de enumerar o texto do memorando vem sendo defendido nesta tese como um movimento retórico relevante para o texto. Ele é uma pista que sinaliza os mecanismos de controle típicos das instituições públicas. Essas numerações facilitam o rastreamento do texto em caso de potenciais necessidades de averiguações, ao mesmo tempo em que contribuem para organizar a comunicação interdepartamental. Manter algo sob guarda ou domínio pode ser um sinal de que há algum interesse subjacente àquilo; no caso da burocracia estatal, esse gesto contribui para manter essa esfera em certo sentido fechada, a que poucos têm acesso. Assim, 86,3% dos memorandos de solicitação estão enumerados, contra 13,6% que não estão. Interessante notar que, mesmo quando não se enumera, muitas vezes grafa-se a sigla “S/N” (Sem Número). Os demais casos em que nem uma nem outra forma aparece talvez estejam relacionados à falta de conhecimento por parte de quem escreve, pois ainda não se apropriou do chamado *letramento burocrático*, ou seja, das práticas de leitura e de escrita típicas das funções que as pessoas ocupam no mundo institucional.

Os demais movimentos retóricos apareceram em menor recorrência, tais como o ato de informar o tópico discursivo (45,4%), a presença do vocativo (36,6%), o arremate do texto por meio de expressões que indicam agradecimento, elogio,

convicção ou pleito (27,2%), dentre outros. Essa versatilidade na organização retórica do memorando de solicitação reitera a defesa em prol de uma visão que vá além de uma forma padrão preestabelecida para esse gênero, demasiadamente formatada, como querem aqueles que escrevem os manuais e ministram cursos da chamada redação oficial e empresarial.

6.1.2. Memorando de informação e esclarecimento

O segundo tipo de memorando mais recorrente no *corpus* da pesquisa foi o de informação e esclarecimento. Cabe ressaltar que todos os memorandos são, de alguma forma, informativos, visto que a informatividade é uma característica dos textos em geral; nesse sentido, os memorandos de solicitação e encaminhamento, por exemplo, também têm uma carga informacional relevante. Entretanto, neste ponto da análise, não se está tomando essa categoria – *informação* – em seu sentido amplo, mas como uma terminologia que designa especificamente os exemplares de memorandos que têm como propósito comunicativo central limitar-se a dar algum tipo de informação ou esclarecimento a respeito de algo. Em geral, esse tipo de memorando é produzido para que determinado setor da instituição seja cientificado sobre assuntos que lhe interessam ou que lhe dizem respeito. Esse partilhar de informações torna-se necessário para assegurar, de algum modo, a dinâmica da vida institucional.

Quando os memorandos foram classificados de acordo com os seus propósitos, verificou-se que os de informação e esclarecimento constituíam o segundo tipo mais recorrente, perfazendo um total de 25% dos dados analisados. A título de ilustração, escolheu-se um exemplar prototípico desse gênero, que foi enviado pela Procuradoria Jurídica do IFPE/*Campus* Recife (à época denominado Escola Técnica Federal de Pernambuco) à Direção-Geral dessa mesma instituição na década de noventa do século XX, conforme se pode ver na figura a seguir.

Fig. 48 – Exemplar de memorando de informação e esclarecimento [MEMO 34]


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE PERNAMBUCO

Memorando nº 10/96-PJ Data: 01 / 04 / 96

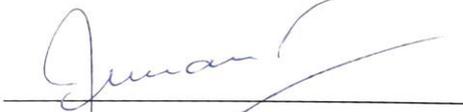
Do: Procuradoria Jurídica
 À Direção Geral

Ref.: RE. 01846/95
AUTOR:
 Reenquadramento

Senhor Diretor,

Informamos a V.Sa., que a Reclamação Trabalhista em epígrafe foi extinta com julgamento do mérito, em audiência proferida no dia 28 de abril de 1996 na 11ª J.C.J. do Recife.

Atenciosamente



47

Fonte: Acervo da pesquisa

Um aspecto importante do memorando é que o conteúdo informacional do texto variará de setor para setor da instituição, visto que o teor informativo é altamente dependente do contexto. No exemplar em análise, trata-se de trâmites legais – uma reclamação trabalhista; por isso mesmo, nota-se uma inclinação para a linguagem jurídica, tal como em “julgamento do mérito”, “audiência”, “JCJ” (Junta de Conciliação e Julgamento, hoje chamada Vara do Trabalho) e assim por diante. Do ponto de vista grafoespacial, este exemplar foi datilografado em formulário padrão (papel estilo A5); quando recebido, foi arquivado, em razão da sua natureza documental por excelência. Aliás, esse formato do suporte caiu em desuso principalmente depois do uso do computador, quando os memorandos passaram a ser impressos em formato de papel A4. O próprio Manual de Padronização de Documentos (MPD) do IFPE, que é um *metagênero* poderoso dentro da instituição, exemplifica esse tipo de documento seguindo o padrão atual do ofício, ou seja, tamanho A4 (BRASIL, [entre 2011 e 2015], p. 48). A organização retórica desse exemplar pode ser conferida na figura a seguir.

Fig. 49 – Organização retórica – memorando de informação/esclarecimento [MEMO 34]

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE PERNAMBUCO	
Memorando n° 10/96-PJ	<i>Enumera o texto</i>
Data: 01/04/96	<i>Localiza e/ou data o texto</i>
DO: Procuradoria Jurídica	<i>Indica setor de origem</i>
À Direção Geral	<i>Indica setor de destino</i>
Ref.: RE. 00000/95 Autor: Fulana de Tal Reenquadramento	<i>Informa o tópico discursivo</i>
Senhor Diretor,	<i>Dirige-se ao destinatário</i>
Informamos a V.Sa., que a Reclamação Trabalhista em epígrafe foi extinta com julgamento do mérito, em audiência proferida no dia 28 de abril de 1996 na 11ª J.C.J. do Recife.	<i>Dá a informação central</i>
Atenciosamente	<i>Conclui com fórmula de polidez</i>
[assinatura]	<i>Subscreve</i>

Fonte: Acervo da pesquisa

A figura acima mostra que o texto do memorando está distribuído em nove movimentos retóricos. O primeiro (M1) enumera e indica o setor de origem do memorando: a “PJ”, ou seja, a “Procuradoria Jurídica”; o segundo movimento (M2) data o texto; o terceiro (M3) indica o setor de origem por extenso; o quarto (M4) menciona o setor de destino, isto é, a “Direção Geral” da entidade; o quinto (M5) informa o tópico discursivo do texto e o sexto (M6) traz à tona o vocativo. Todos esses *moves* dispensam maiores comentários, visto que retomam o que já se discutiu na subseção anterior, quando se tratou do memorando de solicitação. A novidade, portanto, está no sétimo movimento (M7), que constitui a essência do texto, por trazer a informação central e materializar linguisticamente o propósito comunicativo do gênero (“*Informamos a V.Sa., que...*”). O caso em tela ilustra um exemplar assaz conciso e bastante representativo desse tipo de memorando, visto que a brevidade constitui uma de suas marcas. Os dois movimentos finais (M8 e M9) concluem com fórmula de cortesia e subscrevem, respectivamente.

De fato, o propósito comunicativo de *informar* – primordial nos memorandos de informação e esclarecimento – não deve ser visto como um simples ato de comunicar. A informação dada é resultado de uma situação interacional que pressupõe algumas respostas para questões como: quem está informando, o que está sendo informado, a quem se destina a informação, para que essa informação está sendo veiculada, por que a informação está sendo dada, como, quando e visando a que efeitos. A diversidade de movimentos retóricos desse tipo de memorando é bastante acentuada (cf. apêndice V, p. 294-296). Assim sendo, nos 15 (quinze) exemplares analisados, o que corresponde a 25% do *corpus*, foi identificado 1 (um) padrão retórico com diferentes realizações, uma vez que somente dois memorandos conservaram a mesma estrutura esquemática na distribuição das informações. A figura abaixo sintetiza as recorrências identificadas no memorando de informação e esclarecimento.

Fig. 50 – Recorrência dos movimentos retóricos nos memorandos de informação e esclarecimento

MOVIMENTOS RETORICOS	Nº DE OCORRÊNCIA	%
• Localiza a cidade de origem do memorando e/ou data o texto	15	100
• Enumera o texto do memorando	15	100
• Dá a informação central do texto sobre procedimentos e assuntos de interesse da instituição	15	100
• Subscrive o texto, junto à especificação da função que ocupa na instituição	15	100
• Indica o setor de origem do memorando, seja por sigla, seja por extenso ou por ambos	14	93,3
• Indica o setor de destino do memorando	14	93,3
• Conclui com fórmula de cortesia ("atenciosamente") ou em tom menos formal ("grato", "agradece")	14	93,3
• Dirige-se ao destinatário, por meio da categoria linguística do vocativo	10	66,6
• Dá informações secundárias que complementam o movimento retórico principal do texto	6	40
• Informa o tópico discursivo, por meio do item "assunto"	5	33,3
• Sinaliza a finalização do texto com convicção e colocando-se à disposição ou por meio de expressão clichê	4	26,6
• Apresenta o motivo que justifica a informação veiculada no texto	2	13,3
• Reporta-se a documento anterior, como forma de embasamento da informação veiculada no texto	2	13,3

Fonte: Elaboração do autor desta tese

Para a análise das recorrências no memorando de informação e esclarecimento, deter-se-á àquelas que ainda não foram comentadas nesta tese. De modo geral, os *moves* de abertura e de fechamento dos textos são muito parecidos em todos os tipos de memorando estudados. Assim sendo, cumpre explicar que a particularidade desse tipo de memorando centra-se na articulação entre a informação central e a rede de informações complementares. Não é despropositado que o principal *move* dos memorandos de informação e esclarecimento, presente nos 15 exemplares analisados (100%), é dar a informação central do texto sobre procedimentos e assuntos de interesse da instituição. Em geral, esse movimento retórico vem marcado linguisticamente por verbos que indicam atos de fala típicos do *informar*, tais como em:

(35) [MEMO 58] [2013]

“Em atendimento à solicitação da Coordenação de Gestão Ambiental, *informamos* que colocamos a servidora Fulana de Tal à disposição exclusiva da referida coordenação para auxiliar nos trabalhos de produção de livros e catalogação dos materiais já existentes na referida coordenação”.

(36) [MEMO 46] [2003]

“Em atenção à solicitação do Memorando Circular nº 23/PGF/AGU datado de 11 de novembro do corrente ano, (...), *vimos informar* que a resposta já fora enviada por e-mail (...), conforme folha em anexo”

(37) [MEMO 23] [1990]

“*Informo-vos* que o aluno Fulano de Tal, aluno do 7º período de eletrônica assumiu a monitoria desta coordenação desde o dia 1º de junho”

(38) [MEMO 41] [1999]

“*Vimos comunicar-lhe* a suspensão do processo administrativo disciplinar instaurado contra o servidor Sicrano de Tal, que ora tramita no Ministério da Educação”

(39) [MEMO 18] [1988]

“Complementando entendimentos verbais *estamos comunicando* que o novo monitor do Laboratório de Instalações Hidro-Sanitárias será o aluno Fulano de Tal”

Em outros casos menos recorrentes, o movimento retórico principal do texto vem expresso por meio de outros verbos ou expressões semanticamente equivalentes ao ato de *informar*, quais sejam:

(40) [MEMO 12] [1983]

“*Levamos ao conhecimento de V.Sª*, que os pedidos de ligação externa, serão feitos, através do Ramal 212, agora ativado”

(41) [MEMO 22] [1990]

“*Participamos* a colega que no próximo dia 25.Maio, teremos o microestagio da Santista Ind. Textil S.A. às 9hs, com o 3º período acompanhado, nesta ocasião, por V.Sa.”

(42) [MEMO 45] [2002]

“Sejam bem vindos. Com vista a orientá-los acerca dos setores do nosso CEFET que poderão subsidiá-los (caso seja necessário), *apresentamos-los* [sic] na seguinte relação abaixo”

Em um caso específico, o verbo fica subentendido e, por conseguinte, poderia ser compreendido por meio de expressões como “informamos que”, “comunicamos que” ou “esclarecemos que”:

(43) [MEMO 19] [1988]

“Em virtude de nosso Laboratório de Circuitos Impressos trabalhar com processos químicos de banhos eletrolíticos (Galvanoplastia), [*informamos que*] selecionamos a aluna FULANA DE TAL, do curso de QUÍMICA, para trabalhar com o Prof. SICRANO DE TAL naquele laboratório da CTEL”

Os movimentos retóricos que trazem as informações complementares em geral são introduzidos por expressões que as concatenam com o *move* principal, conforme ocorre em:

(44) [MEMO 41] [1999]

“*Referida suspensão* é oriunda de sentença protelada pelo Excelentíssimo Juiz da 9ª Vara Federal, no Mandado de Segurança nº 00.00000-0, na qual ao conceder a segurança decreta a nulidade da Portaria nº 000/00-GD desta IFE” (referenciação anafórica)

(45) [MEMO 12] [1983]

“Informamos *também* que se acham (...) à disposição dos Departamentos um formulário para requisição de Telex p/ necessidades da Escola” (expressão aditiva)

(46) [MEMO 46] [2003]

“*Inobstante*, como ao que parece *o referido e-mail* não foi recebido/lido pelo destinatário, *acresço* que tornei enviá-lo em 12/11/2003” (marcador discursivo de disjunção/referenciação anafórica/verbo com valor aditivo)

(47) [MEMO 58] [2013]

“*Além disso*, a servidora auxiliará também a Coordenação do Mestrado Profissional em Gestão Ambiental no que tange à organização do acervo e catalogação dos materiais existentes, pelo tempo que se fizer necessário” (Conector interfrástico aditivo)

No que se refere à finalização do texto, apareceram expressões que em geral cumprem a função de agradecer, elogiar, demonstrar convicção, pleitear apoio e compreensão ou colocar-se à disposição do interlocutor, às vezes recorrendo a algum chavão. De qualquer forma, essas fórmulas de sinalização do encerramento do texto serão tratadas em tópico à parte, quando se discutirão as marcas da *formalidade* como *tradições discursivas* presentes neste gênero (cf. subseção 6.2.2, p. 226-239). As fórmulas de cortesia utilizadas para concluir o texto nos memorandos de informação e esclarecimento assemelham-se às anteriormente

discutidas; no entanto, verificou-se que algumas expressões menos formais foram introduzidas para realizar esse movimento retórico (“grato”, “agradece”), o que sinaliza uma particularidade interessante desse gênero, apontando para uma formalidade distensa.

6.1.3. Memorando de encaminhamento

A esfera administrativa estatal é, de fato, um reduto de muitos papéis. As práticas de interação verbal nesse domínio discursivo muitas vezes só são institucional e juridicamente válidas se registradas por meio da escrita. E não se trata de qualquer escrita, mas de escrita produzida dentro do gênero adequado (ou *documento*, como são chamados os gêneros nessa esfera discursiva), respeitando-se as normas da formalidade e de uma pretensa objetividade. Com efeito, a escrita detém certa aura de peremptoriedade e, talvez por isso, seja supervalorizada nos setores públicos; nesse sentido, os memorandos de encaminhamento despontam como um bom exemplo de como os gêneros se inter-relacionam nas práticas discursivas intrainstitucionais.

Com a pesquisa desenvolvida, verificou-se que são diversos os gêneros que seguem anexos aos memorandos de encaminhamento, quais sejam: certificado, lei, questionário, requerimento, quadro demonstrativo, minuta de ofício, relatório e termo de compromisso. Na verdade esse gesto de encaminhar um documento por meio de um memorando demonstra até mesmo precaução por parte de quem assim o faz; ademais, parece soar como um ato de elegância e cuidado com a coisa pública. Todavia, não se remetem somente documentos via memorando de encaminhamento. Os dados da pesquisa comprovam que objetos também podem ser encaminhados por meio desse gênero, tal como se pode verificar nos excertos abaixo:

(48) [MEMO 26] [1991]

“Estamos enviando, para Solenidade de aniversário da cidade de Petrolina, 01 (uma) Bandeira da ETFPE, e 04 (quatro) Bandeiras dos cursos: Eletrotécnica, Saneamento, Refrigeração e Edificações”

(49) [MEMO 31] [1994]

“Enviamos a V.Sa. o livro “Povo e Governo Fundidos”, que foi doado pelo autor, Fulano de Tal (ex-aluno do Curso de Radialismo), para a biblioteca desta Escola, conforme dedicatória inserida no mesmo”

A propósito, esse tipo de memorando é o terceiro mais frequente no *corpus*, correspondendo a 18,33% dos dados analisados. Veja-se, na figura abaixo, um exemplar prototípico de memorando de encaminhamento.

Fig. 51 – Exemplar de memorando de encaminhamento [MEMO 13]

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE PERNAMBUCO
D.D - CORED - CIE-E
COORDENAÇÃO DE INTEGRAÇÃO ESCOLA-EMPRESA

Memorando nº 004 / 84
Do: CIE-E/ETFPE
Ao: Prof. SUPERVISOR DE SEGURANÇA (Digo)
SUPERVISOR de: SUPERVISOR DE SEGURANÇA
Assunto: FICHA CONTRÔLE ACOMPANHAMENTO ESTAGIÁRIOS (ENVIA)
Recife, 21 de FEVEREIRO de 1984

O CIE-E, através deste, envia a Ficha Controle de Acompanhamento, a ser preenchida pelo colega da próxima REUNIÃO com os ESTAGIÁRIOS desta ESCOLA, sob sua orientação, no dia 23 do mês em curso, às 16:00 horas.

Outrossim, solicitamos que a primeira via desta seja enviada, devidamente assinada e preenchida, à Coordenação de Integração Escola-Empresa, ficando a segunda via para controle da sua Coordenação.

Sem mais para o momento, antecipadamente agradecemos e reiteramos nossos votos de alta estima.

Atenciosamente


Coordenador

Fonte: Acervo da pesquisa

O exemplar em análise aborda uma situação interacional em que a Coordenação de Integração Escola-Empresa do IFPE/Campus Recife (à época ETFPE) dirige-se aos supervisores para tratar do acompanhamento de estagiários, visto ser esse setor responsável pelo diálogo com as empresas, já que a instituição oferta cursos técnicos que exigem experiências práticas, na forma de estágio. Essa materialidade textual, datilografada com lacunas, deixa entrever que encaminhar esse tipo de documento – a Ficha de Controle de Acompanhamento – era uma prática rotineira nesse departamento da instituição, pois cabia a quem fosse utilizar esse gênero somente preencher as lacunas, fazendo pequenas alterações. Essa

padronização é reveladora das recorrências das situações retóricas, evidenciando como elas se materializam no discurso, criando um efeito de repetição e de cerceamento da criatividade do sujeito escrevente. Sendo assim, é na passagem em que se encaminha o documento que aparece o movimento retórico principal desse tipo de memorando, conforme evidencia a figura abaixo.

Fig. 52 – Organização retórica de memorando de encaminhamento [MEMO 13]

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE PERNAMBUCO D.D - CORED - CIE-E COORDENAÇÃO DE INTEGRAÇÃO ESCOLA-EMPRESA	
Memorando nº <u>004/84</u>	<i>Enumera o texto</i>
Do: CIE-E/ETFPE	<i>Indica setor de origem</i>
Ao: Prof. <u>SUPERVISOR DE SEGURANÇA</u> (Digo) <u>FULANO</u> SUPERVISOR de: <u>SUPERVISOR DE SEGURANÇA</u>	<i>Indica setor de destino</i>
Assunto: FICHA CONTRÔLE ACOMPANHAMENTO ESTAGIÁRIOS (ENVIA)	<i>Informa o tópico discursivo</i>
Recife, <u>21</u> de <u>FEVEREIRO</u> de <u>1984</u>	<i>Localiza e/ou data o texto</i>
O CIE-E, através deste, envia a Ficha Contrôle de Acompanhamento, a ser preenchida pelo colega da próxima REUNIÃO com os ESTAGIÁRIOS desta ESCOLA, sob sua orientação, no dia <u>23</u> do mês em curso, às <u>16:00</u> horas.	<i>Encaminha o documento, solicitando seu preenchimento</i>
Outrossim, solicitamos que a primeira via desta seja enviada, devidamente assinada e preenchida, à Coordenação de Integração Escola-Empresa, ficando a segunda via para contrôle da sua coordenação.	<i>Solicita a devolução de vias do documento assinadas</i>
Sem mais para o momento, antecipadamente agradecemos e reiteramos nossos votos de alta estima.	<i>Sinaliza a finalização do texto, agradecendo e elogiando</i>
Atenciosamente,	<i>Conclui com fórmula de cortesia</i>
[assinatura] Coordenador	<i>Subscreve</i>

Fonte: Acervo da pesquisa

Do ponto de vista linguístico-discursivo, o *move* principal do texto vem marcado explicitamente por verbos ou locuções verbais semanticamente equivalentes, como ocorre em:

(50) [MEMO 13] [1984]

“O CIE-E [Coordenação de Integração Escola-Empresa], através deste, *envia* a Ficha Contrô de Acompanhamento, a ser preenchida pelo colega da próxima REUNIÃO com os ESTAGIÁRIOS desta ESCOLA (...)”

(51) [MEMO 25] [1990]

“*Estamos remetendo* a V.Sª, em anexo, as Leis de nºs 8.026 e 8.027 de 12 de abril de 1990, pertinentes à aplicação de pena de demissão a funcionário público, bem como normas de conduta da categoria (...)”

(52) [MEMO 30] [1993]

“*Estamos encaminhando* 507 (QUINHENTOS E SETE) questionários da Caracterização Sócio-Econômica dos alunos ingressos no 2º semestre de 1993”

(53) [MEMO 32] [1994]

“*Encaminhamos* a V.Sa. o requerimento da Sra. Fulana de Tal, pleiteando para seu filho Sicrano de Tal uma bolsa de estudo no curso preparatório Pró-Técnico”

Verificou-se, porém, que em um dos exemplares analisados o propósito comunicativo de encaminhar o documento fica implícito, sendo possível inferi-lo por meio da expressão “anexo”.

(54) [MEMO 17] [1987]

“Informamos que o Certificado *anexo* é referente a participação da aluna Fulana de Tal no grupo de dança da ETFPE, de abril de 1978 à novembro de 1985”

Os movimentos retóricos do memorando de encaminhamento também são diversos e flexíveis, uma vez que para os 11 (onze) exemplares analisados identificou-se 1 (um) padrão com 11 (onze) diferentes realizações retóricas (cf. apêndice VI, p. 297-298). Não se pode negar que essa heterogeneidade na organização retórica dos memorandos é tributária da flexibilidade inerente à própria natureza diversificada das cartas em geral, sendo que, neste caso específico, há um considerável nível de formalidade e uma preocupação latente com uma suposta objetividade. A propósito, pode-se até mesmo afirmar que essa versatilidade na organização retórica desse gênero também tem a ver com a natureza diversificada da conversação, pois cartas são formas de conversa por escrito, resguardadas as particularidades textuais, retóricas, pragmáticas e enunciativas de cada uma dessas modalidades linguístico-discursivas. Mesmo assim, existem semelhanças entre os exemplares de memorandos de encaminhamento, possibilitadas pelas recorrências das situações retóricas que os engendram, conforme se pode ver na figura seguinte.

Fig. 53 – Recorrência dos movimentos retóricos nos memorandos de encaminhamento

MOVIMENTOS RETORICOS	Nº DE OCORRENCIA	%
• Localiza a cidade de origem do memorando e/ou data o texto	11	100
• Enumera o texto do memorando, como forma de controle	11	100
• Indica o setor de origem do memorando, seja por sigla, seja por extenso ou por ambos	11	100
• Indica o setor de destino do memorando	11	100
• Encaminha explícita ou implicitamente documentos, descrevendo-os	11	100
• Subscrive o texto, junto à especificação da função que ocupa na instituição	11	100
• Conclui com fórmula de cortesia ("atenciosamente", "cordialmente") ou em tom menos formal ("saudações")	7	63,6
• Dirige-se ao destinatário, por meio da categoria linguística do vocativo	5	45,4
• Informa o tópico discursivo, por meio do item "assunto"	5	45,4
• Expõe a finalidade do encaminhamento, seja de documentos, seja de objetos	4	36,3
• Sinaliza a finalização do texto, elogiando, agradecendo ou colocando-se à disposição	3	27,2

Fonte: Elaboração do autor desta tese

Os movimentos retóricos de introdução (elementos do cabeçalho) e conclusão do memorando de encaminhamento praticamente conservam as mesmas estruturas dos outros tipos, seja no memorando de solicitação, seja no de informação e esclarecimento. A novidade, portanto, depende do *move* principal, que é fazer o encaminhamento do documento ou objeto, presente nos 11 (onze) exemplares analisados, equivalendo a 100% das ocorrências. Aliás, é de bom parecer afirmar que esse é o movimento retórico que assegura a prototipicidade dessa variação do memorando. Algumas vezes, esse tipo de memorando pode ser essencialmente metalinguístico, ou seja, trata-se de uma correspondência oficial cujo tópico discursivo é a própria correspondência oficial. Veja-se o exemplar da figura seguinte, em que um memorando encaminha uma minuta de ofício.

Fig. 54 – Memorando em que se encaminha minuta de ofício [MEMO 48]

Coordenação do Curso de Design Gráfico
<p>Memo: 10/2003 Recife 19 de Novembro de 2003</p> <p>Para: GD</p> <p>Estamos enviando uma minuta e o nome das empresas com os referidos endereços e contatos, para que seja feito um ofício, dando assim, aos alunos do Módulo 01 [Sistema de Identidade Visual] do curso de Design Gráfico, condições para realizarem seus trabalhos acadêmicos junto às empresas.</p> <p>Minuta padrão:</p> <p>Informamos que os alunos do Curso Superior em Design Gráfico do CEFET-PE – estão realizando um trabalho acadêmico relativo ao Módulo de Sistema de Identidade Visual. Solicitamos que vossa empresa permita a entrada dos mesmos para que possam efetivar pesquisa de campo.</p> <p>Alunos: Fulano de Tal Sicrana de Tal Beltrano de Tal</p> <p>Empresa: Empresa Tal LTDA. Endereço: Av. Tal, 0000 Bairro Tal, Olinda-PE Fone: 0000.0000 Responsável: Fulano de Tal Cargo: Gerente</p> <hr/> <p>Estamos disponíveis para quaisquer esclarecimentos. Sem mais para o momento.</p> <p style="text-align: right;">[assinatura]</p>

Fonte: Acervo da pesquisa

Um fato que chama atenção é a imbricação desse tipo de memorando com o gênero *ofício* – estudado por Silveira (2005) –, pois, nesse caso, o memorando aparece como uma espécie de rascunho do *ofício*. Noutras palavras, memorandos podem cumprir a função comunicativa de encaminhar *minutas de ofício* a determinados setores da instituição, funcionando como um ato discursivo em que a linguagem refere-se à própria linguagem. Esse dado é importante porque confirma que o memorando, de fato, é um gênero de circulação estritamente interna, pois, quando a Coordenação do Curso de Design Gráfico sente a necessidade de contatar uma empresa, dirige-se, antes, ao Gabinete da Direção – departamento responsável pela comunicação externa da instituição –, para que seja feito um *ofício*. Nesse ponto da análise, corrobora-se ainda a visão de que o *status* dos gêneros oficiais não é unânime. Memorandos, portando minutas de ofício, são rascunhos de

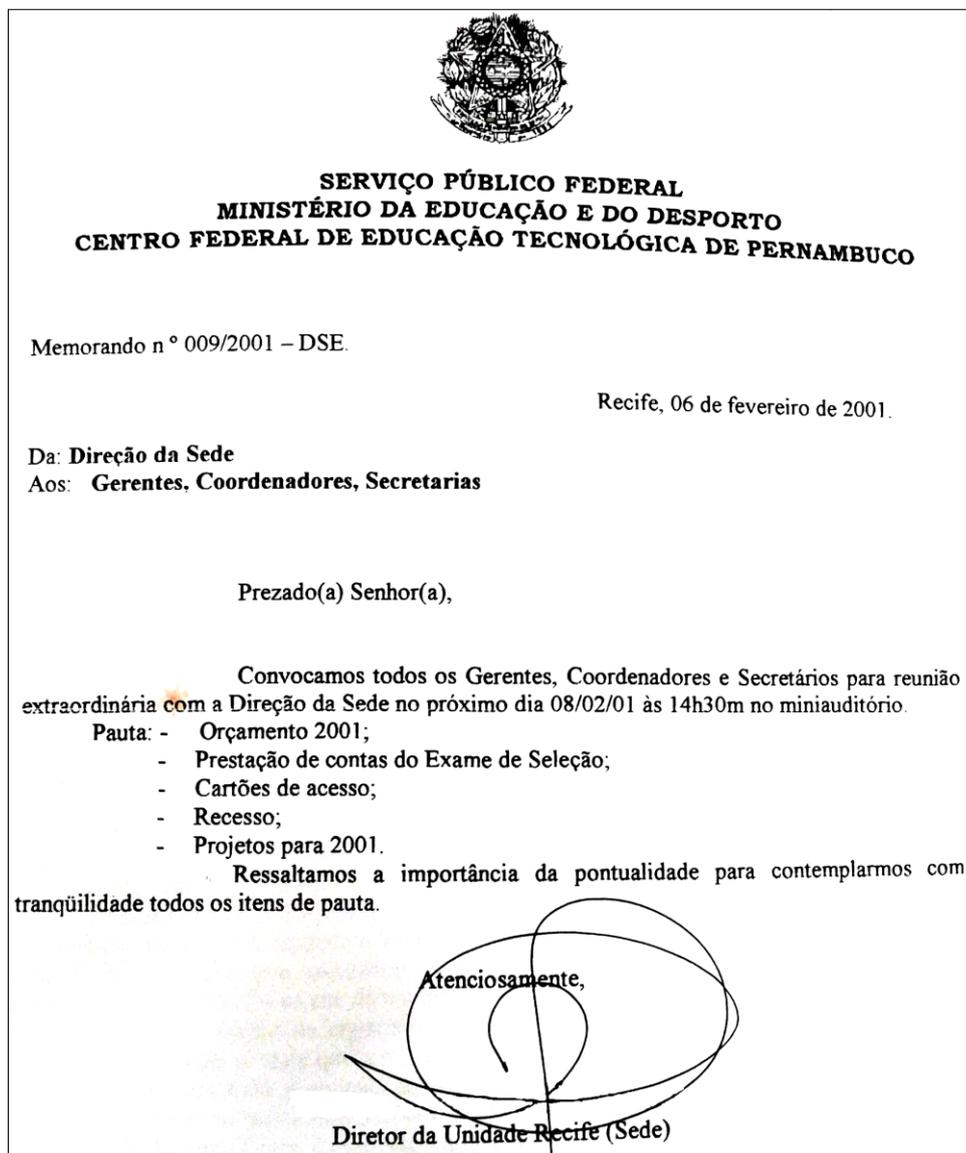
ofício; disso decorre que os *ofícios* mantêm um *status* privilegiado, enquanto os memorandos parecem não gozar desse mesmo privilégio. Ademais, resta asseverar que, subjacente a ambas as práticas discursivas – escrever um memorando e escrever um ofício – estão em jogo as relações de poder e a complexa questão das fronteiras intergenéricas. Logo, cogita-se que dificilmente circularia uma minuta de memorando nos espaços sociopragmáticos da instituição *locus* da presente pesquisa.

6.1.4. Outros tipos de memorandos menos recorrentes no *corpus*

A pesquisa revelou que outros tipos de memorando circulam intrainstitucionalmente, porém em menor quantidade. Do ponto de vista quantitativo, talvez eles pudessem ser até mesmo desconsiderados; porém, no plano qualitativo, essas variações podem ser vistas como mais uma prova de que o memorando é um gênero versátil, principalmente no que se relaciona aos seus propósitos comunicativos e à sua organização retórica. Com base nisso, tecer-se-ão algumas considerações acerca dos memorandos que têm a finalidade de *convocar*, *convidar*, *autorizar* e *advertir*.

Para esta análise, é prudente retomar a distinção de que os atos retóricos de *convocar* e *convidar* têm implicações diferentes no âmbito do serviço público. O primeiro estaria ligado à obrigatoriedade, enquanto o segundo pauta-se pela opcionalidade. Do ponto de vista de sua organização retórica, memorandos de convocação e memorandos-convite são semelhantes; mas, sob um olhar discursivo, os efeitos de sentido desencadeados são distintos. Assim, entende-se que não é possível agrupá-los sob um mesmo rótulo, já que, se as ações sociais realizadas por meio desses construtos genéricos são diversas, os propósitos que as materializam linguisticamente certamente também o são. Portanto, defende-se que memorandos de convocação e memorandos-convite não se confundem. Veja-se, na figura da página seguinte, um exemplar típico de memorando de convocação.

Fig. 55 – Exemplar de memorando de convocação [MEMO 44]



Fonte: Acervo da pesquisa

O exemplar em análise trata de uma convocação feita pela Direção do IFPE/*Campus* Recife (à época denominado Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco/Unidade Recife) aos gerentes, coordenadores e secretários para reunião extraordinária, a fim de discutir assuntos de interesse da instituição. Interessante notar que o movimento principal do texto centra-se na passagem em que se realiza linguisticamente a convocação (*Convocamos todos os gerentes...*). As informações seguintes, embora úteis, podem ser consideradas opcionais, já que tratam da pauta da reunião e cobram pontualidade dos sujeitos convocados, respectivamente. Observe-se como esse texto se organiza retoricamente.

Fig. 56 – Organização retórica de memorando de convocação [MEMO 44]

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PERNAMBUCO	
Memorando nº 009/2001 – DSE	<i>Enumera o texto e indica setor de origem (sigla)</i>
Recife, 06 de fevereiro de 2001.	<i>Localiza e/ou data o texto</i>
Da: Direção da Sede	<i>Indica setor de origem</i>
Aos: Gerentes, Coordenadores, Secretarias	<i>Indica setor de destino</i>
Prezado(a) Senhor(a),	<i>Dirige-se ao destinatário</i>
Convocamos todos os Gerentes, Coordenadores e Secretários para reunião extraordinária com a Direção da Sede no próximo dia 08/02/01 às 14h30m no miniauditório.	<i>Faz a convocação para a reunião, informando data, hora e local</i>
Pauta: - Orçamento 2001; - Prestação de contas do Exame de Seleção; - Cartões de acesso; - Recesso; - Projetos para 2001.	<i>Informa a pauta da reunião</i>
Ressaltamos a importância da pontualidade para contemplarmos com tranquilidade todos os itens de pauta.	<i>Cobra pontualidade do auditório</i>
Atenciosamente,	<i>Conclui com fórmula de cortesia</i>
[assinatura] Diretor da Unidade Recife (Sede)	<i>Subscreve</i>

Fonte: Elaboração do autor desta tese

Nesse tipo de memorando, a convocação é marcada linguisticamente por meio do verbo *convocar* ou por sua nominalização, cujos efeitos de sentido são diferentes, como se pode ver em:

(55) [MEMO 11] [1982]

“Nos termos do artigo 16 da Portaria 97/82, *convoco* essa Chefia para uma reunião com a Direção na próxima segunda-feira, às 15:30 horas na sala de reuniões do Gabinete (...)”

(56) [MEMO 27] [1991]

“Nesta ocasião, estamos formalizando sua *convocação* para participar do evento e, ao mesmo tempo, remetemos-lhe, em anexo, a programação da atividade (...)”

A convocação por meio de verbo em (55) sinaliza uma posição incisiva, com efeito de ordem, uma vez que o sujeito marca a sua agentividade (*[eu] convoco...*) de modo explícito no texto. Em (56), o posicionamento do sujeito é atenuado, de

modo que a nominalização (*convocação*) contribui para um certo distanciamento do sujeito diante do seu dizer, mantendo uma posição relativamente mais neutra.

Durante o tratamento dos dados, verificou-se que apenas 5 (cinco) exemplares do *corpus* selecionado tinham como objetivo convocar para reunião ou evento. Essa baixa ocorrência possivelmente tem a ver com o fato de que reuniões e eventos que cobram participação obrigatória de servidores públicos não acontecem frequentemente na instituição. Dizendo de outra maneira, a ação comunicativa de convocar depende inteiramente da situação retórica que a motiva. Mesmo sendo rarefeitos, os exemplares coletados evidenciam diferentes padrões retóricos (cf. apêndice VII, p. 299-300).

A identificação desse tipo de memorando torna-se mais clara se for levado em consideração o seu movimento retórico central, em que se faz a convocação. Os demais *moves* que se localizam no corpo do texto servem de apoio para que o movimento retórico principal se realize, posto que as informações neles contidas gravitam em torno de um mesmo campo semântico: reunião, evento, treinamento, pauta, público alvo, programação, pontualidade e assim por diante. Abaixo, segue a figura em que se podem ver as recorrências constatadas nos memorando de convocação.

Fig. 57 – Recorrência dos movimentos retóricos nos memorandos de convocação

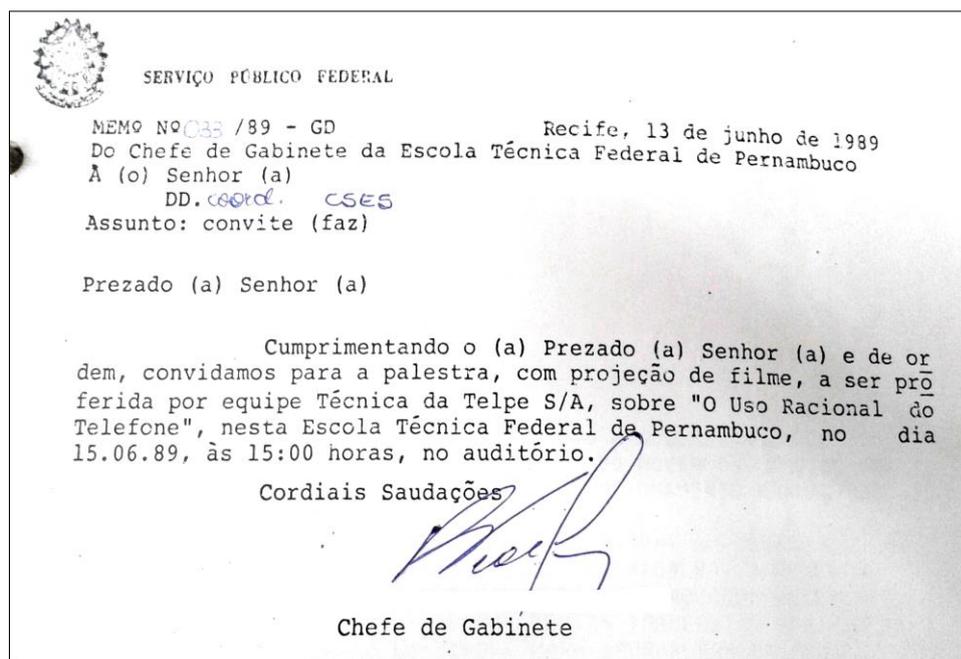
MOVIMENTOS RETORICOS	Nº DE OCORRÊNCIA	%
• Localiza a cidade de origem do memorando e/ou data o texto	5	100
• Enumera o texto do memorando, como forma de controle	5	100
• Indica o setor de origem do memorando, seja por sigla, seja por extenso ou por ambos	5	100
• Indica o setor de destino do memorando	5	100
• Faz convocação para evento (reunião, treinamento), informando data, hora e local do encontro	5	100
• Subscrive o texto, junto à especificação da função que ocupa na instituição	5	100
• Conclui com fórmula de cortesia ("atenciosamente")	5	100
• Dirige-se ao destinatário, por meio da categoria linguística do vocativo	3	60
• Informa o tópico discursivo, por meio do item "assunto"	3	60

Fonte: Elaboração do autor desta tese.

Quanto aos *memorandos-convite*, uma primeira observação a se fazer é a natureza híbrida dessa terminologia. Tem-se, assim, a imbricação de dois gêneros (o memorando e o convite) que se fundem em um só (o memorando-convite). Por um lado, o memorando é um construto típico da correspondência oficial; o convite, por outro lado, exorbita a esfera administrativa, pois pode circular em muitas outras: cotidiana (convite de aniversário, casamento), acadêmico-administrativa (convite de formatura), religiosa (convite para missa de sétimo dia), empresarial (convite de confraternização anual), dentre outras. Além do mais, memorandos são eminentemente escritos; convites, porém, podem ser escritos ou orais (ou pelo menos oralizados), haja vista os que são publicamente apregoados, tais como convites para inauguração de obras públicas, funeral, missa de sétimo dia e assim por diante.

No caso em estudo, compreende-se que o memorando-convite é uma variação do gênero memorando, que não perde suas características de correspondência interna e institucional. Entretanto, muitos elementos que o constituem são herdados do convite, trazendo à tona a questão das fronteiras intergenéricas e da imbricação dos gêneros, tal como eles funcionam no mundo real do discurso (cf. BHATIA, 2004; 2012; 2015b). Observe-se a figura abaixo.

Fig. 58 – Exemplar de memorando-convite [MEMO 21]



O movimento retórico de *convidar* pressupõe elementos essenciais à formulação de um convite, quais sejam: quem está convidando, quem está sendo convidado, para qual evento se está sendo convidado, onde e quando ocorrerá o evento e, às vezes, com qual finalidade se está promovendo o encontro. No caso em tela, trata-se de um memorando-convite enviado pela Chefia de Gabinete da Escola Técnica Federal de Pernambuco (atual IFPE/*Campus* Recife) à Coordenadoria de Serviço Social da mesma instituição, convidando para palestra, realizada no auditório da ETFPE, às 15h do dia 15/05/1989, cuja finalidade foi discutir o uso racional do telefone. Do ponto de vista retórico, esse memorando está esquematizado estruturalmente da seguinte maneira:

Fig. 59 – Organização retórica de memorando-convite [MEMO 21]

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	
MEMO N.º 033/89-GD	<i>Enumera o texto e indica o setor de origem (sigla)</i>
Recife, 13 de junho de 1989.	<i>Localiza e/ou data o texto</i>
Do: Chefe de Gabinete da Escola Técnica Federal de Pernambuco	<i>Indica setor de origem</i>
À (o) Senhor (a) <i>Fulana de Tal</i> DD. coord. CSES	<i>Indica setor de destino</i>
Assunto: convite (faz)	<i>Informa o tópico discursivo</i>
Prezado (a) Senhor (a)	<i>Dirige-se ao destinatário</i>
Cumprimentando o (a) Prezado (a) Senhor (a) e de ordem, convidamos para a palestra, com projeção de filme, a ser proferida por equipe Técnica da Telpe S/A, sobre "O Uso Racional do Telefone", nesta Escola Técnica Federal de Pernambuco, no dia 15.06.89, às 15:00 horas, no auditório.	<i>Convida para evento, informando data, hora e local</i>
Cordiais saudações	<i>Conclui em tom menos formal</i>
[assinatura] Chefe de Gabinete	<i>Subscreve</i>

Fonte: Acervo da pesquisa

A recorrência dos movimentos retóricos nos exemplares de memorando-convite indica que eles são bastante parecidos, a despeito da baixa recorrência no

corpus em estudo; uma visão mais concreta dessa variação do gênero exige, portanto, um maior número de exemplares. Não obstante isso, explica-se que sua escassez justifica-se em razão de eventos com envio de memorandos-convite configurarem-se como ações sociais – mediadas pela escrita – um tanto rarefeitas no âmbito institucional. Mesmo assim, para 3 (três) exemplares analisados identificou-se 1(um) padrão com 3 (três) realizações retóricas diferentes, ratificando que há flexibilidade dos movimentos retóricos nesse tipo de memorando (cf. apêndice VIII, p. 301). Apesar da sua heterogeneidade, memorandos-convite apresentam certos traços de regularidades, conforme se pode verificar na figura abaixo.

Fig. 60 – Recorrência dos movimentos retóricos nos memorandos-convite

MOVIMENTOS RETORICOS	Nº DE OCORRENCIA	%
• Localiza a cidade de origem do memorando e/ou data o texto	3	100
• Indica o setor de origem do memorando, seja por sigla, seja por extenso ou por ambos	3	100
• Indica o setor de destino do memorando	3	100
• Faz o convite para reunião ou evento, informando data, hora e local do encontro	3	100
• Subscrive o texto, junto à especificação da função que ocupa na instituição	3	100
• Conclui com fórmula de cortesia ("atenciosamente") ou em tom menos formal ("cordiais saudações")	3	100
• Informa o tópico discursivo, por meio do item "assunto"	2	66,6
• Enumera o texto do memorando, como forma de controle	2	66,6

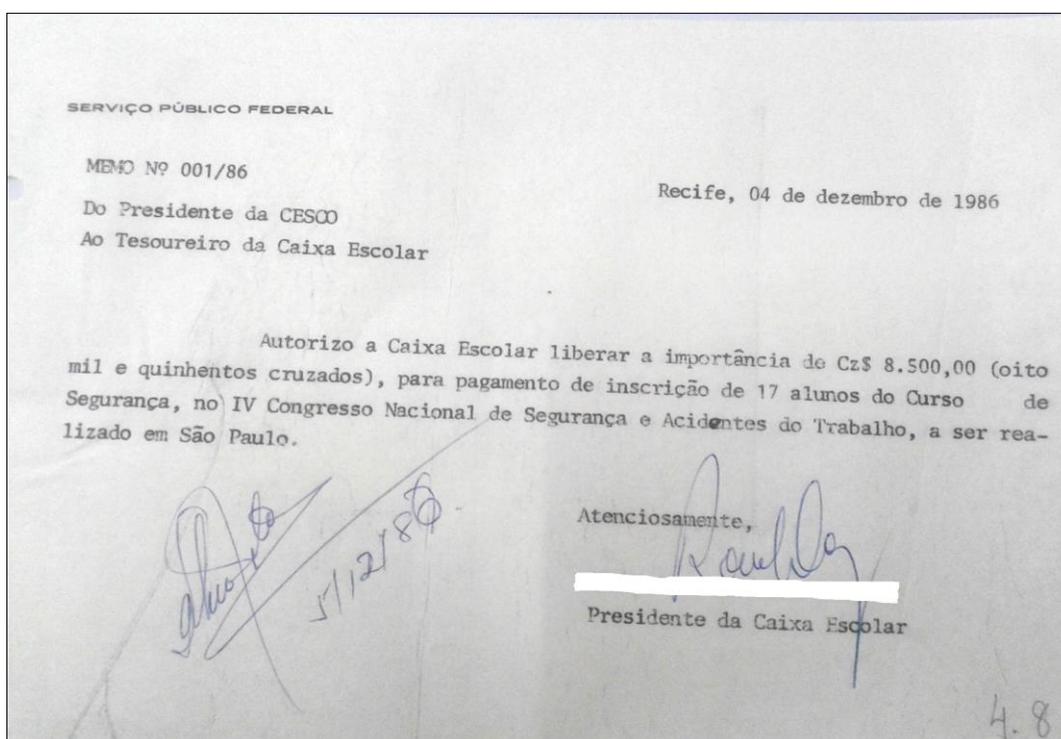
Fonte: Elaboração do autor desta tese.

Convém frisar que tanto os memorandos de convocação quanto os memorandos-convite geralmente são encaminhados a mais de um interlocutor, ensejando o chamado *memorando-circular* (que não deve ser confundido com a *circular*, dado que esta é um outro gênero típico da esfera administrativa). No caso do memorando-circular, não se trata de um novo gênero, mas do mesmo construto genérico dirigido a vários setores/interlocutores simultaneamente; assim, há uma variação na audiência.

Durante a pesquisa, foram localizados dois tipos de memorando que merecem ser destacados por sua natureza mais esdrúxula (o de *autorização* e o de

advertência). Em relação ao primeiro, identificaram-se apenas 2 (dois) exemplares; entretanto, chamam atenção pela particularidade do seu propósito comunicativo central: autorizar. Aliás, parece que essa prática discursiva, via memorando, caiu em extinção, uma vez que os exemplares coletados são das décadas de setenta e oitenta do século XX. Ao mesmo tempo, parece também que essa prática relacionava-se à estrutura organizacional do IFPE/*Campus* Recife (à época ETFPE), quando havia um setor denominado Caixa Escolar, pois ambos os exemplares foram emitidos desse mesmo departamento. Abaixo, veja-se um exemplar desse tipo de memorando.

Fig. 61 – Exemplar de memorando de autorização [MEMO 15]



Fonte: Acervo da pesquisa

Como se pode ver na figura acima, o movimento retórico principal é marcado pelo próprio verbo performativo *autorizar*. Ao que parece, essa era um prática comum dentro da Caixa Escolar da ETFPE, pois o diálogo institucional se estabelece entre o presidente e o tesoureiro desse setor. O memorando de autorização cumpre um objetivo comunicativo bastante prático, funcionando quase como uma ordem de pagamento (cheque), rememorando que práticas discursivas, de fato, imbricam-se com ações sociais. Infere-se que, sem essa autorização

escrita, dificilmente os dezessete estudantes do Curso de Segurança teriam participado do IV Congresso Nacional de Segurança e Acidentes do Trabalho. Quanto à estrutura esquemática do gênero, com base em seus propósitos comunicativos, tem-se o que se apresenta na figura abaixo.

Fig. 62 – Organização retórica de memorando de autorização [MEMO 15]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	
MEMO Nº 001/86	<i>Enumera o texto</i>
Recife, 04 de dezembro de 1986.	<i>Localiza e/ou data o texto</i>
Do Presidente da CESCO	<i>Indica o setor de origem</i>
Ao Tesoureiro da Caixa Escolar	<i>Indica o setor de destino</i>
Autorizo a Caixa Escolar liberar a importância de Cr\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos cruzados),	<i>Autoriza a transação financeira</i>
para pagamento da inscrição de 17 alunos do Curso de Segurança, no IV Congresso Nacional de Segurança e Acidentes do Trabalho, a ser realizado em São Paulo.	<i>Expõe a finalidade da autorização</i>
Atenciosamente,	<i>Conclui com fórmula de cortesia</i>
[assinatura] Presidente da Caixa Escolar	<i>Subscreve</i>

Fonte: Acervo da pesquisa

Apesar de serem localizados somente 2 (dois) exemplares de memorandos de autorização, reitera-se neste trabalho o compromisso com uma abordagem qualitativa de pesquisa, cujos dados quantitativos não interessam por si sós, mas na relação com a interpretação e a apreciação que deles se fazem. Essa baixa ocorrência, atrelada à época em que esses memorandos foram produzidos (1977/1986) mostram que essa prática discursiva praticamente desapareceu ou foi substituída por outras no contexto do gerenciamento das finanças públicas dentro da instituição *locus* da pesquisa. Um fato é que a Caixa Escolar não mais existe, visto que o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) hoje conta com uma Pró-reitoria de Administração, cuja finalidade é planejar, executar e controlar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial da instituição. Talvez uma pesquisa *in loco* na referida pró-reitoria, com o intuito de inventariar os gêneros típicos daquele sistema

de atividades, fosse capaz de diagnosticar se, de fato, memorandos de autorização não mais existem. De qualquer modo, os dois exemplares encontrados são bem semelhantes, a despeito das poucas variações entre eles (cf. apêndice IX, p. 302).

Convém destacar que, entre as variações, está o fato de um dos memorandos recorrer a um documento vigente à época (o Plano de Aplicação da Caixa Escolar) para fundamentar institucionalmente a autorização financeira, ao passo que o outro não o faz. Cumpre ressaltar também que, junto ao *move* principal – autorizar a liberação financeira – apareceu em ambos os exemplares a finalidade da autorização. A figura a seguir sintetiza estatisticamente a recorrência dos movimentos retóricos no memorando de autorização.

Fig. 63 – Recorrência dos movimentos retóricos nos memorandos de autorização

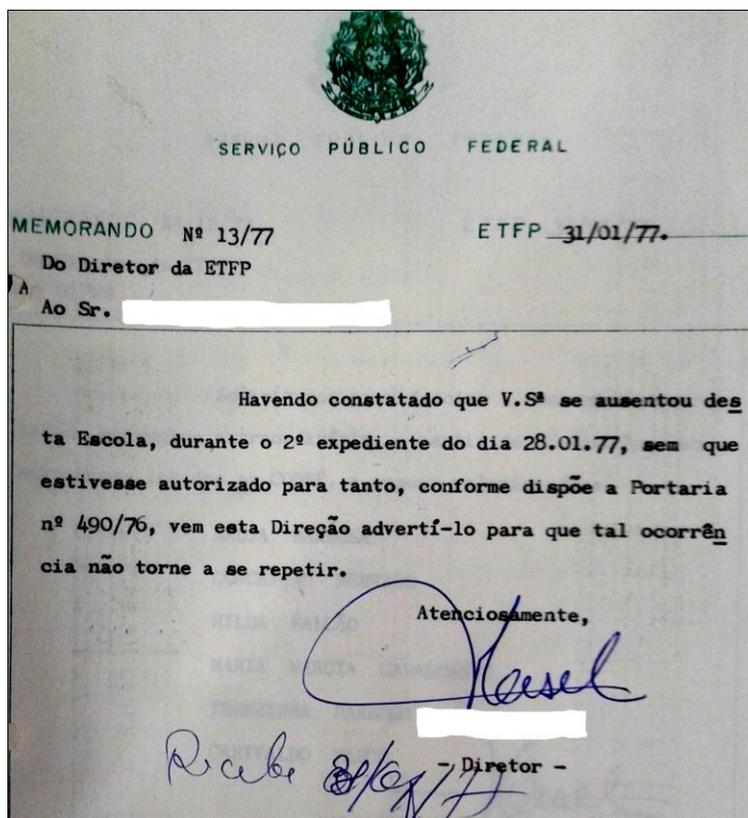
MOVIMENTOS RETORICOS	Nº DE OCORRÊNCIA	%
• Enumera o texto do memorando, como forma de controle	2	100
• Localiza a cidade de origem do memorando e/ou data o texto	2	100
• Indica o setor de origem do memorando, seja por sigla, seja por extenso ou por ambos	2	100
• Indica o setor de destino do memorando	2	100
• Autoriza a transação financeira	2	100
• Expõe a finalidade da autorização	2	100
• Subscrive o texto, junto à especificação da função que ocupa na instituição	2	100
• Conclui com fórmula de cortesia (“atenciosamente”)	1	50
• Informa o tópico discursivo, por meio do item “assunto”	1	50
• Fundamenta-se em documento prévio	1	50

Fonte: Acervo da pesquisa

Os dois últimos tipos de exemplares que apareceram no *corpus* não podem ser abordados à luz de uma perspectiva baseada em recorrências, visto que eles ocorreram apenas uma vez cada. O primeiro deles foi denominado de *memorando de advertência*. Durante a triagem dos dados, chamou atenção a ocorrência desse propósito comunicativo, evidenciando, mais uma vez, a natureza complexa e diversificada dos memorandos, quase sempre ignorada por aqueles que abordam a chamada redação oficial. Trata-se de um memorando enviado pela Direção da

Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE) a um servidor em particular, em razão de este ter se ausentado da instituição no horário de trabalho, sem qualquer autorização de sua chefia imediata. Observe-se a figura abaixo.

Fig. 64 – Exemplar de memorando de advertência [MEMO 04]



Fonte: Acervo da pesquisa

Como se pode verificar, o propósito comunicativo é marcado no texto por meio da expressão verbal “vem advertir”. De modo geral, o exemplar em análise não difere do padrão-memorando, em termos de forma do gênero; no entanto, o seu propósito comunicativo o torna um evento comunicativo singular, motivado por uma situação retórica específica. Pela sua escassez no *corpus* e pela época em que foi produzido, parece que memorandos de advertência não são uma prática discursiva comum. Aliás, presume-se que não é comum funcionários públicos receberem advertências, principalmente por escrito.

O que se está denominando de *memorando-relato*, é um caso atípico⁹². Trata-se do memorando mais longo do *corpus* da pesquisa, em que a escrevente – uma assistente social – reporta-se à Direção-Geral do IFPE/Campus Recife (à época

⁹² Por ser demasiadamente longo, o referido memorando não será exposto nesta tese.

denominado Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco – Unidade Recife), relatando um fato ocorrido com uma estudante que estava com problemas de saúde; ao mesmo tempo, a servidora questiona a gestão, cobra providências e sugere meios de resolver o referido problema. Este exemplar põe em xeque a natureza concisa do memorando, bem como a sua brevidade. De qualquer maneira, não deixa de ser uma ação interna à instituição que, possivelmente, desencadeou outros diálogos e funcionou como uma resposta ativa. A identificação do gênero como um memorando sustenta-se pela designação dada pelo sujeito escrevente; contudo, o exemplar em análise aproxima-se mais de um relato ou de uma denúncia, trazendo à tona a pertinente reflexão sobre o (des)conhecimento de gêneros e a questão do letramento burocrático no serviço público.

6.2. Aspectos linguístico-discursivos do memorando

Nesta seção, analisar-se-á o memorando do ponto de vista linguístico-discursivo, ressaltando-se as marcas da formalidade e de uma pretensa impessoalidade que constituem o chamado *burocratês*, isto é, “o registro linguístico dos documentos administrativos oficiais” (SILVEIRA, 2008, p. 215). Na verdade, esta é a parte da tese em que se lança um olhar mais linguístico (gramatical e lexical) para o gênero em estudo, uma vez que as análises anteriores focaram a dimensão contextual do gênero e a sua respectiva organização retórica, nas quais o componente linguístico apareceu em menor proporção.

6.2.1. Burocratês: singularidades de um registro linguístico

A ciência da linguagem explica que a língua varia e muda de acordo com os contextos de uso. Esse consenso – aparentemente óbvio – ganhou relevo principalmente com o impulso dos estudos pragmáticos e enunciativos, na segunda metade do século XX, que exorbitaram o sistema linguístico e passaram a considerar a situação comunicativa e os papéis desempenhados pelos interlocutores no momento da interação. Disso decorre que, quando a situação interacional é íntima, amistosa ou familiar, os usos da língua tendem a ser informais ou até coloquiais; por outro lado, os usos linguísticos tornam-se formais quando a situação de interlocução é mais tensa e cerimoniosa, cujos participantes mantêm uma menor

aproximação, tal como ocorre no discurso oficial. O memorando desponta como um gênero típico de situações oficiais formais, que se materializam por meio da língua padrão em sua modalidade escrita, ensejando um registro linguístico próprio chamado *burocratês* (MENDONÇA, 1985; SILVEIRA, 2005; 2008).

O ponto de vista dos estudos normativos acerca da comunicação oficial é o de que esta deve caracterizar-se pela impessoalidade, clareza, concisão, formalidade, uniformidade e pelo uso do padrão culto da linguagem, em coerência com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência do serviço público. Diz o Manual de Redação da Presidência da República que “esses mesmos princípios (...) aplicam-se às comunicações oficiais: elas devem sempre permitir uma única interpretação e ser estritamente impessoais e uniformes, o que exige o uso de certo nível de linguagem” (BRASIL, [1991] 2002, p. 4). As noções de interpretação única, impessoalidade e uniformidade são incompatíveis com o ponto de vista da ciência da linguagem, quando se defende que a língua como discurso não tem a fixidez e a invariabilidade que defende o referido manual. Em relação ao *burocratês*, esse mesmo documento traz a seguinte posição:

a identificação que se buscou fazer das características específicas da forma oficial de redigir não deve ensejar o entendimento de que se proponha a criação – ou se aceite a existência – de uma forma específica de linguagem administrativa, o que coloquialmente e pejorativamente se chama *burocratês*. Este é antes uma distorção do que deve ser a redação oficial, e se caracteriza pelo abuso de expressões e clichês do jargão burocrático e de formas arcaicas de construção de frases (BRASIL, [1991] 2002, p. 4).

Há de se discordar dessa visão que toma o *burocratês* como uma “distorção do que deve ser a redação oficial”. Essa interpretação do referido manual pode sinalizar falta de base científica desse documento e desconhecimento dos (ou o desinteresse pelos) avanços da ciência da linguagem. Convém destacar que nada na língua é despropositado; por conseguinte, essa “forma específica de linguagem administrativa” também não o é, haja vista que os textos, assim como a língua, têm uma história. Isso posto, sublinhe-se que o memorando – enquanto padrão discursivo da comunicação oficial – reflete na sua dimensão linguística as relações sociais que são travadas no seio das instituições. Nesse sentido, a chamada *linguagem burocrática* deve ser compreendida como:

uma subvariedade escrita da língua materna. É primordialmente um código escrito usado pelos membros da Administração durante seu trabalho, encontrado em documentos que emanam das instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas. Ela aparece sob a forma de regulamentos, normas, estatutos, manuais do empregado e outros, folhetos e publicações explicativas e referenciais produzidos por tais instituições (MENDONÇA, 1985, p. 16).

Em que pese o fato de a autora tecer essas considerações na década de 1980, concorda-se que, de fato, o burocratês pode ser considerado uma variedade do português escrito; todavia, discorda-se da concepção que o toma como um “código escrito”. Defende-se nesta tese o burocratês como um registro linguístico dependente de um contexto sócio-histórico que motivou o seu surgimento, circulação e uso, a despeito das políticas públicas para a desburocratização e dos avanços tecnológicos que potencializaram novas formas de interação verbal. A propósito da noção de desburocratização, há de se considerar que a discussão acerca da simplificação da linguagem burocrática não é recente. No fim da década de 1970, o Decreto nº 83.740 de 18 de julho de 1979 instituiu o Programa Nacional de Desburocratização – revogado posteriormente pelo Decreto nº 5.378 de 2004 –, cuja preocupação estendia-se à redução da circulação de papéis nos ambientes públicos, porém tangenciava a questão linguística. Justificando que desburocratizar é democratizar, os defensores da desburocratização têm consciência de que a questão não é tão simples o quanto possa parecer, pois “mais do que um problema técnico da organização, a desburocratização só pode efetivar-se pela via do poder, pois significa convencer os que decidem a abdicar do abuso de multiplicar controles” (MENDONÇA, 1985, p. 4).

Tido muitas vezes, pejorativamente, como uma forma de linguagem artificial, antiquada ou até desnecessária, o burocratês constitui-se num registro linguístico típico dos gêneros oficiais. Além do mais, a despeito dos interesses dos planificadores da linguagem burocrática, há de se considerar que ao lado da história das línguas existe a história dos textos. Portanto, não se pode ignorar que a própria evolução dos gêneros oficiais faz parte de uma tradição, de um modo particular de uso do discurso escrito. Não se está afirmando que os gêneros da burocracia estatal e empresarial – e dentre eles o memorando – devam ser recheados de chavões e expressões-clichê nem abusar de verbos e pronomes na segunda pessoa do plural; sustenta-se, porém, que os resquícios dessas marcas nos textos oficiais não devem

ser vistos como excessos, artificialismos ou ornamentos, mas como herança de uma tradição discursiva que marca a história dos gêneros oficiais.

Assim sendo, como disse Silveira (2008, p. 215), o *burocratês* não pode ser tratado como um dialeto da língua “porque não é adquirido de forma natural; e também não tem fronteiras geográficas”. Mesmo assim, ele desfruta de muito prestígio na esfera administrativa, pois legitima as relações de poder, por meio de gêneros convencionalizados, organizando e coordenando práticas discursivas escritas no exercício das atividades profissionais dentro das instituições. Aliás, o burocratês é herdeiro do *juridiquês* – uma terminologia utilizada para designar o uso da linguagem jurídica e de termos técnicos do Direito –, mas mantém suas características próprias, quer no plano lexical, quer no sintático. Trata-se de um registro linguístico poderoso, visto que está a serviço do conservadorismo burocrático, criando-se assim um sistema de comunicação fechado que reflete as próprias características da estrutura burocrática que é fechada, hierarquizada, autoritária e pretensamente impessoal. Quanto ao objeto de estudo da pesquisa – o memorando –, constatou-se que as marcas do *burocratês* aparecem principalmente por meio da *formalidade*, da *impessoalidade* e de seus respectivos desdobramentos.

6.2.2. As marcas da formalidade como tradições discursivas

Uma das características principais da escrita oficial é a sua formalidade, sejam quais forem os gêneros escritos que se materializem nessa modalidade linguística. Com efeito, o memorando não estaria imune a essa particularidade, pois se trata de um artefato genérico utilizado para fins de comunicação interna dentro das instituições públicas. Essa formalidade está expressa tanto nos componentes grafoespaciais do gênero quanto na sua arquitetura linguístico-discursiva. De modo geral, os exemplares do *corpus* apresentam certas similitudes quanto à sua diagramação. Os dados analisados mostram que, passados mais de quarenta anos (de 1973 a 2014 – o *chronos* da pesquisa), não há mudanças significativas na forma grafoespacial do gênero. Isso comprova que, de fato, o memorando é um gênero bastante estável.

No plano linguístico-discursivo, a *formalidade* manifesta-se nos exemplares do *corpus*, inicialmente, por meio do *vocativo*, compreendido como uma unidade linguístico-discursiva que “cumpr[e] uma função apelativa de 2ª pessoa, pois, por seu

intermédio, chamamos ou pomos em evidência a pessoa ou a coisa a que nos dirigimos” (BECHARA, 2009, p. 460). Em se tratando de correspondência oficial, essa “pessoa” de que fala o autor sempre se referirá ao próprio serviço público (um departamento, uma chefia, uma direção, uma coordenadoria, uma gerência e assim por diante), uma vez que são servidores mantidos pelo Estado brasileiro e que prestam serviços aos seus cidadãos. O vocativo assume no texto oficial um efeito discursivo de respeito, seriedade e polidez, diferentemente do que se vê nas interações comunicativas de cunho pessoal ou íntimo: “Oi, fulano” (falando ao celular), “Olá, Sicrano” (iniciando um *e-mail*), “Blz, cara?” (introduzindo uma conversa em um bate-papo virtual).

A análise dos dados, no que se refere especificamente à recorrência do vocativo no memorando, revelou que essa estrutura linguístico-discursiva não é tão proeminente no *corpus*, porém aparece em quantidade significativa, se levar em consideração que ela fica patente em 26 (vinte e seis) exemplares, correspondendo a 43,3% dos dados examinados. É evidente que esses vocativos não são uniformes, pois podem variar de acordo com a posição social ocupada pela audiência na hierarquia da estrutura administrativa da instituição. A figura a seguir dá a dimensão de como esses vocativos manifestam-se *ipsis litteris* nos exemplares de memorandos da pesquisa.

Fig. 65 – Recorrências de vocativos nos exemplares de memorando analisados

VOCATIVO	RECORRÊNCIA	%
Prezado(a) Senhor(a), Prezada Coordenadora, Prezados alunos	13	21,6
Senhor(a) Coordenador(a), Senhor(a) Diretor(a), Senhor Diretor Geral, Sr. Chefe, Sr. Professor	13	21,6

Fonte: Elaboração do autor desta tese

Chama atenção o fato de, no memorando, os vocativos serem iniciados pelo adjetivo “prezado(a)” e/ou pelo pronome de tratamento “senhor(a)”, duas maneiras de se referir a alguém por meio de um registro formal distenso. Isso pode ter a ver com o fato de o memorando ser um gênero de circulação predominantemente interna à instituição; daí dizer-se que os servidores, de algum modo, mantêm certa

aproximação social, já que circulam nos corredores de uma mesma instituição e, muitas vezes, vivenciam momentos juntos (reuniões, encontros, comemorações, confraternizações e eventos em geral). É interessante notar que o vocativo não é um movimento retórico obrigatório no gênero em tela, dado que apareceu somente em 26 exemplares do *corpus*; todavia, o ato de dirigir-se à audiência por intermédio de uma expressão típica, às vezes recorrendo à função ocupada pelo interlocutor, reitera que esse *move* é uma tradição discursiva dos gêneros epistolares, pois cartas em geral costumam apresentar vocativos.

As marcas linguísticas da formalidade no memorando manifestam-se também por meio dos pronomes pessoais de tratamento, os quais são objetos de discurso que referenciam pessoas no texto. Pertencem a essa categoria “as formas de reverência que consistem em nos dirigirmos às pessoas pelos seus atributos ou qualidades que ocupam” (BECHARA, 2009, p. 165). A principal forma de tratamento encontrada nos exemplares analisados, afora *senhor* e *senhora* no vocativo, foi *Vossa Senhoria*, que apareceu em 25 exemplares, correspondendo a 41,6% dos dados analisados. Conforme manda a tradição, esse modo de referenciar o auditório é utilizado para se referir a oficiais (até coronel), a funcionários graduados e a pessoas de cerimônia. No *corpus* analisado, essa forma de tratamento aparece ora por extenso, ora abreviada, como mostra a figura abaixo.

Fig. 66 – Recorrências de pronomes de tratamento nos memorandos analisados

PRONOME DE TRATAMENTO	RECORRÊNCIA	%
V.Sa., V.S ^a ou V.S.	21	35
Vossa Senhoria ou Vossas Senhorias	4	6,6

Fonte: Elaboração do autor desta tese

Consoante a figura acima, cumpre elucidar que a abreviatura de *Vossa Senhoria* apareceu grafada em uma das ocorrências como “V.S.”, o que se constitui em um equívoco do escrevente do texto, já que, tal como se apresenta, essa abreviatura refere-se a *Vossa Santidade* (tratamento usado, na tradição cristã católica, para referir-se ao seu sumo pontífice), interpretação descartada pelo contexto interacional em que o memorando circulou. Assim sendo, essa

proeminência da recorrência de *Vossa Senhoria* coaduna-se com o tratamento respeitoso em geral utilizado para pessoas que ocupam o baixo escalão das instituições, como os funcionários graduados. A não ocorrência dos demais pronomes solenes (*Vossa Excelência*, *Vossa Magnificência*, *Vossa Reverendíssima*, *Vossa Eminência*, dentre outros) corrobora que a circulação do memorando é, de fato, interdepartamental. É provável que esses demais pronomes possam figurar na correspondência externa à instituição. De modo geral, a recorrência de *Vossa Senhoria* nos exemplares investigados é marcada pela parcimônia, pois aparece uma por texto e raramente duas, o que se imbrica com a questão da pretensa impessoalidade dos textos oficiais, que será discutida adiante.

Quando estudou a evolução da *receita culinária* à luz da perspectiva kabatekiana das Tradições Discursivas, Longhin (2014) defendeu que a recorrência da forma do texto em tópicos, títulos e subtítulos, aliada ao uso morfológico do imperativo, são exemplos de tradições discursivas que constituem esse gênero. Fundamentando-se nessa visão, pode-se afirmar que a recorrência de pronomes de tratamento como *Vossa Senhoria* no memorando constitui-se em uma tradição discursiva usada para referir pessoas. A despeito da insistência pela simplificação da linguagem burocrática, dificilmente se abdicará das formas de tratamento, visto que elas estão imbuídas de poder, ao passo que refletem e refratam no discurso a organização e o funcionamento das instituições, hierarquicamente estruturadas e pouco sensíveis a interferências estranhas.

Outras marcas da formalidade, amiúde criticadas pelos planejadores da linguagem burocrática, apareceram, embora de forma escassa, em alguns exemplares analisados. O advérbio *outrossim*, tido como uma construção arcaica, insiste em aparecer em alguns exemplares estudados, sejam mais antigos, sejam mais recentes.

(57) [MEMO 08] [1980]

“*Outrossim*, sugerimos que seja estudada a possibilidade de realizarmos a referida reunião, sexta-feira, dia 13/06/80, no expediente da manhã ou tarde.”

(58) [MEMO 55] [2010]

“*Outrossim*, ressalto que são recíprocos os interesses meus e do professor acima referido, pois, como reside no Recife, ele se desloca semanalmente para Garanhuns. Sendo de áreas afins, eu e o professor citado estamos totalmente de acordo que esta permuta se efetue (...)”

Pronomes oblíquo e possessivo na segunda pessoa do plural também foram verificados no *corpus* analisado. De fato, nos usos espontâneos da língua

portuguesa do Brasil eles parecem ter caído em desuso; mas, não se pode dizer o mesmo em relação aos atos cerimoniais, principalmente os mediados pela escrita (tal como ocorre na esfera religiosa, em função do uso de versões mais antigas da Bíblia sagrada, onde esses pronomes são abundantes). Quanto aos memorandos, vez ou outra aparecem marcas da segunda pessoa do plural, como atestam os excertos abaixo:

(59) [MEMO 19] [1988]

“Certos do Vosso entendimento, ficamos a disposição.”

(60) [MEMO 23] [1990]

“Informo-vos que o aluno Fulano de Tal, aluno do 7º período de eletrônica assumiu a monitoria desta coordenação desde o dia 1º de junho”

(61) [MEMO 48] [2003]

“Solicitamos que vossa empresa permita a entrada dos mesmos para que possam efetivar pesquisa de campo.”

(62) [MEMO 51] [2006]

“Certos da vossa atenção, reiteramos nossas cordiais saudações.”

O adjetivo *ilustríssimo*, em sua forma abreviada (*Ilmo.*) aparece apenas em um exemplar. Talvez essa ocorrência justifique-se em razão de se tratar de um memorando enviado por um Procurador Federal ao Diretor-Geral do IFPE/*Campus Recife* (à época denominado Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco), o que corrobora o teor ultraformal dos textos administrativos/jurídicos. O uso de clíticos na forma de mesóclise e o tempo verbal no pretérito mais que perfeito do modo indicativo ocorreram apenas uma vez em exemplares diferentes do gênero.

(63) [MEMO 07] [1979]

“Na oportunidade, *discutir-se-ão* assuntos de interesse comum.”

(64) [MEMO 46] [2003]

“(…) vimos informar que a resposta já *fora* enviada por e-mail (...) em 06 de outubro de 2003, conforme folha em anexo (...)”

Com efeito, a mesóclise praticamente desapareceu no português brasileiro, seja nos usos orais informais e coloquiais, seja na escrita formal (tais como os textos jornalísticos em geral). São raros os casos em que ela é utilizada, sobretudo na escrita, para conferir um tom ultracerimonioso ao texto. A tendência do português brasileiro atual vai na contramão do que sempre pregaram os compêndios de

gramática normativa, quando defendiam/defendem a mesóclise e a ênclise como traços do “bom” português e da escrita “correta”. O que a ciência da linguagem tem provado é que o português do Brasil é uma língua proclítica por excelência.

Em outro caso, encontrou-se uma ocorrência da expressão *A sua senhoria a senhora*, quando o chefe da Unidade de Turnos do CEFET/PE (hoje IFPE/*Campus Recife*) envia um memorando, em que se encaminha um relatório de faltas e justificativas à diretora de ensino dessa mesma instituição. Talvez nem fosse necessária tanta formalidade, visto tratar-se de uma comunicação interna; mesmo assim, o referido chefe demonstrou um alto respeito para com a diretora supramencionada. Em ocorrência única, a abreviatura “MD” (em referência a *Mui Digno*) aparece quando outro escrevente se dirige ao diretor de ensino do IFPE/*Campus Recife*, para fazer-lhe uma solicitação. Também foi localizada uma ocorrência de “DD” (*Digníssimo*) em um memorando-convite. Isso lança luz para pensar nos modos como produtores e leitores de memorandos compreendem esse gênero, ora como ultraformal, ora como uma comunicação interna menos tensa. O adjetivo *excelentíssimo* (*Exm^o*) ocorreu duas vezes no *corpus*.

(65) [MEMO 10] [1982]

“(...) solicitamos as providências desse Departamento no sentido de fornecer 02 (duas) diárias à Psicóloga (...), tendo em vista que representará o *Exm^o* Sr. Secretário de Ensino de 1^o e 2^o Graus/MEC (...). Igual número de diárias pedimos que seja fornecido ao Sr. Sicrano de Tal, Motorista, que conduzirá a referida Assessora, num veículo oficial desta Escola.”

(66) [MEMO 41] [1999]

“Referida suspensão é oriunda de sentença protelada pelo *Excelentíssimo* Juiz da 9^a Vara Federal, no Mandado de Segurança nº 00.00000-0, na qual ao conceder a segurança decreta a nulidade da Portaria nº 000/00-GD desta IFE.”

Nos dois fragmentos acima, verifica-se que, de fato, o adjetivo *Excelentíssimo/Exm^o* é usado para se referir a duas autoridades: no primeiro, trata-se de um secretário do Ministério da Educação; no segundo, de um juiz. O excerto (65) ilustra o modo como as relações de poder socialmente construídas se refletem no discurso, especialmente por meio dos pronomes de tratamento. Quando se refere ao Secretário do Ministério da Educação, faz-se por *Exm^o*; porém, quando se menciona o motorista, reporta-se apenas por *senhor* (*Sr.*). Sem demérito para o último, é fato que autoridades públicas usufruem de garantias e prerrogativas das quais servidores públicos do baixo escalão hierárquico não desfrutam, inclusive no que diz respeito à questão econômica e à posição social.

Outra marca da formalidade que aparece no *corpus* são as fórmulas de introdução de textos do memorando. Em alguns casos, elas refletem um elevado nível de formalidade, ao mesmo tempo em que demonstram o gesto de cortesia de quem escreve. Embora os planejadores da linguagem não se sintam confortáveis com tais fórmulas – uma vez que, para eles, são expressões em certo sentido óbvias e, portanto, desnecessárias –, elas insistem em aparecer, como revelam os excertos abaixo.

(67) [MEMO 06] [1978]

“*Vimos pelo presente* comunicar a V.S^a que (...)”

(68) [MEMO 20] [1988]

“*Venho através deste*, comunicar a substituição da bolsista (...)”

(69) [MEMO 21] [1989]

“*Cumprimentando o (a) Prezado (a) Senhor (a)* e de ordem, convidamos para a palestra (...)”

(70) [MEMO 39] [1998]

“*Cumprimentamos V.S^a* ao mesmo tempo em que solicitamos o seu obséquo em tornar oficial o laboratório de Estudos Matemáticos (...)”

(71) [MEMO 39] [1998]

“*Vimos através deste* sugerir a V.Sa. o nome de FULANA DE TAL para disputar a vaga de aluno Bolsista da noite (...)”

Nesta tese, essas fórmulas de introdução não são vistas como ultrapassadas, mas como heranças de uma tradição discursiva típica do gênero cartas. Sabe-se que, em linhas gerais, as cartas sempre fazem uma espécie de abertura, saudando o destinatário e dirigindo-se a ele de uma forma educada. No gênero em estudo – o memorando – essas introduções seguem, evidentemente, o tom cerimonioso e um tanto mais elaborado do texto oficial. Ademais, cumpre lembrar que, na perspectiva das Tradições Discursivas (TD), o enunciado será sempre uma conjunção inédita entre os textos prévios e a novidade da situação, corroborando a irrepetibilidade da enunciação. Ao introduzir o memorando por meio de qualquer uma dessas fórmulas, o escrevente atualiza um modo de dizer que faz parte de uma tradição disponível na memória discursiva do grupo social que utiliza esse gênero. Assim, o escrevente não está inventando coisas, nem sendo obsoleto e incoerente, mas fazendo um uso legítimo de uma fórmula textual que conecta o texto à sua historicidade.

A formalidade no memorando manifestou-se também por meio das expressões que encerram o texto. Tais fechos, vistos pelos simplificadores da linguagem burocrática como chavões ou expressões clichês, podem sugerir polidez,

atenção e educação por parte de quem escreve, tornando o texto em certo sentido mais solene ou até mesmo grandiloquente, embora possam infringir o princípio da concisão.

(72) [MEMO 03] [1976]

“Aguardando as providências cabíveis, agradecemos as atenções dispençadas [sic], aproveitando a oportunidade para reiterar a nossa estima e consideração.”

(73) [MEMO 13] [1984]

“Sem mais para o momento, antecipadamente agradecemos e reiteramos nossos votos de alta estima.”

(74) [MEMO 19] [1988]

“Certos do Vosso entendimento, ficamos a disposição.”

(75) [MEMO 27] [1991]

“Certos de contarmos com a sua presença, renovamos o nosso apreço”

(76) [MEMO 32] [1994]

“Sendo o que se apresenta no momento, agradecemos antecipadamente.”

(77) [MEMO 39] [1998]

“Com a expectativa da sua melhor atenção, subscrevemo-nos desde já agradecidos.”

(78) [MEMO 40] [1998]

“Gratos pela atenção que dispensar ao pleito, e certos do atendimento, colhemos a oportunidade para (...).”

(79) [MEMO 51] [2006]

“Certos da vossa atenção, reiteramos nossas cordiais saudações.”

(80) [MEMO 58] [2013]

“Sem mais para o momento”

(81) [MEMO 59] [2014]

“Certo de sua atenção e presteza, respeitosamente subscrevo.”

Com efeito, algumas dessas expressões são realmente um tanto questionáveis, a exemplo de “sem mais pelo momento”, “sendo o que se apresenta no momento” e “sem mais para o momento”, pois se não se escreveu mais é, supostamente, porque não há mais o que se dizer naquele momento. A presença dessas expressões pode soar como uma subestimação do leitor; entretanto, mesmo assim, elas têm uma história e o escrevente não as inventou como um sujeito “adâmico” para colocá-las ali. De qualquer modo, há de se reconhecer que, na maioria delas, o tom que prevalece é de gratidão, estima, atenção, convicção e respeito. Em que pesem as recomendações dos defensores da desburocratização linguística – que pregam uma “asepsia” da comunicação oficial, quase como uma “higienização” do texto –, esses fechos não devem ser vistos como antiquados ou

“fora de moda”, mas como um gesto linguístico-discursivo que busca a deferência da audiência, a fim de que o texto possa cumprir a sua função retórica. Do ponto de vista das Tradições Discursivas, o que há nesses fechos é uma confluência de duas grandezas históricas: a da língua e a dos textos.

Em relação às fórmulas de saudação ou cumprimentos de despedida – outra marca da formalidade nos exemplares de memorando analisados –, verificou-se que elas ocorrem com frequência, uma vez que o memorando assemelha-se à carta, e “a carta, como se sabe, segue o ritual da conversação” (SILVEIRA, 2005, p. 197).

Fig. 67 – Recorrências das fórmulas de despedida nos memorandos analisados

FÓRMULA DE DESPEDIDA	RECORRÊNCIA	%
Atenciosamente	40	66,6
Cordialmente	4	6,6
Respeitosamente	4	6,6
Cordiais saudações	2	3,3
Grato, saudações, agradece	3	5
Ausência de fórmulas de despedida	7	11,6

Fonte: Elaboração do autor desta tese

Pelo que se pode constatar a partir dos dados, a fórmula de despedida mais comum para se escrever memorando é *atenciosamente*, uma vez que ocorreu em 40 (quarenta) exemplares, correspondendo a 66,6%. Isso pode ter relação com o fato de essa fórmula parecer um tanto mais neutra em relação às demais, contribuindo também para a pretensa impessoalidade do texto oficial. *Cordialmente*, por sua vez, ocorreu em quatro exemplares, perfazendo 6,6 % dos dados analisados; essa fórmula de saudação mostra-se, em certo sentido, mais subjetiva que a anterior, haja vista provocar efeitos de sentido ligados ao que é afável e afetuoso. *Cordiais saudações* (3,3%), ao que parece, vai na mesma direção de *cordialmente*. A forma *respeitosamente* ocorreu no *corpus* na mesma proporção de *cordialmente* (6,6%); todavia, o efeito discursivo causado por essa fórmula é diverso da anterior, posto que demonstra respeito extremo, reverência ou subserviência do escrevente diante do seu interlocutor.

Três outros cumprimentos de despedida chamam a atenção não só por serem escassos – já que ocorreram apenas uma vez cada –, mas pela leveza que eles imprimem ao texto, deixando-o mais distenso: *grato*, *saudações* e *agradece*. Cabe pensar aqui em que medida essa maior flexibilidade para encerrar o texto ratifica a natureza versátil do gênero memorando em relação aos seus congêneres (ofício, circular, aviso, dentre outros). É provável que haja um *continuum* entre o registro formal distenso (ou formal comum) e o registro ultraformal no gênero em tela. Em outra frente, a ausência desses cumprimentos no construto genérico em estudo, totalizando sete ocorrências e correspondendo a 11,6% dos dados, significa que esse movimento retórico não é obrigatório no tipo de correspondência oficial em pauta. Por fim, as fórmulas de saudações finais – nas suas mais variadas formas e efeitos discursivos – aparecem em 53 (cinquenta e três) exemplares, correspondendo a 88,3% dos dados examinados.

A formalidade no gênero em estudo materializa-se também por meio do léxico, quando se recorre a termos rebuscados, incomuns ou típicos de determinadas esferas de atividades. Isso se torna compreensível, à medida que o memorando emerge de diferentes departamentos ou setores de uma mesma instituição, tratando de tópicos discursivos diversos.

Fig. 68 – Exemplos de termos rebuscados e/ou específicos no gênero memorando

AÇÕES	NOMES	QUALIFICADORES	CONECTORES
cientificar, lecionar, reiterar, designar, convocar, concatenar, pleitear, ater-se, subscrever, tramitar, acrescer, instaurar, dirimir, ingressar, tanger, decretar	portaria, exoneração, galvanoplastia, licitação, <i>lay-out</i> , obséquio, <i>software</i> , intimação, pregão, aquisição, lavratura, certame, trâmite, deliberação	eletrotécnica, supracitada, ulterior, <i>pro tempore</i> , hidrossanitária, precípua, premente, eletrolíticos, propedêuticas, mensurados, oneroso, recíprocos	además, consoante, inobstante, cuja

Fonte: Elaboração do autor desta tese

Ainda no plano lexical, há de se convir que cada sistema de atividades pode desenvolver um léxico próprio. Comparem-se estes dois excertos:

(82) [MEMO 41] [1999]

“Vimos comunicar-lhe a suspensão do *processo administrativo disciplinar* instaurado contra o servidor Sicrano de Tal, que ora tramita no Ministério da Educação.

Referida suspensão é oriunda de *sentença protelada* pelo Excelentíssimo Juiz da 9ª *Vara Federal*, no *Mandado de Segurança* nº 00.00000-0, na qual ao conceder a segurança decreta a *nulidade da Portaria* nº 000/00-GD desta IFE.

No momento, aguardamos a *intimação* dessa *sentença* para que possamos ingressar com o *recurso de apelação*, pelo que *orientamos no sentido de que se dê ciência* ao Ministério da Educação.”

(83) [MEMO 54] [2009]

1. “Considerando que o *Pregão* que irá originar a *aquisição de combustíveis* encontra-se no Jurídico a [sic] mais de 15 dias e não há previsão de sua volta, visto que já solicitamos a PRF agilizar o processo e até a presente data não fomos atendido [sic],
2. Considerando que da *publicação* até a *lavratura do contrato do certame em epígrafe* teremos um tempo mínimo de 15 (quinze) dias,
3. Considerando que a dispensa que foi efetuada para atender as nossas necessidades no item combustível já foi utilizada na sua totalidade,
4. Solicitamos que esse Departamento solicite através de processo a aquisição de combustíveis que irá nos atender por um período de 15 dias, pois faremos a referida aquisição através de *SRP (CARONA)* pelo *pregão* anexo. Esclarecendo que essa *ata* já foi utilizada por essa Instituição no exercício de 2008, e no item 02 (gasolina) só temos um *saldo* de utilização de 310 litros.”

Os fragmentos de memorando acima comprovam que, a depender do setor onde esse gênero é produzido, dentro de uma mesma instituição, ele pode apresentar variações específicas em seu vocabulário. No primeiro fragmento, tem-se um exemplar advindo da procuradoria jurídica do IFPE/*Campus Recife* (à época, CEFET/PE), em que aparecem expressões típicas do *juridiquês*, a saber: *processo administrativo disciplinar*, *referida suspensão*, *sentença protelada*, *vara federal*, *mandado de segurança*, *nulidade da portaria*, *intimação*, *recurso de apelação*. Ao mesmo tempo, chama atenção o rebuscamento e a relativa prolixidade da expressão *orientamos no sentido de que se dê ciência a* (para dizer “informe-se”), soando quase como um preciosismo e transgredindo a máxima da concisão.

O segundo fragmento em análise, por sua vez, deixa entrever que se trata de um memorando gestado no âmbito do setor administrativo que lida com questões orçamentárias e financeiras da instituição. Nesse sentido, o léxico do exemplar em discussão aproxima-se um pouco do chamado *economês*⁹³, ao fazer uso de termos como: *pregão*, *aquisição*, *lavratura*, *contrato*, *certame*, *Sistema de Registro de*

⁹³ Diz-se do registro linguístico, carregado de termos técnicos, que tem como audiência os profissionais da área de Economia.

Preços (SRP), carona, ata (de registro de preços), *saldo*. Esses dados são relevantes para corroborar que o *burocratês* dialoga e se inter-relaciona com outros registros linguísticos, a exemplo do *juridiquês* e do *economês*, confirmando que os usos que se fazem da língua, até mesmo em seus níveis mais elaborados, estão sobremaneira imbricados. Ademais, não se deve esquecer de que as particularidades lexicais vistas em ambos os exemplares contribuem para opor os que estão dentro da instituição aos que estão fora dela (os cidadãos comuns), trazendo à tona a problemática das relações de poder e dominação efetivadas por meio do discurso no âmbito institucional.

Ainda no que se refere à formalidade, registrou-se a presença de expressões e termos abstratos/genéricos⁹⁴, cujos sentidos só podem ser especificados dentro de um discurso concreto, na intrincada relação com o seu contexto de produção/circulação/recepção. Nesse sentido, a recorrência de expressões abstratas/genéricas contribui para acentuar a formalidade dos memorandos, ao passo que mantêm uma relação intrínseca com a noção de impessoalidade, que se discutirá adiante.

Fig. 69 – Expressões e termos abstratos/genéricos no memorando

interesse comum, expediente, referido(a),
supracitada, dispositivo, necessidades, providências,
entendimentos verbais, motivos vários, funções
precípua, contatos verbais, em epígrafe, o(s)
mesmo(s), evento, pleito, serviço, item/itens, setores,
encaminhamentos necessários, obrigações, trâmites
legais, problemas familiares, materiais existentes

Fonte: Elaboração do autor desta tese

Com base em tudo o que foi abordado nesta seção acerca das marcas da formalidade como tradições discursivas dentro do memorando, cabe refletir se é possível fechar a questão do registro linguístico desse gênero. Por um lado, não se pode concordar com a ideia de que o memorando é um artefato genérico informal; por outro lado, discorda-se também da visão que o toma como um construto extremamente formal, assim como os seus congêneres (especialmente o *ofício*).

⁹⁴ O termo *genérico*, neste caso, está sendo utilizado no sentido de *vago, impreciso*, diferentemente de outras ocorrências nesta tese, quando se trata de qualificador advindo de locução adjetiva (=de gênero).

Nesse sentido, propõe-se nesta tese que a formalidade do memorando seja vista em nível de um contínuo que vai do *formal distenso* (ou *formal comum*) à *ultraformalidade*.

De fato, as análises dos dados da pesquisa revelaram que existem memorandos menos tensos, escritos em uma linguagem bastante compreensível e, em alguns casos, refletindo o nível de proximidade entre os interactantes; encaixam-se nesse grupo aqueles que trazem cumprimentos de despedida mais afetivos (*grato, agradece, cordiais saudações*), os que são escritos à mão (em papel timbrado ou não), os que demonstram maior grau de proximidade quando referem ou se dirigem a pessoas (*colega, sejam bem vindos*), conforme ilustram os excertos abaixo.

(84) [MEMO 13] [1984]

“O CIE-E, através deste, envia a Ficha Contrôlo de Acompanhamento, a ser preenchida pelo *colega* da próxima REUNIÃO com os ESTAGIÁRIOS desta ESCOLA, sob sua orientação, no dia 23 do mês em curso, às 16:00 horas.”

(85) [MEMO 22] [1990]

“Participamos a [*sic*] *colega* que no proximo [*sic*] dia 25.Maio, teremos o microestagio [*sic*] da Santista Ind. Textil [*sic*] S.A. às 9hs, com o 3º período acompanhado, nesta ocasião, por V.Sa.”

(86) [MEMO 45] [2002]

“*Sejam bem vindos*. Com vista a orientá-los acerca dos setores do nosso CEFET que poderão subsidiá-los (caso seja necessário), apresentamos-los [*sic*] na seguinte relação (...)”

Às vezes, essa relativa liberdade autorizada pelo memorando está no tópico discursivo abordado no texto, quando o escrevente trata de problemas relativamente particulares, até mesmo na primeira pessoa verbal, fato que dificilmente ocorreria na correspondência oficial externa à instituição.

(87) [MEMO 57] [2012]

“Solicito a V.S^a autorização para me ausentar do IFPE no período de 25 a 27/01/2012 para viagem com a família ao interior de Pernambuco para ser testemunha de um casamento e resolver problemas familiares, como efeito de compensação.”

(88) [MEMO 38] [1998]

“(...) Porém não desejo ficar me estressando com atitudes infantis e não pretendo ter, e nem acho correto, atitudes maternalistas com os mesmos [alunos bolsistas ‘problemáticos’].”

(89) [MEMO 14] [1985]

“Informamos que no dia 22 de agosto de 1985, o aluno Sicrano de Tal, 3º Mecânica noite ao solicitarmos a devolução do material de laboratório, este recusou-se a entregar-nos, proferindo palavras de baixo calão contra minha moral e da Escola.”

Contudo, a pesquisa revelou também que existem memorandos ultracerimoniosos, em função da sintaxe mais complexa, da linguagem um tanto mais erudita ou mesmo técnica; além disso, eles estão associados ao uso mais elaborado e refletido da língua escrita. Portanto, podem ser considerados ultraformais os fragmentos (82) e (83), (p. 236), já comentados anteriormente nesta seção (marcados pelo *juridiquês* e pelo *economês*, respectivamente), dentre outros. Grande parte dos memorandos do *corpus* transita entre o formal distenso e a ultraformalidade. Os efeitos de sentido decorrentes dos memorandos ultraformais sinalizam o fechamento dos sistemas de gêneros nos quais eles foram produzidos e as relações de poder que aí se estabelecem.

Por fim, resta asseverar que as marcas da formalidade no memorando, comprovadas por meio do conhecimento criado pela prática, contrastam com as proposições normativas dos manuais de redação oficial. Enquanto a perspectiva normativista busca homogeneizar, padronizar e unificar esse tipo de escrita, os usos autênticos levam a dispersões, variações e heterogeneidades.

6.2.3. As marcas da impessoalidade como tradições discursivas

O mais poderoso *metagênero* que regula a comunicação oficial no Brasil – o Manual de Redação da Presidência da República (MRPR) – dedica algumas poucas linhas à questão da impessoalidade nos gêneros oficiais, dentre eles o memorando. Entretanto, esse documento limita-se a abordar a questão de forma superficial e pouco esclarecedora, conforme ilustra esta passagem:

não há lugar na redação oficial para impressões pessoais, como as que, por exemplo, constam de uma carta a um amigo, ou de um artigo assinado de jornal, ou mesmo de um texto literário. A redação oficial deve ser isenta da interferência da individualidade que a elabora (BRASIL, [1991] 2002, p. 5).

Sabe-se que os textos oficiais devem primar por uma pretensa impessoalidade; porém, o MRPR não elucida como essa suposta impessoalidade deve se materializar nos textos dos gêneros da chamada redação oficial. Assim sendo, busca-se compreender os modos como esse fenômeno operacionaliza-se nos exemplares de memorando analisados. A análise dos dados revelou que uma presumível impessoalidade no gênero em tela realiza-se principalmente por meio de

alguns mecanismos como: (i) *nominalização*; (ii) *(im)pessoalização verbal*; (iii) *pronominalização*; (iv) *apassivação* e (v) *conformatividade*.

Por *nominalização*, entende-se as construções linguísticas que buscam “apagar, atenuar ou mistificar as agências e, por extensão, visam também propiciar os efeitos de neutralidade e de distanciamento entre os interactantes no processo comunicativo” (SILVEIRA, 2005, p. 207). A bem dizer, a *nominalização* constitui-se num recurso que contribui para a existência de uma pretensa impessoalidade na linguagem burocrática dos memorandos. Do ponto de vista normativo, esse fenômeno está quase sempre associado à concisão, visto que esta consiste em dar uma informação valendo-se do menor número de palavras possível, em geral para combater os chamados *queísmo* e *dequeísmo*. No entanto, cabe esclarecer que a função retórica da *nominalização* no memorando vai muito além da superfície textual e da caça aos *quês* porventura usados de forma exagerada no texto. Como promove a omissão dos agentes, a *nominalização* cumpre o efeito discursivo de transformar o dinâmico em estático, a atividade em objeto e o concreto em abstrato; daí dizer-se que esse recurso linguístico é fundante para a construção de uma suposta impessoalidade na correspondência oficial.

De fato, se o termo *nominalização* deriva do emprego dos *nomes*, substantivos e adjetivos parecem ser as duas categorias gramaticais mais apropriadas para designar as formas estáticas da língua, já que podem congelar a ação e omitir a agentividade, diferentemente dos verbos e advérbios, cuja natureza é geralmente mais processual. Portanto, verifica-se que, no gênero em estudo, o fenômeno da *nominalização* pode ser agrupado ao menos de três maneiras diferentes, conforme mostra a figura da página seguinte.

Fig. 70 – Processos de nominalização nos memorandos que compõem o *corpus* da pesquisa

Processos de nominalização	Quantidade de exemplares em que aparece	%
Longas cadeias nominais e/ou siglonimização	60	100
Conversão de verbo em substantivo	30	50
Redução de oração subordinada adjetiva	24	40

Fonte: Elaboração do autor desta tese

O que está sendo chamado de *siglonimização* diz respeito ao ato de siglonimizar, isto é, converter longas cadeias nominais em siglas. Esse fenômeno é recorrente nos 60 exemplares do *corpus* (100%). Em geral, essas siglas designam os próprios setores da instituição que interagem entre si, de modo que aparecem quase sempre no início do texto. O efeito discursivo provocado pelo emprego dessas reduções relaciona-se à concisão e à suposta neutralidade típicas da linguagem burocrática. Ademais, o uso de siglas em vez do grupo nominal por extenso tem a ver com os sentidos partilhados pelos interactantes, posto que o memorando, como já foi dito, é uma forma de comunicação essencialmente interna à instituição. Por essa razão, há uma relação de proximidade entre os sujeitos da interação, o que dispensa a aposição do significado das siglas por extenso. Todavia, há de se frisar também que o uso das siglas no âmbito institucional tem muito a ver com as relações de poder que aí se engendram, pois podem se tornar códigos cifrados, restringindo o acesso e a compreensão por parte do cidadão comum⁹⁵. Não se pode esquecer também de que o uso de siglas é uma recomendação dos próprios manuais que normatizam o memorando; talvez por isso, elas sejam excessivamente empregadas. Veja-se o exemplar a seguir.

⁹⁵ Como o *corpus* da presente pesquisa é diacrônico, visto que contempla memorandos escritos na segunda metade do século XX, no IFPE/*Campus* Recife, sentiu-se dificuldade para compreender todas as siglas encontradas nos exemplares estudados; por essa razão, teve-se que pesquisar o significado de muitas delas, seja em outros textos, seja no *site* da instituição ou até mesmo por meio de conversa informal com (ou através de e-mail enviado para) membros daquela comunidade.

Fig. 71 – O uso de siglas em um exemplar de memorando [MEMO 59]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO
IFPE *Campus* Recife Direção de Ensino – DASS
Curso de Licenciatura em Geografia

Memo Nº 064 - 2014 Recife, 17 de outubro de 2014.
 Da: Coordenação de Geografia – CGEO
 Para: DAD
 C/c: DIAM

ASSUNTO: Reserva do Auditório

Prezado Diretor,

Solicito reserva do Auditório do *Campus* Recife para a realização do Seminário Interno do Curso de Licenciatura em Geografia, no próximo dia 30 de outubro, das 18:30h às 22:00h. Informo também que o público-alvo deste evento será constituído pelos estudantes e professores do próprio curso, além do presidente da CPA deste Instituto Federal.

Certo de sua atenção e presteza, respeitosamente subscrevo.

[assinatura]
 Coordenador CGEO
 Portaria nº 0000/2014-GR

Fonte: Acervo da pesquisa

O exemplar em análise, produzido mais ou menos recentemente, põe em cena o uso de siglas como uma tradição discursiva dentro do memorando. Aliás, na correspondência oficial de modo geral, as siglas figuram como um recurso comum, o que parece ser uma característica inerente aos gêneros da esfera administrativa estatal, os quais devem se subordinar à premissa da concisão. No caso em tela, aparecem sete siglas (IFPE, CGEO, DASS, DAD, DIAM, CPA, GR), das quais apenas as duas primeiras têm o significado revelado explicitamente na materialidade

textual (IFPE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco e CGEO – Coordenação de Geografia, respectivamente). Os significados dessas sete siglas são tácitos para os interactantes nessa situação retórica específica; entretanto, o mesmo não se aplica a alguém que olha de fora da instituição. Há de se concordar com Silveira (2005, p. 213), quando afirma que “a sigla, ao tempo em que favorece a concisão, impossibilita também a compreensão da mensagem pelas pessoas que desconhecem o conteúdo abreviado”. Em virtude disso, recorreu-se ao *site* do IFPE, onde os significados de muitas siglas em uso atualmente estão disponíveis⁹⁶. Assim, detectaram-se os significados de DAD (Diretoria de Administração), DIAM (Divisão de Administração e Manutenção), CPA (Comissão Própria de Avaliação), GR (Gabinete do/a Reitor/a) e DASS (Departamento de Meio Ambiente, Saúde e Segurança). A figura abaixo resume a recorrência das siglas no *corpus* da pesquisa.

Fig. 72 – Recorrências de nominalização por siglonimização no *corpus* de 60 memorandos

Nominalizações por siglonimização	Quantidade de textos (em cada um deles)
1 vez	21
2 vezes	20
3 vezes	7
4 vezes	7
5 vezes	1
7 vezes	1
8 vezes	1
10 vezes	2

Fonte: Elaboração do autor desta tese

Ademais, cumpre registrar que a *nominalização* muitas vezes aparece por meio de longas cadeias ou grupos nominais específicos, cuja finalidade é designar eventos, departamentos, setores, programas, dentre outros, reforçando o caráter um tanto mais neutro do gênero, em busca de uma pretensa objetividade da

⁹⁶ Ver o *site* do Instituto Federal de Pernambuco, disponível em: <<http://www.ifpe.edu.br>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

correspondência oficial. Observem-se os excertos abaixo, cujas cadeias nominais estão destacadas em itálico.

(90) [MEMO 09] [1981]

“Solicitamos de V.Sa. apresentar a este Departamento o servidor que deverá substituir Fulano de Tal na função de *Chefe da Seção de Execução, Financeira e Contabilidade da Divisão de Administração Financeira e Contabilidade do Departamento de Administração*, em suas faltas ou impedimentos, de acordo com o artigo 4º do Regimento Interno desta Escola”.

(91) [MEMO 15] [1986]

“Autorizo a Caixa Escolar liberar a importância de Cr\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos cruzados), para pagamento da inscrição de 17 alunos do Curso de Segurança, no *IV Congresso Nacional de Segurança e Acidentes do Trabalho*, a ser realizado em São Paulo”.

(92) [MEMO 27] [1991]

“Conforme contatos verbais mantidos com V.Sa. estaremos realizando o ***Treinamento de Orientação de Estágio e Estágio Supervisionado***, no período de 27 a 29, do corrente, no horário de 18:00h às 20:30h, na *Sala dos Meios Audiovisuais de Segurança do Trabalho*, localizada no Bloco “C” – 1º andar, na sede da ETFPE” [negrito no original].

(93) [MEMO 59] [2014]

“Solicito reserva do Auditório do *Campus Recife* para a realização do *Seminário Interno do Curso de Licenciatura em Geografia*, no próximo dia 30 de outubro, das 18:30h às 22:00h”.

(94) [MEMO 60] [2014]

“Devido às defesas do projeto de pesquisa dos alunos do *Programa de Mestrado Profissional em Gestão Ambiental (MPGA)*, solicito a reserva do Mini-Auditório das 08hs às 18hs, nos dias 04/12/2014 e 05/12/2014”.

Ainda no que se relaciona à *nominalização*, constatou-se que ela também se dá pelo processo de *conversão de verbo em substantivo*. Essa estratégia contribui para tornar o texto mais estático e pretensamente mais neutro, uma vez que a transformação do verbo em nome diminui as ações do texto e, por conseguinte, apaga as agências. Considerando-se o universo de 60 (sessenta) exemplares que constitui o *corpus* da pesquisa, foram identificadas nominalizações desse tipo em 30 (trinta) deles, o que perfaz um total de 50% dos dados examinados. Sendo assim, comprova-se que esse fenômeno é recorrente no memorando, funcionando como mais um recurso eficaz para assegurar a almejada impessoalidade nesse construto genérico. A seguir, são apresentados alguns fragmentos que ilustram o modo como se dá essa conversão de verbo em substantivo nos exemplares de memorando estudados. A título de orientação, ressalta-se que os excertos expostos a seguir (tal como se apresentam *ipsis verbis* nos originais) também serão reescritos por este pesquisador para que se perceba a conversão do verbo em nome. Portanto, essa

espécie de retroescrita está grafada em itálico, enquanto os nomes e suas respectivas orações desenvolvidas estão destacados em negrito.

(95) [MEMO 05] [1977]

“(...) autorizo ao Sr. Tesoureiro a liberar em favor da Companhia de Transportes Urbanos – C.T.U., a importância de Cr\$ 6.120,00 (SEIS MIL CENTO E VINTE CRUZEIROS), para **pagamento** de 120 (CENTO E VINTE) talões de passe, referente ao mês de novembro”.

*(...) autorizo ao Sr. Tesoureiro a liberar em favor da Companhia de Transportes Urbanos – C.T.U., a importância de Cr\$ 6.120,00 (SEIS MIL CENTO E VINTE CRUZEIROS), para **que pague** 120 (CENTO E VINTE) talões de passe, referente ao mês de novembro.*

(96) [MEMO 11] [1982]

“A partir do **recebimento** deste, fica essa chefia científica da **permanência** pró-tempore no exercício da função que exerce, até a **confirmação** ou **exoneração** de que trata o artigo 17 da mesma Portaria, respeitada a opção pelo **disposto** no artigo dezoito seguinte”.

*Ao **receber** este, fica essa chefia científica de **que permaneça** pró-tempore no exercício da função que exerce, até **que se confirme** ou **se exonere** como trata o artigo 17 da mesma Portaria, respeitada a opção pelo **que dispõe** o artigo dezoito seguinte.*

(97) [MEMO 14] [1985]

“Informamos que no dia 22 de agosto de 1985, o aluno Sicrano de Tal, 3º Mecânica noite ao solicitarmos a **devolução** do material de laboratório, este recusou-se a entregar-nos, proferindo palavras de baixo calão contra minha moral e da Escola. Solicitamos **providências** no sentido de que tal situação não torne a ocorrer”.

*Informamos que no dia 22 de agosto de 1985, o aluno Sicrano de Tal, 3º Mecânica noite ao solicitarmos **que devolvesse** o material de laboratório, este recusou-se a entregar-nos, proferindo palavras de baixo calão contra minha moral e da Escola. Solicitamos **que providencie** no sentido de que tal situação não torne a ocorrer.*

(98) [MEMO 28] [1992]

“Conforme **determinação** do Conselho Superior, estamos iniciando, nos próximos dias, o Processo de Progressão Funcional para o Servidor Docente, e, pela importância do trabalho, solicitamos de V.Sa. sua **colaboração**”.

*Conforme **determinou** o Conselho Superior, estamos iniciando, nos próximos dias, o Processo de Progressão Funcional para o Servidor Docente, e, pela importância do trabalho, solicitamos **que** V.Sa. **colabore**.*

(99) [MEMO 59] [2014]

Solicito **reserva** do Auditório do Campus Recife para a **realização** do Seminário Interno do Curso de Licenciatura em Geografia, no próximo dia 30 de outubro, das 18:30h às 22:00h.

*Solicito **que reserve** o Auditório do Campus Recife para **que se realize** o Seminário Interno do Curso de Licenciatura em Geografia, no próximo dia 30 de outubro, das 18:30h às 22:00h.*

De fato, a *nominalização* também se mostra como um recurso eficiente para a eliminação do chamado *queísmo*, ao tempo em que torna o texto mais coeso. A figura a seguir sintetiza o número de ocorrências/recorrências de *nominalização por conversão de verbo em substantivo*, apresentando o número de vezes em que ela

aparece em cada memorando investigado, considerando-se os 30 exemplares em que este fenômeno ocorreu.

Fig. 73 – Recorrências de nominalização por conversão de verbo em substantivo, considerando-se o universo de 30 exemplares

Nominalizações por conversão de verbo em substantivo	Quantidade de textos (em cada um deles)
1 vez	15
2 vezes	10
3 vezes	2
5 vezes	1
6 vezes	1
9 vezes	1

Fonte: Elaboração do autor desta tese

Nessa mesma direção, outro processo de *nominalização* de que se valem os escreventes, mesmo que tacitamente, quando redigem memorandos são as chamadas *orações subordinadas adjetivas reduzidas de particípio*. De modo geral, essas orações reduzidas a apenas um vocábulo (o verbo em sua forma nominal) dão uma contribuição relevante à concisão do texto, além de favorecerem a marcação da chamada impessoalidade. Esse fenômeno apareceu em 24 exemplares de memorando, equivalendo a 40% dos dados do *corpus*. Dessa maneira, exemplificar-se-á, a seguir, de que modo se dá a redução das orações adjetivas, utilizando os mesmos recursos gráficos empregados anteriormente: itálico para a retroescrita e negrito para destacar a forma nominal do verbo e sua respectiva oração desenvolvida.

(100) [MEMO 17] [1987]

“Os trabalhos **realizados** com os grupos de arte são oferecidos a cada semestre por esta Coordenação que obedece a nossa orientação”.

Os trabalhos **que se realizaram** com os grupos de arte são oferecidos a cada semestre por esta Coordenação que obedece a nossa orientação.

(101) [MEMO 27] [1991]

Conforme contatos verbais **mantidos** com V.Sa. estaremos realizando o Treinamento de Orientação de Estágio e Estágio Supervisionado, no período de 27 a 29, do corrente, no horário de 18:00h às 20:30h, na Sala dos Meios Audiovisuais de Segurança do Trabalho, **localizada** no Bloco “C” – 1º andar, na sede da ETFPE”.

*Conforme contatos verbais **que mantivemos** com V.Sa. estaremos realizando o Treinamento de Orientação de Estágio e Estágio Supervisionado, no período de 27 a 29, do corrente, no horário de 18:00h às 20:30h, na Sala dos Meios Audiovisuais de Segurança do Trabalho, **que se localiza** no Bloco “C” – 1º andar, na sede da ETFPE.*

(102) [MEMO 30] [1993]

“Estamos encaminhando 507 (QUINHENTOS E SETE) questionários da Caracterização Sócio-Econômica dos alunos **ingressos** no 2º semestre de 1993”.

*Estamos encaminhando 507 (QUINHENTOS E SETE) questionários da Caracterização Sócio-Econômica dos alunos **que ingressaram** no 2º semestre de 1993.*

(103) [MEMO 31] [1994]

“Enviamos a V.Sa. o livro “Povo e Governo Fundidos”, que foi doado pelo autor, Fulano de Tal (ex-aluno do Curso de Radialismo), para a biblioteca desta Escola, conforme dedicatória **inserida** no mesmo”.

*Enviamos a V.Sa. o livro “Povo e Governo Fundidos”, que foi doado pelo autor, Fulano de Tal (ex-aluno do Curso de Radialismo), para a biblioteca desta Escola, conforme dedicatória **que ele inseriu** no mesmo.*

(104) [MEMO 51] [2006]

“Outrossim, informamos a V.Sa. que a **referida** aluna já vem colaborando com os professores envolvidos no VII EDCENNE [Encontro Desportivo dos Cefets do Norte e Nordeste], com trabalhos de secretaria”.

*Outrossim, informamos a V.Sa. que a aluna **a que nos referimos** já vem colaborando com os professores envolvidos no VII EDCENNE, com trabalhos de secretaria.*

A frequência com que o processo de *nominalização por redução de oração adjetiva* aparece no *corpus* pode ser verificada na figura abaixo.

Fig. 74 – Recorrências de nominalização por redução de oração subordinada adjetiva, considerando-se o universo de 24 exemplares

Nominalizações por redução de oração subordinada adjetiva	Quantidade de textos (em cada um deles)
1 vez	14
2 vezes	7
3 vezes	1
4 vezes	1
5 vezes	1

Fonte: Elaboração do autor desta tese

Cumprе elucidar que, no mais das vezes, esses dois processos de nominalização – por conversão de verbo em substantivo e por redução de oração adjetiva – se articulam no mesmo texto, colaborando mais ainda para que a pretensa impessoalidade se consolide.

(105) [MEMO 37] [1997]

“Em decorrência da realização do 1º INFOTÉCNICA – 1º encontro e mostra de Informática para as áreas técnicas, nos dias 11, 12, 13 e 14 de novembro de 1997, vimos solicitar a **contratação** da equipe de filmagem do Curso de Radialismo desta Escola para fazer a cobertura do **referido** evento”.

*Em decorrência da realização do 1º INFOTÉCNICA – 1º encontro e mostra de Informática para as áreas técnicas, nos dias 11, 12, 13 e 14 de novembro de 1997, vimos solicitar **que contrate** a equipe de filmagem do Curso de Radialismo desta Escola para fazer a cobertura do evento **a que nos referimos**.*

(106) [MEMO 57] [2012]

“No mês de janeiro por **necessidade** do serviço, trabalhei após o horário **pré-estabelecido** pelo Campus Recife, ou seja, a redução da jornada de trabalho para as 18h00min. Solicito a V.Sª **autorização** para me ausentar do IFPE no período de 25 a 27/01/2012 para **viagem** com a família ao interior de Pernambuco para ser testemunha de um casamento e resolver problemas familiares, como efeito de compensação”.

*No mês de janeiro, porque **se necessitou** no serviço, trabalhei após o horário **que se preestabeleceu** no Campus Recife, ou seja, a redução da jornada de trabalho para as 18h00min. Solicito a V.Sª **que autorize** para me ausentar do IFPE no período de 25 a 27/01/2012 para **que eu viaje** com a família ao interior de Pernambuco para ser testemunha de um casamento e resolver problemas familiares, como efeito de compensação.*

(107) [MEMO 58] [2013]

“Em **atendimento** à **solicitação** da Coordenação de Gestão Ambiental, informamos que colocamos a servidora Fulana de Tal à disposição exclusiva da **referida** coordenação para auxiliar nos trabalhos de **produção** de livros e **catalogação** dos materiais já existentes na **referida** coordenação”.

*Para **atender** ao **que solicita** a Coordenação de Gestão Ambiental, informamos que colocamos a servidora Fulana de Tal à disposição exclusiva da coordenação **a que nos referimos** para auxiliar nos trabalhos **em que se produzem** livros e **em que se catalogam** os materiais já existentes na coordenação **a que nos referimos**.*

Há de se concordar, ainda, que a *nominalização* realmente contribui para tornar o texto mais coeso, conciso e coerente. O fragmento (107), por exemplo, quando reescrito com orações desenvolvidas em vez de substantivos e verbos no particípio, torna-se mais prolixo e repetitivo, tal como mostra o excesso de *quês*.

Quanto à *(im)peessoalização verbal* no memorando, há de se considerar que as pessoas do verbo manifestam-se predominantemente por meio da primeira pessoa (seja do singular, seja do plural), já que há somente um exemplar exclusivamente escrito em terceira pessoa (do singular). Neves (2000, p. 457, negrito no original) afirma que há “um eixo subjetivo, que abriga as pessoas

implicadas na **interação verbal**, isto é, as pessoas que têm papel discursivo, e que são o **locutor** (a **primeira pessoa**) e o **alocutário**, ou **receptor** (a **segunda pessoa**)”. Desse modo, surge um aparente paradoxo. Como pode a marcação da primeira pessoa verbal contribuir para a impessoalidade no gênero memorando? O ponto de vista adotado nesta tese, porém, vai além da primeira pessoa verbal como aquela que se autorreferencia no texto (“nós” = “eu” + “ele/s”); por essa razão, categorizou-se a *(im)personalização verbal* no memorando em três tipos, conforme mostra a figura a seguir.

Fig. 75 – Modos de (im)personalização verbal no memorando

(IM)PESSOALIZAÇÃO VERBAL	RECORRÊNCIA	%
Primeira pessoa do plural por meio de agente genérico	44	73,3
Primeira pessoa do singular por meio de agente institucionalizado	15	25
Terceira pessoa do singular por meio de agente inanimado	1	1,6

Fonte: Elaboração do autor desta tese

A pessoa verbal que ocorre com maior frequência no *corpus* de 60 memorandos investigados é a primeira pessoa do plural, aparecendo em 44 exemplares, o que corresponde a 73,3% dos dados analisados. De fato, não se pode negar que, de uma forma ou de outra, essa pessoa verbal inclui o sujeito falante/escrevente no discurso; contudo, não pode ser vista como uma marca exclusiva de subjetividade. Ao contrário, entende-se que o emprego da primeira pessoa do plural na correspondência oficial cria um efeito de sentido um tanto mais neutro, inespecífico e abrangente, pois o escrevente, de alguma forma, preserva-se em nome de uma suposta coletividade. Em virtude disso, neste trabalho, denomina-se esse processo de *(im)personalização verbal em primeira pessoa do plural por meio de agente genérico*. A seguir, há alguns exemplos em que esse fenômeno aparece.

(108) [MEMO 07] [1979]

“**Convidamos** V.S.^a a comparecer à reunião, na sala da Coordenadoria, em 1º de novembro de 1979, às 15:00 h”.

(109) [MEMO 12] [1983]

“**Esclarecemos** que em seguida o Telefonista agirá normalmente, efetuando e transmitindo a ligação”.

(110) [MEMO 25] [1990]

“**Estamos** remetendo a V.S.^a, em anexo, as Leis de nºs 8.026 e 8.027 de 12 de abril de 1990, pertinentes à aplicação de pena de demissão a funcionário público (...)”.

(111) [MEMO 43] [2001]

“(...) **solicitamos** a seleção de 6 (seis) monitores com conhecimento de Desenho Auxiliado por Computador (CAD) para dar suporte às aulas”.

(112) [MEMO 56] [2011]

“**Encaminhamos** 01 (uma) via assinada do Termo de Compromisso de Fulana de Tal, Curso de Gestão de Turismo de Nível Superior, referente ao período 01/10/2010 a 01/10/2011, para o arquivo da DIAP [Divisão de Administração de Pessoas]”.

Os fragmentos acima mostram que, na correspondência oficial – e mais especificamente no memorando –, nem sempre a escrita segue o princípio da impessoalização na terceira pessoa verbal, pois o predomínio da primeira pessoa do plural figura como outro recurso capaz de propiciar um certo distanciamento do escrevente diante do seu dizer. Quando se discutiu a inter-relação entre o sistema de gêneros burocráticos com os sistemas de atividades no âmbito do IFPE/*Campus* Recife, aludiu-se à questão da hierarquia na organização institucional. Essa estruturação hierárquica subjaz às múltiplas vozes institucionais que constituem o memorando. Nos exemplos citados, a marcação da primeira pessoa do plural por meio do morfema “-mos” (*convidamos, esclarecemos, estamos, solicitamos, encaminhamos*) representa na língua a articulação das forças que emanam das organizações burocráticas, orquestrando um dizer polifônico por excelência.

Não obstante, outra parte dos memorandos da pesquisa (25%) está escrita na primeira pessoa do singular. Nesses casos, parece que o texto ganha uma maior aura de subjetividade; mas, ainda assim, entende-se que esse gênero não perde seu caráter um tanto mais objetivo e relativamente impessoal, conforme revelam os seguintes excertos.

(113) [MEMO 05] [1977]

“(...) **autorizo** ao Sr. Tesoureiro a liberar em favor da Companhia de Transportes Urbanos – C.T.U., a importância de Cr\$ 6.120,00 (SEIS MIL CENTO E VINTE CRUZEIROS) (...)”.

(114) [MEMO 16] [1987]

“**Informo** a este setor que a aluna Fulana de Tal, desde o dia 16.10.87, deixou a monitoria do LAB. DE SEGURANÇA DO TRABALHO”.

(115) [MEMO 47] [2003]

“**Solicito** de V.S^a enviar ofício à Fundação ITEP [Instituto de Tecnologia de Pernambuco], em atenção a Sr^a SICRANA DE TAL, Chefe da Assessoria Jurídica, tendo em vista realização de visita técnica com alunos do curso de Turismo, no dia 01/13/03, às 13h (...)”.

(116) [MEMO 57] [2012]

“**Comunico** que na minha ausência irão atuar no meu horário os seguintes servidores: Fulano de Tal – Coordenador da CAEX em exercício podendo assinar documentos e a servidora Sicrana de Tal que foi transferida do horário da manhã em comum acordo”.

Por ser assim, seria restritivo pensar que a desinência número-pessoal “-o” nos verbos acima destacados (*autorizo, informo, solicito, comunico*) cumpre o mesmo efeito de sentido desses mesmos verbos em textos de outras esferas (jornalística, literária, religiosa, política, dentre outras). Dentro da esfera administrativa, tais verbos são atos de fala que extrapolam uma visão pessoal do sujeito que escreve. Na verdade, esse “eu” deve ser visto não como um eu individual, mas como um “eu” do papel social desempenhado por esse sujeito no exercício das suas funções dentro do serviço público. É nesse sentido que se defende uma forma de (im)personalização no memorando denominada *primeira pessoa do singular por meio de agente institucionalizado*. Desse modo, convém não esquecer de que, ao se enunciar no memorando, o escrevente o faz com todas as amarras e restrições impostas pela hierarquia institucional. Se há um “eu” que fala, ele não fala sozinho, mas juntamente com um departamento que é parte de uma instituição (IFPE/Campus Recife) que se vincula a outras instituições (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/Ministério da Educação), dentro de uma conjuntura mais ampla (Serviço Público Federal).

Embora a terceira pessoa do singular seja preferida e recomendada para marcar a impessoalidade, no memorando ela predomina apenas uma vez em um único texto (1,6%), conforme ilustra o exemplo que segue.

(117) [MEMO 04] [1977]

“Havendo constatado que V.S^a se ausentou desta Escola, durante o 2º expediente do dia 28.01.77, sem que estivesse autorizado para tanto, conforme dispõe a Portaria nº 490/70, **vem** esta Direção adverti-lo para que tal ocorrência não torne a se repetir”.

Este fenômeno traz à discussão mais uma forma de marcação da *impessoalidade* no discurso, uma vez que torna o texto mais abstrato em nome de

uma suposta objetividade; por esse motivo, denominou-se este fenômeno de *impessoalização na terceira pessoa do singular por meio de agente inanimado*. Observe-se que, ao fazer a advertência, o escrevente o faz em nome “desta direção” (*ela* – terceira pessoa do singular), distanciando-se do seu dizer. A propósito, esse recurso é comum no chamado jornalismo informativo, que também se baliza por uma pretensa impessoalidade. Não raro, vê-se na mídia (televisiva, impressa ou digital) expressões como “o Planalto”, “o governo”, “o Congresso Nacional”, “o Supremo Tribunal Federal”, “a rede Globo”, “a Lava-jato” (operação de investigação de crimes por corrupção) e assim por diante. Todas elas ocultam as reais agências por meio de uma designação genérica e abstrata (nunca despropositada), cobrindo-se com o manto de uma questionável imparcialidade. O presente estudo, por sua vez, comprovou que essas designações abstratas também estão presentes no memorando, mesmo quando o texto é escrito em primeira pessoa (quer do singular, quer do plural).

(118) [MEMO 10] [1982]

“(...) solicitamos as providências **desse Departamento** no sentido de fornecer 02 (duas) diárias à Psicóloga Fulana de Tal (...)”.

(119) [MEMO 11] [1982]

“(...) convoco **essa Chefia** para uma reunião com **a Direção** na próxima segunda-feira, às 15:30 horas na sala de reuniões do Gabinete (...)”.

(120) [MEMO 13] [1984]

“**O CIE-E** [Coordenação de Integração Escola-Empresa], através deste, envia a Ficha Contrôles de Acompanhamento, a ser preenchida (...)”.

(121) [MEMO 29] [1992]

“Solicitamos a V.S^a, o afastamento do prof. Fulano de Tal **desta coordenadoria** para presidir a comissão permanente de licitação (...)”.

(122) [MEMO 33] [1995]

“Visando colaborar com o planejamento orçamentário e de execução de serviços, relacionamos abaixo as necessidades prementes **deste Gabinete**, para o 1º Sem/96 (...)”.

(123) [MEMO 33] [1995]

“No dia 18 deste, por cerca de 12:10h., o **Serviço Social** foi procurado por uma Aluna Colaboradora, participante do ‘Programa de Auxílio Financeiro e Alimentar a Alunos Carentes do CEFETPE’ (...)”.

(124) [MEMO 58] [2013]

“Em atendimento à solicitação da **Coordenação de Gestão Ambiental**, informamos que colocamos a servidora Fulana de Tal à disposição exclusiva da referida coordenação (...)”.

Até aqui, vimos que a *nominalização* e a *(im)impessoalização verbal* são dois processos que colaboram na construção da desejada *impessoalidade* no texto oficial, conforme pregam os manuais, consolidando-se como modos de dizer típicos

da linguagem burocrática, ou seja, como tradições discursivas que se conservam nesse registro linguístico ao longo dos tempos. Nesse sentido, outro recurso que contribui para a chamada impessoalidade é a *pronominalização* (ou o seu evitamento) nos textos que constituem o memorando. A figura abaixo sintetiza os pronomes mais recorrentes no *corpus* analisado.

Fig. 76 – Síntese da pronominalização no gênero memorando

Tipo de pronome	Número de recorrências
Pronomes demonstrativos	60
Pronomes possessivos	58
Pronomes pessoais do caso oblíquo	24
Pronomes pessoais do caso reto	9

Fonte: Elaboração do autor desta tese

Os dados mostrados na figura acima revelam que pronomes demonstrativos e possessivos são os mais recorrentes, enquanto os pronomes pessoais dos casos reto e oblíquo são mais rarefeitos. A interpretação que se faz desses números lança luz para que se possa relacionar a *pronominalização* à questão da impessoalidade que ora se discute. De fato, a baixa recorrência de pronomes pessoais do caso reto certamente tem a ver com o seu evitamento, pois em geral esses pronomes levam o leitor a procurar no texto os seus referentes. Todas as vezes que se cita um “ele” urge perguntar: “ele quem?”. Assim, é como se o emprego dos pronomes pessoais do caso reto pudessem contribuir para tornar o texto em certo sentido ambíguo, ferindo o princípio da precisão. A propósito, na área jurídica – que partilha de características mais ou menos comuns ao registro burocrático –, é costume os pronomes pessoais virem especificados entre parênteses justamente para desambiguar o texto, tornando-o mais preciso, tal como em: “*e*le (o depoente)”.

Vejam-se dois casos extraídos do *corpus*, em que ocorrem pronomes pessoais do caso reto.

(125) [MEMO 24] [1990]

“Dentre as funções precípuas dos Coordenadores, está a convivência necessária e efetiva com os *alunos*, procurando ouvir as suas reivindicações através dos Representantes de Turmas. É o que tenho insistido, reiteradas vezes.

Neste semestre, infelizmente, por motivos vários, não foi possível concatenar idéia, tempo e oportunidade, para também me encontrar com **eles**(...)”.

(126) [MEMO 55] [2010]

“**Eu**, *FULANO DE TAL*, (...), tendo conhecimento de que no IFPE, *Campus* Garanhuns, está lotado o professor Beltrano de Tal, da mesma área de atuação, residente no Recife, venho solicitar a Vossa Senhoria, se possível, uma permuta para aquele *Campus*”.

Em (125) tem-se uma referência anafórica por meio da forma pronominal “ele”, que se refere a “os alunos”; por outro lado, em (126), tem-se uma referência catafórica, em que o pronome de primeira pessoa “eu” se refere ao professor “Fulano de Tal”. Curiosamente, esses pronomes pessoais, raros no *corpus*, diga-se mais uma vez – visto que apareceram somente em 4 exemplares, correspondendo a 6,6% –, surgem justamente nos exemplares de memorando que têm um cunho mais argumentativo, os quais são, de certo modo, menos impessoais. Tal fenômeno aplica-se também aos pronomes pessoais do caso oblíquo que ocorreram em 13 exemplares, perfazendo um total de 21,6%, conforme sumariza a figura abaixo.

Fig. 77 – Recorrência de pronomes pessoais no memorando, considerando-se o universo de 60 exemplares

Pronomes pessoais do caso reto	Número de recorrências	Pronomes pessoais do caso oblíquo	Número de recorrências
ele(s)	6	-lo (s)/-la	7
eu	3	me	6
		-nos/nos	4
		-lhe/lhe	3
		mim	2
		vos	1
		-os	1

Fonte: Elaboração do autor desta tese

Os *pronomes possessivos e demonstrativos*, porém, mostraram-se bem mais presentes nos memorandos estudados. Os primeiros ocorreram em 23 exemplares do *corpus*, equivalendo a 45% dos dados analisados; os segundos, em 33 exemplares, correspondendo a 55% dos dados investigados. De modo geral, os possessivos cumprem a sua função natural de contribuir para a coesão do texto, reforçando a presumível *(im)personalização verbal* já discutida anteriormente.

(127) [MEMO 51] [2006]

“Certos da **vossa** atenção, reiteramos **nossas** cordiais saudações”.

(128) [MEMO 57] [2012]

“Comunico que na **minha** ausência irão atuar no **meu** horário os seguintes servidores: Fulano de Tal – Coordenador (...) e a servidora Sicrana de Tal (...)”.

Cumprе reiterar que o possessivo de segunda pessoa (*vosso(a)(s)*) é assaz escasso, uma vez que não ocorre na oralidade do português brasileiro. Os demais possessivos (*nosso(a)(s)*, *meu(s)*, *minha(s)*, *seu(s)*, *sua(s)*) contribuem para reforçar a construção da impessoalidade, à medida que se articulam com a pessoa verbal que predomina em cada texto. Por um lado, *nosso(a)(s)* intensifica o que se chamou de *(im)personalização verbal por meio de agente genérico*; por outro lado, *meu(s)*, *minha(s)* revigora a chamada *(im)personalização verbal por meio de agente institucionalizado*. Chama atenção o fato de os *demonstrativos* serem os que figuram em maior quantidade. A bem dizer, eles se distribuem em dois grupos: demonstrativos com *função exofórica* (aquela que aponta para algo expresso fora do texto) e demonstrativos com *função endofórica* (aquela que aponta para algo expresso dentro do texto). Pelos primeiros, compreende-se os pronomes demonstrativos que têm função dêitica⁹⁷, apontando para o contexto, tal como mostram os excertos abaixo.

(129) [MEMO 04] [1977]

“Havendo constatado que V.S^a se ausentou **desta Escola**, durante o 2º expediente do dia 28.01.77, sem que estivesse autorizado para tanto, conforme dispõe a Portaria nº 490/70, vem **esta Direção** adverti-lo para que tal ocorrência não torne a se repetir”.

⁹⁷ Segundo Levinson ([1983] 2007 p. 65), “o termo [dêixis] é emprestado da palavra grega que significa apontar ou indicar e tem como protótipos ou exemplares focais o uso dos demonstrativos, dos pronomes da primeira e da segunda pessoa, do tempo verbal, dos advérbios de tempo e lugar específicos como *now* ‘agora’ e *here* ‘aqui’, e uma variedade de outros traços gramaticais ligados diretamente às circunstâncias da enunciação”.

(130) [MEMO 20] [1988]

“Venho através **deste**, comunicar a substituição da bolsista FULANA DE TAL, 7º período – Tele – manhã (...)”.

Há de se convir que as expressões “desta Escola” e “esta direção”, em (129) não foram previamente referenciadas dentro do texto. No entanto, os sentidos são construídos na relação com as externalidades, quando se recorre aos conhecimentos prévios, em que a “escola” é o IFPE/*Campus* Recife (à época denominado ETFPE) e a “direção” é a Direção-Geral desta mesma instituição. Em (130), o demonstrativo “deste” também aponta para fora do texto, pois se quer mencionar o gênero (“*Venho através deste [memorando] (...)*”). Em outros casos, o pronome demonstrativo cumpre a sua função de referência endofórica, apontando para o cotexto.

(131) [MEMO 14] [1985]

“Informamos que no dia 22 de agosto de 1985, o *aluno Sicrano de Tal*, 3º Mecânica noite ao solicitarmos a devolução do material de laboratório, **este** recusou-se a entregar-nos, proferindo palavras de baixo calão (...)”.

(132) [MEMO 59] [1985]

“Solicito reserva do Auditório do *Campus* Recife para a realização do *Seminário Interno do Curso de Licenciatura em Geografia* (...). Informo também que o público-alvo **deste** evento será constituído pelos estudantes e professores do próprio curso (...)”.

Em (131), o pronome demonstrativo “este” constitui uma referência endofórica do tipo anafórica (que tem movimento retrospectivo dentro do texto), retomando o objeto de discurso “aluno Sicrano de Tal”. Fenômeno análogo ocorre em (132), quando a contração gramatical “deste” (“de” + “este”) remete à cadeia nominal “Seminário Interno do Curso de Licenciatura em Geografia” anteriormente citada. Outras vezes, há uma concomitância de pronomes demonstrativos que têm função endofórica e exofórica dentro do mesmo texto, como mostra a passagem abaixo.

(133) [MEMO 11] [1982]

“Nos termos do artigo 16 da Portaria 97/82, convoco **essa** Chefia para uma reunião com a Direção na próxima segunda-feira, às 15:30 horas na sala de reuniões do Gabinete, quando serão recebidos os expedientes de que trata **aquela** dispositivo e apresentada a nova chefia.

A partir do recebimento **deste**, fica **essa** chefia cientificada da permanência pró-tempore no exercício da função que exerce, até a confirmação ou exoneração de que trata o artigo 17 da mesma Portaria, respeitada a opção pelo disposto no artigo dezoito seguinte”.

Em (133), apenas “aquele” tem função endofórico-catafórica, remetendo ao “artigo 16 da Portaria 97/82”; as demais ocorrências são dêiticas, visto que direcionam para a externalidade do texto: “essa” refere-se à audiência e “deste” remonta ao gênero memorando. De qualquer maneira, o uso desses pronomes contribui para a coesão e para a concisão do gênero em estudo, colaborando ainda para a marcação de uma posição mais neutra do escrevente diante do seu dizer. A figura a seguir dá uma dimensão das recorrências dos pronomes possessivos e demonstrativos, considerando-se o universo de 60 exemplares que totaliza o *corpus* da pesquisa.

Fig. 78 – Recorrência de pronomes possessivos e demonstrativos no memorando, considerando-se o universo de 60 exemplares

Pronomes possessivos	Número de recorrências	Pronomes demonstrativos	Número de recorrências
seu(s), sua(s)	24	este(s), esta(s), neste(s), nesta(s), deste(s), desta(s)	39
nosso(s), nossa(s)	22	esse(s), essa(s), nesse(s), nessa(s), desse(s), dessa(s)	15
meu(s), minha(s)	9	aquele(s), aquela(s), naquele(s), naquela(s), daquele(s), daquela(s)	6
vosso, vossa	3		

Fonte: Elaboração do autor desta tese

Com base na discussão acima aventada, postula-se a existência de uma gradação nas formas de *(im)personalização verbal* como recurso para garantir a assim chamada impessoalidade do texto oficial, mais especificamente no memorando. De fato, parece que a primeira pessoa do singular seria a forma “menos impessoal”, ao passo que a terceira pessoa verbal seria a forma “mais

impessoal”. No meio termo situa-se a primeira pessoa do plural, representada pela maioria dos memorandos estudados nesta tese.

Ainda no que respeita às marcas da presumível impessoalidade no memorando, verificou-se que, embora em baixa recorrência no *corpus* (36,6%), talvez um dos mais potentes recursos para tal seja a *apassivação*, que apareceu em 22 exemplares do gênero. Construções sintáticas com verbo na voz passiva têm a função precípua de omitir as agências ou – quando não – pôr em relevo o objeto em detrimento do sujeito. Esse processo reforça o caráter um tanto mais neutro do texto, quando se considera que o apagamento das agências distancia o sujeito enunciativo do seu dizer. O uso da voz passiva direciona o foco para as coisas e não para as ações; daí dizer-se que essa voz verbal coopera com a estaticidade do texto, colocando em segundo plano a sua agentividade. É óbvio que o agente da passiva muitas vezes está presente no texto, porém o efeito discursivo que se pretende causar é o de dar maior relevância ao objeto e não ao enunciativo. A figura abaixo distribui a quantidade de memorandos que apresentam voz passiva, seja com agente, seja sem agente.

Fig. 79 – Formas de *apassivação* no memorando, considerando-se o universo de 22 exemplares

Tipo de <i>apassivação</i>	Recorrências
Voz passiva sem agente	11
Voz passiva com agente	15

Fonte: Elaboração do autor desta tese

Os exemplos a seguir ilustram as *apassivações com agente da passiva* – que totalizam 11 ocorrências, distribuídas em 10 exemplares –, acompanhados de suas respectivas reescritas para a voz ativa, a fim de que se possa comparar os diferentes efeitos de sentido que se pretendem provocar. Do ponto de vista gráfico,

convencionou-se marcar, neste trabalho, o verbo (ou locução verbal) em negrito; sublinhar o agente da passiva; e colocar em itálico o trecho reescrito na voz ativa.

(134) [MEMO 03] [1976]

“Como é do conhecimento de V.S., **realizou-se** nesta Escola o III Festival de Música Popular da ETEFP, promovido pelo Centro Cívico Estudantil ‘Nilo Peçanha’.”

*Como é do conhecimento de V.S., o Centro Cívico Estudantil ‘Nilo Peçanha’ **realizou** o III Festival de Música Popular da ETEFP nesta Escola.*

(135) [MEMO 17] [1987]

“Os trabalhos realizados com os grupos de arte **são oferecidos** a cada semestre por esta Coordenação que obedece a nossa orientação.”

*Esta coordenação, que obedece a nossa orientação, **oferece**, a cada semestre, os trabalhos realizados com os grupos de arte.*

(136) [MEMO 30] [1993]

“Informamos outrossim, que todos os questionários **foram respondidos** por alunos do Curso Normal.”

*Informamos, outrossim, que os alunos do Curso Normal **responderam** a todos os questionários.*

(137) [MEMO 31] [1994]

“Enviamos a V.Sa. o livro ‘Povo e Governo Fundidos’, que **foi doado** pelo autor, Fulano de Tal (ex-aluno do Curso de Radialismo), para a biblioteca desta Escola, conforme dedicatória inserida no mesmo”.

*O autor Fulano de Tal, ex-aluno do Curso de Radialismo, **doou** o livro ‘Povo e Governo Fundidos’ para a biblioteca desta Escola, o qual enviamos a V.Sa., conforme dedicatória inserida no mesmo.*

(138) [MEMO 43] [2001]

“Na possibilidade de atendimento ao pleito, solicitamos que os alunos **sejam selecionados** pela CEGI [Coordenação de Expressão Gráfica e Informática], uma vez que seus conhecimentos sobre CAD terão que ser mensurados”.

*Na possibilidade de atendimento ao pleito, solicitamos que a CEGI [Coordenação de Expressão Gráfica e Informática] **selecione** os alunos, uma vez que seus conhecimentos sobre CAD terão que ser mensurados.*

(139) [MEMO 43] [2001]

“Inobstante, como ao que parece o referido e-mail não **foi recebido/lido** pelo destinatário, acresço que tornei enviá-lo em 12/11/2003”.

*Inobstante, como ao que parece, o destinatário não **recebeu/leu** o referido e-mail; acresço que tornei enviá-lo em 12/11/2003.*

(140) [MEMO 59] [2014]

“Informo também que o público-alvo deste evento **será constituído** pelos estudantes e professores do próprio curso, além do presidente da CPA [Comissão Própria de Avaliação] deste Instituto Federal.”

*Informo também que os estudantes e professores do próprio curso, além do presidente da CPA deste Instituto Federal, **constituirão** o público-alvo deste evento.*

Com base nesses dados, há de se concordar que os efeitos de sentido entre a voz passiva e a voz ativa são distintos. Enquanto a primeira põe em relevo o objeto, a segunda dá ênfase ao agente; esse gesto faz com que as coisas pareçam se tornar mais importantes que as pessoas na voz passiva. Tomando como exemplo o que se disse em (137), com sua respectiva reescrita para a voz ativa (p. 259), há um claro deslocamento da coisa para o enunciador e para a ação. O texto original foca a coisa (“o livro ‘Povo e Governo Fundidos’”), enquanto a reescrita põe em primeiro plano o sujeito enunciador (“o autor Fulano de Tal, ex-aluno do Curso de Radialismo”) e a ação (“doou”). De fato, essa “coisificação” na linguagem contribui, indubitavelmente, para tornar o texto pretensamente mais neutro e, por conseguinte, mais impessoal.

Todavia, a pesquisa revelou que a maior parte das manifestações de voz passiva no memorando não apresenta o agente, perfazendo um total de 15 ocorrências, distribuídas em 14 exemplares do gênero. Veja-se, portanto, como se dá esse processo de *apassivação sem agente da passiva*. A título de esclarecimento, seguem-se as orientações anteriores, quais sejam: marcação do verbo (ou locução verbal) em negrito e reescrita do trecho na voz ativa em itálico.

(141) [MEMO 01] [1973]

“Levamos ao conhecimento de V.Sa. que, por necessidade de área construída nesta Escola Técnica, **será destruída** a sala destinada ao setor de artesanato, sob sua responsabilidade, para construção da Oficina de Eletrotécnica”.

*Levamos ao conhecimento de V.Sa. que, por necessidade de área construída nesta Escola Técnica, **destruirão** a sala destinada ao setor de artesanato, sob sua responsabilidade, para construção da Oficina de Eletrotécnica.*

(142) [MEMO 06] [1978]

“(...) a servidora Fulana de Tal, ocupante do emprego de Assistente Social, código LT-NS-930.B, Referência “44”, da Tabela Permanente daquela Escola, **foi designada** para prestar serviços nessa Escola, a partir desta data, até ulterior deliberação”.

*(...) **designaram** a servidora Fulana de Tal, ocupante do emprego de Assistente Social, código LT-NS-930.B, Referência “44”, da Tabela Permanente daquela Escola para prestar serviços nessa Escola, a partir desta data, até ulterior deliberação.*

(143) [MEMO 08] [1980]

“Outrossim, sugerimos que **seja estudada** a possibilidade de realizarmos a referida reunião, sexta-feira, dia 13/06/80, no expediente da manhã ou tarde”.

*Outrossim, sugerimos que **estudem** a possibilidade de realizarmos a referida reunião, sexta-feira, dia 13/06/80, no expediente da manhã ou tarde.*

(144) [MEMO 12] [1983]

“(...) os pedidos de ligação externa, **serão feitos**, através do Ramal 212, agora ativado”.
 (...) **farão** os pedidos de ligação externa através do Ramal 212, agora ativado.

(145) [MEMO 13] [1984]

“Outrossim, solicitamos que a primeira via desta **seja enviada**, devidamente assinada e preenchida, à Coordenação de Integração Escola-Empresa, ficando a segunda via para contrôlo da sua coordenação”.

*Outrossim, solicitamos que **enviem** a primeira via desta, devidamente assinada e preenchida, à Coordenação de Integração Escola-Empresa, ficando a segunda via para contrôlo da sua coordenação.*

(146) [MEMO 25] [1990]

“Estamos remetendo a V.S^a, em anexo, as Leis de nºs 8.026 e 8.027 de 12 de abril de 1990, pertinentes à aplicação de pena de demissão a funcionário público, bem como normas de conduta da categoria, a fim de que **sejam distribuídas**, individualmente, para todos os servidores lotados no setor de sua responsabilidade, objetivando o conhecimento dos referidos instrumentos legais”.

***Distribuam** para todos os servidores lotados no setor de sua responsabilidade, individualmente, as Leis de nºs 8.026 e 8.027 de 12 de abril de 1990, pertinentes à aplicação de pena de demissão a funcionário público, bem como as normas de conduta da categoria, que estamos remetendo a V.S^a, em anexo, objetivando o conhecimento dos referidos instrumentos legais.*

(147) [MEMO 34] [1996]

“Informamos a V.Sa., que a Reclamação Trabalhista em epígrafe **foi extinta** com julgamento do mérito, em audiência proferida no dia 28 de abril de 1996 na 11^a J.C.J. [Junta de Conciliação e Julgamento] do Recife”.

*Informamos a V.Sa. que **extingiram** a Reclamação Trabalhista com julgamento do mérito, em audiência proferida no dia 28 de abril de 1996 na 11^a J.C.J. do Recife.*

(148) [MEMO 42] [2000]

“Solicitamos que **seja providenciado** [sic], com máxima brevidade possível, junto ao setor competente deste Centro Federal de Ensino, uma vistoria da parte elétrica do estúdio de rádio e televisão pois (...)”.

*Solicitamos que **providenciem** uma vistoria da parte elétrica do estúdio de rádio e televisão, com a máxima brevidade possível, junto ao setor competente deste Centro Federal de Ensino, pois (...).*

(149) [MEMO 46] [2003]

“Em atenção à solicitação do Memorando Circular nº 23/PGF/AGU datado de 11 de novembro do corrente ano, (...), vimos informar que a resposta já **fora enviada** por e-mail (...)”.

*Em atenção à solicitação do Memorando Circular nº 23/PGF/AGU, datado de 11 de novembro do corrente ano (...), vimos informar que já **enviaram** a resposta por e-mail (...).*

Os exemplos acima ratificam que a forma de apassivação sem o agente mostra-se um recurso potente para sinalizar a chamada impessoalidade no plano linguístico-discursivo. Nesses casos, há um apagamento das agências, de modo que o leitor não tem como recuperar, pelo texto, o sujeito que praticou aquela ação. Esse tipo de discurso é bem típico da esfera administrativa, quando a voz institucional deve se sobrepor aos interesses pessoais do sujeito escrevente. Ademais, a transformação da voz passiva para a ativa revela como esta coloca o verbo em

primeiro plano, dando-lhe um caráter agentivo, enquanto aquela se concentra no objeto, contribuindo para a eliminação das marcas linguísticas da agentividade no gênero em estudo. Nesse sentido, é possível verificar como a mudança de voz verbal provoca uma circulação de sentidos diferentes; conforme se pôde ver em (146), (p. 261), houve uma mudança de foco relevante entre a voz passiva (que focaliza as *Leis de nºs 8.026 e 8.027 de 12 de abril de 1990*) e a voz ativa (que dá destaque à ação por meio do verbo *distribuir* na terceira pessoa do plural do presente do subjuntivo).

Em resumo, no artefato genérico em discussão, as apassivações ocorrem quase sempre uma só vez no texto, enquanto apenas em quatro exemplares elas ocorreram duas vezes. Isso pode estar relacionado ao fato de memorandos materializarem-se em textos relativamente breves, em função da sua praticidade impulsionada pela sua natureza interdepartamental por excelência, como se vê na figura abaixo.

Fig. 80 – Recorrências de apassivações no memorando, considerando-se o universo de 22 exemplares

Recorrência de apassivações	Quantidade de textos (em cada um deles)
1 vez	18
2 vezes	4

Fonte: Elaboração do autor desta tese

Os dados da pesquisa revelaram, ainda, que os memorandos têm uma característica voltada ao uso de *expressões conformativas*, como mais uma estratégia que converge para assegurar a duvidosa impessoalidade típica desse gênero. Assim, esse teor conformativo do texto pode ser considerado um argumento de autoridade que respalda o dizer do escrevente, no sentido de mitigar a sua exposição no texto. A propósito, há de se concordar com Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005, p. 348) que o *argumento de autoridade* “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese”. Francamente, há de se ressaltar que, de modo geral, memorandos não

pretendem defender teses; entretanto, a fundamentação do discurso burocrático em documentos, autoridades ou grupos sociais de prestígio pode funcionar como uma espécie de argumento de autoridade. O efeito de sentido visado é o de manter um distanciamento diante do dito, apoiando-se em outros que já o disseram. Como os autores supramencionados explicam, o que se entende por *autoridade* neste contexto é muito versátil, podendo ser “o ‘parecer unânime’ ou a ‘opinião comum’, ora certas categorias de homens (...); por vezes a autoridade será impessoal: ‘a física’, ‘a doutrina’, ‘a religião’, ‘a bíblia’; por vezes se tratará de autoridades designadas pelo nome” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, [1958] 2005, p. 350).

Dito isso, a *conformatividade* como argumento de autoridade a serviço de uma pretensa impessoalidade no memorando manifestou-se em 15 exemplares desse tipo de correspondência oficial, equivalendo a 25% dos dados investigados. Abaixo, seguem alguns excertos comprobatórios desse fenômeno.

(150) [MEMO 05] [1977]

“**Fundamentado no item “C” do Plano de Aplicação da CESCO** [Caixa Escolar], autorizo ao Sr. Tesoureiro a liberar em favor da Companhia de Transportes Urbanos – C.T.U., a importância de Cr\$ 6.120,00 (SEIS MIL CENTO E VINTE CRUZEIROS), para pagamento de 120 (CENTO E VINTE) talões de passe, referente ao mês de novembro”.

(151) [MEMO 06] [1978]

“Vimos pelo presente comunicar a V.S^a que **de acordo com a Portaria nº 287 de 31-10-978 do Sr. Diretor da ETF-PB**, a servidora Fulana de Tal (...) foi designada para prestar serviços nessa Escola, a partir desta data, até ulterior deliberação”.

(152) [MEMO 10] [1982]

“**De ordem do Sr. Diretor**, solicitamos as providências desse Departamento no sentido de fornecer 02 (duas) diárias à Psicóloga Fulana de Tal (...), tendo em vista que representará o Exm^o Sr. Secretário de Ensino de 1^o e 2^o Graus/MEC (...)”.

(153) [MEMO 28] [1982]

“**Conforme determinação do Conselho Superior**, estamos iniciando, nos próximos dias, o Processo de Progressão Funcional para o Servidor Docente, e, pela importância do trabalho, solicitamos de V.Sa. sua colaboração”.

(154) [MEMO 55] [2010]

“Eu, FULANO DE TAL (...), professor do IFPE – *Campus Recife*, nomeado **através da Portaria nº 862, publicada no D.O.U. de 06/07/2010, Área de Atuação Linguagens, Códigos e suas Tecnologias – Opção 343 – Classe/Padrão D-101** (...), venho solicitar a Vossa Senhoria, se possível, uma permuta para aquele *Campus*.”

Os exemplos citados em (150), (151) e (154) contribuem para a marcação de uma pretensa impessoalidade, à medida que o escrevente respalda o seu dizer por meio de documentos preexistentes (*plano de aplicação, portaria*). Em (152), há a invocação de uma autoridade pela função que ela ocupa; por essa razão, a

solicitação da liberação das diárias está atrelada à “ordem” prévia do “Sr. Diretor”; por fim, em (153), ouve-se a voz de um órgão colegiado que determina a convocação do/a docente. Usualmente, essa conformatividade é introduzida no texto por diferentes expressões com sentidos mais ou menos semelhantes, dados pelo contexto, como se pode verificar na figura abaixo.

Fig. 81 – Recorrências de expressões com sentido de conformatividade no memorando, considerando-se o universo de 15 exemplares

Expressões com sentido de conformatividade	Quantidade de textos (em cada um deles)
Conforme...	5
De acordo com...	2
De ordem de...	2
Como...	1
Fundamentado em...	1
Nos termos de...	1
Complementando...	1
Através de...	1
Em atendimento a...	1

Fonte: Elaboração do autor desta tese

Diante de tudo o que foi exposto, resta asseverar que as marcas de uma suposta impessoalidade no memorando se dão por meio de diferentes processos, os quais podem aparecer de forma isolada em um dado exemplar de memorando ou podem aparecer de forma inter-relacionada. Não são raros os casos em que a voz passiva imbrica-se com as nominalizações que, por sua vez, articulam-se com a pronominalização e assim por diante. Todos esses recursos são marcas de tradições discursivas que se conservam no gênero em discussão, contribuindo, sobremaneira, para a identidade da chamada linguagem burocrática ou burocratês.

7 SEM MAIS PARA O MOMENTO: À GUIA DE CONCLUSÃO

Para efeito de conclusão desta tese – ato este que se faz pelas exigências desse gênero acadêmico e pela necessidade de delimitação inerente a toda e qualquer pesquisa de natureza científica –, cumpre reiterar que a investigação que resultou neste trabalho versou sobre os usos do memorando – gênero típico da chamada comunicação oficial – nas rotinas laborais do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – *Campus Recife* –, entre 1973-2014. Ademais, enfatiza-se que se tratou de pesquisa documental, de natureza qualitativa – já que os dados são interpretados e apreciados –, respaldada por elementos quantitativos no que diz respeito às recorrências, por meio da análise de um *corpus* constituído por 60 exemplares do gênero em tela, coletados no Arquivo Geral da instituição suprarreferida.

Dito isso, assevera-se que os objetivos propostos para a pesquisa foram alcançados, pois se conseguiu analisar o memorando a partir do duplo enfoque preestabelecido (um para o *contexto* e outro para o *texto*, de forma inter-relacionada), desvendando aspectos importantes do funcionamento linguístico-discursivo e social desse gênero. Tal bifurcação reforça a ideia de que o gênero é uma categoria mediadora relevante, uma vez que o texto não se faz sem o seu entorno, ao tempo em que o agir social depende do artefato textual (especialmente no caso das rotinas institucionais veiculadas pela escrita). O gênero, portanto, imbrica essas duas categorias – *texto* e *contexto* – de forma bastante produtiva.

Ressalta-se, também, a fecundidade das teorias de base neste trabalho. É certo que cada uma delas tem origem, audiência e objetivos diversos; entretanto, pôde-se constatar que, a despeito das diferenças, há muitos elementos comuns que não podem ser ignorados. Embora partam de lugares distintos, essas teorias têm pontos de chegada mais ou menos semelhantes, e podem dialogar de forma produtiva. Foi com essa visão que se estabeleceu um diálogo entre categorias advindas de diferentes abordagens dos estudos de gêneros (a perspectiva bakhtiniana, os Estudos Retóricos de Gêneros, a concepção de gênero do Inglês para Fins Específicos e o paradigma das Tradições Discursivas). Aliás, a presente tese corrobora a ideia de que os estudos brasileiros de gêneros tendem a chamar ao diálogo mais de uma abordagem teórica, quando se debruçam sobre um (ou vários)

gênero(s) como objeto(s) de investigação científica (DOLZ, 2016; BAZERMAN, 2016; BEZERRA, 2016).

A presente pesquisa ancorou-se em três aportes metodológicos estrangeiros (anglófonos), os quais não foram aplicados na sua íntegra, já que foram adaptados parcialmente ao nosso objeto de investigação: o modelo CARS (*Create a Research Space*) de Swales (1990), especialmente para a análise dos propósitos comunicativos e da organização retórica do gênero em tela; os passos propostos por Bhatia (1993; 2004) para a análise de gêneros, principalmente por este autor trabalhar com gêneros profissionais, e as ferramentas analíticas aventadas por Bazerman ([2004] 2009a), particularmente no que se refere ao conceito de sistema de gêneros. Em nível nacional, o trabalho pioneiro de Silveira (2005) sobre o *ofício* – outro gênero da comunicação oficial – também iluminou a nossa pesquisa, uma vez que, em parte, lança mão das metodologias supramencionadas.

Durante o trajeto, alguns percalços obrigaram o desvio da rota inicial, refazendo o caminho previsto. Em outras palavras, hipotetizava-se que haveria memorandos mais antigos no Arquivo Geral do Instituto Federal de Pernambuco, visto tratar-se de uma entidade educacional centenária. Todavia, por razões anteriormente mencionadas nesta tese, muitos documentos dessa instituição foram destruídos, restando trabalhar com o que se dispunha, ou seja, com os memorandos produzidos a partir do ano de 1973. Esse fato, seguramente, trouxe algumas restrições e limitações à pesquisa. A despeito disso, sustenta-se que o *corpus* (60 exemplares autênticos de memorando), o *locus* (o IFPE/*Campus Recife*) e o *chronos* (1973-2014) foram suficientes para conferir validade e legitimidade à pesquisa.

É pertinente sublinhar que a concepção de língua adotada nesta tese corrobora a necessidade de se olhar para as práticas situadas de interação, observando como sujeitos sociais a utilizam, especialmente em contextos de escrita mais formais, que primam por ir além dos seus usos espontâneos. Além disso, ao se adotar essa perspectiva sociointeracional – cujo foco vai de encontro ao formalismo *per se* e ao encontro da movência dos sentidos nas práticas autênticas de interação discursiva –, vê-se que não se trata somente dos usos da língua em si, mas, principalmente, de se observar como os sujeitos usam essa mesma língua para fazer coisas, realizar atividades e desempenhar papéis sociais. De fato, Miller ([1984] 2009a) tem razão quando defende o gênero como uma ação social tipificada a partir de situações retóricas recorrentes; acredita-se, portanto, que é esse agir

socialmente (para celebrar, xingar, solicitar, elogiar, concordar, opor-se, desfazer mal-entendidos etc.) que torna a língua viva e os sujeitos ativos na constituição da vida social.

Isso posto, passar-se-á aos resultados da pesquisa e às questões mais relevantes por eles suscitadas. Primeiramente, convém reafirmar que a noção de *esfera da comunicação humana* proposta pelo chamado Círculo de Bakhtin propiciou que se olhasse para o memorando dentro de uma instância social típica que se inter-relaciona com outras; nesse sentido, chama-se essa instância de *esfera administrativa estatal*. A partir desse recorte (em coerência com o todo), confirma-se que o memorando é, de fato, um gênero (“um documento” ou “uma peça”, na linguagem burocrática) que estabelece um diálogo entre setores ou sujeitos – por meio dos papéis sociais que ocupam – dentro de uma mesma instituição. Isso justifica a sua divulgação – mesmo na literatura normativa – como uma forma de comunicação interna. Os dados analisados comprovam que o memorando também circula internamente na *esfera administrativa empresarial*.

Acerca da circulação interna do memorando na esfera administrativa estatal, há de se considerar ainda que, embora raramente, o memorando foi utilizado como forma de comunicação externa à instituição. Essa constatação paradoxal traz à baila tanto a questão do gênero como ação social quanto o problema do letramento. Em relação à primeira, cumpre dizer que a ação parece mais relevante que a designação do texto (memorando em vez de ofício); quanto ao segundo, entende-se que esse lapso mostra o desconhecimento das práticas de escrita no mundo do trabalho, ensejando a necessidade de discussão desse tema.

Afora isso, é praxe nessa esfera discursiva atribuir ao memorando um uso mais ágil e prático, caso se compare com gêneros mais longos que também circulam nessa instância discursiva, a exemplo dos relatórios, dos regulamentos, dos editais, dentre outros. Essa brevidade – identificada no *corpus* – é motivada pelos assuntos que o gênero aborda e pela proxêmica dos interactantes, que compartilham o mesmo espaço social (quando se considera a instituição como um todo) e os saberes inerentes àquele grupo social, ou seja, os seus conhecimentos de mundo.

Ainda no que diz respeito a particularidades dessa esfera discursiva, o estudo do memorando corroborou as relações de poder que se instauram dentro das instituições por meio de algumas estratégias veladas, quais sejam: (i) o prestígio da escrita padrão/formal, em virtude do seu elevado poder de documentação e registro

para a posteridade, confirmando a natureza grafocêntrica dessa esfera; (ii) os mecanismos de controle e regulação, principalmente por meio de numeração (quando se produz o construto genérico) e de tomada de ciência, quando do recebimento desse gênero; (iii) a necessidade de um suporte típico: o papel timbrado, independente do o memorando ser manuscrito, datilografado ou digitado; (iv) a existência de manuais que normatizam a produção do gênero, cerceando a sua criatividade e impondo uma pretensa uniformidade. Esse “fechamento de cerco” funciona como amarras que contribuem para tornar o memorando um gênero um tanto mais formatado, o que não é despropositado; daí dizer-se que burocracia é, de fato, poder e controle.

Ratificou-se, também, o memorando como um gênero sócio-histórico e dialógico. Acerca da evolução dessa forma de correspondência oficial, realizou-se levantamento da literatura científica sobre esse tema, traçando o percurso do surgimento do memorando (por volta de 1920) aos dias atuais (YATES; ORLIKOWSKI, 1992). Entende-se, portanto, que o memorando é, antes de tudo, um tipo de correspondência oficial derivado da carta, já que esta é considerada um gênero basilar na formação de inúmeros outros (BAZERMAN, [2000] 2009b). Em termos mais específicos, esse objeto de estudo deriva da carta comercial externa, passando pela carta comercial interna, até se chegar ao seu reconhecimento como um memorando. Evidente que todas essas mudanças estão intimamente relacionadas às transformações socioeconômicas pelas quais passaram as empresas na virada do século XIX para o século XX, no contexto norte-americano; em pleno século XXI, o memorando está vivo e sujeito a novas mudanças, tal como se tem falado no chamado memorando eletrônico.

A categoria *sistema de gêneros* mostrou-se eficaz para abordar o memorando de forma inter-relacionada a outros construtos genéricos (capa de processo, declaração, despacho, portaria etc.), comprovando o fato de que os gêneros não funcionam isoladamente e que sua interdependência é imprescindível às atividades sociais. Nesse ponto da análise, o exame do processo administrativo a que se referiu nesta tese foi fundamental para que se verificasse de que modo o memorando dialoga com outros gêneros na esfera administrativa estatal. Por tudo isso, o memorando figura como um pequeno elo discursivo constitutivo do que se denominou *sistema de gêneros burocráticos*, o qual, por sua vez, compõe a complexa e contínua cadeia das interações humanas mediadas tanto pela fala,

quanto pela escrita. Há de se destacar, ainda, que o *sistema de gêneros burocráticos* mantém uma relação intrínseca com os *sistemas de atividades* do Instituto Federal de Pernambuco, levando-se em consideração, também, o fato de esse mesmo sistema genérico se constituir a partir de *conjuntos de gêneros* produzidos por diferentes profissionais. Ressalte-se, portanto, que os *modos de dizer* estão imbricados com os *modos de fazer*, de maneira tal que se torna difícil imaginar a existência de um sem o outro. Essa constatação é relevante para desmitificar e desmistificar o memorando como um gênero uniforme, isolado e idealizado, como corriqueira e equivocadamente costuma se difundir.

A análise do funcionamento do sistema de gêneros burocráticos permitiu, ainda, chamar à reflexão a maneira como gêneros orais e escritos se inter-relacionam, com a finalidade de realizar ações no mundo real e, mais precisamente, no âmbito de uma instituição educacional pública (o IFPE). Assim, verificou-se que, embora seja um gênero escrito e razoavelmente estabilizado, o memorando dialoga com gêneros orais que podem até mesmo lhe servir de base ou de “rascunho” oral, trazendo à tona a relevante discussão acerca do *continuum* tipológico dos gêneros, de que falara Marcuschi (2007; 2008). Já não é tão prudente afirmar que o memorando é um construto genérico puramente escrito, posto que ele não se descola das práticas orais que se estabelecem no meio institucional e fora dele (as conversas nos corredores, os telefonemas, as conversações face a face entre chefias e subordinados, as reuniões formais, os encontros informais, dentre outros).

Outro achado da pesquisa diz respeito ao fato de haver mais uma razão que torna o memorando um gênero razoavelmente estabilizado e padronizado, com poucas possibilidades de inovação e criatividade. Além da recorrência de situações retóricas semelhantes – que frequentemente exigem o uso dos mesmos gêneros –, a existência de manuais, cursos, verbetes e dicas da *web* que regulam esse construto genérico comprovou que, de fato, tais *metagêneros* funcionam como *forças centrípetas* poderosas a serviço da conservação, unificação e padronização do memorando. As análises dos verbetes de dicionário revelaram que em todos eles há uma abordagem ainda muito ligada à forma do gênero, preocupada com o ideal de língua pura. O ranço conservador e a falta de exemplos fundados na experiência prática de sujeitos que produzem, recebem e leem esse gênero tornam o conceito em discussão ainda um tanto limitado. Mas são os chamados manuais de redação oficial e empresarial que despontam como os mais prestigiados metagêneros que

regulam a comunicação oficial no Brasil, uma vez que normatizam e cristalizam os gêneros – dentre eles o memorando –, limitando as suas possibilidades de variação. Em suma, a pesquisa identificou que a literatura normativa sobre o tema é restritiva e fundamentada numa concepção formalista da língua e dos gêneros oficiais (“documentos”, na terminologia administrativa).

A identificação dos propósitos comunicativos permitiu concluir que memorandos admitem uma acentuada heterogeneidade em sua organização textual-discursiva, derivada das múltiplas situações retóricas que os engendram e dos diversos fins a que se prestam. De fato, o macropropósito do memorando é estabelecer uma comunicação entre setores distintos de uma mesma instituição; entretanto, em termos específicos, essa entidade genérica presta-se a diferentes finalidades. Nesse ponto da análise, apresentaram-se dados reais que ilustram como sujeitos usam o memorando para realizar ações; tal abordagem praticamente inexistente na literatura normativa sobre esse tema. Diante disso, descobriu-se, por um lado, que os propósitos comunicativos mais prototípicos do memorando são: solicitar, informar e encaminhar, respectivamente; por outro lado, os demais propósitos, embora rarefeitos, reiteram a natureza heterogênea desse gênero, pois memorandos também servem para convocar, convidar, autorizar, advertir e relatar.

A análise da organização retórica revelou que os memorandos constitutivos do *corpus* da pesquisa apresentam padrões comuns; entretanto, há uma considerável flexibilidade na organização dos movimentos retóricos (*moves*). Essa realidade suplanta a visão homogeneizadora frequentemente atribuída ao memorando, em nome de uma pretensa uniformidade. Verificou-se que os movimentos retóricos mais previsíveis do memorando, considerando-se o universo dos sessenta exemplares, estão ligados à forma do texto: localizar, datar, enumerar, indicar setores de origem e destino, informar o tópico discursivo, dirigir-se ao destinatário por meio do vocativo, concluir com fórmula de cortesia e subscrever.

A maior parte das variações aparece no corpo do texto, pois é aí que o sujeito escrevente tem uma relativa liberdade para fazer um uso mais criativo da palavra; mesmo assim, por se tratar de um gênero institucional conciso, marcado por uma relativa agilidade e pautado por uma pretensa objetividade, as possibilidades para inovar são bem restritas. Assim sendo, no memorando de solicitação, o principal movimento retórico é aquele em que se solicita; os demais *moves* que aparecem no corpo do texto servem de esteio para sustentar o movimento principal. Chama

atenção também a natureza argumentativa de alguns memorandos de solicitação, fato ignorado pelos metagêneros que regulam a correspondência oficial e empresarial. Nos memorandos de informação e esclarecimento, o principal movimento retórico busca dar a informação central do texto sobre procedimentos e assuntos de interesse da instituição. Informações secundárias encarregam-se de complementar a informação central, muito embora essas se constituam em um *move* opcional. Os memorandos de encaminhamento têm como *move* central o próprio ato retórico de encaminhar ou enviar determinado documento ou objeto. Esses *moves* são fundamentais para assegurar a prototipicidade do gênero em seus variados tipos, tal como ocorre também nos memorandos menos recorrentes (de convocação, de autorização, de advertência, memorandos-convite e memorando-relato).

Do ponto de vista linguístico-discursivo, as análises do memorando indicam que predomina nesse gênero o chamado *burocratês* – registro linguístico típico dos documentos oficiais. Essa variedade da modalidade padrão da língua escrita (assim como o *juridiquês*, o *economês* e assim por diante) não é de uso corriqueiro nem se trata de um dialeto natural da língua. Contudo, é um registro linguístico que se pode adquirir (seja por implicitude, seja por explicitude), cuja história no âmbito da correspondência oficial não pode ser apagada; por essa razão, abordaram-se as marcas da linguagem burocrática como *tradições discursivas* que travam uma luta entre permanência e variação na arena da comunicação oficial e empresarial. A despeito das críticas que tem recebido pelos planejadores da linguagem, o *burocratês* foi identificado como um registro legítimo da comunicação oficial, extrapolando sua função ornamental e reforçando o componente retórico do gênero. De qualquer modo, a pesquisa relatada comprovou que, assim como a língua tem uma história, os textos também a tem. Disso decorre que as marcas da *formalidade* e de uma pretensa *impessoalidade*, defendidas como características fundamentais da linguagem oficial, são mecanismos linguístico-discursivos constitutivos do *burocratês* por excelência.

Os dados da pesquisa mostraram que a perseverante *formalidade* de que se fala na comunicação oficial materializa-se no discurso por meio de alguns mecanismos que praticamente não se discutem em manuais de redação oficial. Um desses mecanismos é o uso de vocativos, por meio dos quais se dirige à audiência pela função que ela ocupa na hierarquia da instituição. Pronomes pessoais de tratamento são outro recurso relevante para conferir ao memorando um tom mais

cerimonioso, a serviço da dita formalidade; ademais, defende-se que eles são objetos de discurso que materializam as relações de poder socialmente constituídas (no caso do IFPE/*Campus* Recife, tais relações de poder atrelam-se aos cargos e às prerrogativas e garantias deles decorrentes, uma vez que se trata de serviço público). As fórmulas de introdução e de encerramento, os cumprimentos de despedida, o léxico no mais das vezes rebuscado, expressões e termos abstratos/genéricos reiteram o teor formal do memorando.

Outro achado relevante concerne ao fato de os dados da pesquisa contraporem-se à noção de *informalidade* defendida em alguns metagêneros que regulam a produção de memorandos, inclusive o *Dicionário de Gêneros Textuais* (COSTA, 2009). É praxe fazer-se a distinção equivocada entre *ofício* e *memorando* atribuindo-se àquele a formalidade e a este a informalidade. Todavia, as análises dos dados indicaram que há níveis de formalidade, quando se trata do objeto de estudo nesta tese. Assim sendo, constatou-se que em um polo há memorandos marcados por um nível formal distenso (ou formal comum) e, noutro extremo, há memorandos que podem ser considerados ultraformais; entre um polo e outro (*continuum*), transita a maior parte dos memorandos, razão pela qual não se pode falar em informalidade quando se trata desse gênero, ao menos no *corpus* que serviu de base para a presente pesquisa.

No que concerne à chamada *impessoalidade*, a análise do *corpus* indicou que os escreventes lançam mão das mais variadas estratégias linguístico-discursivas para manterem uma posição relativamente mais neutra diante do seu dizer. Tais estratégias foram categorizadas em: nominalização, (im)personalização verbal, pronominalização (ou o seu evitamento), apassivação e conformatividade. A propósito disso, a *nominalização* cumpre o efeito discursivo de transformar o dinâmico em estático e a atividade em objeto; daí dizer-se que esse recurso linguístico é fundante para a construção de uma suposta impessoalidade na correspondência oficial. No *corpus* em análise, três mecanismos mostraram-se profícuos para a materialização da nominalização: as longas cadeias nominais e/ou a sua siglonimização, a conversão de verbo em substantivo e a redução de oração subordinada adjetiva.

O uso de siglas reitera, por um lado, a relação entre impessoalidade e concisão, ao mesmo tempo em que reforça o conhecimento de mundo compartilhado entre os interactantes; por outro lado, siglas tornam o texto um tanto

cifrado, trazendo à tona a natureza relativamente fechada da esfera administrativa estatal. A conversão de verbo em substantivo mostrou-se, de fato, um recurso potente para a concretização da nominalização que, por sua vez, está a serviço da pretensa impessoalidade do texto. Isso se deve ao fato de as ações serem transformadas em nomes, convertendo-se o dinâmico em estático; feito isso, as agências são apagadas e o texto torna-se presumivelmente mais neutro, o que não é despropositado. A redução de orações adjetivas também figurou como uma tática importante utilizada pelos escreventes, visto que contribui para deixar o texto um tanto abstrato e supostamente neutro, além de torná-lo mais coeso e coerente.

Outro fenômeno observado foi a marcação da (im)personalização verbal no memorando. Por se tratar de um gênero institucional, praticamente não há espaço para a marcação linguística da subjetividade, tal como ocorre nos gêneros mais livres e criativos. Diante disso, verificou-se que os memorandos agrupam-se em três pessoas distintas: (i) primeira pessoa do plural por meio de agente genérico; (ii) primeira pessoa do singular por meio de agente institucionalizado; e (iii) terceira pessoa do singular por meio de agente inanimado. Em todos esses casos, a voz institucional se sobrepõe a quaisquer interesses de natureza pessoal que porventura possa se supor, visto que todo dito no memorando representa na língua a articulação das forças que emanam das organizações burocráticas, orquestrando um dizer polifônico por excelência.

A (não)pronominalização também contribuiu para a marcação da impessoalidade do texto. De fato, pronomes pessoais do caso reto são raros, visto que, em geral, materializam as agências; daí o seu evitamento. Em outra frente, pronomes pessoais do caso oblíquo e pronomes possessivos cumprem o seu papel de estabelecer a coesão do texto. Chama atenção o maior número de pronomes demonstrativos, seja com função dêitica ou não, o que corrobora a busca pela concisão e a sua contribuição para tornar o texto pretensamente mais neutro e objetivo. Mas são as apassivações que funcionam discursivamente como um dos mais poderosos recursos que asseguram a impessoalidade do texto, visto que possibilitam, de fato, o apagamento das agências. Aliás, o uso da voz passiva direciona o foco para as coisas e não para as ações; daí dizer-se que essa voz verbal coopera com a estaticidade do texto, colocando em segundo plano a sua agentividade. A presença de conformidades como argumento de autoridade também

contribui para a autopreservação do sujeito escrevente e colabora para a tão almejada neutralidade do texto oficial.

Nesta tese, defende-se, pois, que *o memorando é um gênero pertencente à esfera administrativa (especialmente estatal), que apresenta alto grau de complexidade, no que diz respeito ao seu funcionamento discursivo; ele funciona como um elo relevante para tornar possíveis as interações, mediadas pela escrita, dentro dos sistemas de gêneros e de atividades que constituem a vida institucional; caracteriza-se por uma relativa praticidade em sua circulação interna, ao mesmo tempo em que se materializa linguisticamente por meio de um tom mais formal e pretensamente impessoal, constitutivo do seu registro típico – o burocratês; esse construto genérico representa no discurso os mecanismos de controle, de regulação e de conservação que servem à manutenção do status quo das instituições e aos interesses dos que se mantêm no poder.*

Convém salientar, ainda, que o empreendimento desta pesquisa não pretendeu traçar um padrão normativo para o gênero, mas deslindar a sua análise por meio de descrição autêntica, com base nos usos empíricos que se fazem desse gênero. Assim sendo, os ávidos por normas e regras para a produção de gêneros não encontrarão nesta tese subsídios para suas buscas. A pretensão foi investigar com mais afinco as nuances do memorando, principalmente o que é silenciado na literatura normativa sobre esse tipo de comunicação oficial, indo além da proposição de modelos ideais. Também não se ousou propor mudanças nas estruturas de poder, pois entende-se que seria ingênua utopia. Contenta-se, pois, com as inquietações que essa leitura possa provocar, uma vez que, desnudando os sentidos silenciados na literatura normativa sobre o gênero em tela, acredita-se que o retorno social da pesquisa já fora alcançado, funcionando ainda como um convite à reflexão crítica sobre o memorando.

Entretanto, essa investigação não se esgota aqui. Mais do que a busca por respostas, entende-se que muitas perguntas se abriram, cabendo pesquisas futuras. Primeiramente, há de se reconhecer que outros *corpora* e outros *loci* podem ser investigados; ademais, outros pontos de vista teóricos podem enriquecer ainda mais o que aqui já se discutiu. É com este sentimento que se encerra esta tese: com a sensação de que um novo começo se inicia. A título de sugestão, acredita-se que a transformação do memorando impresso em memorando eletrônico (tal como as

instituições públicas vêm implementando) oferece uma boa oportunidade de investigação (estaria o memorando sofrendo apenas uma mudança de suporte?).

Por fim, esta pesquisa traz implicações para a formação de professores – principalmente de línguas –, pois, de uma forma ou de outra, contribui para subsidiar o trabalho com mecanismos linguístico-discursivos que ajudam o sujeito escrevente/leitor a se familiarizar com recursos que marcam distanciamento do sujeito enunciator diante do seu dizer, tais como se exige em outros gêneros: a redação de vestibular, os resumos escolares, os textos do chamado jornalismo informativo, os gêneros acadêmicos em geral, o texto didático, dentre outros. Além do mais, torna-se oportuno refletir sobre as funções sociais da escrita e, principalmente, da escrita padrão.

Outra implicação aventada é a possibilidade de revisão dos próprios metagêneros que regulam o memorando, ou seja, dar-lhes certo “arejamento”, como propusera Silveira (2005), no caso do ofício. Nesse sentido, poderia haver uma incrementação dos manuais de redação oficial e empresarial, bem como uma revisão do próprio verbete *memorando* nos dicionários. Os cursos de redação oficial, especialmente os ministrados para servidores públicos, também poderiam ser reinventados, já que são demasiadamente focados na literatura normativa. Pretende-se, ainda, oferecer subsídios para a elaboração de materiais didáticos para o ensino profissional, a ser ministrado em cursos técnicos (integrados, subsequentes e até mesmo superiores), especialmente nas instituições que se prestam a ofertar essa modalidade de educação (os Institutos Federais, as escolas técnicas das universidades, as escolas técnicas estaduais e municipais e as entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, *inter alia*).

REFERÊNCIAS

- ADAM, J. M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. 2. ed. Tradução do francês de Maria das Graças Soares Rodrigues *et al.* São Paulo: Cortez, [2008] 2011.
- ALVES FILHO, F.; SOUSA, E. B.; ALVES, L. S. (Orgs.). **Gêneros em ação**: abordagens sociorretóricas. Teresina: EDUFPI, 2013.
- ARAÚJO, A. D. Mapping Genre Research in Brazil: An Exploratory Study. In: BAZERMAN, C. *et al.* (Orgs.). **Traditions of Writing Research**. New York, USA: Routledge, 2009. p. 44-57.
- ASKEHAVE, I; SWALES, J. M. Identificação de gênero e propósito comunicativo: um problema e uma possível solução. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (Orgs.). **Gêneros e sequências textuais**. Tradução de Benedito Gomes Bezerra *et al.* Recife: EDUPE, [2001] 2009. p. 221-247.
- BAKHTIN, M. M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Tradução do russo de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1929b] 2013.
- BAKHTIN, M. M. O discurso no romance. In: _____. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Tradução do russo de Aurora Fornoni Bernardini *et al.* 7. ed. São Paulo: HUCITEC, [1934-1935] 2014a. p. 71-210.
- BAKHTIN, M. M. Formas de tempo e de cronotopo no romance. In: _____. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Tradução do russo de Aurora Fornoni Bernardini *et al.* 7. ed. São Paulo: HUCITEC, [1937-1938] 2014b. p. 211-362.
- BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. Tradução do russo de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1953] 2003. p. 261-306.
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Tradução do russo de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. M.; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução do francês de Michel Lahud *et al.* 13. ed. São Paulo: Hucitec, [1929a] 2009.
- BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. **Gênero**: história, teoria, pesquisa, ensino. Tradução do inglês de Benedito Gomes Bezerra. São Paulo: Parábola Editorial, [2010] 2013.
- BAZERMAN, C. The Brazilian Blend: A Different Kind of Difference. In: LOUSADA, E. G. *et al.* (Orgs.). **Diálogos brasileiros no estudo de gêneros textuais/discursivos**. Araraquara: Letraria, 2016. p. 645-650.
- BAZERMAN, C. **Retórica da ação letrada**. Tradução do inglês de Adail Sobral *et al.* São Paulo: Parábola Editorial, 2015a.

BAZERMAN, C. **Teoria da ação letrada**. Tradução do inglês de Milton Camargo Mota, Angela Paiva Dionisio e Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Parábola Editorial, 2015b.

BAZERMAN, C.; MILLER, C. **Gêneros textuais**. Tradução do inglês de Benedito Gomes Bezerra *et al.* Recife: [s.n.], 2011.

BAZERMAN, C.; PRIOR, P. A participação em mundos socioletrados emergentes: gênero, disciplinaridade, interdisciplinaridade. In: BAZERMAN, C. **Escrita, gênero e interação social**. Tradução do inglês e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel *et al.* São Paulo: Cortez, [2005] 2007. p. 150-197.

BAZERMAN, C. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: _____. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Tradução do inglês e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel e Angela Paiva Dionisio. 3. ed. São Paulo: Cortez, [2004] 2009a. p. 19-46.

BAZERMAN, C. Cartas e a base social de gêneros diferenciados. In: _____. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Tradução do inglês e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel e Angela Paiva Dionisio. 3. ed. São Paulo: Cortez, [2000] 2009b. p. 19-46.

BAZERMAN, C. Systems of genres and the enactment of social intentions. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Orgs.). **Genre and the New Rhetoric**. London, UK: Taylor & Francis, 1994. p. 79-101.

BAZERMAN, C. Escrevendo bem, científica e retoricamente: consequências práticas para escritores da ciência e seus professores. In: _____. **Gênero, agência e escrita**. Tradução do inglês e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel *et al.* São Paulo: Cortez, [1988] 2006. p. 59-77.

BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. **Introduction to Text Linguistics**. Tradução do alemão de Robert-Alain de Beaugrande. London, UK: Longman, [1972] 1981.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELTRÃO, O. **Correspondência**: oficial, comercial, bancária, particular. 4. ed. Porto Alegre: Editora Globo, [1941] 1948.

BEZERRA, B. G. **Gêneros no contexto brasileiro**: questões [meta]teóricas e conceituais. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BEZERRA, B. G. A propósito da “síntese brasileira” nos estudos de gêneros. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 465-491, 2016.

BEZERRA, B. G. Equívocos no discurso sobre gêneros. In: DIONISIO, A. P.; CAVALCANTI, L. P. (Orgs.). **Gêneros na linguística e na literatura**: Charles

Bazerman, 10 anos de incentivo à pesquisa no Brasil. Recife: EDUFPE/Pipa Comunicações, 2015. p. 63-79.

BHATIA, V. K.; SALMANI NODOUSHAN, M. A. Genre analysis: The state of the art (An online interview with Vijay Kumar Bhatia). **International Journal of Language Studies**, Tehran/Iran, v. 9, n. 2, p. 121-130, Apr. 2015a.

BHATIA, V. K. Critical Genre Analysis: Theoretical Preliminaries. **HERMES – Journal of Language and Communication in Business**, Aarhus/ Denmark, n. 54, p. 9-20, 2015b.

BHATIA, V. K. Critical reflections on genre analysis. **Ibérica**, n. 24, p. 17-28, 2012.

BHATIA, V. K. **Worlds of written discourse: a genre-based view**. London, UK: Continuum, 2004.

BHATIA, V. K. A análise de gêneros hoje. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (Orgs.). **Gêneros e sequências textuais**. Tradução de Benedito Gomes Bezerra *et al.* Recife: EDUPE, [1997] 2009. p. 159-195.

BHATIA, V. K. **Analysing genre: language use in professional settings**. London: Longman, 1993.

BIASI-RODRIGUES, B.; BEZERRA, B. G. Propósito comunicativo em análise de gêneros. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão/SC, v. 12, n. 1, p. 231-249, jan./abr. 2012.

BRASIL. Instituto Federal de Pernambuco. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Pernambuco 2014-2018**. Recife, 2015. Disponível em: <<http://pdi.ifpe.edu.br/>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 18 fev. 2016.

BRASIL. Instituto Federal de Pernambuco. **Manual de Padronização de Documentos**. Recife: IFPE, [entre 2011 e 2015].

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. Brasília: Presidência da República, [1991] 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm>. Acesso em: 09 ago. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 06 ago. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. Rio de Janeiro, 1942a. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1942/4073.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Rio de Janeiro, 1942b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/busca/?wicket:interface=:0:9:::>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L378.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2016.

CALDAS AULETE, F. J.; VALENTE, A. L. S. **Dicionário Aulete Digital**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/memorando>> Acesso em: 08 ago. 2016.

CHEN, H. Learning in new times: writing through the “eyes of genre”. In: KELL, P. *et al.* (Orgs.). **Learning and the learner**: exploring learning for new times. Wollongong, AU: University of Wollongong, 2008. p. 194-208.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COSTA, S. R. **Dicionário de gêneros textuais**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CRUZ, E. **Redija conforme orientação oficial**: Decreto n. 4.176/28.3.2002. 13. ed. Maceió: E. Cruz, 2006.

DEVITT, A. Intertextuality in tax accounting: generic, referential, and functional. In: BAZERMAN, C.; PARADIS, J. (Orgs.). **Textual dynamics of the professions**: historical and contemporary studies of writing in professional communities. Madison, Wisconsin, USA: The University of Wisconsin Press, 1991. p. 336-357.

DOLZ, J. Prefácio: início de um diálogo necessário. In: LOUSADA, E. G. *et al.* (Orgs.). **Diálogos brasileiros no estudo de gêneros textuais/discursivos**. Araraquara: Letraria, 2016. p. 14-20.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B. *et al.* **Gêneros**

orais e escritos na escola. Tradução do francês e organização de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, [2001] 2004. p. 95-128.

ECO, U. **Como se faz uma tese.** Tradução do italiano de Gilson Cesar Cardoso de Souza. 25. ed. revista e atualizada. São Paulo: Perspectiva, [1977] 2014.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Tradução do inglês de Izabel Magalhães *et al.* Brasília: Editora UnB, [1992] 2001.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão:** princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2010.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** 2. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. Locating Genre Studies: Antecedents and Prospects. In: _____. (Orgs.). **Genre and the new rhetoric.** London, UK: Taylor & Francis, 1994. p. 1-20.

GILTROW, J. Meta-genre. In: COE, R.; LORELEI, L.; TESLENKO, T. (Orgs.). **The Rhetoric and Ideology of Genre:** Strategies for Stability and Change. Creskill, New Jersey, USA: Hampson Press, 2002. p. 187-205.

GUEDES, E. M. *et al.* **Padrão UFAL de Normalização.** Maceió: EDUFAL, 2012.

HALLIDAY, M. A. K. **El lenguaje como semiótica social:** la interpretación social del lenguaje y del significado. Tradução do inglês de Jorge Ferrero Santana. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, [1978] 1982.

HOLANDA, L. Um giro através da noção de gênero em literatura. In: DIONISIO, A. P.; CAVALCANTI, L. P. (Orgs.). **Gêneros na linguística e na literatura:** Charles Bazerman, 10 anos de incentivo à pesquisa no Brasil. Recife: EDUFPE/Pipa Comunicações, 2015. p. 217-232.

HYON, S. Genre in Three Traditions: Implications for ESL. **TESOL Quarterly**, v. 30, n. 4, p. 693-722, 1996.

KABATEK, J. Tradição discursiva e gênero. In: LOBO, T. *et al.* (Orgs.). **Rosae:** linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 579-588.

KABATEK, J. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. **Lexis** – Revista de Lingüística y Literatura, v. 29, n.2, p. 151-177, 2005a.

KABATEK, J. Sobre a historicidade de textos. Tradução do alemão de José da Silva Simões. **Linha d'água**, São Paulo, n. 17, p. 159-170, abr. 2005b.

KOCH, I. G. V. Os gêneros do discurso. In: _____. **Introdução à linguística textual:** trajetória e grandes temas. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fonte, 2009a. p. 159-168.

KOCH, I. G. V. Os gêneros do discurso. In: _____. **Desvendando os segredos do texto**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009b p. 53-60.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. Gêneros textuais. In: _____. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 101-122.

LEVINSON, S. C. **Pragmática**. Tradução do inglês de Luís Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, [1983] 2007.

LIMA, M. P. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco: a construção da identidade do Campus Recife**. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

LONGHIN, S. R. **Tradições discursivas: conceito, história e aquisição**. São Paulo: Cortez, 2014.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2015.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Org.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 17-31.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 19-38.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, L. A. A oralidade no contexto dos usos linguísticos: caracterizando a fala. In: MARCUSCHI, L. A.; DIONISIO, A. P. **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007. p. 57-84.

MARCUSCHI, L. A. A questão do suporte dos gêneros textuais. **DLCV: Língua, Linguística e Literatura**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 9-40, out. 2003.

MENDONÇA, N. R. S. **Um estudo da prosa institucional: subsídios para a desburocratização linguística**. 1985. 293 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MEURER, J. L. Gêneros textuais na perspectiva crítica de Fairclough. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 81-106.

MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros textuais e práticas discursivas**: subsídios para o ensino da linguagem. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MEYER, M. **A retórica**. Tradução do francês de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, [2004] 2007a.

MEYER, M. **Questões de Retórica, Linguagem, Razão e Sedução**. Tradução do francês de António Hall. Lisboa: Edições 70, [1993] 2007b.

MILLER, C. R. Gêneros evoluem? Poderíamos dizer que sim? In: DIONISIO, A. P.; CAVALCANTI, L. P. (Orgs.). **Gêneros na linguística e na literatura**: Charles Bazerman, 10 anos de incentivo à pesquisa no Brasil. Recife: EDUFPE/Pipa Comunicações, 2015. p. 23-61

MILLER, C. R. Comunidade retórica: a base cultural dos gêneros. In: _____. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Tradução do inglês e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel *et al.* Recife: EDUFPE, [1994] 2009b. p. 45-58.

MILLER, C. R. Gênero como ação social. In: _____. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Tradução do inglês e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel *et al.* Recife: EDUFPE, [1984] 2009a. p. 21-44.

MOISÉS, M. **A criação literária**: introdução à problemática da literatura. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1975.

MOSCA, L. S. Apresentação. In: MEYER, M. **A retórica**. Tradução do francês de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007. p. 9-18.

MOTTA, F. C. P. **O que é burocracia**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

MOTTA-ROTH, D. Análise crítica de gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa de linguagem. **DELTA**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 341-383, 2008.

NASCIMENTO, E. P.; GONÇALVES, K. R. A. A modalização como estratégia semântico-argumentativa no gênero textual/discursivo Memorando. **Via Litterae**, Anápolis, v. 3, n. 1, p. 23-42, jan./jun. 2011.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NUNES, V. S. Um olhar sobre a carta do leitor na mídia impressa. In: LOUSADA, E. G. *et al.* (Orgs.). **Diálogos brasileiros no estudo de gêneros textuais/discursivos**. Araraquara: Letraria, 2016. p. 1011-1025.

NUNES, V. S.; SILVEIRA, M. I. M. Gêneros orais e ensino de língua portuguesa: uma análise das orientações teórico-metodológicas da rede estadual de ensino de Pernambuco. In: JÚNIOR, J. N. B. M.; SANTOS, M. F. O. (Orgs.). **Perspectivas em Retórica e Análise da Conversação**: um percurso em gêneros textuais/discursivos. Maceió: EDUFAL, 2016. p. 153-172.

NUNES, V. S.; SILVEIRA, M. I. M. Análise de gênero discursivo na perspectiva dialógica do Círculo de Bakhtin: subsídios teóricos e aplicados. **Leitura**, Maceió, v. 1, n. 55, p. 129-144, jan./jun. 2015.

NUNES, V. S. Letramento burocrático: práticas discursivas e gêneros textuais na esfera administrativa estatal. **Diálogos** – Revista de Estudos Linguísticos, Literários, Culturais e da Contemporaneidade, Garanhuns, v. 3, n. 17, p. 2525-2536, maio 2015a.

NUNES, V. S. Condições de produção do discurso burocrático: prelúdios de uma análise. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 47-58, jan./jun. 2015b.

NUNES, V. S. **O gênero carta do leitor no Jornal do Commercio de Pernambuco**: uma abordagem sociorretórica. 2012. 236 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, [1999] 2012.

ORLIKOWSKI, W. J.; YATES, J. Genre Repertoire: The Structuring of Communicative Practices in Organizations. **Administrative Science Quarterly**, v. 39, n. 4, p. 541-574, 1994.

OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PALMA, C. M. L. **Os gêneros textuais na atividade empresarial da era digital**. 2004. 161f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

PEREIRA, L. A. C. **A Rede Federal de Educação Tecnológica e o desenvolvimento local**. 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

PEREIRA, R. A.; RODRIGUES, R. H. Perspectivas atuais sobre gêneros do discurso no campo da linguística. **Letra Magna**, v. 11, n. 5, p. 1-18, 2. sem. 2009.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução do francês de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1958] 2005.

RAMIRES, V. Panorama dos Estudos sobre Gêneros Textuais. **Investigações**, Recife, v. 18, n. 2, p. 1-28, 2005.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Tradução do francês de Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1991] 2004.

ROJO, R. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, R.; MOURA, E. (Org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 11-31.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 184-207.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Tradução do francês de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: _____ *et al.* **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução do francês e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, [1994] 2004. p. 21-39.

SCHRYER, C. F. The Lab vs. the Clinic: Sites of Competing Genres. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Orgs.). **Genre and the New Rhetoric**. London: Taylor & Francis, 1994. p. 105-124.

SERRANO, F. P. **Pesquisar no labirinto: a tese, um desafio possível**. Tradução do espanhol de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, [2009] 2011.

SILVA, N. I.; BEZERRA, B. G. O conceito de gênero em artigos científicos sobre ensino de língua materna: repercussões de quatro tradições de estudos. In: APARÍCIO, A. S. M.; SILVA, S. R. (Org.). **Gêneros textuais e perspectivas de ensino**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014. p. 17-48.

SILVEIRA, M. I. M. **Análise de gênero textual: concepção sociorretórica**. Maceió: EDUFAL, 2005.

SILVEIRA, M. I. M. O burocratês: análise à luz de uma gramática retórica. **Revista da ABRALIN**, v.7, n.1, p. 215-258, jan./jun. 2008.

SOUZA, E. C. A. **O gênero requerimento na perspectiva sociorretórica: análise da produção de graduandos no ambiente acadêmico-administrativo da UFRN**. 2013. 205 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

SOUZA, E. G. **Gêneros textuais na perspectiva da educação profissional**. 2008. 212 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SOUZA, R. P. **O pôster turístico: descrição e análise sociorretórica**. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

SWALES, J. M. A text and its commentaries: toward a reception history of “Genre in three traditions” (Hyon, 1996). **Ibérica**, n. 24, p. 103-116, 2012.

SWALES, J. M. Worlds of genre – Metaphors of genre. In: BAZERMAN, C.; BONINI, A.; FIGUEIREDO, D. (Eds.). **Genre in a Changing World**. West Lafayette, Indiana, USA: Parlor Press, 2009a. p. 3-16.

SWALES, J. M. **Research genres**: exploration and applications. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SWALES, J. M. Repensando gêneros: nova abordagem ao conceito de comunidade discursiva. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (Orgs.). **Gêneros e sequências textuais**. Tradução de Benedito Gomes Bezerra et al. Recife: EDUPE, [1992] 2009b. p. 197-220.

SWALES, J. M. **Genre Analysis**: English in academic and research settings. Cambridge University Press, 1990.

TODOROV, T. **Os gêneros do discurso**. Tradução do francês de Ana Mafalda Leite. Lisboa: Edições 70, 1981.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2015.

VIAN JR., O. Beyond the three traditions in genre studies: a Brazilian perspective. In: ARTEMEVA, N.; FREEDMAN, A. (Orgs.). **Genre studies around the globe**: beyond the three traditions. Bloomington, Indiana, USA: Trafford Publishing, Inkshed Publications, 2015, v. 1, p. 95-114.

VIAN JR., O. Inglês Instrumental, Inglês para Negócios e Inglês Instrumental para Negócios. **DELTA**, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 437-457, 1999.

VICTORIA, L. A. P. **Modelos de redação oficial**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1968.

VOLOSHINOV, V. N. **Discurso na vida e discurso na arte**: sobre poética sociológica. Tradução do inglês de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza para fins didáticos. 1926.

YATES, J.; ORLIKOWSKI, W. J. Genre Systems: Structuring Interaction through Communicative Norms. **Journal of Business Communication**, v. 39, n. 1, p. 13-35, 2002.

YATES, J.; ORLIKOWSKI, W. J. Genres of Organizational Communication: A Structural Approach to Studying Communication and Media. **The Academy of Management Review**, v. 17, n. 2, p. 299-326, 1992.

ZAVAM, A. S. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva**: um estudo com editoriais de jornal. 2009. 419 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ZUCCHERMAGLIO, C.; TALAMO, A. The Development of a Virtual Community of Practices Using Electronic Mail and Communicative Genres. **Journal of Business and Technical Communication**, v. 17, n. 3, p. 259-284, Jul. 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE I – MEMORANDOS UTILIZADOS NA PESQUISA (1973-1988)

Nº de ordem	Nº do memorando	Origem	Destino	Data de expedição
01	414/73	DIRAD	Professor Luiz de Moraes Notaria	04/09/1973
02	088/75	SUCIEN	Coordenador Docente da ETEP	25/06/1975
03	07/76	Supervisão de Atividades Cívicas	Diretor da E.T.F.P.	10/12/1976
04	13/77	Diretor da ETEP	Sr. Aluizio Pereira Pontes	31/01/1977
05	24/77	Presidente da Caixa Escolar da ETEP	Tesoureiro da Caixa Escolar da ETEP	24/10/1977
06	381/78	Chefe do DEPES	Chefe do DEPAD	06/11/1978
07	S/N	CODID	Funcionários [da CODID]	19/11/1979
08	035/80	Chefe do DEPAD	Chefe do DEPEN	16/06/1980
09	038/81	Chefe do Deptº de Pessoal	Chefe do Deptº de Administração	07/05/1981
10	130/82	Chefe do Gabinete da ETEPE	Chefe do DP	16/12/1982
11	077/82	Diretor da ETEPE	Chefes de Divisão, Seção e Assistente do DA	11/06/1982
12	12/83	SECA	COE	[?]/[?]/1983
13	004/84	CIE-E/ETPE	Supervisor de Segurança	21/02/1984
14	S/N	Prof. Glauce Mesel	CCLE	26/08/1985
15	001/86	Presidente da CESCO	Tesoureiro da Caixa Escolar	04/12/1986
16	049/87	CSEG	CSES	19/10/1987
17	12/87	CART	DP	28/08/1987
18	20/88	CEDI	CSES	15/09/1988
19	23/88	Coordenação de Eletrônica e Telecomunicações	CSES	10/11/1988
20	011/88	Coordenação de Eletrônica e Telecomunicações	CSES	14/03/1988

APÊNDICE II – MEMORANDOS UTILIZADOS NA PESQUISA (1989-1998)

Nº de ordem	Nº do memorando	Origem	Destino	Data de expedição
21	033/89	Chefe de Gabinete da ETFPE	Coordenador do CSES	13/06/1989
22	035/90	CSEG – Microestágio	Professora Graça Urquiza	23/05/1990
23	38/90	Coordenador de Eletrônica	CSES	25/06/1990
24	064/90	Diretor da ETFPE	Chefe da Coordenação de Serviço Social	14/11/1990
25	02/90	Chefe do DD	Coordenador da Coord. de Serviço Social	25/04/1990
26	031/91	Chefe de DD	Diretora da UNED/Petrolina	12/09/1991
27	01/91	Chefe do Departamento de Pedagogia e Apoio Didático	[?]	21/05/1991
28	059/92	DAE/CCEX	Senhora Maria das Graças Melo da Costa	30/11/1992
29	03/92	CPDT	CRM	20/08/1992
30	19/93	Coordenadoria de Serviço Social (CSOL)	Secretaria de Informática	03/08/1993
31	02/94	CCEX/Radialismo	DAE	11/04/1994
32	15/94	Coordenadoria de Serviço Social (CSOL)	Presidente da ASSETEFEPE	01/08/1994
33	125/95	GD	Coordenador de Planejamento	29/12/1995
34	10/96	Procuradoria Jurídica	Direção Geral	01/04/1996
35	S/N	Coordenadoria de Radialismo	TV Jornal do Comercio	18/06/1996
36	S/N	Lab. de Inst. Hidro-Sanitárias	CEDI	07/10/1997
37	07/97	Secretaria de Informática	CESCO	04/11/1997
38	19/98	Coordenadora de Radialismo/Assistente Administrativo da CCES	Coordenadora do CCES	24/03/1998
39	53/98	Gerência Educacional da Área III	Diretor da Sede Recife	28/09/1998
40	32/98	Diretor da Diretoria de Ensino da Área II	Diretor do Departamento de Relações Empresariais	17/04/1998

APÊNDICE III – MEMORANDOS UTILIZADOS NA PESQUISA (1999-2014)

Nº de ordem	Nº do memorando	Origem	Destino	Data de expedição
41	18/99	Procuradoria Autárquica	Gerência de Recursos Humanos – CEFET/PE	15/07/1999
42	12/00	GEAE/Coordenação de Radialismo	GEAE	29/02/2000
43	19/2001	CEGI	GEFS	29/01/2001
44	009/2001	Direção da Sede	Gerentes, Coordenadores, Secretarias	06/02/2001
45	211/02	GEDU III	Alunos de Design Gráfico, Sistema de Gestão Ambiental e Sistema de Informação	13/09/2002
46	040/2003	CPJU	Diretor Geral do CEFET-PE	14/11/2003
47	82/2003	CTUR	Chefe de Gabinete – DG	01/12/2003
48	10/2003	Coordenação do Curso de Design Gráfico	GD	19/11/2003
49	57/04	Serviço Social	Direção Geral	22/11/2004
50	020/2005	UT	Diretora de Ensino	14/07/2005
51	31/06	NEFI	Serviço Social	09/05/2006
52	020/2007	CONT	Direção de Administração e Planejamento	01/11/2007
53	39/2008	DAP	DAOF/CALM/CPAT/CCON/CONT/CCLI/CPOR/CEOF/COSE	30/10/2008
54	90/2009	DAP	DADM	23/03/2009
55	08/2010	Prof. Valfrido da Silva Nunes – NL	Diretor de Ensino – IFPE/ <i>Campus</i> Recife	23/08/2010
56	108/11	CAEX/DIEX	DIAP	17/11/2011
57	05/2012	DIEX	Diretor Geral do Campus Recife	19/01/2012
58	321/2013	DGCR	DAEE	09/12/2013
59	064/2014	CGEO	DAD	17/10/2014
60	0016/2014	MPGA	[?]	26/11/2014

APÊNDICE IV – DIVERSIDADE DE *MOVES* NO MEMORANDO DE SOLCITAÇÃO

ESQUE- MA	DESCRIÇÃO DOS MOVIMENTOS	Nº DE OCORRÊN- CIA	CÓDIGO DO EXEMPLAR
1	M1 – Localiza e/ou data o texto M2 – Enumera o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Dirige-se ao destinatário M6 – Informa a situação-problema que motivou a solicitação M7 – Faz a solicitação M8 – Sinaliza a finalização do texto, agradecendo e elogiando M9 – Conclui com fórmula de cortesia M10 – Subscrive	1	MEMO 03
2	M1 – Enumera o texto M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Apresenta o motivo que ensejou a solicitação M6 – Faz a solicitação M7 – Expõe a finalidade da solicitação M8 – Dá sugestões pertinentes à solicitação M9 – Conclui com fórmula de cortesia M10 – Subscrive	1	MEMO 08
3	M1 – Localiza e/ou data o texto M2 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla) M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Dirige-se ao destinatário M6 – Faz a solicitação M7 – Conclui com fórmula de cortesia M8 – Subscrive	1	MEMO 09
4	M1 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla) M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Informa o tópico discursivo M6 – Faz a primeira solicitação M7 – Expõe a finalidade da primeira solicitação M8 – Faz a segunda solicitação M9 – Expõe a finalidade da segunda solicitação M10 – Conclui com fórmula de cortesia M11 – Subscrive	1	MEMO 10
5	M1 – Especifica ausência de numeração M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Informa a situação-problema que motivou a solicitação M6 – Faz a solicitação M7 – Conclui com fórmula de cortesia M8 – Subscrive	1	MEMO 14

6	<p>M1 – Enumera o texto M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Faz a solicitação M6 – Expõe a finalidade da solicitação M7– Conclui com fórmula de cortesia M8 – Subscrive</p>	1	MEMO 29
7	<p>M1 – Localiza e/ou data o texto M2 – Indica setor de destino M3 – Indica setor de origem M4 – Localiza e/ou data o texto novamente M5 – Informa o tópico discursivo M6 – Encaminha cópia a outrem M7 – Faz a solicitação M8 – Expõe a finalidade da solicitação M9 – Conclui com fórmula de cortesia M10 – Subscrive</p>	1	MEMO 35
8	<p>M1 – Não enumera o texto M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Dirige-se ao destinatário M6 – Dá informações pertinentes à solicitação M7 – Justifica a solicitação M8 – Faz solicitação indireta M9 – Conclui com fórmula de cortesia M10 – Subscrive</p>	1	MEMO 36
9	<p>M1 – Enumera o texto M2 – Indica setor de destino M3 – Indica setor de origem M4 – Informa o tópico discursivo M5 – Localiza e/ou data o texto M6 – Dá informações pertinentes à solicitação M7 – Faz a solicitação M8 – Expõe a finalidade da solicitação M9 – Conclui com fórmula de cortesia M10 – Subscrive</p>	1	MEMO 37
10	<p>M1 – Enumera o texto M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Informa a situação-problema que motivou a solicitação M6 – Argumenta em favor da solicitação M7 – Faz a solicitação M8 – Conclui com fórmula de cortesia M9 – Subscrive</p>	1	MEMO 38
11	<p>M1 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla) M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Dirige-se ao destinatário M6 – Faz a solicitação M7 – Expõe a finalidade da solicitação M8 – Sinaliza a finalização do texto, agradecendo M9 – Conclui com fórmula de cortesia M10 – Subscrive</p>	1	MEMO 39

12	<p>M1 – Localiza e/ou data o texto</p> <p>M2 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla)</p> <p>M3 – Indica setor de origem</p> <p>M4 – Indica setor de destino</p> <p>M5 – Dirige-se ao destinatário</p> <p>M6 – Informa sobre pretensões para justificar a solicitação</p> <p>M7 – Faz a solicitação</p> <p>M8 – Sinaliza a finalização do texto, agradecendo, e remete documento anexo</p> <p>M9 – Conclui com fórmula de cortesia</p> <p>M10 – Subscrive</p>	1	MEMO 40
13	<p>M1 – Enumera o texto</p> <p>M2 – Localiza e/ou data o texto</p> <p>M3 – Indica setor de destino</p> <p>M4 – Indica setor de origem</p> <p>M5 – Informa o tópico discursivo</p> <p>M6 – Faz a solicitação</p> <p>M7 – Expõe a finalidade da solicitação</p> <p>M8 – Conclui com fórmula de cortesia</p> <p>M9 – Subscrive</p>	1	MEMO 42
14	<p>M1 – Localiza e/ou data o texto</p> <p>M2 – Enumera o texto</p> <p>M3 – Indica setor de origem</p> <p>M4 – Indica setor de destino</p> <p>M5 – Expõe a finalidade da primeira solicitação</p> <p>M6 – Faz a primeira solicitação</p> <p>M7 – Faz a segunda solicitação</p> <p>M8 – Expõe a finalidade da segunda solicitação</p> <p>M9 – Conclui com fórmula de cortesia</p> <p>M10 – Subscrive</p>	1	MEMO 43
15	<p>M1 – Localiza e/ou data o texto</p> <p>M2 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla)</p> <p>M3 – Indica setor de destino</p> <p>M4 – Faz a solicitação</p> <p>M5 – Expõe a finalidade da solicitação</p> <p>M6 – Conclui com fórmula de cortesia</p> <p>M7 – Subscrive</p>	1	MEMO 47
16	<p>M1 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla)</p> <p>M2 – Localiza e/ou data o texto</p> <p>M3 – Informa o tópico discursivo (faz solicitação)</p> <p>M4 – Indica setor de destino</p> <p>M5 – Sugere com pretensões de solicitação</p> <p>M6 – Dá informações pertinentes à sugestão</p> <p>M7 – Sinaliza a finalização do texto com convicção e fórmula de cortesia</p> <p>M8 – Subscrive</p>	1	MEMO 51
17	<p>M1 – Localiza e/ou data o texto</p> <p>M2 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla)</p> <p>M3 – Indica setor de destino</p> <p>M4 – Informa o tópico discursivo</p> <p>M5 – Faz a solicitação</p> <p>M6 – Conclui com fórmula de cortesia</p> <p>M7 – Subscrive</p>	1	MEMO 52

18	<p>M1 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla) M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de destino M4 – Informa o tópico discursivo M5 – Dá informações pertinentes à solicitação M6 – Faz a solicitação M7 – Dá informações pertinentes à solicitação M8 – Conclui com fórmula de cortesia M9 – Subscrive</p>	1	MEMO 54
19	<p>M1 – Enumera o texto M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Informa o tópico discursivo M6 – Dirige-se ao destinatário M7 – Apresenta as credenciais do solicitante como justificativa para a solicitação M8 – Faz a solicitação M9 – Argumenta em favor da solicitação M10 - Sinaliza a finalização do texto, pleiteando apoio e compreensão M11 – Conclui com fórmula de cortesia M12 – Subscrive</p>	1	MEMO 55
20	<p>M1 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla) M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de destino M4 – Dá informações pertinentes à solicitação M5 – Faz a solicitação M6 – Expõe a finalidade da solicitação M7 – Dá informações pertinentes à solicitação M8 – Conclui com fórmula de cortesia M9 – Subscrive</p>	1	MEMO 57
21	<p>M1 – Enumera o texto M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Endereça cópia a outrem M6 – Informa o tópico discursivo M7 – Dirige-se ao destinatário M8 – Faz a solicitação M9 – Expõe a finalidade da solicitação M10 – Dá informações pertinentes à solicitação M11 – Sinaliza a finalização do texto com convicção e fórmula de cortesia M12 – Subscrive</p>	1	MEMO 59
22	<p>M1 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla) M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Informa o tópico discursivo M4 – Dirige-se ao destinatário M5 – Expõe a finalidade da solicitação M6 – Faz a solicitação M7 – Conclui com fórmula de cortesia M8 – Subscrive</p>	1	MEMO 60

APÊNDICE V – DIVERSIDADE DE MOVES NO MEMORANDO DE INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTO

ESQUE- MA	DESCRIÇÃO DOS MOVIMENTOS	Nº DE OCORRÊN- CIA	CÓDIGO DO EXEMPLAR
1	M1 – Localiza e/ou data o texto M2 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla) M3 – Dirige-se ao destinatário M4 – Justifica o porquê da informação M5 – Dá a informação central M6 – Conclui com fórmula de cortesia M7 – Subscrive	1	MEMO 01
2	M1 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla) M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Informa o tópico discursivo M6 – Dirige-se ao destinatário M7 – Dá a informação central M8 – Dá informações complementares M9 – Conclui com fórmula de cortesia M10 – Subscrive	1	MEMO 02
3	M1 – Enumera o texto M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Dirige-se ao destinatário M6 – Reporta-se a documento anterior M7 – Dá a informação central M8 – Dá informações complementares M9 – Conclui com fórmula de cortesia M10 – Subscrive	1	MEMO 06
4	M1 – Enumera o texto, data e indica setor de origem (sigla) M2 – Indica setor de destino M3 – Dá a informação central M4 – Dá informações complementares M5 – Remete documento anexo M6 – Conclui com fórmula de cortesia M7 – Subscrive	1	MEMO 12
5	M1 – Enumera o texto M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Dá a informação central M6 – Conclui em tom menos formal M7 – Subscrive	1	MEMO 16
6	M1 – Enumera o texto M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Dá a informação central M6 – Conclui com fórmula de cortesia M7 – Subscrive	1	MEMO 18

7	<p>M1 – Enumera o texto M2 – Indica setor de origem M3 – Indica setor de destino M4 – Informa o tópico discursivo M5 – Dirige-se ao destinatário M6 – Justifica o porquê da informação M7 – Dá a informação central M8 – Sinaliza a finalização do texto com convicção e colocando-se à disposição M9 – Conclui com fórmula de cortesia M10 – Data e subscreve</p>	1	MEMO 19
8	<p>M1 – Indica setor de origem M2 – Indica setor de destino M3 – Enumera o texto M4 – Localiza e/ou data o texto M5 – Dirige-se ao destinatário M6 – Dá a informação central M7 – Sinaliza a finalização do texto com expressão clichê M8 – Conclui com fórmula de cortesia M9 – Subscreve</p>	1	MEMO 20
9	<p>M1 – Enumera o texto M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Dá a informação central M6 – Sinaliza a finalização do texto com expressão clichê M7 – Conclui em tom menos formal M8 – Subscreve</p>	1	MEMO 22
10	<p>M1 – Enumera o texto M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Dá a informação central M6 – Subscreve</p>	1	MEMO 23
11	<p>M1 – Enumera o texto M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Informa o tópico discursivo M6 – Dirige-se ao destinatário M7 – Dá a informação central M8 – Conclui com fórmula de cortesia M9 – Subscreve</p>	2	MEMO 34 MEMO 45
12	<p>M1 – Enumera o texto M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Dirige-se ao destinatário M4 – Indica setor de destino M5 – Dá a informação central M6 – Dá informações complementares M7 – Conclui com fórmula de cortesia M8 – Subscreve</p>	1	MEMO 41

13	M1 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla) M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Dirige-se ao destinatário M4 – Reporta-se a documento anterior M5 – Dá a informação central M6 – Dá informações complementares M7 – Conclui com fórmula de cortesia M8 – Subcreve M9 – Indica setor de destino	1	MEMO 46
14	M1 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla) M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de destino M4 – Endereça cópia a outrem M5 – Informa o tópico discursivo M6 – Dirige-se ao destinatário M7 – Dá a informação central M8 – Dá informações complementares M9 – Sinaliza a finalização do texto com expressão clichê M10 – Conclui com fórmula de cortesia M11 – Subcreve	1	MEMO 58

APÊNDICE VI – DIVERSIDADE DE MOVES NO MEMORANDO DE ENCAMINHAMENTO

ESQUE- MA	DESCRIÇÃO DOS MOVIMENTOS	Nº DE OCORRÊN- CIA	CÓDIGO DO EXEMPLAR
1	M1 – Enumera o texto M2 – Indica setor de origem M3 – Indica setor de destino M4 – Informa o tópico discursivo M5 – Localiza e/ou data o texto M6 – Encaminha o documento, solicitando seu preenchimento M7 – Solicita a devolução de vias do documento assinadas M8 – Sinaliza a finalização do texto, agradecendo e elogiando M9 – Conclui com fórmula de cortesia M10 – Subscrive	1	MEMO 13
2	M1 – Localiza e/ou data o texto M2 – Enumera o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Encaminha implicitamente o documento, descrevendo-o M6 – Faz esclarecimentos relativos à situação que originou o documento M7 – Conclui em tom menos formal M8 – Subscrive	1	MEMO 17
3	M1 – Localiza e/ou data o texto M2 – Enumera o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Informa o tópico discursivo M6 – Dirige-se ao destinatário M7 – Encaminha o documento, descrevendo-o M8 – Expõe a finalidade do encaminhamento do documento M9 – Conclui com fórmula de cortesia M10 – Subscrive	1	MEMO 25
4	M1 – Enumera o texto M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Dirige-se ao destinatário M6 – Expõe a finalidade do encaminhamento do objeto M7 – Encaminha o objeto, descrevendo-o M8 – Conclui com fórmula de cortesia M9 – Subscrive	1	MEMO 26
5	M1 – Localiza e/ou data o texto M2 – Enumera o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Dirige-se ao destinatário M6 – Encaminha o documento M7 – Dá informações sobre o público que respondeu ao documento M8 – Conclui com fórmula de cortesia M9 – Subscrive	1	MEMO 30

6	M1 – Enumera o texto M2 – Indica setor de origem M3 – Indica setor de destino M4 – Encaminha o objeto, descrevendo-o M5 – Localiza e/ou data o texto M6 – Subscrive	1	MEMO 31
7	M1 – Localiza e/ou data o texto M2 – Enumera o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Informa o tópico discursivo M6 – Dirige-se ao destinatário M7 – Encaminha o objeto, descrevendo-o M8 – Dá informações sobre o caso tratado no documento M9 – Sinaliza a finalização do texto, agradecendo M10 – Subscrive	1	MEMO 32
8	M1 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla) M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de destino M4 – Informa o tópico discursivo M5 – Encaminha o documento solicitado previamente M6 – Dá informações sobre necessidades do setor M7 – Conclui com fórmula de cortesia M8 – Subscrive	1	MEMO 33
9	M1 – Indica setor de origem M2 – Enumera o texto M3 – Localiza e/ou data o texto M4 – Indica setor de destino M5 – Encaminha minuta de ofício M6 – Expõe a finalidade do encaminhamento M7 – Transcreve a minuta padrão M8 – Informa os dados dos estudantes e da empresa para a qual o ofício será enviado M9 – Sinaliza a finalização do texto, colocando-se à disposição M10 – Subscrive	1	MEMO 48
10	M1 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla) M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Especifica o destinatário e indica setor de destino M4 – Informa o tópico discursivo M5 – Dirige-se ao destinatário M6 – Encaminha o documento M7 – Expõe a finalidade do encaminhamento do documento M8 – Subscrive	1	MEMO 50
11	M1 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla) M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de destino M4 – Encaminha o documento, descrevendo-o M5 – Conclui com fórmula de cortesia M6 – Subscrive	1	MEMO 56

APÊNDICE VII – DIVERSIDADE DE MOVES NO MEMORANDO DE CONVOCAÇÃO

ESQUE- MA	DESCRIÇÃO DOS MOVIMENTOS	Nº DE OCORRÊN- CIA	CÓDIGO DO EXEMPLAR
1	<p>M1 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla)</p> <p>M2 – Localiza e/ou data o texto</p> <p>M3 – Indica setor de origem</p> <p>M4 – Indica setor de destino</p> <p>M5 – Informa o tópico discursivo</p> <p>M6 – Faz convocação para reunião, informando data, hora e local do encontro</p> <p>M7 – Expõe a finalidade da reunião</p> <p>M8 – Cientifica as chefias da permanência <i>pro tempore</i> no exercício de suas funções</p> <p>M9 – Conclui com fórmula de cortesia</p> <p>M10 – Subscreve</p>	1	MEMO 11
2	<p>M1 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla)</p> <p>M2 – Localiza e/ou data o texto</p> <p>M3 – Indica setor de origem</p> <p>M4 – Indica setor de destino</p> <p>M5 – Dirige-se ao destinatário</p> <p>M6 – Justifica a convocação</p> <p>M7 – Faz convocação para reunião, informando data, hora e local do encontro</p> <p>M8 – Especifica o público alvo da reunião</p> <p>M9 – Solicita reuniões isoladas, após a reunião geral</p> <p>M10 – Conclui com fórmula de cortesia</p> <p>M11 – Subscreve</p>	1	MEMO 24
3	<p>M1 – Localiza e/ou data o texto</p> <p>M2 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla)</p> <p>M3 – Indica setor de origem</p> <p>M4 – Indica setor de destino (incompleto)</p> <p>M5 – Informa o tópico discursivo</p> <p>M6 – Dirige-se ao destinatário</p> <p>M7 – Informa data, hora e local do treinamento</p> <p>M8 – Faz convocação para o evento</p> <p>M9 – Remete programação anexa</p> <p>M10 – Sinaliza a finalização do texto, de forma convicta, elogiando</p> <p>M11 – Conclui com fórmula de cortesia</p> <p>M12 – Subscreve</p>	1	MEMO 27

4	M1 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla) M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Dirige-se ao destinatário M6 – Faz convocação para reunião, informando data, hora e local do encontro M7 – Informa a pauta da reunião M8 – Cobra pontualidade do auditório M9 – Conclui com fórmula de cortesia M10 – Subscrive	1	MEMO 44
5	M1 – Enumera o texto e indica setor de origem (sigla) M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de destino M4 – Informa o tópico discursivo M5 – Faz convocação para reunião, informando data, hora e local do encontro M6 – Conclui com fórmula de cortesia M7 – Subscrive	1	MEMO 53

APÊNDICE VIII – DIVERSIDADE DE MOVES NO MEMORANDO-CONVITE

ESQUE- MA	DESCRIÇÃO DOS MOVIMENTOS	Nº DE OCORRÊN- CIA	CÓDIGO DO EXEMPLAR
1	M1 – Localiza e/ou data o texto M2 – Especifica o tipo de memorando, mas não o enumera M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Informa o tópico discursivo M6 – Convida para reunião, informando data, hora e local M7 – Expõe o tema da reunião, de forma genérica M8 – Sinaliza a finalização do texto, agradecendo M9 – Conclui com fórmula de cortesia M10 – Subscrive	1	MEMO 07
2	M1 – Enumera o texto e indica o setor de origem (sigla) M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Informa o tópico discursivo M6 – Dirige-se ao destinatário M7 – Convida para evento, informando data, hora e local M8 – Conclui em tom menos formal M9 – Subscrive	1	MEMO 21
3	M1 – Enumera o texto M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica setor de origem M4 – Indica setor de destino M5 – Expõe o motivo que ensejou o convite M6 – Convida para reunião, informando data, hora e local M7 – Conclui com fórmula de cortesia M8 – Subscrive	1	MEMO 28

APÊNDICE IX – DIVERSIDADE DE MOVES NO MEMORANDO DE AUTORIZAÇÃO

ESQUE- MA	DESCRIÇÃO DOS MOVIMENTOS	Nº DE OCORRÊN- CIA	CÓDIGO DO EXEMPLAR
1	M1 – Enumera o texto M2 – Indica o setor de origem M3 – Indica o setor de destino M4 – Informa o tópico discursivo M5 – Fundamenta-se em documento prévio M6 – Autoriza a transação financeira M7 – Expõe a finalidade da autorização M8 – Localiza e/ou data o texto M9 – Subscrive	1	MEMO 05
2	M1 – Enumera o texto M2 – Localiza e/ou data o texto M3 – Indica o setor de origem M4 – Indica o setor de destino M5 – Autoriza a transação financeira M6 – Expõe a finalidade da autorização M7 – Conclui com fórmula de cortesia M8 – Subscrive	1	MEMO 15

ANEXO

ANEXO I – Autorização da pesquisa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS RECIFE

Processo nº: 23295.015362.2015-27

Interessado: Valfrido da Silva Nunes

Assunto: Solicita autorização

À
DAD

Considerando o parecer do Diretor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (fl. 26), autorizo o acesso do Sr. Valfrido da Silva Nunes ao Arquivo Geral para fins de pesquisa acadêmica.

Solicito as providências necessárias para atender ao do pleito.

Recife, 13 de janeiro de 2016.

Ozias Elias Ferreira

Diretor Geral "Pro Tempore"